

**Universidade Federal de Ouro Preto**  
Núcleo de Pesquisa em História  
Programa de Pós-Graduação em História  
PPGHIS

---

Dissertação

---

**Raimundo Trindade:  
igreja, política patrimonial e  
museografia em Minas, décadas  
1920/1950**

*Luiz Claudio Alves dos Santos*

Ouro Preto

2019



**UFOP**

Luiz Claudio Alves dos Santos

Raimundo Trindade: igreja, política patrimonial e museografia em Minas,  
décadas de 1920/1950

Dissertação apresentada ao Programa de  
Pós-Graduação em História da  
Universidade Federal de Ouro Preto,  
como requisito parcial à obtenção do  
título de Mestre em História.

Linha de pesquisa: Poder, Espaço e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Eduardo de Andrade.

Mariana  
2019

S237r Santos, Luiz Claudio Alves dos.  
Raimundo Trindade [manuscrito]: igreja, política patrimonial e museografia em Minas, décadas de 1920/1950 / Luiz Claudio Alves dos Santos. - 2019.  
216f.: il.: color; Fotografias.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Eduardo de Andrade.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de História. Programa de Pós- Graduação em Historia.  
Área de Concentração: História.

1. Historiografia. 2. Patrimônio. 3. Catolicismo. 4. Trindade, Raimundo, 1883-1962. I. Andrade, Francisco Eduardo de. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU: 930.1(043.3)



Luiz Claudio Alves dos Santos

“Raimundo Trindade: Igreja, política patrimonial e muscografia em Minas, décadas de 1920-50”

Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação em História da UFOP como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Mariana, 30 de agosto de 2019.

**Prof. Dr. Francisco Eduardo de Andrade (Orientador)**

Departamento de História/UFOP

**Prof. Dr. Sérgio Ricardo da Mata (Membro)**

Departamento de História/UFOP

**Profa. Dra. Maria Cândida Trindade Costa de Seabra (Membro)**

Departamento de Letras/UFMG

*Dedico esse estudo a memória de minha mãe Maria Enides Alves da Silva e de meu sobrinho Bruno Ferreira Gaspar Nelo, que partiram muito cedo dessa vida, mas deixaram em mim fortes lembranças e uma saudade eterna.*

## Agradecimentos

Agradeço aos meus irmãos José Renato e Luis Marcelo, que foram fundamentais na continuação dos meus estudos no último ano da graduação e que, sem sombras de dúvidas, me ajudaram a chegar até aqui. Às minhas irmãs, Luciane, Eliane, Cristiane, Márcia e Maria Aparecida, por me permitirem compreender o real significado da palavra família. Aos meus sobrinhos (as), Ana Carolina, Tainá, Beatriz, Luana, Lavínia, Ana Luiza, Luan e Renato Júnior (o mais novo membro da família).

Agradeço aos membros da república Chora Rita em Mariana-MG, Alex, Fabrício, Agenor, Thiago, Lucas Lolli, Lorenzo, Deiberson, Rafael, por me receberem de braços abertos no longínquo ano de 2011. Das novas gerações, não poderia deixar de mencionar, Igor, Matheus e Paulo Henrique, amigos com os quais aprendi que o crescimento e o amadurecimento vão muito além da formação acadêmica e dos limites da faculdade. Aos demais *chorarritenses*, um grande abraço!

No decorrer dos estudos muitos foram os profissionais e instituições de ensino que colaboraram para o desenvolvimento da pesquisa. Primeiramente, agradeço a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) por me permitir sonhar, desenvolver meu senso crítico e me acolher ao longo de quase sete anos. Agradeço à biblioteca Alphasuns de Guimaraens (ICHS) pela oportunidade de conhecer mais sobre o mundo através das páginas dos livros. À biblioteca do Seminário São José (Seminário Maior) em Mariana, pela sempre amigável acolhida e por me possibilitar um contato enriquecedor com as obras do Cônego Raimundo Trindade. Ao arquivo do SPHAN, no Rio de Janeiro, pela disponibilidade e envio de uma farta documentação sobre esse ilustre sacerdote-historiador das Minas Gerais. Ao Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana (AEAM), ao Arquivo do Museu da Inconfidência e da Casa do Pilar em Ouro Preto.

Ao professor Francisco Eduardo de Andrade pelo tema da pesquisa, pela paciência e pelas inúmeras reuniões, fundamentais para o desenvolvimento dos estudos nesses dois anos e meio. À professora Maria Cândida Trindade Costa de Seabra (Departamento de Letras da UFMG) pelo acolhimento da pesquisa e por me disponibilizar o acesso à outras fontes inéditas sobre o Cônego Raimundo Trindade. Ao grupo de pesquisa sobre política e religiosidade da UFOP, coordenado pelo professor Francisco e composto por alunos da pós-graduação e graduação. Ao professor Sérgio Ricardo da Mata, por ter gentilmente aceitado o convite para compor a banca do exame de qualificação e defesa, e pela leitura crítica do trabalho.

Agora, gostaria de agradecer a Camila Souza, a pessoa mais especial que conheci em toda a minha vida. Agradeço pelo companheirismo, pelos “puxões” de orelha, pelas conversas sinceras, pelos sorrisos espontâneos, pelas leituras e revisões no texto e por me tornar um ser humano melhor e mais iluminado a cada dia. Você trouxe luz à minha caminhada, me permitiu entender o real sentido de amar e ser amado. A você, os meus mais sinceros votos de gratidão e respeito. Como cantou Rubel: “A vida é boa, mas é muito melhor com você.” Amo você por toda a vida.

## Resumo

Na presente dissertação de mestrado o objeto da nossa discussão historiográfica foi o sacerdote-historiador mineiro Cônego Raimundo Otávio da Trindade ou simplesmente, Cônego Raimundo Trindade, como ficou conhecido pela corrente historiográfica mineira das primeiras décadas do século XX. Para além da atividade espiritual, a qual dedicou nada menos do que cinco décadas da sua vida, Raimundo Trindade demonstrou uma habilidade inata para a escrita histórica. O profundo conhecimento sobre a história religiosa de Minas Gerais e o constante contato com a documentação presente nos arquivos eclesiásticos e civis do estado, transformaram esse sacerdote-historiador num dos principais expoentes da historiografia mineira. Suas narrativas históricas ultrapassaram os limites geográficos de Minas e alcançaram notoriedade entre importantes nomes da elite intelectual brasileira da época. A intensa aproximação com Rodrigo Melo Franco e, com os membros do SPHAN, possibilitou a Raimundo Trindade a ampliação de sua rede de sociabilidades ao mesmo tempo em que suas pesquisas e estudos descortinavam o passado histórico-artístico católico mineiro. A relação de amizade com Rodrigo e o profundo interesse de ambos pelo passado histórico de Minas, resultou na produção de várias obras e artigos, algumas delas publicadas pelo próprio SPHAN, e outros, incluídos nas páginas da revista do patrimônio. Seu profundo conhecimento histórico ajudou sobremaneira na consolidação da política oficial de preservação do patrimônio histórico e artístico brasileiro. Suas pesquisas foram fundamentais no auxílio ao SPHAN para o mapeamento dos bens patrimoniais religiosos católicos no território mineiro. Como funcionário do SPHAN, ou seja, como primeiro diretor do Museu da Inconfidência, a partir de 1944, se dedicou a tarefa de investigar e reunir objetos de valor histórico e artístico para compor o acervo desse museu regional. A arte sacra, os objetos ligados ao movimento da Inconfidência Mineira e seu personagem mais ilustre, Tiradentes, foram sendo adquiridos pela direção do museu e pelo SPHAN com o objetivo de compor uma narrativa museográfica que permitisse resgatar a memória histórica, política, cívica e religiosa da sociedade mineira.

Palavras-chave: historiografia; patrimônio; museografia; catolicismo.

### **Abstract**

In the present master's dissertation the object of our historiographical discussion was the priest-historian of Minas Gerais, Canon Raimundo Otávio da Trindade, or, simply, Canon Raimundo Trindade, as it was known by the historiographic current of the first decades of the twentieth century. In addition to spiritual activity, which he devoted no less than five decades of his life, Raimundo Trindade demonstrated an innate ability for historical writing. The deep knowledge of the religious history of Minas Gerais and the constant contact with the documentation present in the ecclesiastical and civil archives of the State, transformed this priest-historian into one of the main exponents of the historiography of Minas Gerais. Its historical narratives surpassed the geographical limits of Minas and reached notoriety between important names of the Brazilian intellectual elite of the time. The intense rapprochement with Rodrigo Melo Franco and the members of SPHAN enabled Raimundo Trindade to expand his network of sociabilities while his research and studies revealed the historical-artistic past of Minas Gerais. The relationship of friendship with Rodrigo and their deep interest in the historical past of Minas resulted in the production of several works and articles, some of them published by SPHAN itself, and others, included in the pages of the heritage magazine. His deep historical knowledge helped greatly in the consolidation of the official policy of preservation of Brazilian historical and artistic heritage. His research was instrumental in helping SPHAN to map Catholic religious assets in the territory of Minas Gerais. As an employee of SPHAN, in 1944, as the first director of the Museum of Inconfidence, he dedicated himself to investigate and gather objects of historical and artistic value to compose the collection of this regional museum. Sacred art, objects related to the movement of the Inconfidência Mineira and its most illustrious personage, Tiradentes, were acquired by the direction of the museum and the SPHAN with the objective of composing a museographic narrative that allowed to recover the historical, political, civic and religious memory of the society mining.

Keywords: historiography; patrimony; museography; Catholicism.

### **Lista de Figuras**

Figura 1: Cônego Raimundo Otávio da Trindade

Figura 2: DPHAN, Museu da Inconfidência. Estudo para a Sala dos Inconfidentes, Ouro Preto – MG.

Figura 3: DPHAN, Museu da Inconfidência. Estudo para a Sala dos Inconfidentes, Ouro Preto – MG.

Figura 4: DPHAN, Museu da Inconfidência. Estudo para a Sala dos Inconfidentes, Ouro Preto – MG.

Figura 5: DPHAN, Museu da Inconfidência, Pavimento Inferior, Ouro Preto – MG.

Figura 6: DPHAN, Museu da Inconfidência, Pavimento Superior, Ouro Preto – MG.

Figura 7: Fotografia, Coupé do Museu da Inconfidência.

### **Lista de Abreviaturas**

AEAM – Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana

AIMI – Arquivo Institucional do Museu da Inconfidência

DPHAN – Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MES – Ministério da Educação e Saúde

RPHAN – Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	12
CAPÍTULO 1 – RAIMUNDO TRINDADE: CATOLICISMO E HISTORICIDADE....	35
1.1. Reorganização institucional e civilização das gentes mineiras .....	52
1.2. Igreja e Estado Novo: um projeto ideológico de poder nacional.....	64
1.3. Bandeirantes da fé e civilização nos séculos XVIII e XIX.....	73
CAPÍTULO 2 – IGREJA CATÓLICA EM MINAS: UMA TRAJETÓRIA HISTÓRICA .....	83
2.1 Um saber apologético e militante .....	86
2.2 Conceitos históricos e estratégia discursiva.....	103
CAPÍTULO 3 – O SPHAN E A SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO RELIGIOSO CATÓLICO EM MINAS.....	110
3.1. Raimundo Trindade na RPHAN: saber histórico e preservação do patrimônio.124	
3.2. Catolicismo e ideologia da mineiridade .....	136
CAPÍTULO 4 – DIREÇÃO DO MUSEU DA INCONFIDÊNCIA.....	149
4.1 Direção do museu: a oposição religiosa e intelectual da época.....	169
4.2. O 1º projeto museográfico para o Museu da Inconfidência.....	181
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	196
ANEXOS .....	202
LISTA DE OBRAS DO CÔNEGO RAIMUNDO TRINDADE.....	209
REFERÊNCIAS .....	211

## INTRODUÇÃO

O objeto da presente pesquisa é o religioso e historiador mineiro Cônego Raimundo Otávio da Trindade (1883-1962)<sup>1</sup>. O Monsenhor<sup>2</sup> Raimundo Trindade, filho de José Pereira da Trindade e Maria Belmira da Trindade nasceu em 20 de novembro de 1883, na freguesia de Furquim<sup>3</sup>, Capela das Pedras. Fez os estudos primários no próprio lar e os secundários em Barra Longa, tendo como preceptor o Cônego Nativo Lessa, de Ponte Nova, filho de Lucinda Lázaro Lessa, completando-os no Seminário de Mariana.

Ordenou-se em 4 de abril de 1908, havendo comemorado suas bodas de ouro sacerdotais em Rio Doce, em abril de 1958. Nomeado Cônego por Dom Silvério Gomes Pimenta (1840-1922)<sup>4</sup> a 31 de agosto de 1917, colou-se a 6 de novembro do mesmo ano. Exerceu o paróquio por espaço de quinze anos e regia a paróquia de Barra Longa, quando foi chamado para Mariana, ponto de partida da carreira que tanto dignificou a Igreja de Minas.

Lecionou no Seminário, foi Tesoureiro-Mor e Chantre do Cabido Metropolitano, por breves pontifícios de 4 de janeiro de 1924 e 7 de maio de 1928. Ocupou vários e importantes cargos no Arcebispado, de que foi Secretário. Diretor do Arquivo Diocesano<sup>5</sup>, cuja organização modelar idealizou e organizou, desempenhou ainda funções diversas na velha Cúria Metropolitana, mantendo, durante o exercício do magistério, uma palestra semanal, anos a fio, com os alunos de Teologia, sobre temas pastorais. Adquirindo o Instituto Propedêutico, em

---

<sup>1</sup> Doravante Raimundo Trindade.

<sup>2</sup> Jornal do Povo, Ponte Nova (Estado de Minas), 23 de outubro de 1960, p.1. Notícia: Monsenhor Raimundo Trindade. “Acaba de ser elevado à dignidade de Monsenhor, em virtude de bilhete de Sua Santidade o Papa João XXIII, datado de 2 de setembro, deste ano, o Reverendíssimo Senhor Cônego Raimundo Trindade, sacerdote historiador, antigo vigário de nossa terra, onde desempenhou, também, o cargo de diretor do Ginásio D. Helvécio. O ato pontifício, com ser um justo prêmio a uma das figuras mais ilustres do Clero Mineiro, veio demonstrar o quanto sua Reverendíssima se impôs ao conceito da comunidade católica, a que tem servido com admirável zelo, conquistando ainda, através de sua inteligência, lugar de merecido relevo na galeria dos grandes filhos da Igreja. Cultura aprimorada, habituado a permanente contato com os livros, estudioso da história religiosa de Minas, que lhe deve inestimáveis serviços no domínio da pesquisa histórica e no trato diuturno dos assuntos ligados a genealogia das famílias mineiras, o Monsenhor Trindade construiu uma obra sólida, que vem avultando através dos tempos, graças às suas atividades de infatigável trabalhador. É a esse insigne sacerdote, espírito aberto às mais altas manifestações do pensamento, que o Papa João XXIII acaba de conferir o título honroso, enaltecendo-lhe os méritos e abençoando a dedicação com que Sua Reverendíssima se entregou, de longa data, ao ministério divino. A entrega do título que distinguiu o Monsenhor Raimundo Trindade se verificou a 17 do fluente, em sua residência, a rua Magnólia, 675, em Belo Horizonte, onde esteve, para esse fim Sua Excelência Reverendíssima D. Oscar de Oliveira, egrégio Arcebispo de Mariana.” Fonte: Arquivo do Museu da Inconfidência / Arquivo Administrativo da Casa do Pilar.

<sup>3</sup> Arraial mineiro fundado no início do século XVIII, pelo descobridor Antônio Furquim da Luz. Na atualidade é reconhecido como distrito da cidade de Mariana, no interior do estado de Minas Gerais.

<sup>4</sup> 1º Arcebispo de Mariana-MG (1906-1922)

<sup>5</sup> Dirigiu o Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana entre os anos de 1923 a 1944.

1930, Dom Helvécio Gomes de Oliveira (1876-1960) <sup>6</sup> o levou para Ponte Nova, incumbindo-o da direção do Ginásio, até 1938, ano em que se instalou o estabelecimento, à frente o Monsenhor Trindade, no bairro de Palmeiras. Nesta cidade, exerceu o vicariato, de onde seguiu para Ouro Preto, dispensado que foi da residência canônica, a fim de instalar e dirigir o Museu da Inconfidência, em virtude de ato do Presidente Getúlio Vargas, assinado a 25 de julho de 1944.<sup>7</sup>

Como intelectual e historiador, foi também Sócio Correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais; do Instituto Histórico de Ouro Preto; Membro Fundador da Academia Nacional de História; Sócio Correspondente do Instituto de Estudos Genealógicos do Rio Grande do Sul; do Instituto de Estudos Genealógicos de São Paulo.<sup>8</sup>

No ano de 1944, durante a Era Vargas (1930-1945), seria nomeado como 1º Diretor do Museu da Inconfidência em Ouro Preto – MG, cargo de direção que ocuparia entre os anos de 1944 a 1960<sup>9</sup>. A frente dessa importante instituição encarregada da preservação da memória histórica, cívica e religiosa da sociedade mineira, Raimundo Trindade desempenharia também papel importante na defesa do patrimônio histórico e artístico.

Ao lado de Rodrigo Melo Franco de Andrade (1898-1969) <sup>10</sup> e outros intelectuais modernistas mineiros e, em torno do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) criado em 1937, Raimundo Trindade seria um intelectual importante na consolidação de uma política oficial de preservação do patrimônio histórico e artístico em Minas Gerais, política essa que, partindo de Minas, alcançaria notoriedade e reconhecimento nacional.

Após mais de meio século dedicado à vida sacerdotal e a pesquisa histórica sobre a Igreja Católica, Raimundo Trindade faleceu em Belo Horizonte no dia 2 de abril de 1962. Como

---

<sup>6</sup> 2º Arcebispo de Mariana entre 1922- 1945.

<sup>7</sup> Jornal do Povo, Ponte Nova (Estado de Minas), 8 de abril de 1962, p.1. Fonte: Arquivo do Museu da Inconfidência / Arquivo Administrativo da Casa do Pilar.

<sup>8</sup> Informações extraídas na sua obra TRINDADE, Cônego Raimundo. Biografia de Dom Silvério Gomes Pimenta (1º Arcebispo de Mariana). Confeccionado no Est. Gráfico Gutenberg, Irmãos Penna & Cia. Ponte Nova, Minas Gerais, 1940.

<sup>9</sup> Jornal do Povo, Ponte Nova (Estado de Minas), 8 de abril de 1962, p.1. “Aposentado em 1960, transferiu-se o insigne sacerdote para Belo Horizonte, onde o Arcebispo D. Oscar de Oliveira levou-lhe a notícia do pontifício que o fez Monsenhor. Adoeceu gravemente, há pouco tempo, jamais abandonando, porém, o estudo, as pesquisas que tanto empolgavam, e, à véspera de sua morte, lera o último trabalho saído do prelo, enquanto aguardava, também, publicação de um interessante esforço biográfico dos Bispos de Minas, prefaciado por D. Oscar de Oliveira. Sucumbindo na manhã de 2 do corrente (abril), transportaram-no atendendo a expressa manifestação de sua vontade, para Mariana, onde, após solenes exéquias, dia 3 (abril), foi dado a sepultura no cemitério da Igreja das Mercês.” Fonte: Arquivo do Museu da Inconfidência / Arquivo Administrativo da Casa do Pilar.

<sup>10</sup> 1º Diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) entre 1937 e 1967.

reconhecimento de seu último pedido, fora seu corpo transferido para a cidade de Mariana e sepultado no cemitério da Igreja das Mercês, no dia 3 de abril de 1962.

Na segunda metade de 1920 quando Raimundo Trindade exercia suas funções religiosas na cidade de Mariana, como Tesoureiro-mor do arcebispado, receberia de Dom Helvécio Gomes de Oliveira (então 2º Arcebispo de Mariana) o pedido de um estudo sobre a trajetória histórica da Igreja Católica no estado de Minas Gerais. Dom Helvécio reconhecia, até o presente momento, a ausência de trabalhos historiográficos que descrevessem a importância da cidade de Mariana como primeira sede do bispado mineiro (1745), arcebispado (1906) e o papel da Igreja como instituição responsável pelo processo de civilização da população local. Entre os anos de 1928 e 1929 esse historiador traria a lume a grandiosa obra sobre a Igreja Católica, a saber: “Arquidiocese de Mariana – subsídios para a sua história”<sup>11</sup>. Composta em três volumes, com cerca de mil e setecentas páginas, essa obra se tornaria referência para os estudos posteriores sobre a Igreja Católica em Minas.

Compreendemos que nesse momento a habilidade inata de Raimundo Trindade para a escrita historiográfica representou um importante instrumento de cunho ideológico e militante para a alta hierarquia eclesiástica mineira (bispos). À medida que se propagava no contexto nacional um projeto de reorganização institucional da Igreja Católica, na diocese de Mariana a narrativa do sacerdote-historiador Raimundo Trindade foi explorada pelo arcebispo Dom Helvécio com o objetivo de difundir o amor à Igreja e edificar os nomes de importantes figuras do clero local e brasileiro. Ao se tratar de um ilustre sacerdote da Igreja, portanto, de um religioso com altíssimo nível intelectual, defendemos que seu conhecimento histórico nessas primeiras décadas do século XX operou no sentido de estimular o sentimento patriótico e o apego da nação brasileira ao catolicismo.

No Brasil, com o processo de mudança política após a proclamação da Primeira República (1889-1930) – período marcado pelo fim do estado monárquico e, conseqüentemente, pelo fim do regime do padroado régio - a Igreja Católica se readequaria aos novos tempos. Os tempos modernos impuseram à instituição a necessidade de reconstrução e reorganização interna.

No campo religioso era o momento necessário ao fortalecimento da Igreja como instituição. Destituída de grande parte de seu patrimônio (sobretudo das terras) após sua

---

<sup>11</sup> Cf. TRINDADE, Cônego Raimundo. *Arquidiocese de Mariana: subsídios para a sua história*. Vols. I, II e III. São Paulo. Escolas Profissionais do Liceu Coração de Jesus, Alameda Barão de Piracicaba, 36-A, 1928-1929.

separação do Estado republicano, a Igreja teria na alta hierarquia eclesiástica brasileira (bispos) os principais agentes responsáveis por essa reorganização institucional. O episcopado brasileiro dessas primeiras décadas do século XX seria reconhecido pela continuidade das propostas da Reforma Católica, iniciada a partir de meados do XIX. O historiador Raimundo Trindade endossa na sua escrita historiográfica a existência de uma linha sucessória de bispos reformistas na diocese de Mariana. Para ele, o processo de reorganização institucional da Igreja no território mineiro teve início com Dom Viçoso em meados do século XIX e prosseguiu ao longo da primeira metade do XX.

Dom Silvério e Dom Helvécio, bispos com os quais Raimundo Trindade conviveu mais diretamente ao longo de sua formação religiosa e carreira sacerdotal, eram definidos como os mais devotados representantes da reforma católica em Minas. Dom Silvério, primeiro arcebispo negro da Igreja Católica brasileira, filho de pai lusitano e mãe africana, nasceu em meio aos acalorados debates políticos sobre a questão da escravidão no Brasil. De origem muito humilde e com uma inteligência incomparável, esse ilustre prelado mineiro se dedicou desde a infância a carreira sacerdotal no seminário de Mariana. Foi apadrinhado por Dom Viçoso e aos 22 anos foi ordenado sacerdote da Igreja Católica em Minas. Seguiu para Roma com o objetivo de aperfeiçoar sua carreira eclesiástica e no ano de 1906 tomava posse como o primeiro arcebispo de Mariana.

No trabalho biográfico sobre Dom Silvério, o historiador Raimundo Trindade descreve uma alma devotada aos estudos e à atividade espiritual na diocese de Mariana. Na sua concepção, esse ilustre prelado tomaria para si a missão de restabelecer o patrimônio da Igreja que havia sido usurpado pelo governo republicano e recatolicizar o estado. Dom Silvério, na diocese mineira, personificava a nova era da Igreja Católica brasileira no contexto da modernidade. Quase duas décadas após a promulgação da Lei Áurea (13 de maio de 1888) que extinguiu a escravidão no Brasil e no cerne do debate republicano sobre a absorção da população negra no contexto social brasileiro, a Igreja, de forma pioneira, empossava Dom Silvério como o primeiro arcebispo negro do Brasil.

No contexto republicano, a ideia de reforma católica estabeleceria, portanto, uma nova etapa na história da Igreja brasileira. A união nacional dessa alta hierarquia eclesiástica defendia a reformulação do clero, a união interna da Igreja como uma instituição forte e a retomada de seu poder junto à sociedade. Essas medidas visando à reorganização institucional da Igreja

brasileira vinham ao encontro das ideias e práticas suscitadas pelos bispos do Brasil com forte ligação com o movimento ultramontano<sup>12</sup> europeu.

O movimento ultramontano na Europa desencadeado a partir do Concílio de Trento (1545-1563) definiu o posicionamento reacionário da Igreja Católica contra as investidas do poder dos monarcas e do surgimento do protestantismo. Na contramão do processo de modernização das sociedades ocidentais uma ala mais conservadora do clero europeu - que defendia a centralidade do poder da Igreja pelo papa - propunha por meio de uma rígida hierarquia católica o fortalecimento institucional do clero e a consolidação do catolicismo como religião universal.

A centralidade do poder da Igreja Católica na figura do papa, o combate ao protestantismo, às ideologias políticas liberais e a secularização da sociedade foram algumas das medidas adotadas pela alta hierarquia eclesiástica do ocidente. No Brasil, com a reforma católica, os bispos que ocuparam as sedes diocesanas (até 1890, havia apenas doze dioceses em todo território nacional) se encontravam inseridos nessa nova fase reacionária da Igreja.

Na província de Minas Gerais, ainda sob o regime político monárquico, Dom Antônio Ferreira Viçoso (1787-1875) seria reconhecido pela historiografia eclesiástica brasileira como a principal autoridade religiosa a liderar a reforma. Com sua formação religiosa no período de efervescência do movimento ultramontano europeu, Dom Viçoso se caracterizou pelo forte empenho na luta pela liberdade e autonomia da Igreja Católica.

Lazarista de formação, comprometido com a vocação sacerdotal e a atividade missionária, ao assumir a diocese de Mariana em 1844 seria um dos defensores da reforma do clero. Uma das principais ações durante o seu episcopado seria a atenção a formação do futuro clero mineiro. Dom Viçoso, assim como os demais bispos brasileiros unidos pela reforma católica, entendiam que o fortalecimento institucional e a reorganização interna da Igreja,

---

<sup>12</sup> Cf. SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. Uma Questão de Revisão de Conceitos: Romanização – Ultramontanismo – Reforma. *Temporalidades*, Revista Discente do Programa de Pós – graduação em História da UFMG, vol.2, nº2, Agosto / Dezembro de 2010, p.24-33. O autor assim definiu o conceito: “O ultramontanismo, no século XIX, se caracterizou por uma série de atitudes da Igreja Católica, num movimento de reação a algumas correntes teológicas e eclesiásticas, ao regalismo dos estados católicos, às novas tendências políticas desenvolvidas após a Revolução Francesa e a secularização da sociedade moderna. Pode-se resumi-lo nos seguintes pontos: o fortalecimento da autoridade pontifícia sobre as igrejas locais; a reafirmação da escolástica; o restabelecimento da Companhia de Jesus (1814); a definição dos “perigos” que assolavam a Igreja (galicanismo, jansenismo, regalismo, todos os tipos de liberalismo, protestantismo, maçonaria, deísmo, racionalismo, socialismo, casamento civil, liberdade de imprensa e outras mais), culminando na condenação destes por meio da Encíclica Quanta Cura e do “Sílabo dos Erros”, anexo à mesma, publicado em 1864.” (p.24)

passavam, necessariamente, por uma reforma no ensino religioso às novas gerações do clero brasileiro.

Nas três primeiras décadas do regime republicano, marcado por uma política de governo laica e defensora da secularização da sociedade civil, a Igreja Católica brasileira enfrentou uma enorme crise financeira e institucional. Logo após a Proclamação da República em 1889, umas das primeiras medidas adotadas pelo governo seria a separação entre o Estado e Igreja. A partir desse momento, na visão de alguns religiosos-historiadores e católicos leigos, ambas as instituições passaram a realizar suas atividades de maneira separada no Brasil.

Como sabemos, ao longo do período colonial e imperial da história do Brasil, estado monárquico e Igreja Católica tiveram suas atividades interligadas pelo regime do padroado régio. Essa intensa ligação entre Estado e Igreja seria bastante debatida pela historiografia brasileira. Em fins do século XIX, algumas análises historiográficas, sobretudo aquelas desenvolvidas por historiadores de formação religiosa, demonstravam a ausência de autonomia institucional da Igreja no Brasil. No período republicano se intensificaria as pesquisas históricas sobre essa nova fase da Igreja brasileira, agora caracterizada pela liberdade e autonomia institucional. Esses novos estudos historiográficos definiriam a Igreja do período colonial e imperial como uma instituição marcada pela intervenção política do Estado nos assuntos da religião católica.

Através de uma política de governo regalista, o estado monárquico reconhecia a si o direito na escolha e nomeação dos bispos para as dioceses brasileiras, o controle sobre as finanças e os bens patrimoniais da Igreja, a responsabilidade no pagamento das cômmodas aos religiosos, dentre inúmeras outras regalias, benefícios e privilégios do poder temporal sobre o espiritual. Todos esses privilégios, como defendidos pelo poder estatal, adquiridos “legitimamente” junto à Santa Sé em Roma.

Ao analisar historicamente a Igreja de seu tempo, portanto, à luz do fim do padroado régio e no início do governo republicano, Raimundo Trindade descreveu uma instituição liberta da política regalista, porém, em crise financeira e tendo de recorrer constantemente a Santa Sé em Roma para que as atividades do cabido diocesano não fossem totalmente suprimidas. Para esse autor, a relação estabelecida entre estado e Igreja (padroado) representou uma política danosa aos interesses dos eclesiásticos brasileiros. Ao tratar especificamente sobre os efeitos do padroado no território da diocese de Mariana, Raimundo Trindade defendeu que, desde a criação do bispado em 1745 até a proclamação da república em 1889, a Igreja sofreu

diretamente com a ingerência do governo monárquico. Da chegada de Dom Frei Manuel da Cruz (1º bispo de Mariana) em 1748 até o episódio da Questão Religiosa na década de 1870 (de repercussão nacional entre o clero), a Igreja Católica experimentou dois séculos tormentosos. Longo intervalo de vacância de bispos na diocese e a falta de criação de seminários no território influenciou diretamente na permanência de um clero turbulento no interior do cabido diocesano de Mariana.

Na República, a defesa de uma política de governo laica e de uma sociedade civil secularizada resultou também na proibição do ensino religioso nas escolas públicas brasileiras. Essa estratégia política visando à diminuição do poder da Igreja Católica no interior da sociedade viria a ser o estopim para o posicionamento mais enérgico e combativo da alta hierarquia católica no cenário político e social nacional.

A Restauração Católica (1920-1930) liderada pelas novas gerações do episcopado brasileiro seria entendida como a continuação das propostas reformistas da segunda metade do XIX. Esse novo movimento da Igreja brasileira se iniciaria no Rio de Janeiro, com o arcebispo Dom Sebastião Leme (1882-1942) e se espalharia por todas as dioceses do território nacional. No geral, esse movimento liderado pelos bispos nacionais defendia a retomada do poder social da Igreja, ou seja, uma maior presença dessa instituição no interior da sociedade e a retomada de uma efetiva colaboração com o governo.

Essa reaproximação da alta hierarquia eclesiástica com o governo republicano representaria uma nova guinada na conturbada trajetória histórica dessas instituições brasileiras. O efetivo rompimento entre estado e Igreja com o advento da República, as três décadas seguintes de ostracismo dessa instituição no cenário social, seria superado graças aos esforços dos bispos em suas respectivas dioceses. A reaproximação política dos bispos com as elites oligárquicas estaduais, o monopólio estabelecido por essas autoridades eclesiásticas sobre o ensino e a educação dos filhos dessa elite, foram fatores determinantes na superação da crise financeira da Igreja e na retomada de seu prestígio social.

No decorrer da década de 1920, mas, sobretudo, na Era Vargas (1930-1945), estado e Igreja já estabeleceriam as novas bases de apoio mútuo em defesa da sociedade brasileira. Essas duas instituições, em franca oposição ao processo modernizante da sociedade uniram forças contra inimigos comuns. O Estado varguista com uma proposta política autoritária defendia a centralidade do poder e o estabelecimento da ordem social. Lutava contra o comunismo, ideologia política estrangeira e bastante em voga no contexto europeu da época. A Igreja

Católica combatia as religiões contrárias ao catolicismo, consideradas como desagregadoras da sociedade. Caso específico do protestantismo e da doutrina do espiritismo, na época com acentuada difusão no contexto social brasileiro.<sup>13</sup> Dentre as autoridades políticas e religiosas do período havia uma latente preocupação com a possibilidade de desintegração da sociedade brasileira no exato momento em que as bases essenciais da nacionalidade vinham sendo discutidas e construídas.

No Estado Novo (1937-1945), momento em que a política de governo varguista acentuaria sua face mais autoritária, a Igreja Católica é reconhecida como uma importante força auxiliar do estado. No momento em que, pelo autoritarismo, o governo restabelecia a ordem social, a Igreja com um discurso pela fé e pela doutrina da religião cristã defendia o despertar da sociedade para o sentimento patriótico, para o espírito nacionalista e para integridade da nação.

Grande parte da extensa produção historiográfica de Raimundo Trindade concentrou-se na primeira metade do século XX, ou seja, entre as décadas de 1920-1950.<sup>14</sup> O momento de sua escrita coincide com um período de importantes transformações políticas e culturais no Brasil. Notamos que sua narrativa ora adotava um posicionamento mais conservador, ora pôde ser identificada como uma concepção histórica mais moderna.

---

<sup>13</sup> Cf. AZZI, Riolando. A Igreja Católica no Brasil durante o Estado Novo (1937-1945). In: Síntese, Revista de Filosofia, v.7, n.19, 1980, p.49-71. De acordo com o autor: “O importante era colocar em evidência que, com exceção da fé católica, as outras denominações religiosas contribuíam apenas para romper a unidade nacional, corromper o povo e atender a interesses de grupos estrangeiros.” (p.65). Ademais, “Na apologética católica, portanto, os movimentos heterodoxos tanto protestantes como espíritas e outros análogos eram colocados na mesma linha do comunismo, considerados como forças desagregadoras da unidade nacional.” (p.66)

<sup>14</sup> No que respeita ao recorte cronológico da pesquisa, portanto, as décadas de 1920-50, notamos que duas de suas obras foram produzidas anteriormente, *Semana Santa* (1916) e *Monografia da Paróquia de Barra Longa* (1917). Duas seriam publicadas após seu falecimento em 1962: *Cômputo Eclesiástico* (1963) e *Apontamentos Biográficos Sobre Bispos Brasileiros Nascidos em Minas Gerais, 1770-1961* (1984). Quanto às demais: *Genealogias Mineiras* (1923), *Efemérides da Arquidiocese de Mariana* (1923), *Arquidiocese de Mariana: subsídios para a sua história* (1928-1929), *A Família Pontes* (1934), *Biografia de Dom Silvério Gomes Pimenta* (1940), *A Família dos Andradas* (1941), *Garcia Velhos, Campos* (1942), *Troncos Paulistanos e Martins da Costa* (1943), *Genealogias da Zona do Carmo* (1943), *Titulares de Igrejas e Patronos de Lugares* (1944), *Ascendentes e Colaterais de Tiradentes* (1944), *Criação do Bispado de Mariana* (1945), *Instituições de Igrejas no Bispado de Mariana* (1945), *Velhos Troncos Ourepretanos* (1951), *São Francisco de Assis de Ouro Preto* (1951), *Breve Notícias do Seminário de Mariana* (1953), *Velhos Troncos Mineiros* (1955), *A Igreja de São José em Ouro Preto* (1956), *Um Pleito Tristemente Célebre nas Minas Gerais do Século XVIII: Contribuição para a História Eclesiástica de Minas* (1957), *A Sede do Museu da Inconfidência em Ouro Preto* (1958). Na revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), entre os anos de 1943-59, foram publicados seis artigos. *A Igreja de São Francisco de Assis de Mariana* (1943), *A Casa de São Francisco em Mariana* (1944), *A Casa Capitular de Mariana* (1945), *Ourives de Minas Gerais nos Séculos XVIII-XIX* (1955), *A Igreja de São José em Ouro Preto* (1956) e *A Igreja das Mercês em Ouro Preto* (1959).

Como religioso, ao tratar mais especificamente da história da Igreja Católica em Minas, sua narrativa se aproxima bastante de uma concepção apologética e moralizante do catolicismo. Porém, o apego à verdade histórica, tão valorizada por ele e pelo arcebispo Dom Helvécio influenciou diretamente para que os desvios cometidos pelo clero mineiro não fosse omitido da sua escrita.

No que concerne a preservação do patrimônio histórico e artístico ligado ao catolicismo, sua narrativa adotava uma visão nitidamente moderna. Nesse momento, seu universo religioso se interrelaciona com o contexto político brasileiro do início do século XX, onde a proximidade com importantes nomes da política e da intelectualidade modernista possibilitou a consolidação de uma política nacional de preservação do patrimônio religioso em Minas.

A transição política da Primeira República para a Era Vargas culminou numa política de governo nacionalista voltada para a busca e construção da identidade da nação brasileira. Em Minas Gerais, a política governamental varguista encontraria ressonância nas ideias e pensamentos de um grupo de intelectuais modernistas. O governo Vargas soube cooptar esse importante setor da elite intelectual moderna mineira em prol de suas ações políticas. Mesmo após o ano de 1937, com o Estado Novo, muitos dos intelectuais modernistas mineiros seriam reconhecidos pelo apoio às diretrizes políticas do governo. Nesse momento, muitos deles ocupariam cargos e funções burocráticas de destaque em repartições públicas tanto a nível regional quanto a nível nacional.<sup>15</sup>

No cenário brasileiro, as propostas ideológicas e culturais incluídas no Movimento Modernista de 1922 (para muitos historiadores esse movimento artístico e cultural seria iniciado na cidade de São Paulo) se espalhariam por todo o território nacional. Em Minas Gerais, assim

---

<sup>15</sup> O historiador Alcir Lenharo analisou o papel desempenhado pelos intelectuais no interior da estrutura burocrática do governo Vargas. Na visão de LENHARO (1986, p.53-54), “Para tanto, o Estado munuiu-se de uma política de burocratização intensiva da intelectualidade – os funcionários escritores e os escritores funcionários, dos quais fala Miceli – com o fim de efetivar a centralização do poder simbólico, um esforço conjunto de homogeneização dos discursos do poder, particularmente o ideológico. O Estado abriu ditatorialmente espaço para esta camada burocrática nos meios de comunicação, bem como criou novos canais para facilitar-lhes seu desempenho. Transmitiu-lhes poder para breçar outros discursos, assim como tratou de criar uma redoma ao redor dos seus eleitos e torná-los impermeáveis à pressão crítica dos adversários. Um grupo selecionado de teóricos operava diretamente junto ao ditador e cuidava da “verdade doutrinária” do regime. Ao procurar fidelidade às diretrizes oficiais, intentavam facilitar o escoamento ideológico por meio de dispositivos culturais que ampliassem o consumo dos conteúdos doutrinários do regime. Esses intelectuais agiam como autênticos mediadores simbólicos entre o Estado e o social; tratava-no de modo a decompô-lo em partes iguais e harmônicas, confeccionando, a partir dessa operação, um todo único e compreensível. Fundamentalmente, deslocavam o real do plano do abstrato para o sensível, convertendo a sua inteligência numa operação visualmente agradável, colorida, sonora, emotiva, sentida, espetacular.” Cf. LENHARO, Alcir. *Sacralização da Política / Alcir Lenharo*. – Campinas – 2ª Ed. – SP: Papyrus, 1986.

como em outros estados da federação, a característica principal desse movimento artístico e cultural seria o destaque ao conteúdo regional. Para essa corrente modernista local o que estava em jogo era o reconhecimento a nível nacional das particularidades e singularidades da cultura mineira.

O governo Vargas ficou reconhecido pelo apoio dado aos modernistas mineiros. Sua política de governo propiciou a esse seleto grupo de intelectuais subsídios financeiros, a nomeação para cargos de direção em instituições públicas de destaque regional e nacional além de um espaço midiático privilegiado para a difusão de suas ideias. Dentre os inúmeros intelectuais modernistas mineiros cooptados pela estratégia política do governo de Vargas, dois deles se apresentam como personagens importantíssimos para o processo de reconhecimento e difusão da cultura mineira a nível nacional: Gustavo Capanema (1900-1985)<sup>16</sup> e Rodrigo Melo Franco de Andrade (1898-1969). O primeiro, considerado pela historiadora Helena Bomeny como o principal responsável pela articulação entre os intelectuais mineiros e o poder durante o Governo Vargas. O segundo, um dos principais nomes encarregados pela criação de uma política oficial de preservação do patrimônio histórico e artístico em Minas Gerais.

A historiadora Helena Bomeny, organizadora da obra “Constelação Capanema: intelectuais e política”, de 2001, destacou a importância do político mineiro Gustavo Capanema (nomeado Ministro da Educação e Saúde do governo Vargas), como o principal articulador na relação estabelecida entre os modernistas mineiros e o poder,

A história da aproximação dos intelectuais com o poder na gestão Capanema é uma história cujo traçado é anterior aos tempos de ministério. Um grupo de amigos teve num dado momento e num dado espaço geográfico, o que era preciso para selar o sentido de uma geração. Geração compreendida aqui no sentido que classicamente lhe conferiu Karl Mannheim: uma forma particular de identidade de local que abarca grupos de idade inseridos num mesmo processo histórico-social. O importante dessa formulação é o fato de conceber os grupos como formados por pessoas de idades semelhantes que compartilham experiências comuns que os distinguem de seus contemporâneos em outros grupos de idades. É a dimensão de compartilhar socialmente experiências que confere significado especial à formulação manheimiana. O momento que nos cabe aqui é a década de 1920, e o espaço é a cidade de Belo Horizonte, capital da primeira geração modernista de Minas Gerais (BOMENY, 2001, p.21).

---

<sup>16</sup> Ocupou o cargo de Ministro da Educação e Saúde (MES) entre 1934 e 1945.

Da citação acima da historiadora Helena Bomeny, constatamos uma rápida descrição inicial da formação da primeira geração de modernistas mineiros. Sediados em Belo Horizonte, cidade recentemente transformada em capital de Minas Gerais no ano de 1897, foi escolhida como centro de convergência para os acalorados debates políticos e culturais dos modernistas mineiros. Esse grupo de intelectuais partiria desse novo centro político, econômico e cultural do Estado em busca do redescobrimento das tradições e valores históricos, culturais e artísticos da sociedade mineira.

Para tanto, esse grupo de intelectuais modernistas convergiria seus olhares para as cidades históricas de Minas Gerais, cidades que nos seus discursos e narrativas históricas representavam o berço da civilização mineira e brasileira. Buscaram em seus escritos ressaltar a importância histórica, artística e cultural dessas cidades como referenciais para a construção da identidade da nação. Adotaram em seus discursos o barroco como o estilo artístico originário da identidade cultural brasileira.

Aos seus discursos e narrativas carregados de sentimentalismo e de grande apego aos fatos e personagens históricos (que ajudaram a compor a trajetória civilizacional da sociedade mineira), uniriam uma política voltada para a preservação e valorização de bens patrimoniais originários do século XVIII. Para eles, a preservação desse patrimônio histórico e artístico representava em si a própria preservação da cultura mineira e nacional.

Importante salientarmos que para esses intelectuais modernistas mineiros, a elaboração de uma política de preservação do patrimônio estava diretamente ligada ao que eles próprios consideravam como esse patrimônio. Nessa primeira metade do século XX, o conceito de patrimônio para os modernistas de Minas Gerais estava inserido numa política seletiva que incluía apenas as artes e a arquitetura, ou seja, uma política oficial que abarcava somente a chamada alta cultura. Era um seleto grupo de intelectuais que, partilhando de pensamentos e ideologias em comum, propunham definir entre si um conceito de cultura para a nação brasileira.

A política de seleção empregada pelos intelectuais mineiros (sobretudo aqueles intelectuais diretamente ligados ao SPHAN) em relação ao patrimônio a ser preservado envolvia, via de regras, uma valoração hierárquica desses monumentos. Para eles, em primeiro plano ficava estabelecido o valor artístico desses monumentos seguidos de seu valor histórico. Essa valorização artística e histórica se referenciava apenas ao patrimônio nacional originário do estilo barroco. A valoração do estilo barroco em seus discursos e narrativas refletia um

posicionamento contrário, de oposição ao chamado estilo eclético ou ecletismo, predominante no período da Primeira República.<sup>17</sup>

O próprio posicionamento político desses intelectuais (pró-governo Vargas) seria legitimado em seus discursos através da opção pelo barroco. No momento político de construção de uma identidade nacional o barroco seria valorizado e defendido como expressão máxima da originalidade cultural brasileira. Portanto, esse grupo de intelectuais mineiros poderia ser definido também como “agente do político.” Membros de um distinto grupo do corpo social que através de seus discursos ideológicos e de ações de caráter político, pretendiam estabelecer a ligação entre governo e sociedade. Ou seja, corroborados com a ideologia nacionalista do governo de Vargas, comprometidos na difusão dessa mesma ideologia política à sociedade, estabeleciam assim as bases político-ideológicas para a construção da identidade nacional.

Intelectuais como “agente do político” tomando como base a definição de SIRINELLI<sup>18</sup> (2003, p.242) “grupo de intelectuais que engloba os criadores e os mediadores culturais”, assim como aqueles intelectuais atrelados à noção de engajamento na vida da cidade como ator. Ademais, SIRINELLI (2003, p.248) “grupo de intelectuais que se organiza também em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades mais difusas, mas igualmente determinantes, que fundam uma vontade e um gosto de conviver.”

As cidades históricas mineiras do século XVIII seriam consideradas pelos intelectuais modernistas (muitos deles, posteriormente, membros do SPHAN) como locais privilegiados para o resgate da memória histórica e construção de uma identidade cultural da nação brasileira. Nessa perspectiva de retorno aos valores regionais mineiros, os intelectuais do SPHAN encontrariam na arte colonial (união do barroco com a religião católica) o âmago da identidade cultural de Minas Gerais. Essas cidades históricas representariam o elo entre o passado e o presente, a tradição e o moderno.

A historiadora mineira Guiomar de Grammont, em sua obra “O Aleijadinho e o aeroplano: o paraíso barroco e a construção do herói colonial”, de 2008, atribuiu aos intelectuais

---

<sup>17</sup> Essa discussão está mais bem fundamentada na primeira parte do trabalho de: SILVEIRA, Marcus Marciano Gonçalves da. *Templos modernos, templos ao chão. A Trajetória da arquitetura religiosa modernista e a demolição de antigos templos católicos no Brasil* / Marcus Marciano Gonçalves da Silveira – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. (Coleção Historiografia de Minas Gerais. Série Universidade; 2).

<sup>18</sup> SIRINELLI, Jean François. “Os Intelectuais”. In: RÉMOND, René (org.). *Por Uma História Política*, 2003, p.231-269.

modernistas da primeira metade do século XX o papel fundamental de “redescoberta” da arte colonial. Segundo a autora essa arte colonial teria sido produzida durante o auge da produção aurífera, porém com o conseqüente processo de esgotamento do ouro e diamantes essa arte colonial teria caído no esquecimento.

No século XIX, o papel de “descoberta” ficaria a cargo dos viajantes estrangeiros que aportaram às Minas Gerais com o intuito de promover viagens científicas e de reconhecimento das riquezas naturais do país. Na primeira metade do século XX, o processo de “redescoberta” dessa arte colonial como expressão da identidade nacional seria resultado das pesquisas elaboradas pelos intelectuais modernistas do SPHAN. Assim, como sugere GRAMMONT (2008, p.134), “o que chamamos “redescoberta”, contudo, em nossa perspectiva, significou, efetivamente, a invenção de um país que é o Brasil modernista, baseado na invenção das raízes culturais. O barroco teria um papel fundamental na constituição dessas raízes.”

A invenção das raízes culturais da nação, a busca de uma identidade propriamente nacional, o barroco mineiro como expressão singular dessa origem cultural são componentes que estruturariam as narrativas históricas nacionais dos modernistas mineiros. De acordo com José Reginaldo Santos Gonçalves<sup>19</sup>, narrativas nacionais como aqueles discursos históricos produzidos por uma elite intelectual ligada ao movimento modernista brasileiro (sobretudo, em Minas Gerais), ao SPHAN e a ideologia política do Estado Novo, a partir da década de 1930.

O passado histórico dos mineiros seria considerado por esses modernistas como o combustível ideal para a construção das narrativas nacionais. Estado berço da Inconfidência Mineira de 1789 (vista por muitos historiadores como a “revolta” precursora da identidade nacional), de personagens históricos como Tiradentes e o artista Aleijadinho. Ademais, o estado com a maior concentração de conjuntos arquitetônicos, igrejas e objetos de arte (sobretudo artes sacras) oriundas do barroco do século XVIII. Portanto, cenário regional ideal para a construção

---

<sup>19</sup> Cf. GONÇALVES, José Reginaldo Santos. A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil / José Reginaldo Santos Gonçalves – Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Iphan, 2002. Portanto, para GONÇALVES (2002, p.41), “Aqueles intelectuais identificados com o Modernismo e associados ao regime político do Estado Novo concebiam a si mesmo como uma elite cultural e política cuja missão era “modernizar” ou “civilizar” o Brasil, elevando o país ao plano das nações europeias mais avançadas. No entanto, é importante frisar que tal projeto estava associado ao reconhecimento da necessidade de produzir uma imagem singularizada do Brasil como cultura e como parte da moderna civilização ocidental. O problema principal era, assim, não simplesmente imitar a Europa, mas identificar e afirmar uma cultura brasileira autêntica, ainda que isto fosse feito através do vocabulário das vanguardas modernistas europeias. Muitos propunham a valorização do “tradicional” e do “regional” na construção de uma imagem nacionalista singular do Brasil. Acreditavam que, para identificar ou “redescobrir” o Brasil, o país teria de retomar aos seus mais “autênticos” valores nacionais, os quais estavam supostamente fundados no passado, assim como em valores regionais.”

de narrativas nacionais em que o passado histórico é focalizado como exemplo para a continuidade do processo de civilização.

É unânime entre os especialistas do patrimônio histórico e artístico nacional o papel de vanguarda desempenhado por Rodrigo Melo Franco de Andrade. As três primeiras décadas de atividades do SPHAN em prol da defesa e preservação do patrimônio histórico e artístico em Minas Gerais e, no Brasil, são incondicionalmente atreladas às ações políticas e ao discurso desse intelectual mineiro. Como bem destacou o antropólogo José Reginaldo Santos Gonçalves, a figura pessoal e pública de Rodrigo Melo Franco de Andrade é indissociável da instituição do SPHAN.<sup>20</sup>

Sua dedicação ao longo de três décadas à frente da direção do SPHAN repercutiu numa importante política oficial de defesa e preservação do patrimônio histórico e artístico nacional. Esse intelectual em seus discursos e narrativas de cunho nacionalista procurou difundir entre a sociedade brasileira a necessidade de se defender e preservar bens patrimoniais diretamente ligados à história da nação brasileira.

Na narrativa de Rodrigo, ele formula seu objetivo principal como aquele de persuadir a população da existência do “patrimônio histórico e artístico” brasileiro, assim como da necessidade de preservá-lo. Em seus artigos, conferências e entrevistas, ele se dirige a uma audiência concebida como supostamente “ignorante” ou “indiferente” em relação à “causa” do patrimônio. Essa audiência, segundo ele, pode incluir tanto o “povo” quanto a “elite”. A “causa” é apresentada como devendo interessar a todos os cidadãos brasileiros e, como tal, supostamente transcende as diferenças sociais (GONÇALVES, 2002, p.47).

Nos seus discursos, além do reconhecimento da necessidade de se educar a sociedade brasileira e orientá-la em prol da defesa do patrimônio histórico e artístico, fica evidente o sentimento de perda em relação a esses bens patrimoniais. Retomando novamente o trabalho

---

<sup>20</sup>Sobre essa forte ligação entre o nome de Rodrigo e a instituição SPHAN, sugiro conferir: GONÇALVES (2002, p.46-47) “Rodrigo vê a si mesmo como um ator na sua narrativa histórica sobre o patrimônio cultural brasileiro. Muitas vezes a palavra “Patrimônio”, com maiúscula, era usada para designar o SPHAN. Na verdade, existe uma forte associação entre o chamado “Patrimônio” e o nome de Rodrigo Melo Franco de Andrade. Alguns usam a expressão “o Patrimônio de Rodrigo” para destacar a intensa identificação entre o homem e aquela instituição. A criação e sedimentação do Sphan são indissociáveis da imagem pública de Rodrigo. É possível dizer que, em certo sentido, Rodrigo, durante determinado período, modela o patrimônio cultural brasileiro, ao mesmo tempo em que o patrimônio o modela, enquanto *persona* pública. As narrativas de Rodrigo e o Sphan focalizam principalmente as ideias de “renúncia” e “exemplo”. A autoridade de Rodrigo para falar e agir em nome do “patrimônio histórico e artístico” brasileiro é modelada através de sua atitude de renúncia em relação a sua vida privada e em relação a outros caminhos que poderia ter seguido em sua vida pública. Assim, sua vida pessoal é narrada por companheiros de trabalho e por amigos como totalmente dedicada ao Sphan e à “causa” do patrimônio brasileiro. Desse modo, sua vida, assim como “sua” instituição é considerada “exemplares”.

do antropólogo José Reginaldo Santos Gonçalves, verificamos que ao tratar das narrativas, discursos e ações políticas produzidas por Rodrigo, seu posicionamento (como autoridade na questão do patrimônio nacional) visa alertar a sociedade sobre o constantemente perigo de perda e desaparecimento.

Rodrigo chama a atenção para o fato de que a perda desse patrimônio histórico e artístico representa, sobretudo, a perda da própria identidade histórica nacional. À medida que esses bens patrimoniais vão sendo dispersos, destruídos e perdidos o que está em jogo é a perda da autenticidade cultural brasileira.

No Brasil, os intelectuais que pensaram a questão do patrimônio cultural situam o início de suas narrativas em uma situação histórica presente, caracterizada pelo desaparecimento de valores culturais nacionais. Em consequência, a nação é apresentada sob o efeito de um perigoso processo de perda da memória e, conseqüentemente, da identidade. Se perguntados sobre o que representam suas ações preservacionistas, eles responderão que a alternativa será apenas a não destruição dos valores nacionais. Nesse contexto, a identidade nacional existe como resposta positiva à possibilidade de sua irreparável perda (GONÇALVES, 2002, p.88).

Esses intelectuais ao redor do SPHAN adotam uma verdadeira política de “vigilância” em relação ao patrimônio histórico e artístico nacional. O posicionamento de Rodrigo Melo Franco de Andrade na defesa e preservação desses bens demonstra seu comprometimento com o processo de busca e construção da identidade cultural da nação, processo esse em curso no Brasil durante a primeira metade do século XX. Nesse período de grandes transformações no cenário político, social, econômico e cultural do Brasil, as ações desses intelectuais se revestiram de um grande teor nacionalista. Defender e preservar esse patrimônio do desaparecimento, da perda, do comércio ilegal, significava lutar pela manutenção e integridade da própria memória histórica da nação. Afinal, quando o patrimônio histórico nacional sofre com perdas irreparáveis, a própria nação brasileira sofre com as conseqüências desse processo repentino de apagamento de suas origens culturais e históricas.

No estado de Minas Gerais, Rodrigo Melo Franco de Andrade e o próprio SPHAN tiveram uma grande importância na defesa e preservação do patrimônio. Alguns especialistas ponderam que o fato desse intelectual ter nascido em Minas refletiu bastante nas suas ações preservacionistas no território.

Alguns especialistas defendem que no caso específico de Minas Gerais, houve entre os intelectuais modernistas o surgimento de uma chamada “ideologia da mineiridade”.<sup>21</sup> Portanto, dessa ideologia própria aos intelectuais mineiros (numa clara evidência de valorização do regional e típico do pensamento modernista no Estado), surgiriam ações de caráter político e social buscando enaltecer os valores culturais da região e seu reconhecimento a nível nacional. O estado de Minas Gerais seria considerado pelos modernistas como o centro irradiador de valores morais e religiosos para o restante do Brasil.

Outros especialistas destacam que Minas Gerais é o Estado brasileiro que se caracterizou pela maior concentração de conjuntos arquitetônicos religiosos e de artes sacras, originários do barroco. Para os modernistas mineiros esses conjuntos arquitetônicos com suas igrejas e artes sacras seriam defendidos como a expressão máxima da autêntica identidade cultural e religiosa da nação brasileira. Em seus discursos os modernistas mineiros buscavam ressaltar e valorizar as singularidades da cultura regional ao mesmo tempo em que desejavam o seu reconhecimento a nível nacional. Aqui, o símbolo totêmico<sup>22</sup> dessa expressividade cultural seria o barroco, com suas igrejas coloniais e artes sacras.

Durante o período que se estende de 1937 a 1979, a maioria dos monumentos e obras de arte tombada como “patrimônio cultural” era considerada como representativa do chamado barroco brasileiro. Desde os anos trinta, o barroco tem sido oficialmente usado como um signo totêmico da expressão estética da identidade nacional brasileira. Outros estilos, como o Neoclassicismo, foram colocados de lado. Nos anos 20, o Barroco foi “redescoberto” por intelectuais “modernistas” em busca de uma arte e uma cultura brasileira, autênticas. Historiadores do “movimento modernista” no Brasil usualmente referem-se à viagem cultural realizada por Mario de Andrade e outros intelectuais ao Estado de Minas Gerais para visitar o que veio mais tarde a ser conhecido como “as cidades históricas de Minas”. A viagem era parte do esforço de intelectuais modernistas no sentido de “redescobrir” o Brasil. A paisagem e a arquitetura barroca das antigas cidades coloniais mineiras desempenharam um importante papel na obra de poetas e artistas brasileiros. Elas eram usadas como temas para a produção de uma autêntica arte brasileira. Cidades, casas e igrejas coloniais barrocas

---

<sup>21</sup> (Cf. SCHWARTZMAN, BOMENY e COSTA, 1984). “A “mineiridade” seria uma ideologia partilhada por diversos intelectuais, que consideravam Minas e o conjunto de valores morais e religiosos a ela associados como uma metáfora central para o Brasil.”

<sup>22</sup> Expressão cunhada pelo historiador mineiro Lúcio Costa. Transcrevo aqui, uma nota de pé de página presente no trabalho de José Geraldo Santos Gonçalves (*A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*), que nos ajuda a entender melhor o sentido dessa expressão na sua relação com o barroco mineiro: “O uso do “Barroco” nas várias identificações do Brasil tem funcionado, desde os anos 30, como uma espécie de sinal totêmico da identidade cultural brasileira expressa, sobretudo, pela arquitetura. Muitos interpretavam o estilo colonial barroco em arquitetura como uma espécie de predecessor do estilo “moderno”. (ver COSTA, 1986, p.32-59).

eram consideradas como signos de um Brasil original e esquecido, um exemplo de vitalidade e originalidade cultural (GONÇALVES, 2002, p.68).

No território mineiro outro fator muito importante que legitimaria o discurso modernista, enaltecendo o barroco como símbolo totêmico da identidade cultural brasileira seria sua expressiva ligação com o catolicismo. Grande parte dos conjuntos arquitetônicos preservados pelo SPHAN no estado está diretamente relacionada ao catolicismo. A Igreja católica é reconhecida desde o período colonial como uma instituição importantíssima no processo de civilização da sociedade. No discurso modernista mineiro o barroco unido ao catolicismo seriam dois importantes instrumentos simbólicos empregados na construção do discurso sobre a identidade cultural e religiosa da nação.

De acordo com GONÇALVES (2002, p.70) “A religião, especificamente o catolicismo, desempenha um papel crucial na narrativa de Rodrigo, para quem ela assegura a integração da sociedade brasileira, desde os tempos coloniais”. Para o autor, esse sentido de integração da sociedade causada pela religião católica (expresso no discurso de Rodrigo) seria fundamental para pensarmos a política oficial de preservação do patrimônio no Estado. Os dados numéricos levantados pelo autor sobre os tombamentos diretamente relacionados à religião católica são bastante expressivos,

A ênfase colocada nos monumentos religiosos (especificamente igrejas católicas) pela política do SPHAN foi notável. De 1937 a 1982, foram tombados 936 monumentos e objetos como “patrimônio nacional”. Os monumentos classificados “arquitetura religiosa” ultrapassavam todos os outros. Até 1982, havia 384 monumentos religiosos; destes, 216 eram “igrejas” (especificamente “igrejas católicas coloniais”). Além do seu valor arquitetônico, esses monumentos eram considerados como signos de uma identidade religiosa brasileira (GONÇALVES, 2002, p.70).

Portanto, em Minas Gerais a defesa das raízes culturais e da tradição católica como definidores da identidade da nação seria legitimada por meio de dois elementos, ou melhor, pela junção de ambos: o estilo barroco e a religião católica. O barroco e o catolicismo são defendidos no discurso modernista como os elementos fundantes da identidade nacional brasileira. A tradição religiosa mineira seria expressa através dos ritos litúrgicos e da fé católica, componentes essenciais na formação e integração da população local. Outro aspecto evidente que expressaria esse apego da sociedade mineira ao catolicismo seria legitimado pelas inúmeras igrejas construídas no território desde o período colonial.

São símbolos visuais e materiais que reforçam a tradição católica da sociedade local. A localização estratégica desses monumentos arquitetônicos atesta muitas das vezes para a ligação direta com processo inicial de urbanização e ocupação do território, para o sentido de ordenação e normatização social empregado pelo catolicismo. Ademais, os esforços financeiros e humanos investidos na construção desses monumentos religiosos apontariam para uma suposta elevação do nível civilizacional local (já no século XVIII) devido ao intenso vínculo da população com a religião cristã.<sup>23</sup>

Na escrita de Raimundo Trindade o valor histórico e artístico desses monumentos, símbolos da tradição religiosa e da identidade católica dos mineiros, poderia ser identificado pelo reconhecimento dos esforços empreendidos pelos franciscanos na construção da Igreja de São Francisco de Assis, em Ouro Preto,

Aos Terceiros Franciscanos, exclusivamente, deve a veneranda cidade esse mimoso monumento – a Igreja de São Francisco de Assis – de que ela se envaidece, que lhe atrai admiradores e que vale, por fim, de estátua a um de seus filhos mais ilustres – Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho. Foram os heróicos franciscanos que, sozinhos, desajudados, lutaram, venceram e legaram à cidade o seu melhor adorno, hoje monumento histórico e artístico nacional (TRINDADE, 1951, p.22).

Especificamente em Minas Gerais a história da construção desses suntuosos monumentos arquitetônicos de origem religiosa está diretamente associada à história de importantes artífices e pintores mineiros do século XVIII, como Aleijadinho. Portanto, ao valor estético e cultural do barroco mineiro manifesto nesses monumentos de cunho religioso, somam-se a valorização histórica de grandes nomes artísticos do passado nascidos no próprio território das Minas Gerais e responsáveis diretos pela construção desses monumentos.

---

<sup>23</sup> O historiador e católico mineiro, Augusto de Lima Júnior é um dos intelectuais que defende a arte religiosa cristã como parâmetro para se constatar o processo de civilização da sociedade mineira desde o século XVIII. Para esse historiador, os franciscanos tiveram papel importantíssimo nesse processo de civilização no território das Minas, deixando para a posteridade um legado histórico e artístico arquitetônico valiosíssimo. Cf. LIMA Júnior, Augusto de. *Arte Religiosa*. Edição do Instituto de História, Letras e Arte. Belo Horizonte – Minas Gerais – Brasil, 1966. “O fenômeno religioso que intervém nesses primeiros tempos, quando os desertos de Minas Gerais, eram invadidos por uma multidão de aventureiros ávidos de riqueza, acorrendo de todas as partes do Brasil e afluindo, em multidão, do velho mundo, é sem dúvida, um importante fator dessa rápida organização social e política, que formou no interior do continente, uma civilização bastante adiantada para a época, e que foi capaz de criar um padrão de comunidade humano mais elevado do que em qualquer outra parte do Brasil. Como interveio esse fator religioso, constitui, certamente, uma investigação necessária para a compreensão do surto de arte que acompanha, desde os primeiros tempos, a organização social e política de Minas, e que representa ponto fundamental para a interpretação da conduta e dos ideais de nossos antepassados.” (p.73)

Notamos uma intensa ligação entre o historiador Raimundo Trindade e o intelectual Rodrigo Melo Franco de Andrade. No contexto do movimento modernista em Minas (marcado por esse retorno às raízes culturais e a tradição regional), há alguns pontos que aproximam os discursos de ambos. Dois dos pontos mais aparentes seriam o catolicismo e o grande interesse pela pesquisa histórica.

Como já apontado, Raimundo Trindade tem uma trajetória pessoal marcada pela formação religiosa e por cinco décadas dedicadas a atividade sacerdotal. Rodrigo fora um advogado e jornalista nascido em Minas Gerais, estado reconhecidamente com forte tradição católica. O primeiro defendia na sua escrita historiográfica a importância da Igreja Católica no processo de civilização do povo mineiro e da sociedade brasileira. O segundo, nos seus discursos e escritos defendia o catolicismo como responsável pela integração da nação brasileira.

No ano de 1937, quando Rodrigo foi nomeado primeiro diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o religioso Raimundo Trindade já havia escrito pelo menos seis obras sobre a Igreja Católica em Minas Gerais. Seu interesse pela história da Igreja Católica e pela pesquisa histórica sobre Minas Gerais evidentemente chamou a atenção de Rodrigo. Defendemos que o reconhecimento de Raimundo Trindade como historiador e como um dos expoentes da historiografia eclesiástica mineira do período tenha se consolidado após essa aproximação com Rodrigo e outros intelectuais modernistas mineiros. Após sua nomeação à direção do Museu da Inconfidência em Ouro Preto, no ano de 1944, verificamos que duas de suas obras seriam publicadas<sup>24</sup> pelo SPHAN, além de outros seis artigos na revista oficial dessa instituição.

O que sobressai da documentação, sobretudo das correspondências produzidas no período em que ambos ocupavam cargos de direção em instituições a nível regional e nacional (respectivamente, Museu da Inconfidência e SPHAN), é o forte interesse pelo passado histórico, cívico e religioso de Minas. Eram constantes as viagens de Raimundo Trindade a outras localidades do território mineiro em busca de objetos históricos (mobiliários, louças, oratórios, documentos produzidos pelos inconfidentes, dentre outros) que ajudassem a compor a trajetória

---

<sup>24</sup> Cf. TRINDADE, Cônego Raimundo. Instituições de Igrejas no Bispado de Mariana; SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), Publicação nº13, Ministério da Educação e Saúde, Rio de Janeiro, 1945. São Francisco de Assis de Ouro Preto; SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), Publicação nº17, Ministério da Educação e Saúde, Rio de Janeiro, 1951.

civilizacional da sociedade mineira. Muitos desses objetos compõem hoje o acervo histórico do Museu da Inconfidência.

Circulando entre o grupo de intelectuais modernistas mineiros cooptados pelo regime político de Vargas, Raimundo Trindade buscou reforçar a identidade católica da sociedade mineira e da nação brasileira. Num momento de predomínio dos discursos e narrativas de teor nacionalista, sua escrita da trajetória histórica da Igreja em Minas visa defender o fortalecimento dos laços da nação brasileira com o catolicismo ao mesmo tempo em que projeta nessa instituição secular a responsabilidade pelo processo de civilização e integração da nação.

Como intelectual e religioso inserido nos debates políticos e nas questões religiosas de seu tempo, Raimundo Trindade encarnou o papel de historiador oficial da Igreja Católica em Minas Gerais. Representou no período e na visão dos bispos da diocese de Mariana, um dos principais interlocutores entre a Igreja, a sociedade mineira e a nação brasileira. Sua narrativa objetivava resgatar no cerne da sociedade brasileira o compromisso histórico com a tradição católica e ao mesmo tempo o papel civilizador da Igreja. Aqui, a importância da análise de sua escrita historiográfica se justifica pela ausência, até o momento, de quaisquer estudos relacionados à sua trajetória como religioso e historiador.

Identificado na pesquisa como um dos mais ativos membros da corrente historiográfica mineira das primeiras décadas do século XX, seus trabalhos, no entanto, tiveram pouca notoriedade se comparado a historiadores mineiros como Augusto de Lima Júnior e Diogo de Vasconcelos. Mesmo adquirindo pouco notoriedade no período, obras como *Arquidiocese de Mariana* se tornaram referência nacional nas pesquisas posteriores sobre a Igreja Católica. Sua escrita historiográfica nos possibilitou compreender e acompanhar as mudanças adotadas pela Igreja Católica no Brasil nos primeiros tempos da modernidade republicana.

No desenvolvimento da pesquisa optamos pela utilização de uma abordagem metodológica definida como análise de conteúdo. Para tanto, nos dedicamos à análise de conteúdo de algumas das obras produzidas por esse sacerdote-historiador. O núcleo central de nossa análise foi direcionado para a obra “*Arquidiocese de Mariana – Subsídios para a sua história*”, escrita entre os anos de 1928 e 1929. Compreendemos que tal obra trata-se da principal produção historiográfica de Raimundo Trindade, portanto fundamental para a constituição da pesquisa.

Identificamos que outras obras desse historiador - que por nós foram consultadas e analisadas ao longo do processo de escrita da pesquisa - giram em torno da temática central da Arquidiocese de Mariana. A trajetória histórica da Igreja Católica em Minas e o papel civilizador dessa instituição são os principais objetivos que norteiam sua escrita historiográfica. Trata-se também de uma produção historiográfica tipicamente regionalista, pois sua atividade de escrita resultou em trabalhos que pretendiam ressaltar a importância do estado de Minas Gerais no contexto político-cultural e religioso da Primeira República e da Era Vargas.

O campo cultural do movimento modernista em Minas, a criação do SPHAN e a consolidação de uma política oficial de preservação do patrimônio histórico e artístico nacional, são componentes fundamentais para o entendimento da produção historiográfica desse sacerdote-historiador, que, como observado, se encontrava inserido numa ampla rede de sociabilidades envolvendo importantes nomes da intelectualidade brasileira. Rodrigo Melo Franco de Andrade e os demais membros do SPHAN foram intensos interlocutores de Raimundo Trindade. Algumas de suas obras e artigos versando sobre o patrimônio histórico e artístico de Minas contribuiu junto ao SPHAN no conhecimento histórico e mapeamento dos bens patrimoniais católico-religioso do território.

A opção metodológica pela análise de conteúdo visa contribuir para que possamos extrair, por meio de uma leitura crítica, informações complementares contidas em sua escrita historiográfica. Muito mais do que traçar a trajetória histórica da Igreja Católica no território mineiro desde o período colonial, esse historiador pretendia ressaltar a importância social dessa instituição no Brasil no momento em que estado republicano e Igreja disputavam a primazia sobre o controle da sociedade. Roque Moraes assim se posicionou sobre a análise de conteúdo:

A análise de conteúdo constitui uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos. Essa análise, conduzindo a descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum. Essa metodologia de pesquisa faz parte de uma busca teórica e prática, com um significado especial no campo das investigações sociais. Constitui-se em bem mais do que uma simples técnica de análise de dados, representando uma abordagem metodológica com características e possibilidades próprias (MORAES, 1999, p.2).

Trata-se, portanto, de uma ferramenta metodológica fundamental na resolução dos problemas que o pesquisador pretende investigar. Sua utilização auxilia na compreensão e na

interpretação das fontes documentais, seja para a análise de conteúdo textual, seja na análise de fontes arquivísticas ou mesmo no exercício de articulação entre ambas, caso específico da nossa pesquisa. Por meio da análise de conteúdo da escrita historiográfica de Raimundo Trindade e do trabalho de investigação e interpretação das fontes por ele produzidas (falamos aqui, mais especificamente, das correspondências oficiais trocadas com intelectuais, autoridades políticas e religiosas da época), iremos à busca de respostas para alguns objetivos levantados ao longo da pesquisa.

De início, nosso objetivo foi compreender, a partir de sua escrita, o papel fundamental da Igreja Católica no processo de civilização da população mineira e da sociedade brasileira. Escrevendo no período de efervescência dos conflitos entre Estado e Igreja no Brasil, Raimundo Trindade percebeu a perda do poder institucional e social da Igreja ao mesmo tempo em que se projetava uma política de governo republicana laica e secularizadora. Acentuando essa fase crítica da Igreja Católica havia a ascensão no interior da sociedade brasileira de outras formas de religião como o protestantismo e a doutrina do espiritismo. Portanto, por meio de uma escrita militante e apologética, Raimundo Trindade desejava reforçar a identidade católica da nação, combater as outras religiões (consideradas desagregadoras da sociedade) e ressaltar a importância histórica da Igreja no processo civilizatório do Brasil.

Posteriormente, nos debruçamos sobre a importância das ações desse historiador e pesquisador mineiro na preservação do patrimônio religioso de Minas. A análise das correspondências com Rodrigo Melo Franco de Andrade é primordial para alcançarmos os objetivos pretendidos. Raimundo Trindade representou um dos principais interlocutores de Rodrigo no que concerne à pesquisa histórica sobre Minas Gerais. Com um profundo conhecimento sobre a história religiosa local e a vasta experiência de pesquisa nos arquivos eclesiais do estado, esse sacerdote-historiador constituiu um denso discurso histórico sobre o patrimônio católico mineiro. Como percebemos, essas pesquisas foram constantemente enviadas à direção do SPHAN, no Rio de Janeiro, onde eram analisadas de forma crítica por Rodrigo (sugerindo alterações, inclusões de dados, datas, etc.) e, posteriormente, acabava sendo publicadas na forma de artigos na revista do patrimônio ou como obras, caso específico de Instituições de Igrejas no Bispado de Mariana e São Francisco de Assis de Ouro Preto.

A análise das fontes produzidas no período de direção do Museu da Inconfidência, portanto, entre os anos de 1944 e 1960, ajudam a compreender seu olhar sobre a prática museográfica mineira. Como diretor de um museu regional, Raimundo Trindade procurou

compor seu acervo e coleções com objetos diretamente ligados a memória coletiva local. Objetos de valor histórico e artístico, como a arte sacra do século XVIII e os objetos relacionados ao movimento da Inconfidência Mineira foram constantemente valorizados na construção inicial do projeto museográfico.

Aqui, mais uma vez, a história local, a tradição e a essência da mineiridade são elementos levados em conta na busca por uma maior representatividade política e cultural de Minas no contexto brasileiro da primeira metade do século XX. Como compreendemos, a partir da análise de sua escrita historiográfica e de sua produção documental, seus discursos e ações como religioso, historiador e funcionário do SPHAN, vão muito além dos limites geográficos do território mineiro. O seu posicionamento em defesa da Igreja Católica em Minas pode ser entendido como uma metáfora para a defesa dessa instituição a nível nacional e universal. Atestando mesmo a importância da religião cristã como civilizadora da humanidade.

## CAPÍTULO 1 – RAIMUNDO TRINDADE: CATOLICISMO E HISTORICIDADE

No Brasil, a *Reforma Católica* ocorrida a partir da segunda metade do século XIX representou uma grande reviravolta na história eclesiástica brasileira. De maneira geral, essa reforma significou o início do processo de reconstrução e reorganização institucional da Igreja. Pierre Pierrard<sup>25</sup> defende que a ideia de reforma planejada pelas sociedades cristãs europeias data desde o século XV. Para o autor, a intensificação do movimento em defesa da Igreja Católica na Europa de meados do século XVI e XVII poderia ser entendida como resultado da resposta mais enérgica dos católicos conservadores à reforma protestante.

Na visão de Pierrard, do século XV a meados do XVII, a Igreja Católica na Europa ocidental adotou um posicionamento de defesa em relação aos ataques promovidos pelos governos absolutistas e pela própria reforma protestante. Como medida adotada ao anticlericalismo, coube ao clero católico europeu à intensificação da ação em defesa da centralidade do poder e infalibilidade do papa assim como a constituição de uma rígida estrutura hierárquica no interior da Igreja Católica Apostólica Romana.

Parte constituinte de um mesmo processo de reação e defesa da Igreja, a Reforma Católica e a contrarreforma definiriam um novo posicionamento dos católicos europeus (sobretudo do/s setores mais conservadores) na tentativa de retomada do poder institucional através de uma rígida estrutura hierárquica e da centralidade do poder do papa no interior da Igreja. De acordo com o autor:

Assim, houve ao mesmo tempo a “reforma católica”, eclosão de uma fonte que vinha sendo alimentada há muito tempo, e a “contrarreforma”, reação católica destinada a fechar as brechas feitas pelo protestantismo, ou seja, reconquistar as zonas sublevadas. O Concílio de Trento situa-se na encruzilhada dessas duas correntes. Com efeito, a expressão “contrarreforma” cobre à primeira fase do movimento, quando sob a influência dos mediterrâneos – italianos e espanhóis representados no Concílio de Trento - , a assembleia adota uma atitude radical, que correspondia à atitude também radical dos luteranos. A uma obra difícil, talvez prematura, de síntese, a Europa mediterrânea prefere o estabelecimento de uma fronteira rígida. Aí reside a explicação das recusas opostas pela França – que tendia a uma solução intermediária – a sediar um Concílio que fechava toda possibilidade de conciliação. (PIERRARD, 1982, p.183)

---

<sup>25</sup> PIERRARD, Pierre. História da Igreja / P. Pierrard; [tradução de Alvaro Cunha; revisão de Luiz João Gaió]. – São Paulo: Paulus, 1982.

O Concílio de Trento ocorrido entre os anos de 1545 a 1563 é visto pela historiografia eclesiástica como o ponto alto do estado de defesa da Igreja Católica na Europa. A reunião desses dignitários eclesiásticos presidida pelo papa trataria da definição dos dogmas católicos e da reforma da Igreja. Apesar das dissensões internas (causadas pelo posicionamento radical de países como Espanha e Itália e pela falta de diálogo entre católicos e leigos), Pierrard aponta importantes aspectos positivos do Concílio de Trento.<sup>26</sup> Os decretos tridentinos aprovados durante o Concílio seriam fundamentais na trajetória histórica da Igreja no mundo.

Por um lado, graças a um trabalho coletivo considerável, para o qual colaboraram teólogos bem informados, a doutrina católica tornou-se mais precisa – o aparecimento do catecismo do Concílio de Trento (1566), a edição da *Vulgata*, a reforma do breviário (1568) e do missal (1570) e a reelaboração do calendário e do martirologio (1582) foram às principais aplicações práticas dessa obra dogmática, única por sua importância na história da Igreja. Ademais, embora tenham penetrado lentamente “na carne e no sangue da Igreja”, os decretos tridentinos de reforma modelaram fortemente o seu futuro. Em termos precisos, definiram tanto a estrutura hierárquica como o regime beneficencial, as condições de uma liturgia viva e da vida sacramentária, os deveres dos clérigos como também dos príncipes. (PIERRARD, 1982, p.188)

Devemos pensar a reforma, portanto, essa movimentação dos setores mais conservadores do clero católico na defesa da Igreja como um processo histórico longo e contínuo. Movimento que se inicia no século XV e que teria suas implicações sobre as possessões coloniais das nações europeias onde a religião católica seria defendida como a religião oficial.

Antes de tudo, é importante que tenhamos em mente que o conceito de reforma para a Igreja está diretamente ligado a um rígido posicionamento de oposição ao conceito de moderno

---

<sup>26</sup> Importante ressaltarmos que para além de uma visão historiográfica que vise defender um posicionamento positivo em relação às ações e a própria história da Igreja Católica no mundo, Pierre Pierrard ao longo de seu trabalho aponta inúmeros erros e falhas cometidas pela Igreja. Do século XV a meados do XVII, período marcado pela intensificação do movimento católico em defesa da Igreja na Europa ocidental, a tentativa de centralização do poder eclesiástico na pessoa do papa, a constituição de uma rígida estruturação hierárquica interna e a ausência de diálogos com leigos e protestantes impuseram inúmeras dificuldades aos setores mais conservadores da Igreja Católica. O ponto alto dessa intransigência da Igreja poderia ser observado nas deficiências presentes no próprio Concílio de Trento. Para Pierrard (1982, p.187), “As deficiências do Concílio de Trento são evidentes. Nenhuma doutrina sobre a Igreja foi nele definida; nessa matéria, por muito tempo se permanecerá apenas em desagradáveis aproximações. Reclamando a participação de leigos no Concílio, Lutero falava como profeta, mas a sociedade do século XVI tinha apenas uma noção vaga do leigo. Está claro que, se houvesse se instaurado em Trento um verdadeiro diálogo entre católicos e reformados, a Igreja teria evitado uma dispersão de forças da qual ainda se ressentem.”

e a tudo aquilo que esse mesmo conceito engloba. O historiador Sérgio da Mata<sup>27</sup> num texto sobre o reformismo católico nas Minas Gerais da segunda metade do século XIX apresenta um forte senso crítico em relação a esse conceito.

Ao tratar mais especificamente sobre as implicações do movimento ultramontano em Minas Gerais a partir da segunda metade do XIX, esse historiador critica noções como a de bispos “reformadores” e “romanização” termos bastante utilizados pela historiografia eclesiástica brasileira de fins do XIX e primeira metade do XX. Corrente historiográfica no geral, composta por historiadores católicos leigos ou mesmo por religiosos que defendem um forte sentido apolítico e doutrinário na construção de suas narrativas.

Católicos leigos e religiosos comprometidos com o projeto ideológico de poder organizado pelo episcopado nacional das primeiras décadas do século XX. Nesse projeto ideológico de poder, de dimensão nacionalista, para além da reorganização e fortalecimento institucional da Igreja brasileira estava presente um forte apego à tradição histórica dessa instituição no interior da sociedade brasileira.

Aí reside, talvez, grande parte das críticas suscitadas pelo historiador Sérgio da Mata em relação aos conceitos de “reforma”, “bispos reformadores” e “romanização”. Na sua visão, mais do que reformadores, esses bispos diocesanos da segunda metade do século XIX em diante, nas Minas, seriam vistos como continuadores de um projeto tradicionalista de poder da Igreja. Daí a ênfase dada ao posicionamento antimoderno e conservador dos bispos diocesanos brasileiros do período, sobretudo, em questões que envolvessem mudanças muito radicais no interior da própria estrutura eclesiástica brasileira.

No seu trabalho há uma crítica verticalizada sobre o predomínio de análises historiográficas que tendem a adotar um exercício analítico partindo de um ponto de vista predominantemente religioso ou para-clerical, deixando de lado uma visão reflexiva-crítica sobre o catolicismo brasileiro. Segundo o autor, o papado de Pio IX (1846-1878) é redundantemente caracterizado pela atitude reativa da Igreja Católica contra ameaças “laicistas”, pelo combate a “ignorância” religiosa das massas e pela “imoralidade do clero”. Tal direcionamento analítico-discursivo sectário entre os historiadores religiosos ou católicos

---

<sup>27</sup> MATA, Sérgio da. Entre Syllabus e Kulturkampf: revisitando o “reformismo” católico nas Minas Gerais do Segundo Reinado. p.225-244. In: CHAVES, Claudia Maria das Graças; SILVEIRA, Marco Antônio. (Orgs.) Território, Conflito e Identidade. ARGUMENTVM, Belo Horizonte, 2007.

leigos impossibilitaria o entendimento da Igreja Católica para além de uma concepção histórica de reforma e bispos reformistas.

Em oposição ao conceito de reforma católica em Minas Gerais e no Brasil, o autor sugeriu a utilização do conceito de fundamentalismo moderno para se compreender a atitude reacionária da Igreja no contexto da modernidade. Na sua concepção, muito antes de se pensar numa Igreja reformista deve se levar em conta que nos encontraríamos diante de uma instituição com atitudes nitidamente conservadoras. O *Syllabus Errorum* (1864) definiria uma Igreja contra o Estado laico, contra o racionalismo, contra a liberdade religiosa, a favor da escravidão e sem diálogo com a modernidade.

Sérgio da Mata opta pelo conceito de fundamentalismo para caracterizar a política oficial da Igreja no século XIX. Em síntese, esse conceito exprime uma forte tendência à centralização do aparato eclesiástico ao mesmo tempo em que se caracteriza por uma intensa reação ao mundo moderno. Para o autor, no que se refere ao conceito de fundamentalismo moderno:

É evidente sua dimensão reativa: o grupo religioso presume que sua existência ou sua identidade estejam ameaçadas por elementos próprios das sociedades modernas. Isso leva a enfatizar fortemente a autoridade da tradição, a intolerância religiosa e a incorporação (se bem que seletiva) do ideário nacionalista. É próprio do fundamentalismo especificamente católico o forte acento centralista, isto é, papista. (MATA, 2007, p.226)

Portanto, como sugeriu o autor, ao falarmos de reforma católica em Minas Gerais a partir do Segundo Reinado e a partir do movimento ultramontano, torna-se necessário entendê-la de acordo com uma visão estritamente conservadora e reativa da Igreja Católica. Ao reconhecimento da necessidade de reorganização institucional da Igreja (o que pressupunha a defesa da infalibilidade do papa, a centralização e burocratização do poder eclesiástico, uma sólida formação intelectual e espiritual dos futuros pastores e bispos, etc.) ficava evidente também a defesa da tradição e dos dogmas da religião cristã, numa franca atitude de reação às ideologias religiosas e políticas modernas.<sup>28</sup>

---

<sup>28</sup> Conferir o trabalho já citado do historiador Sérgio da Mata. Para MATA (2007, p.226), “A Igreja Católica do oitocentos é uma Igreja contra o Estado laico, contra o racionalismo e contra a liberdade religiosa.” Ademais: “A reação católica se esboçava desde o Congresso de Viena, mas é a partir de meados do XIX, com o avanço das correntes nacionalistas-laicistas-liberais no Piemonte, que Pio IX se decide a lançar um anátema sobre o mundo moderno e implementar, no plano intraeclesiástico, uma rígida política de centralização e burocratização. Dissemos há pouco – e convém insistir – que o *Syllabus errorum* (1864) pode ser considerado a suma político-teológica da Igreja Católica à época da construção do Estado moderno. Com efeito, condenam-se ali o

Diante dos questionamentos e imposições de um Estado moderno, a Igreja fecha-se em si mesma e adota no plano intraeclesial uma rígida política de centralização e burocratização. Perante a construção do Estado moderno, a Igreja, por meio do Syllabus Errorum:

Condena o racionalismo, o estudo racional-crítico da história da Igreja e seus dogmas, o protestantismo, as sociedades secretas, o socialismo e o comunismo – considerados “pestilências” –, rejeita-se a ascendência do poder civil, a existência das igrejas nacionais, a “interferência” secular em assuntos eclesialísticos e a separação Igreja-Estado. (MATA, 2007, p.228)

Nesse momento, alguns questionamentos devem ser suscitados, sobretudo, em dois pontos fundamentais da sua escrita: o fato da Igreja condenar “a interferência secular em assuntos eclesialísticos” e condenar a “separação Igreja-Estado”.

Compreendemos da escrita desse historiador, no que se refere à condenação pela Igreja da interferência secular nos assuntos eclesialísticos, que o que conduzia o espírito ultramontano era a necessidade de que o Estado respeitasse a autonomia da esfera religiosa, porém, que o aparato religioso e político não deveriam constituir esferas autônomas, uma em relação à outra. Ao que parece o autor busca a todo o momento demonstrar uma tentativa de tomada de poder pela Igreja, com objetivo de estabelecer um domínio totalizante do poder religioso sobre o político.

Discordamos dessa afirmação, pois, desde o século XVIII há uma intensa discussão sobre a autonomia da Igreja no Brasil. Na visão de Raimundo Trindade, desde o século XVIII havia na diocese de Mariana uma intensa preocupação das autoridades eclesialísticas com a questão da interferência do poder temporal nos assuntos religiosos. Cartas pastorais e correspondências entre os bispos brasileiros eram permeadas por fortes críticas a falta de autonomia da Igreja. A falta de pagamento das cóngruas aos religiosos, o poder de escolha e nomeação dos bispos para as dioceses, a definição estatal do clero como meros funcionários régios e a interferência política no seminário de Mariana são alguns dos fatores que legitimavam as reclamações do clero local e a busca por maior autonomia.

---

racionalismo, o estudo racional-crítico da história da Igreja e de seus dogmas, o protestantismo, as sociedades secretas, o socialismo e o comunismo – considerados “pestilências” - , rejeita-se a ascendência do poder civil, a existência das Igrejas nacionais, a “interferência” secular em assuntos eclesialísticos e a separação Igreja – Estado.” (MATA, 2007, p.228)

Arlindo Rubert<sup>29</sup>, escrevendo três décadas após Raimundo Trindade, portanto, em meados de 1980, permaneceu com essa mesma visão historiográfica crítica em relação à falta de autonomia da Igreja e ao regime do padroado, quase cem anos após seu fim. Para esse autor, que narra à história da Igreja Católica no Brasil próximo ao período do centenário da proclamação da República e no quase centenário da separação entre Estado e Igreja, sua escrita deixa transparecer um sentimento vitorioso dessa instituição no território brasileiro. Na sua visão, ao olhar para o passado e para a trajetória histórica da Igreja Católica no Brasil é possível constatar sua penosa caminhada, a superação de etapa por etapa dos desafios impostos tanto pela sociedade quanto pelo estado (ao longo dos séculos XVIII-XIX) e sua permanência como uma das instituições mais venerada pelos brasileiros.

Nesses quase dois séculos de permanência do regime do padroado régio no Brasil, marcados pelos exageros da política de estado sobre a Igreja Católica, pela supressão da liberdade nas suas ações e pela ingerência do poder secular na esfera espiritual, inúmeros seriam os casos de religiosos que abertamente confrontariam essa política regalista de governo.<sup>30</sup> Para Rubert, a história da Igreja Católica no Brasil é devedora desses religiosos dispostos a resistir aos desmandos do Padroado e a reagir abertamente contra a opressão estatal.

Ao se debruçar sobre o passado histórico dessa instituição no Brasil, mesmo detalhando os inúmeros desafios impostos às suas ações de caráter expansionista e civilizacional no interior do território brasileiro, mesmo reconhecendo que sua trajetória teve importantes efeitos no desenvolvimento social e espiritual dos brasileiros e no alargamento das fronteiras do território, o autor constata que muito mais poderia ser feito pela Igreja católica não fossem os impedimentos causados pelo estado.

A Igreja, certamente, poderia ter feito mais se não fosse cerceada na sua liberdade de ação. O absolutismo estatal asfixiou muitas boas iniciativas, arrefeceu entusiasmos, eliminou a criatividade. Nem sempre o Padroeiro exerceu corretamente seu ofício; antes, com bastante frequência, foi motivo de muitos empecilhos, prejudicando a ação dos pastores e se desinteressando pela disciplina dos cristãos. Muita coisa se fez, muita coisa ficou por se fazer. (RUBERT, 1988, p.371-372)

---

<sup>29</sup> RUBERT, Arlindo. A Igreja no Brasil: Expansão Territorial e Absolutismo Estatal (1700-1822). Volume III, Editora Pallotti, 1988, Santa Maria –RS.

<sup>30</sup>Cf. RUBERT, Arlindo (1988, p. 241-245). No subcapítulo intitulado “*Corajosas resistências*” esse autor narra inúmeros casos de religiosos que enfrentaram abertamente o absolutismo estatal e o regime do Padroado régio no Brasil.

Portanto, ao que tudo indica alegar que a Igreja condenava veementemente a interferência secular nos assuntos eclesiásticos e ao mesmo tempo afirmar que essa instituição pregava que o aparato eclesiástico e político não deveriam constituir esferas autônomas uma em relação à outra, se torna uma análise um tanto quanto contraditória. Para muitos historiadores eclesiásticos e católicos leigos, a visão era justamente ao contrário, ou seja, defendia-se que política e religião deveriam seguir como esferas autônomas no Brasil, para que assim a igreja pudesse alcançar sua autonomia institucional.

Quanto a afirmar que a separação entre Estado-Igreja foi condenada pela Igreja, aí reside, talvez, uma concepção histórica um tanto quanto generalista. A ideia de que a Igreja no Brasil temia pelo fim dos “privilégios” e “benefícios” oriundos do padroado régio ou que essa instituição se beneficiava satisfatoriamente (sobretudo, financeiramente) dessa relação de subordinação ao poder estatal, exigem alguns esclarecimentos.

A análise histórica da relação entre estado e Igreja desde o período colonial converge para a construção de uma narrativa em que há o predomínio de um intenso conflito social, político e religioso, entre ambas as instituições. Os religiosos contestam a permanentemente ausência do poder estatal no cumprimento de seu dever como “protetor” da Igreja Católica no território colonial; por outro lado, o Estado, através de um discurso autoritário, exige a submissão da esfera religiosa ao poder temporal do monarca. Igreja e Estado travam intensos conflitos ao longo da história do Brasil e, talvez, o ápice desse enfrentamento ficou registrado na Questão Religiosa (de fins do século XIX), momento em que parte da alta hierarquia eclesiástica brasileira (bispos diocesanos) sai na defesa de Dom Vital e Dom Macedo Costa e a favor da proibição de representantes da maçonaria frequentar Igrejas Católicas, repercutindo numa grave questão de Estado.

Defendemos que a Igreja Católica no Brasil não condena simplesmente a separação entre Estado-Igreja e, sim, as consequências posteriores desse acontecimento histórico. A condenação não está na separação em si, mas, no desencadeamento de uma proposta política de governo republicana laica e categoricamente oposta a Igreja Católica. A proibição do ensino religioso nas escolas públicas, a tentativa de secularização da sociedade e a diminuição do poder social da Igreja, são alguns dos pontos mais condenáveis pelo clero brasileiro.

Defensor da Igreja Católica liberta das amarras políticas do regime monárquico, o historiador Raimundo Trindade, em sua narrativa, teceu constantes críticas ao regime do padroado. Definiu o padroado como um regime asfíxiante e opressor para o clero e que a política

regalista de governo desencadeou inúmeros reveses para a Igreja ao longo de sua trajetória no Brasil: falta de autonomia institucional, supressão do poder religioso pelo poder temporal, o clero local confundido como meros funcionários régios e a total dependência financeira ao estado.

Portanto, muito antes de um posicionamento condenatório em relação à separação entre Estado-Igreja, Raimundo Trindade, Arlindo Rubert, dentre outros historiadores religiosos e católicos leigos, são taxativos na defesa da ideia de liberdade institucional da Igreja pós-separação. Suas críticas, portanto, podem ser entendidas como decorrentes de um projeto político republicano laico e não necessariamente de uma visão condenatória do rompimento definitivo entre ambos os poderes.

Entendemos que a própria ideia de bispos reformistas, englobada pela historiografia eclesiástica brasileira, vinha de encontro a um projeto ideológico de poder e liberdade da Igreja que finca suas raízes mais aparentes em meados do XIX. Antes mesmo de se pensar numa efetiva separação entre Estado-Igreja, a reforma católica e seus principais representantes no Brasil (bispos diocesanos) já vinham construindo uma noção de liberdade e autonomia da Igreja.

No território brasileiro, as implicações desencadeadas pelo movimento ultramontano europeu seriam mais bem observadas a partir da segunda metade do século XIX, no caso específico de Minas Gerais, na pessoa do bispo lazarista Dom Antônio Ferreira Viçoso. Devemos levar em conta também que a Reforma Católica que vinha ocorrendo na Europa desde o século XV (como sugeriu Pierrard) dificilmente teria todas as suas prerrogativas endossadas pelos bispos atuantes nas dioceses brasileiras.

Fatores como a distância entre a Santa Sé em Roma e o território imperial brasileiro, assim como o desconhecimento das autoridades eclesiásticas europeias em relação à realidade social e a vida religiosa (sobretudo, em regiões localizadas no interior do território, caso típico de Minas Gerais) dificultariam as ações dos bispos reformadores. A tudo isso, soma-se a própria deficiência da Igreja Católica brasileira que não contava com um número satisfatório de religiosos em seu quadro institucional, o que comprometia sobremaneira a atividade espiritual.

Dois pontos são fundamentais no processo de estruturação institucional da Igreja em Minas Gerais: a retomada do poder do bispo no interior da diocese (o que significou a centralidade do poder da principal autoridade religiosa local e a constituição de uma rígida

hierarquia eclesiástica que deveria ser respeitada pelos seus subordinados e pelos fiéis) e a atenção com a formação intelectual e espiritual das novas gerações do clero mineiro.

A proclamação da República em 1889 marcaria a mudança do regime político de governo brasileiro. Depois de quase dois séculos de permanência do regime político monárquico, daríamos início ao regime republicano de governo, momento de mudança na história política brasileira que afetaria também a história da Igreja Católica. Na visão de membros da Igreja (sobretudo, dos bispos) e de inúmeros católicos leigos militantes do período, a partir da proclamação da República e com predomínio no governo de políticos com visões ideológicas mais liberais e laicas, Estado e Igreja passariam a exercer suas atividades de maneira separada no Brasil.

A Primeira República (1889-1930) seria marcada então por uma política de governo mais laica e secularizada. Em síntese, pela adoção de uma estratégia política de governo que defendia a razão de Estado e se contrapunha aos intentos da Igreja Católica. Para grande parte dos políticos republicanos, um estado moderno forte pressupunha necessariamente um franco domínio político sobre a Igreja.

Para a alta hierarquia eclesiástica e para os católicos militantes brasileiros essa medida política mantida nas três primeiras décadas da República visava de forma clara à diminuição do poder da Igreja sobre a sociedade civil. Essa proposta política republicana acarretou no enfraquecimento da influência da religião católica no interior da sociedade e na perda de poder institucional da Igreja. Nas primeiras três décadas da República isso poderia ser constatado pela inserção e difusão de outras religiões no seio da sociedade brasileira. Protestantismo e a doutrina do espiritismo são dois exemplos de manifestações religiosas que passariam posteriormente a serem combatidas pela Igreja Católica. Consideradas como manifestações desagregadoras da sociedade e inimigas da religião cristã seriam amplamente atacadas pelo clero católico brasileiro.

Devemos levar em conta que esse posicionamento da Igreja e de setores católicos da sociedade, nas primeiras décadas do século XX, deve ser entendido como parte da estratégia de defesa dessa instituição. Há por parte dos setores mais conservadores do clero brasileiro uma forte oposição as ideologias modernas da época. Ao mesmo tempo em que a república defendia a constituição de um estado moderno, a Igreja Católica representaria o que havia de mais conservador e tradicional. Os choques entre Igreja e Estado deixavam expostas visões distintas sobre a condução da sociedade civil brasileira. Enquanto os políticos republicanos defendiam

com veemência a ideia de modernização, a Igreja se apegava a um posicionamento legitimado na tradição histórica da instituição no território brasileiro.

Com um discurso muita das vezes de caráter apologético, bispos, demais autoridades eclesiásticas e leigas ressaltavam a importância histórica da Igreja no processo de civilização e ordenamento social brasileiro. Sérgio Miceli<sup>31</sup>, ao tratar da intensa relação entre as autoridades eclesiásticas e intelectuais católicos na década de 1920, defende que estava em jogo para os setores mais conservadores da Igreja brasileira a necessidade de ampliação de sua esfera política junto à sociedade. Segundo o autor:

No tocante às relações entre a Igreja e o campo intelectual, duas instituições de enquadramento ideológico receberam a incumbência de congregar o núcleo de intelectuais leigos que passariam a atuar como porta-vozes orgânicos dos interesses da Igreja: a revista *A Ordem* (1921) e o *Centro Dom Vital* (1922). Tendo sido criadas como centros de reunião e de difusão das doutrinas e tomadas de posição de intelectuais católicos acerca de inúmeras questões temporais, essas instituições acabaram assumindo, direta ou indiretamente, um elenco cada vez mais diversificado de tarefas e funções. (MICELI, 1979, p.52)

O autor resalta também que instituições como a revista “*A Ordem e o Centro Dom Vital*” seriam núcleos fundamentais a partir dos quais foram organizados eventos católicos, sobretudo no centro-sul do país. Para além de instituições destinadas a promover a difusão da doutrina cristã, seriam vistas também como núcleos agregadores da jovem intelectualidade católica brasileira. A aproximação entre o clero e jovens intelectuais católicos brasileiros, a partir da década de 1920, definiu uma nova estratégia de fortalecimento do poder político da Igreja no interior da sociedade brasileira. De uma Igreja Católica que após o rompimento com o Estado republicano havia se enfraquecido política e institucionalmente, nos deparamos agora com uma instituição em franco processo de reformulação e reorganização interna.

A ação política dos bispos em suas respectivas dioceses, a reaproximação do clero com a sociedade civil, o recrutamento de jovens para a carreira sacerdotal no seio de importantes famílias brasileiras, o monopólio sobre o ensino educacional são algumas das estratégias adotadas pelo clero brasileiro da última década republicana.

A Restauração Católica (1920-1930) vista pelo episcopado brasileiro como continuidade da reforma iniciada na segunda metade do XIX viria a restabelecer essa ligação

---

<sup>31</sup> MICELI, Sérgio. *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945)*. DIFEL, Difusão Editorial S.A. São Paulo – Rio de Janeiro, 1979.

entre estado e Igreja. A partir da década de 1920, nessa fase de renovação do episcopado nacional notaríamos a retomada de uma forte ligação colaborativa entre essas duas instâncias de poder em prol da sociedade.

Na Era Vargas (1930-1945), sobretudo com o golpe e a instauração do Estado Novo em 1937, a alta hierarquia eclesiástica brasileira (bispos) adotaria um posicionamento favorável à proposta política autoritária do governo. Reunindo forças com o Estado para o restabelecimento da ordem social, pela manutenção da unidade nacional e no combate à heterodoxia.

Portanto, essas profundas transformações no contexto político e do processo de reorganização institucional da Igreja Católica brasileira seriam fundamentais ao entendimento da escrita historiográfica de Raimundo Trindade. Afinal, é partindo dessa reorganização institucional, ou seja, dessa proposta de reforma da Igreja arquitetada pela hierarquia eclesiástica brasileira, que esse historiador irá compreender a Igreja Católica da primeira metade do século XX em Minas Gerais.

Na sua visão historiográfica, a linha sucessória dos bispos reformadores da Igreja em Minas (iniciada com Dom Viçoso) propunha de forma geral: a retomada da aproximação dessa instituição com a Santa Sé, a defesa da infalibilidade do Papa, a centralidade do poder religioso dos bispos em suas dioceses, a moralização do clero e o respeito à hierarquia católica, numa nítida proposta de reaproximação da Igreja brasileira com os preceitos tridentinos defendidos pela Igreja Católica Apostólica Romana.

Em Minas, uma das principais medidas adotadas pelos bispos diocesanos seria a reforma no ensino religioso para as novas gerações do clero. Haveria uma reformulação no quadro de disciplinas a ser ministrada aos noviciados, uma maior atenção com a formação intelectual e a atividade espiritual visando à formação de um novo clero com verdadeira vocação ao sacerdócio.

O eixo principal da narrativa de Raimundo Trindade se fundamenta na trajetória histórica da Igreja no território mineiro e a importância dessa instituição no processo de civilização da sociedade brasileira. A definição do conceito de território para Minas ao longo do século XVIII até o momento da escrita desse historiador mineiro (portanto, na primeira metade do século XX), deve ser entendida a partir de um contexto de mudança e transitoriedade no espaço geográfico, econômico, social e cultural.

Durante o século XVIII, com os primeiros achados de riquezas minerais (ouro, diamante, etc.) pelos bandeirantes paulistas na região, iniciava-se, mesmo que de maneira desordenada, a ocupação do território. Característico dessa ocupação inicial da região mineradora seria a presença da Igreja Católica e, partindo de seus agentes eclesiásticos, a criação das primeiras capelas e ermidas dando um provisório sentido de organização social e urbanística aos primeiros núcleos populacionais (arraiais)<sup>32</sup> mineiros.

Porém, essa região mineradora seria amplamente reconhecida nos estudos historiográficos sobre o século XVIII, a partir do conceito de sertão<sup>33</sup>. Definição que abarcaria sentidos como de despovoamento, primitivismo, hostilidade, do desconhecido, reduto de pagãos e não cristianizados, incivilidade, dentre inúmeros outros sentidos. Visão essa, geralmente em contraposição à ideia de civilização representada pelas culturas ocidentais.

---

<sup>32</sup> Na definição do conceito de arraial para o território mineiro iremos nos valer novamente da importante contribuição historiográfica de Sérgio da Mata. Mais especificamente de seu trabalho *Chão de Deus: Catolicismo popular, espaço e proto-urbanização em Minas Gerais, Brasil. Séculos XVIII e XIX*. A escolha por essa obra resulta numa tentativa de aproximação da visão historiográfica do autor sobre a criação dos primeiros núcleos populacionais mineiros (arraiais) e a visão do historiador Raimundo Trindade. Para ambos é incontestável a importância do catolicismo no processo de fundação dos primeiros arraiais mineiros. Para Sérgio da Mata, o plano principal de sua escrita é o predomínio do catolicismo popular no território das Minas desde o século XVIII. A constituição de um arraial é proveniente da junção três pontos: capela – patrimônio – arraial. O catolicismo popular, ou seja, forjado pelos leigos e de caráter marcadamente tradicionalista seria responsável pela agregação e fixação dos primeiros núcleos populacionais locais. A devoção comum a determinado santo do catolicismo popular era o ponto inicial para o pedido às autoridades eclesiásticas para a construção de uma capela. Mas o que mais chama a atenção não é o fato em si da ereção da capela e, sim, o desenvolvimento do arraial ao redor da mesma. Fenômeno que o autor definiu como proto-urbanização. É nesse ponto que sua visão historiográfica se aproxima da visão de Raimundo Trindade. Este último ressaltando que a criação das primeiras capelas e ermidas no território das Minas seria fundamental ao processo de civilização, ordenamento social, fixação populacional e expansão territorial. Os bandeirantes paulistas (definidos pelo autor como bandeirantes da fé) seriam os responsáveis pela ereção das primeiras capelas e ermidas nas Minas. Bandeirantes da fé, seriam aqueles religiosos (capelães) que, no geral, faziam parte como membros das expedições de incursão ao território das minas desde fins do século XVII.

<sup>33</sup> A visão do sertão mineiro como local de predomínio da anarquia e da rebeldia no século XVIII é bastante comum nos discursos historiográficos das primeiras décadas do século XX, em Minas Gerais. Diogo de Vasconcelos, historiador mineiro e um dos pioneiros da chamada historiografia mineira, foi quem consolidou em seus estudos sobre as origens das Minas a ideia de uma região marcada pela violência, desmandos e resistência local ao processo de conformação política. Para esse historiador, questões como: a corrida desenfreada pelo ouro, a cobiça, o expressivo aumento migratório para a região (aventureiros, foragidos da lei, pobres, etc.) resultou na formação de uma sociedade constituída por elementos díspares e heterogêneos, dificultando sobremaneira o ordenamento civil. Cf. VASCONCELOS, Diogo de. *História Antiga das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999. A historiadora Adriana Romeiro possui vários trabalhos onde analisa a escrita e o fazer historiográfico de Diogo de Vasconcelos. Cf. ROMEIRO, Adriana. *Anarquia e caos na origem das Minas Gerais: um olhar sobre a obra de Diogo de Vasconcelos*. In: *Poderes e Lugares de Minas Gerais: um quadro urbano no interior brasileiro, Séculos XVIII – XX / organizadores Maria do Carmo Pires, Francisco Eduardo de Andrade, Alex Fernandes Bohrer*. São Paulo: Scortecci; Ouro Preto, MG: Editora UFOP, 2013.

Sérgio da Mata<sup>34</sup> definiria o conceito de sertão como espaço do predomínio do incivilizado, ou seja, o reverso da definição do conceito de cidade. Este último definido como o espaço da civilidade, da submissão, da urbanização e da religião. Nas palavras do autor:

Num sentido mais amplo, para os antigos mineiros, o sertão se caracteriza, sobretudo por ser um espaço incivilizado. Não basta que aquelas regiões sejam habitadas se seus moradores não se mostram capazes de domesticar o próprio espaço em que vivem. O sertão é, em outras palavras, a antítese de tudo aquilo que uma parcela significativa da população brasileira dos séculos XVIII e XIX julgava ser a “civilização” (e aqui já nos encontramos diante dos fundamentos da visão de um Euclides da Cunha). Esta noção de “civilização” resumia-se a três critérios fundamentais e, dialeticamente relacionados entre si: submissão – urbanização – religião. Os arraiais, e em especial as vilas, são os *loci* a partir dos quais o ideal civilizatório ocidental cristão se difunde. É ali que a natural compulsão dos homens para o crime pode – assim se supunha – ser controlada pelas instâncias de poder jurídico e policial; é também ali, sob a ação educadora e/ou missionária da Igreja, que “pessoas insignificantes” e “selvagens” podem ser salvas de sua “superstição”, de seu paganismo e finalmente trazidas à “verdadeira” comunidade dos crentes. O sertão é, pois, o reverso da cidade: um espaço ainda livre de toda e qualquer forma de domesticação. (MATA, 2002, p. 171)

Na sua definição sobre o que é o sertão mineiro do século XVIII e XIX, de início é utilizado o conceito de incivilizado. O entendimento deste conceito pressupõe uma oposição ao conceito de civilização, conceito este ampla e historicamente reivindicado pelas sociedades ocidentais. À compreensão do mesmo nos debruçaremos sobre a clássica definição constituída pelo sociólogo alemão Norbert Elias<sup>35</sup>. Para ele o conceito de civilização expressa:

A consciência que o Ocidente tem de si mesmo. Poderíamos até dizer: a consciência nacional. Ele resume tudo em que a sociedade ocidental dos últimos dois ou três séculos se julga superior a sociedades mais antigas ou as sociedades contemporâneas “mais primitivas”. Com essa palavra, a sociedade ocidental procura descrever o que lhe constitui o caráter especial e aquilo de que se orgulha: o nível de sua tecnologia, a natureza de suas maneiras, o desenvolvimento de sua cultura científica ou visão de mundo, e muito mais. (ELIAS, 1990, p.23)

Em síntese o conceito de civilização para as sociedades ocidentais define um sentido de oposição e estranhamento a tudo aquilo que difere de seu habitual comportamento histórico, social e cultural. Há também oposição nos diferentes estágios civilizacionais. No geral os povos

<sup>34</sup> MATA, Sérgio da. Chão de Deus: catolicismo popular, espaço e proto-urbanização em Minas Gerais, Brasil. Séculos XVII e XIX / Sérgio da Mata, Berlin: Wiss. Verl. Berlin, 2002.

<sup>35</sup> ELIAS, Norbert. O Processo Civilizador: Uma História dos Costumes. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1990.

do ocidente são vistos como civilizados enquanto que os povos de outras culturas se encontram em estágios primitivos ou estágios naturais.

A questão relacionada ao domínio sobre o espaço habitado também se encontra presente na constituição do conceito de sertão. O sertão representaria o espaço onde o homem e o núcleo populacional local não apresentam um efetivo domínio sobre a natureza. Isso é facilmente observado nas sociedades ocidentais ditas civilizadas, seu habitat é a cidade, espaço em que há um efetivo predomínio e controle do homem sobre a natureza.

E por fim, o ponto que mais nos interessa: a estreita ligação entre civilização e religião cristã. Na visão das sociedades ocidentais o cristianismo é defendido como a religião mais importante dentre todas as outras. Só a religião cristã seria capaz de “salvar” as almas tendenciosas aos crimes, de unir de maneira harmoniosa grupos socioculturais tão distintos e de fazer com que povos primitivos e incivilizados abandonassem suas atividades religiosas “pagãs” e “supersticiosas” e se entregassem de corpo e alma a uma única religião e há um único Deus cristão.

Essa forte ligação entre o conceito de civilização e religião também está presente nos escritos de Jean Starobinski. Em sua obra, *As Máscaras da Civilização*, de 1920, esse autor rastreia as origens da palavra civilização no interior da sociedade letrada francesa do século XVIII. No contexto das luzes francesas, a palavra civilização seria constantemente ressignificada pelos intelectuais iluministas. Se no início era utilizada mais correntemente na sua acepção jurídica, rapidamente adotará um sentido mais moderno.

No seu sentido mais moderno, a palavra civilização estaria estritamente ligada à ideia de progresso – tanto do indivíduo, quanto da sociedade a qual se encontra inserido –, e seria empregada para designar um processo longo e contínuo de aperfeiçoamento do homem e marcha do gênero humano. A religião<sup>36</sup>, nas palavras de Starobinski seria considerada como motor propulsor do processo de civilização.

Portanto, nesse processo de mudança e transitoriedade no espaço geopolítico, socioeconômico, cultural e religioso das Minas, o século XIX representaria um grande marco

---

<sup>36</sup> Valendo-se da primeira definição moderna da palavra civilização, presente no Dicionário Universal de 1771, o autor encontraria num verbete as origens da ligação entre o conceito de civilização e religião. Como transcrito por Starobinski (1920, p.12): “A religião é incontestavelmente o primeiro e o mais útil freio da humanidade; é o primeiro móvel da civilização. Ela nos adverte e nos lembra continuamente a confraternidade, abrandando nosso coração.” Cf. STAROBINSKI, Jean, 1920. *As Máscaras da Civilização: ensaios* / Jean Starobinski; tradução de Maria Lúcia Machado – São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

na tentativa de organização e fortalecimento interno da região mineradora. Uma historiografia mais regionalista enxerga na Inconfidência Mineira de 1789, já em fins do XVIII, o despertar para um desejo de enraizamento local e ao mesmo tempo para um sentido de identidade nacional.

O marco dessa redefinição na visão sobre o próprio território nacional, suas divisões e diferenças regionais viria, certamente, com o processo de Independência em 1822. Portanto, a partir da organização interna do território nacional em diferentes províncias. O fortalecimento interno dessas províncias ao longo do século XIX, sobretudo pelos poderes localmente constituídos geraria inúmeras disputas por autonomia econômica e política.

O período regencial (1831-1840) da história do Brasil representaria o auge dessas disputas internas pelo reconhecimento político e autonomia econômica das províncias. Assim como a intensificação e o acirramento das diferenças regionais. Não podemos nos esquecer também das inúmeras viagens e expedições científicas estrangeiras patrocinadas pelo governo imperial ao longo de todo o século XIX, que possibilitaram, através de obras e estudos científicos, o conhecimento mais geral da diversidade territorial brasileira.

O século XIX seria marcado também pelos riquíssimos debates entre intelectuais e políticos brasileiros em torno da definição de conceitos como nação, pátria, brasilidade, nacionalidade e regionalismos fundamentais ao projeto político e econômico brasileiro de integração das diferentes partes constituintes do território em um conjunto uno e coeso, num desejo político de fortalecimento da nação brasileira e de seu reconhecimento pelas outras nações.

A Primeira República coincide com o momento de início dos estudos de Raimundo Trindade sobre a história da Igreja Católica no território das Minas Gerais, território agora reconhecido como um dos importantes Estados modernos da nação brasileira, com uma forte organização política local (caracterizada pela oligarquia estadual mineira) e pela sua importância econômica no cenário nacional.

Numa intensa ligação política e econômica com São Paulo (outra grande força estadual do país no período republicano), a oligarquia mineira se destacaria nacionalmente pela alternância com a oligarquia paulista na presidência da República. Notamos, portanto, a nítida evolução geopolítica, socioeconômica e cultural do território, evolução que partiria de um território definido pela historiografia brasileira como um vasto sertão (durante o século XVIII),

até o atingir o reconhecimento nacional como um Estado moderno nas primeiras décadas do XX.

Acompanhando essa evolução geopolítica, socioeconômica e cultural do território mineiro, a Igreja Católica (na visão de Raimundo Trindade) seria a instituição responsável pela evolução nos estágios civilizacionais da população local. De início, portanto no século XVIII, a população local se encontrava no estágio de civilidade definido pelas autoridades civis e eclesiásticas como um estágio de barbárie e primitivismo. Faltava na visão dessas autoridades civis e eclesiásticas a religião cristã, fundamental a superação desse estágio primitivo de existência.

O que notamos do século XVIII até as primeiras décadas do XX, na escrita do historiador Raimundo Trindade, é a atuação direta da Igreja Católica no processo de evolução civilizacional do povo mineiro. Dos primeiros núcleos populacionais (arraiais) marcados pela presença e contribuição da Igreja na organização do espaço urbano e no ordenamento social até sua evolução para uma sociedade moderna – tal qual aquela vivenciada por Trindade nas primeiras décadas do XX –, a Igreja Católica e o catolicismo representariam historicamente a espinha dorsal desse processo evolutivo de civilização.

E aqui, no entendimento de Raimundo Trindade, assim como para o sociólogo Norbert Elias, o processo de civilização pressupõe necessariamente um processo de mudança comportamental da sociedade ao longo dos tempos. Processo esse, extenso, contínuo e sem um prazo definido para o seu encerramento, pois está intrinsecamente ligado ao processo de evolução histórica das sociedades. Segundo ELIAS (1990, p.24), “Civilização” descreve um processo, ou, pelo menos, seu resultado. Diz respeito a algo que está em movimento constante, movendo-se incessantemente “para frente”.

Nessa marcha civilizatória rumo ao progresso, ou como sugere Starobinski, nesse processo de correção dos costumes e aperfeiçoamento do homem, a religião católica se apresentou como um dos principais instrumentos de enquadramento social e moral. Nas Minas do século XVIII e XIX, uma região localizada no interior do Brasil e longe dos grandes centros de debate intelectual europeu, a Igreja Católica teria seu quinhão no processo de civilização da população.

A consolidação da Igreja Católica como uma forte instituição no interior da sociedade mineira passa pelo seu reconhecimento e dedicação à atividade espiritual, ao ensino religioso e

à educação da população civil. Devemos lembrar que a primeira instituição de ensino criada no território, o Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte, em Mariana no ano 1750, foi obra desses abnegados religiosos mineiros – instituição de ensino religioso que ficaria reconhecida pela historiografia eclesiástica mineira como a responsável pela formação de ilustres intelectuais, políticos e religiosos que despontariam tanto no cenário estadual quanto no nacional ao longo do século XIX.

A dedicação com a atividade espiritual, com o ensino e a educação dos jovens (mais especificamente, com a educação dos filhos da elite local), desde meados do XVIII, traria aos eclesiásticos mineiros a reputação social e o reconhecimento histórico como os agentes responsáveis pelo processo de civilização do povo local. Afinal, seriam esses eclesiásticos mineiros os primeiros responsáveis por trazerem ilustração e conhecimento a uma população local, que se encontrava num estágio de civilização, definido por esses mesmos agentes como embrionário e primitivo, fruto de uma composição social dominada majoritariamente por elementos indígenas e africanos.

O que observamos nas primeiras décadas da modernidade no Estado de Minas Gerais, era um destacável grupo de intelectuais, políticos e historiadores com forte vinculação com o catolicismo. O movimento modernista de 1922 viria a intensificar essa identidade do povo mineiro com a religião cristã e com suas raízes regionais. Esse movimento artístico e cultural que se espalhou pelo país a partir da década de 20 (marcado por um forte sentimento regionalista e apego a cultura local) possibilitou a esse seletivo grupo de intelectuais mineiros um retorno às suas origens e tradições.

O historiador Raimundo Trindade, homem de formação religiosa, que dedicou cinco décadas de sua vida à atividade sacerdotal, foi um desses expoentes da historiografia mineira. Em constante conexão com os modernistas mineiros, construiria uma riquíssima narrativa sobre a trajetória histórica da Igreja no território. Sua formação religiosa e dedicação à atividade sacerdotal, por longo tempo, resultaram no acúmulo de grande conhecimento sobre a organização institucional da Igreja Católica. É justamente esse acúmulo de conhecimento e experiências vividas que trariam subsídios à construção da sua narrativa histórica.

Revisitou, por intermédio de farta documentação presente nos arquivos eclesiásticos do estado de Minas Gerais, a Igreja Católica dos séculos XVIII e XIX. Partindo do passado histórico dessa instituição e de sua missão civilizacional das gentes mineiras, pretendeu compreender a Igreja de seu tempo. Sobretudo, a compreensão dessa instituição na virada do

século, nas décadas seguintes e à luz da reorganização institucional iniciada com Dom Viçoso. Essa reorganização institucional tinha o objetivo de definir uma nova era na história da Igreja brasileira. Lembrando que essa reforma católica havia sido estudada e planejada pelos bispos das doze dioceses existentes no país até o ano de 1890, o que demonstra uma movimentação nacional conjunta da alta hierarquia eclesiástica brasileira.

Interessante notarmos que, pós 1890, um dos mais destacáveis resultados dessa união nacional dos bispos brasileiros seria a criação de inúmeras dioceses espalhadas pelo território brasileiro. O que demonstra, no pensamento desses bispos brasileiros, o reconhecimento da necessidade de ampliação organizacional dessa instituição pelo território, o aumento de sua presença na sociedade, a tentativa de maior proximidade e diálogo entre as sedes diocesanas e a preocupação com a formação das novas gerações do clero brasileiro.

Em Minas, até 1890, havia apenas duas dioceses: a de Mariana (1745) e Diamantina (1854). Durante a Primeira República, mais precisamente entre às décadas de 1901 a 1925, seriam criadas outras dez dioceses espalhadas pelo território, numa nítida comprovação da reorganização institucional-espacial da Igreja no território e, mesmo, da comprovação factual dos resultados positivos da política reformista dos bispos diocesanos mineiros. E, conseqüentemente, a difusão de novas dioceses em Minas implicava também na necessidade da formação de novas gerações de clérigos que viessem a ocupar cargos e funções nessas sedes diocesanas.

### **1.1. Reorganização institucional e civilização das gentes mineiras**

Raimundo Trindade construiu a história da Igreja Católica em Minas num momento em que essa instituição passava por um processo de reconstrução após o fim do padroado régio. Sua formação como sacerdote da Igreja Católica foi concluída no ano de 1908, portanto nas primeiras décadas do regime político republicano brasileiro. Sua formação até o sacerdócio coincide com um período de profunda crise financeira e grandes transformações no interior da Igreja brasileira.

No contexto político da Primeira República (1889-1930), mais concretamente no decreto de 7 de janeiro de 1890, ficava reconhecida oficialmente a separação entre Estado e Igreja. Para Raimundo Trindade e outros historiadores interessados pelo tema da história eclesiástica brasileira esse momento seria descrito como o da liberdade e da autonomia da Igreja

no Brasil. Conceitos como o de liberdade e autonomia foram utilizados pelos historiadores eclesiásticos para definir a Igreja Católica do período (pós-separação) numa clara contraposição a uma visão histórica da Igreja durante os séculos XVIII e XIX, marcada pela constante intervenção política do estado monárquico tanto na organização interna quanto nas suas atividades espirituais e ações sociais.

A história da Igreja Católica em Minas de fins do XVII à primeira metade do XX é definida por Raimundo Trindade como num longo processo de evolução institucional. Esses primeiros tempos, antes das grandes descobertas auríferas, foram marcados pela modesta presença de pequenas capelas e ermidas junto aos recentes núcleos populacionais. Nesse momento inicial do território a Igreja Católica já representava uma das mais respeitadas autoridades locais, investindo seus esforços na defesa do ordenamento civil e no incipiente sentido de ocupação e organização do espaço urbano. Com a descoberta do ouro alarga-se o território. A situação demográfica da região muda radicalmente e a Igreja passou então a ser considerada (pelo governo português) como uma força auxiliar importantíssima no processo de enquadramento civil da população local.

A Igreja – instituição vista como uma das principais responsáveis *in loco* pelo processo de civilização da população mineira – muitas vezes teve de se adequar à realidade local imposta pelas constantes transformações sociais e culturais. O maciço deslocamento populacional para a região em busca de riquezas minerais, a expansão territorial desenfreada e a cobiça dos homens (e, mesmo de muitos religiosos) pelo rápido enriquecimento, impuseram aos membros da Igreja (sobretudo aos bispos diocesanos) a atuação de maneira quase policialesca.

Para sanar tamanhas demandas e para não faltar com o auxílio espiritual às novas levas de aventureiros que aportavam de tempos em tempos à região, essa instituição teve de absorver em suas fileiras homens com pouca ou nenhuma vocação para o sacerdócio e para a atividade espiritual. Soma-se a isso a própria resistência do governo português na criação de seminários destinados à formação desse futuro clero diocesano.

A concepção da Igreja Católica atuando no limite de suas forças nos dois séculos anteriores é contraposta à atual realidade dessa instituição no início do século XX, apesar do fato de que a Igreja teria de enfrentar uma grave crise financeira provocada pela separação

definitiva com o Estado. Crise ocasionada pelo fim da subvenção estatal e pela usurpação de seus bens patrimoniais (terras) pelo próprio Estado.<sup>37</sup>

No início do século XX, a Igreja Católica em Minas e no Brasil teve na figura dos bispos diocesanos o principal instrumento encarregado da reconstrução interna da instituição e de sua reaproximação com a sociedade brasileira. Em Minas Gerais, esse processo de reconstrução interna da Igreja e a retomado de seu poder social poderia ser constatado a partir da segunda metade do século XIX e, mais precisamente, na pessoa do bispo do Dom Antônio Ferreira Viçoso (1787-1875).<sup>38</sup>

De acordo com o historiador mineiro Diogo de Vasconcelos (1843-1927)<sup>39</sup>, teria início com Dom Viçoso uma linha sucessória de bispos reformadores do clero diocesano de Mariana. Essa alta hierarquia da Igreja Católica ficou encarregada de uma radical transformação no ensino religioso das novas gerações de clérigos locais. Durante seus respectivos episcopados na diocese de Mariana, esses bispos reformadores mineiros olhariam para o passado dessa instituição e reconheceriam o quanto a Igreja e o próprio Estado monárquico falharam na formação da classe de religiosos.

A inserção no seu quadro institucional de indivíduos sem a mínima vocação para a carreira sacerdotal, o regime do padroado régio que transformou muitos desses religiosos em meros funcionários do estado, o pouco ou nenhum comprometimento desses clérigos com a atividade missionária e a evangelização, a sua má formação educacional e espiritual (proveniente da resistência do governo na criação de novos seminários) são algumas das situações adversas enfrentadas pela Igreja Católica na sua trajetória histórica e institucional.

O lazarista Dom Viçoso foi um dos primeiros defensores da reforma católica em Minas. Sua formação religiosa em Portugal tem ligação direta com membros da Igreja Católica

---

<sup>37</sup> Adotando outra perspectiva de análise em relação à apropriação de terras, antes sobre o domínio da Igreja, o historiador Sérgio da Mata defende que o processo de desclericalização dos patrimônios religiosos é anterior a proclamação da República e a separação entre Estado e Igreja. Ação essa desencadeada por interesses privados, mas também pelo próprio Estado. Como sugeriu MATA (2002, p.247) “Ao contrário do que se poderia imaginar, a desclericalização dos patrimônios não começou com a Proclamação da República e a conseqüente separação entre Igreja e Estado. É anterior a ela. Isso demonstra que a apropriação das terras “dos santos” se iniciou num contexto ainda profundamente marcado pela religião católica tradicional.” Para uma discussão mais aprofundada sobre a questão, conferir a obra já citada: *Chão de Deus, catolicismo popular, espaço e proto-urbanização em Minas Gerais, Brasil. Séculos XVIII e XIX*, de 2002. Sobre os itens: 4.4. A desclericalização do espaço; 4.4.1. Interesses privados e desclericalização e 4.4.2. Poder público e desclericalização. p.246-262.

<sup>38</sup> Bispo de Mariana entre 1844-1875.

<sup>39</sup> Cf. VASCONCELOS, Diogo de. *História da Civilização Mineira: História do Bispado de Mariana*. Biblioteca Mineira de Cultura, Edições Apollo – Belo Horizonte, 1935.

envolvidos com o movimento Ultramontano na Europa. A historiadora Tatiana Costa Coelho<sup>40</sup> ao analisar o discurso reformista de Dom Viçoso, como bispo de Mariana, a partir de 1844, nos possibilita um entendimento da origem desse movimento ultramontano na Europa e também da trajetória desse clérigo considerado pela historiografia eclesiástica brasileira como um dos mais notáveis idealizadores da reforma diocesana mineira. De acordo com a autora:

O termo Ultramontano surgiu na França e classificava pensamentos cuja tendência era defender a centralização do poder papal e sua infalibilidade. Esses grupos eram tributários dos jesuítas europeus que acreditavam no poder absoluto do Sumo Pontífice e na autoridade da Igreja perante os governos. (COELHO, 2007, p.98)

Quanto à trajetória de formação sacerdotal de Dom Viçoso na Europa e seus primeiros trabalhos de caráter espiritual em solo brasileiro, a autora assim se exprime:

Dom Antônio Ferreira Viçoso nasceu em Portugal, na Vila Peniche, distrito de Leiria, no ano de 1787. Recebeu formação sacerdotal pelos lazaristas, uma congregação religiosa fundada em Paris no século XVII. Aos 27 anos de idade terminou o noviciado e ingressa no Curso Filosófico. Com o passar do tempo, adquiriu formação em Teologia, Moral e Dogmática, Direito Canônico, História Sagrada e Liturgia. Ensinou Filosofia no Seminário de Évora, Portugal. Foi enviado ao Brasil como missionário juntamente com o Padre Leandro Rebelo e Castro com quem fundou a primeira ordem lazarista brasileira. No período de 1820 a 1843 esse religioso foi educador no Colégio do Caraça, Jacuecanga e Campo Belo, além de ter criado também o Colégio de Providência para educação feminina e da construção de orfanatos e instituições de educação para moças pobres e órfãs, mostrando assim, grande preocupação com a educação. Em 12 de janeiro de 1844 foi sucessor de Dom Carlos Pereira Freire de Moura e ingressou em Mariana, nomeado por D. Pedro II, para se tornar o sétimo bispo da Arquidiocese de Mariana. (COELHO, 2007, p.98-99)

Apesar da citação um pouco longa sobre a trajetória desse primeiro bispo reformista mineiro é interessante ressaltarmos uma trajetória pessoal marcada pela intensa dedicação aos estudos, sobretudo, aos estudos voltados ao aprimoramento dos fundamentos da religião cristã. Atuando no Brasil, nos deparamos com um religioso comprometido com a difusão da educação a sociedade mineira e a preocupação com os mais desvalidos. Isso é importante para que

---

<sup>40</sup> Cf. COELHO, Tatiana Costa. Nas Malhas Do Discurso: A Reforma Católica em Mariana e o Discurso Ultramontano de Dom Viçoso (Minas Gerais 1844-1875). In: Revista Eletrônica de História do Brasil, v.9, n.2, Jul – Dez., 2007, p.97-107.

possamos compreender suas ações e propostas ideológicas que serão mantidas e mesmo ampliadas pelos bispos que o sucederam.

Como defendido na narrativa do historiador Diogo de Vasconcelos, estamos diante de uma linha sucessória de bispos reformadores da Igreja no território da Minas. Como é sabido, transformações de tamanha monta costumam ser lentas e demoradas. Portanto, essas reformas ao serem continuadas por seus sucessores na diocese de Mariana acabam demonstrando certa convergência de seus discursos, planos e projetos, sobretudo, daqueles que se referem às mudanças propostas para a formação educacional e espiritual das novas gerações do clero.

Percebe-se claramente no discurso de Dom Viçoso e de seus sucessores episcopais a preocupação com a educação espiritual das novas gerações de clérigos. Aos olhos dessas autoridades diocesanas a trajetória de formação do clero mineiro durante o século XVIII e primeira metade do XIX, foi marcada tanto pela inoperância da Igreja (como responsável direta por essa educação espiritual) quanto pela omissão do Estado, no que tange à criação de novos seminários.

Como resultado direto dessa resistência governamental à criação de novos seminários e pela falha da Igreja Católica na formação desse clero, observa-se a continuidade de uma classe de religiosos pouco comprometidos com a atividade espiritual, a evangelização e o trabalho missionário. Seriam muitos desses religiosos descritos pela historiografia eclesiástica mineira (sobre o século XVIII e XIX) como indivíduos de caráter rebelde, vicioso e insubordinado. A discussão em torno da má formação do clero mineiro é vista por essas autoridades episcopais, sobretudo, a partir da segunda metade do século XIX, como um dos pontos mais importantes a serem discutidos e sanados pela reforma.

As ações de Dom Viçoso na diocese de Mariana foram, portanto, assim descritas por COELHO (2007, p.99): “Por três décadas Dom Viçoso percorreu Minas, com o intuito de levar o evangelho aos fiéis e divulgar o que ele considerava a verdadeira fé e os bons costumes da Igreja. Além disso, pretendia reformar o clero, considerado por esse como deturpado e indisciplinado.”

Com o passar dos tempos, mais precisamente nesse momento de virada do século, era mais do que necessário à Igreja Católica o controle sobre a educação espiritual de seu corpo eclesiástico e a contenção de seus desvios e atos de indisciplinas. Iniciava-se um novo século na interpretação de políticos, intelectuais e de uma ala mais liberal da Igreja brasileira, um

século marcado pela ideia de modernidade. Apesar de que, para a ala mais conservadora da Igreja Católica brasileira (representada aqui pelos bispos reformadores ligados às propostas do movimento ultramontano) a questão sobre o conceito de moderno, sobretudo no que diz respeito às mudanças no interior da instituição eclesiástica brasileira seria motivo de inúmeras discussões.

Mas, retomando o raciocínio, essa preocupação dos bispos diocesanos com a formação das futuras gerações do clero fincava suas raízes no desejo de união interna da Igreja como instituição, a formação educacional e espiritual de jovens com verdadeira vocação para a carreira sacerdotal e a retomada do seu poder social. O foco na criação e manutenção de seminários no território mineiro, a necessidade de reclusão desse novo clero no interior desses centros de ensino religioso (portanto, seu afastamento de uma vida cotidiana secularizada), a reforma das disciplinas ministradas aos noviciados e a maior intensificação dos exercícios espirituais seriam algumas das medidas adotadas imediatamente pela alta hierarquia católica.

Na primeira metade do XX, seguindo a ideia de uma linha sucessória de bispos reformistas, nos depararíamos com dois outros nomes importantes desse processo de reconstrução e reorganização da Igreja: Dom Silvério Gomes Pimenta (1840-1922) <sup>41</sup> e Dom Helvécio Gomes de Oliveira (1876-1960) <sup>42</sup>, respectivamente, primeiro e segundo arcebispos de Mariana, ambos contemporâneos ao momento da escrita de Raimundo Trindade.

A concepção historiográfica de Raimundo Trindade sobre o período de reorganização institucional da Igreja em Minas foi construída a partir das experiências, vivências e dos ensinamentos, adquiridos junto a esses dois ilustres prelados. Devemos destacar que Raimundo Trindade ao adentrar para o seminário de Mariana foi afetuosamente acolhido pelo arcebispo Dom Silvério e, que, Dom Helvécio (como já apontado) foi o principal incentivador da sua produção historiográfica. Esse historiador observa, nesses dois prelados, a retomada da aproximação da Igreja Católica em Minas com a Santa Sé em Roma e o fortalecimento do poder das autoridades eclesiásticas dentro do estado de Minas Gerais.

Para Raimundo Trindade, a Igreja de outrora, atrelada ao regime do padroado régio até a proclamação da República em 1889, sofreu pela falta de autonomia institucional. Do período colonial até o fim da primeira metade do século XIX (momento em que Dom Viçoso tomaria

---

<sup>41</sup> Arcebispo de Mariana entre os anos de 1896-1922.

<sup>42</sup> Arcebispo de Mariana entre os anos de 1922 e 1945.

posse como bispo diocesano em Mariana), a pressão política exercida pelo estado monárquico impediu sobremaneira a liberdade de atuação da Igreja brasileira. No período de construção de sua narrativa histórica, Dom Silvério e Dom Helvécio tiveram de liderar a Igreja Católica em períodos bastante conturbados. De acordo com o autor, seriam eles os responsáveis diretos pela superação da crise financeira e pela continuidade do plano de reforma educacional do clero.

A mudança do regime político monárquico para o republicano teve reflexo direto na Igreja Católica brasileira. No período da Primeira República ou República Velha, como consequência direta da separação entre Estado-Igreja houve o fim da subvenção estatal (iniciada no período colonial e que teve sua continuidade durante todo o período imperial) e a usurpação de grande parte dos bens patrimoniais (sobretudo, terras) pelo governo. Ademais, comprovava-se, também, o fim da intervenção política do governo nos assuntos institucionais da Igreja (falo aqui, por exemplo, da possibilidade de escolha e nomeação de bispos e demais autoridades eclesiásticas pela própria Igreja, o fim da ingerência da jurisdição civil na jurisdição eclesiástica, maior liberdade de ação e autonomia dos prelados nas suas respectivas dioceses, a possibilidade de crítica dessas autoridades episcopais ao regime de governo atual, sem medo de sofrer represálias, dentre inúmeras outras liberdades). Essa desvinculação dos assuntos religiosos ao regalismo estatal é um dos principais pontos que permitem aos historiadores eclesiásticos defenderem o sentido de maior autonomia da Igreja pós-separação.

No cenário de Minas Gerais, apesar desse aparente estado libertário da Igreja Católica durante a Primeira República, a alta hierarquia eclesiástica reconhece nessa instituição graves problemas tanto de ordem financeira quanto no que se refere a sua organização interna. Segundo Trindade, em Mariana (primeira sede do bispado) a expressão máxima desse acanhamento institucional e social da Igreja (durante grande parte do período republicano) poderia ser constatada nas esporádicas missas e atividades litúrgicas que ocorriam na Igreja da Sé, historicamente a primeira catedral mineira.

Nesse momento, para o autor, é evidente o contraste entre os raros momentos de festividades religiosas e sociais ocorridos na catedral da Sé no período republicano com aqueles momentos festivos que marcaram a história dessa Igreja desde o início de sua construção em 1711. Mergulhado sobre a documentação dos arquivos eclesiásticos, Trindade pôde perceber pela ótica da intensidade dos festejos religiosos, o retraimento da Igreja mineira nas primeiras décadas do XX.

Acostumado aos relatos documentais das suntuosas festividades que marcava o calendário litúrgico local durante o século XVIII e XIX, Raimundo Trindade se deparava com uma Catedral da Sé em processo de decaimento. Sem o auxílio financeiro do estado, após 1891, o cabido diocesano em Mariana fora drasticamente reduzido em seus números totais. O que, conseqüentemente, afetaria às celebrações, missas e festas realizadas na catedral. Na sua perspectiva grande parte do número de religiosos que compunham o cabido da diocese seria dispensada de suas funções religiosas e litúrgicas.

Como relatado por TRINDADE (1929, p.662) “Proclamada à República, suprimida a subvenção oficial ao culto divino, e não podendo a fábrica da catedral sustentar os funcionários subalternos do cabido, encontrou-se este em sérias dificuldades, visto como lhe era impossível manter os ofícios diários com dignidade e decoro.” Se entendido numa perspectiva comparativa, seu relato deixou transparecer um período de grande amargura para a Sé de Mariana, como já mencionado a primeira catedral de Minas Gerais. Seu reflorescimento só seria possível graças aos esforços empregados pelo seu 1º arcebispo, Dom Silvério:

E assim, tristes para a alegre igreja de outrora, arrastaram-se 27 anos, 5 meses e 15 dias até que a 1º de janeiro de 1921, graças aos esforços de D. Silvério Gomes Pimenta, 1º Arcebispo de Mariana, a veneranda Catedral ressoou novamente com as harmonias do coro, com o canto diário do ofício divino. (TRINDADE, 1929, p.665)

Dom Silvério Gomes Pimenta seria reconhecido na historiografia eclesiástica brasileira pela iniciativa no processo de restabelecimento e também reorganização desse cabido diocesano. Período que ficaria reconhecido na historiografia eclesiástica como a segunda fase do cabido diocesano ou cabido metropolitano. Na visão de Raimundo Trindade, Dom Silvério assume para si a missão de recatolicizar o estado ao mesmo tempo em que se preocupa diretamente com a reconstrução dos bens patrimoniais da diocese.

De origem muito humilde, mulato, Dom Silvério Gomes Pimenta desde cedo demonstrou uma facilidade muito grande com o aprendizado e com o latim. Apadrinhado por Dom Antônio Ferreira Viçoso (1788-1875)<sup>43</sup>, teve no Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte uma formação religiosa destacável. Foi daqueles sacerdotes que amparado pela Igreja católica soube retribuí-la com ações e serviços que ficariam reconhecidos na história mineira.

---

<sup>43</sup> Tomou posse como bispo de Mariana no ano de 1844 e permaneceu no cargo até seu falecimento em 1875.

No ano de 1897 seria empossado como bispo de Mariana e promovido como arcebispo em 1907. Incumbiu-se, particularmente, da tarefa de restabelecer novamente o patrimônio da diocese de Mariana que vinha sofrendo inúmeros reveses desde a separação entre Estado e Igreja. Raimundo Trindade se encarregou no ano de 1940, da produção de uma biografia<sup>44</sup> sobre esse ilustre prelado mineiro. Escrita em comemoração ao centenário de seu nascimento, o autor descreve sua trajetória desde a infância humilde e pobre até a posse como 1º arcebispo da diocese de Mariana. Dessa narrativa biográfica, nos deparamos com um episcopado compromissado com o restabelecimento da primeira diocese mineira,

Por mais de uma vez visitou, crismando, pregando, esmolando, toda a vasta diocese de então. Com as esmolas que colhia ia mantendo no seminário crescido numero de moços pobres, ao mesmo tempo em que ia formando o patrimônio desse mesmo seminário, posto inesperadamente em situação aflitiva com o advento da republica, que lhe suspendeu a módica subvenção com que o auxiliava o antigo regime. Restabeleceu a imprensa católica na diocese fundando O Viçoso. Procurou frutificar os capitais que ia reservando para patrimônio diocesano e adquiriu diversas propriedades agrícolas, nas quais empregou também dinheiro seu e de alguns institutos do Bispado. Empenhou-se obstinação notável, digna da causa que esposara em obter congregações religiosas para a diocese como efetivamente obteve. (TRINDADE, 1940, p.23)

Raimundo Trindade destaca também que a eleição de Dom Silvério como Vigário-Capitular, portanto, como chefe do cabido diocesano no ano de 1875, já havia rendido inúmeras discussões entre os membros do clero marianense, por se tratar de um religioso que não pertencia ao cabido e por ser de cor negra. Esse historiador defende que a questão da escravidão em fins do século XIX era bastante latente entre as autoridades políticas e religiosas no Brasil e que o cabido de Mariana ainda se encontrava mergulhado em preconceitos raciais. Vencendo preconceitos no interior da própria Igreja, agindo em nome do zelo apostólico e rompendo obstáculos através das virtudes e da ciência, Dom Silvério ampliou as ações do episcopado brasileiro.

Notamos que Dom Silvério adotou como ponto máximo de sua atividade episcopal as visitas pastorais e o trabalho missionário; seu espírito e alma caridosa levaram o conhecimento da religião cristã aos lugares mais recônditos do território mineiro. A preocupação com os mais desvalidos e o acolhimento de muitos jovens no seminário possibilitou o renascimento das

---

<sup>44</sup> Cf. TRINDADE, Cônego Raimundo. Biografia de Dom Silvério Gomes Pimenta (1º Arcebispo de Mariana). Confeccionado no Est. Gráfico Gutenberg, Irmãos Penna & Cia. Ponte Nova, Minas Gerais, 1940.

novas gerações do clero local. Esse alto dignitário da diocese marianense ficou reconhecido também por se tratar de um homem das letras, ou como sugere Raimundo Trindade (1940, p.21) “foi um artista primoroso da palavra escrita, que não pretendeu jamais a honra de escritor”.

A Pastoral do Centenário em comemoração ao quarto centenário do descobrimento do Brasil e as Pastorais Coletivas, sobretudo, a de 1915, se tornaram documentos eclesiásticos conhecidos em todas as dioceses nacionais. No ano de 1920, seria empossado como membro da Academia Brasileira de Letras. Dom Silvério Gomes Pimenta fez parte daquele seleto grupo de prelados brasileiros que na Primeira República iriam se aproximar dos poderes oligárquicos estaduais com o objetivo de restabelecer o poder institucional, financeiro e social da Igreja Católica.

Esse período da história política brasileira marcada pela concentração do poder nos respectivos estados brasileiros e nas mãos das oligarquias locais possibilitou aos bispos diocesanos, nas palavras de Sérgio Miceli<sup>45</sup>, “a expansão organizacional da Igreja” e a “estadualização do poder eclesiástico”. Esse sociólogo descreveu as ações desse prelado da diocese de Mariana em defesa da Igreja Católica no estado de Minas Gerais durante as primeiras décadas do governo republicano. Demonstrou como Dom Silvério foi incansável nas suas tentativas de restabelecimento do ensino religioso católico no Estado, suspenso pelo governo logo após a proclamação da República. Muitos dos políticos republicanos foram defensores da ideia de uma sociedade civil mais laica e secularizada, propondo assim o fim do estudo religioso nos centros educacionais geridos pelo governo. Para Miceli,

Em Minas, por exemplo, a prolongada gestão de D. Silvério Gomes Pimenta encontrou condições amplamente favoráveis à sua política de recatolicizar o Estado. Valendo-se da receptividade que as diretrizes católicas obtinham junto a segmentos majoritários da população e do apoio ostensivo de setores dirigentes de peso inclusive no interior do partido republicano estadual, D. Silvério logrou restaurar a influência política – doutrinária da Igreja através de campanhas institucionais e novas associações. Ainda em 1891, os católicos obtiveram ganho de causa contra a secularização da educação pública e a favor da instrução religiosa. O governo João Pinheiro cancelou essa prerrogativa e sustou as subvenções concedidas aos seminários. Novamente, os grupos católicos leigos sob tutela da hierarquia desencadearam intensa

---

<sup>45</sup> MICELI, Sérgio. *A Elite Eclesiástica Brasileira (1890-1930)*. Tese Apresentada ao Concurso de Livre Docência em Sociologia do Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 1985.

campanha pela imprensa, organizaram congressos e mobilizaram as bases católicas. (MICELI, 1985, p.69-70)

No horizonte de expectativa dessa linha sucessória de bispos mineiros comprometidos com a reforma e reorganização da Igreja estava proposta a necessidade de reconstrução institucional, o restabelecimento de seu poder dentro do estado e a formação de um patrimônio diocesano. Nesse período, outra importante ação adotada pelos prelados da diocese de Mariana em relação à defesa e reconstituição de seu patrimônio seria a exigência na listagem de seus bens patrimoniais existentes nas paróquias mais distantes da sede do bispado. Aos párocos das localidades mais longínquas pertencentes à circunscrição da diocese marianense seria incumbida à tarefa de reconhecimento e reorganização de seu patrimônio através da elaboração de documentação oficial da Igreja com o intuito de dificultar a dispersão de seus bens.

Como sucessor de Dom Silvério na diocese de Mariana teríamos a pessoa do bispo Dom Helvécio Gomes de Oliveira. Seu episcopado coincide com um período de expansão da Igreja Católica tanto no território mineiro quanto no Brasil. Entre as décadas de 1890-1930, seria notória a criação de inúmeras dioceses pelo território brasileiro fazendo com que o número de bispos e demais religiosos aumentasse consideravelmente. Além da reformulação dos limites entre os bispados e a definição das novas circunscrições entre as velhas e novas dioceses no interior dos respectivos estados.<sup>46</sup>

Iniciando sua liderança sobre a Igreja Católica em Minas na década de 1920, Dom Helvécio se depara como uma instituição se fortalecendo através da expansão territorial (sobretudo, pela criação de novas dioceses em Minas e no Brasil) e pelo aumento considerável dos números de bispos e demais autoridades religiosas. Nesse momento, podem ser percebidos de maneira mais factual os resultados que vinham sendo alcançado com a reforma católica. No que se refere à situação financeira dessa instituição, a partir da década de 1920 percebemos a

---

<sup>46</sup> Cf. MICELI, Sérgio (1985, p.57). “Entre 1890 e 1930, foram criadas 56 dioceses, 18 prelazias e 3 prefeituras apostólicas, para as quais foram designados, no mesmo período, aproximadamente 100 bispos, cabendo, respectivamente, ao conjunto dos Estados nordestinos, a São Paulo e a Minas Gerais, os percentuais mais elevados no reparte de circunscrições e prelados. A literatura disponível sobre a história da Igreja Católica no Brasil trata esses números como indicadores de uma expansão bem sucedida da organização eclesiástica, dispensando quaisquer indagações acerca dos princípios e diretrizes político – institucionais que condicionaram esse processo de ocupação territorial, das características sociais e doutrinárias dessa leva considerável de dirigentes ou a respeito dos frutos materiais e políticos da gestão empreendida por esses prelados. As razões subjacentes à concentração regional das novas circunscrições eclesiásticas são bastante diferenciadas, embora revelem quase sempre uma parcela de cálculo político no processo decisório relativo à ocupação territorial. A organização eclesiástica foi inteiramente estadualizada. Até 1890, as doze dioceses existentes estavam situadas em dez províncias e nove capitais afora aquela sediada na corte. No período de 1890-1930, as outras onze capitais estaduais foram também convertidas em sedes diocesanas.”

superação da profunda crise provocada pelo rompimento com o Estado e da usurpação de seus bens patrimoniais pelo governo.

Na Primeira República, os bispos teriam papel importantíssimo nesse processo de reformulação institucional da igreja, a nível nacional. Aos bispos diocesanos, como representantes maiores da Igreja nos respectivos estados brasileiros, coube a estratégia política de articulação e aproximação com os poderes oligárquicos localmente constituídos. Através da aproximação com essas elites oligárquicas locais, os bispos diocesanos procuraram resgatar e reforçar essa imagem positiva da Igreja católica junto à sociedade brasileira ao mesmo tempo em que visam recuperar parte de seu patrimônio.

O campo do ensino e da educação seria a “pedra de toque” para a atuação desses religiosos nos estados brasileiros. Com um ensino voltado para a educação dos filhos dessas elites oligárquicas locais, os bispos exerceriam um grande monopólio sobre as atividades educacionais nos estados. Atuando dessa maneira, garantiriam a retomada de sua aproximação com a sociedade e o estreitamento dos laços com os políticos brasileiros.

Torna-se importante que descrevamos as ações desses bispos reformistas da diocese de Mariana, sobretudo, nas primeiras décadas do século XX, pois isso nos possibilita compreender o contexto político e religioso no qual a reforma da Igreja Católica foi sendo concretizada. Se no início do governo republicano nos deparamos com uma Igreja em franca decadência, financeira e institucional, na última década desse mesmo regime de governo nos depararíamos com essa instituição revigorada e em franco processo de expansão organizacional.

No que refere-se à reorganização institucional da Igreja, as altas autoridades eclesiásticas nacionais iriam defender a necessidade da reformulação do ensino religioso na formação das novas gerações de clérigos e a criação de novos seminários pelo território, com o intuito de melhor receber e educar esses noviciados. Reformularam as disciplinas da grade curricular de seus cursos teológicos e afirmaram a obrigatoriedade de uma formação mais reclusa nesses seminários, portanto afastada de atividades de caráter temporal (visando maior domínio sobre os exercícios espirituais), todas essas mudanças e transformações com a finalidade de atrair para seu quadro institucional indivíduos com vocação à carreira sacerdotal, comprometidos com a união e fortalecimento da Igreja Católica brasileira.

Particularmente no estado de Minas Gerais e na pessoa dos bispos Dom Silvério e Dom Helvécio que essas reformas apresentariam seus primeiros resultados. Essa visão de uma Igreja

Católica em profundas modificações ao longo da primeira metade do século XX foi observada e analisada na narrativa historiográfica de Raimundo Trindade. Esse sacerdote-historiador se mostrou bastante atento às mudanças que ocorreram no cenário político e religioso brasileiro e mais particularmente nas transformações pelas quais passou a Igreja Católica em Minas Gerais, seu estado de origem.

Através de uma narrativa historiográfica notadamente regionalista, muito em voga no contexto do movimento modernista brasileiro, Raimundo Trindade debateria sobre a importância da tradição<sup>47</sup> histórica da Igreja mineira e o papel fundamental dessa instituição no processo de civilização da sociedade.

## **1.2. Igreja e Estado Novo: um projeto ideológico de poder nacional**

Na política brasileira a transição do regime republicano para a Era Vargas (1930-1945) repercutiu também em importantes mudanças na história da Igreja. Lembramos que as três primeiras décadas da República foram marcadas por uma proposta política e ideológica claramente laica. Uma das primeiras medidas adotadas pós-proclamação fora a proibição do ensino religioso à sociedade civil, numa clara e manifesta demonstração de força do poder político sobre a Igreja.<sup>48</sup>

---

<sup>47</sup> Um ponto que deve ser aqui discutido é sobre esse reforço do poder social da Igreja Católica através de um discurso baseada na tradição. Discurso no geral construído por historiadores de formação religiosa, caso típico de Raimundo Trindade ou mesmo de intelectuais católicos leigos (bastante atuantes durante as primeiras décadas do século XX brasileiro). Interessante constarmos que um dos principais nomes do catolicismo militante leigo do período, ou seja, Alceu Amoroso Lima, duas décadas após sua conversão ao catolicismo viria a criticar de maneira sincera esse apego a um discurso baseado na tradição. Para ele o apego ao discurso tradicionalista pela Igreja atendia a um posicionamento muito mais político do que propriamente religioso. No ano de 1948, assim se posicionaria: “O terceiro erro corrente entre católicos, quanto à posição da Igreja, em face da ordem social, é o tradicionalismo. Trata-se de um equívoco semelhante ao do equívoco autoritário. Pelo fato da Igreja basear a autoridade de sua hierarquia na tradição, isto é, na passagem ininterrupta da consagração ministerial de uma a outra geração; e pelo fato de ser a tradição um elemento extremamente importante na transmissão de muitas de suas verdades doutrinárias e práticas, não se segue que se possa impunemente transpor os limites da ordem religiosa para a ordem social, fazendo da tradição, ou antes, do tradicionalismo, um elemento católico da ordem política, como o é da ordem espiritual”. (LIMA, 1999, p.307-310). Destaco que essa parte do discurso oficial de Alceu Amoroso Lima aqui inserida, foi por mim retirada dos comentários de Riolando Azzi na obra *Notas para a História do Centro Dom Vital*. Este último foi o encarregado da introdução e organização dessa obra. Cf. LIMA, Alceu Amoroso, 1893-1983. *Notas para a história do Centro Dom Vital/Alceu Amoroso Lima; introdução e comentários Riolando Azzi*. Rio de Janeiro: Educam: Paulinas, 2001.

<sup>48</sup> No artigo intitulado “*O Sentido da Nossa Vitória*”, de Alceu Amoroso Lima, há um panorama geral da situação da Igreja frente ao Estado nas primeiras décadas da República. Por conta de um catolicismo dividido e sem organização política diante da Assembleia Constituinte de 1891, o que ocorre é um completo domínio dos ideais laicistas e positivistas em relação à Igreja brasileira. Segundo o autor: “Exclui-se a Igreja de toda relação com o Estado. Impõe-se o casamento civil como obrigatório. Inscreve-se a laicidade no ensino, com ambiguidade suficiente para permitir ao poder republicano, por quarenta anos, excluir radicalmente do ensino público toda colaboração religiosa, relegando a educação a um ensino memorativo e mecânico, que ia ser o pesadelo de reformadores sucessivos. O Estado repele a Igreja para dentro dos templos e dos lares, para o âmago das

Sem ter conseguido se recuperar da crise financeira e institucional após o fim do regime do padroado régio, a Igreja Católica brasileira permaneceu por cerca de trinta anos sem uma forte presença diante da sociedade brasileira. Pode-se dizer que até o início da década de 1920, momento em que as novas autoridades episcopais brasileiras se uniriam nacionalmente em prol da retomada do poder e prestígio social do clero, Igreja e Estado atuaram e exerceram suas atividades separadamente no cenário social brasileiro.

De um lado, o governo republicano insistindo na necessidade do afastamento da Igreja Católica do seio da sociedade brasileira através de uma proposta político-ideológica laica e secularizada. Política governamental que proibiu, mesmo que por pouco tempo, o ensino religioso nas escolas do Brasil, barrando assim o avanço da doutrina cristã e o fortalecimento do poder social da Igreja. Do outro, a Igreja, por meio de suas autoridades episcopais insistindo na necessidade da religião cristã para a manutenção da integridade da nação.

Em seus discursos essas autoridades episcopais vinculariam conceitos como o de pátria e religião visando, sobretudo, o estabelecimento e manutenção da ordem no interior da sociedade brasileira. Para essas autoridades, os preceitos da religiosidade cristã difundidos à sociedade seriam fundamentais no combate às ideologias revolucionárias estrangeiras, como por exemplo, o protestantismo e o comunismo tão em voga na Europa das primeiras décadas do XX.

O Padre Riolando Azzi<sup>49</sup>, reconhecido pelos seus estudos sobre a Igreja Católica nessas primeiras décadas do governo republicano traçou um panorama geral desse acanhamento institucional da Igreja brasileira pós-proclamação da República. De acordo com esse autor:

Pode-se afirmar que durante os trinta primeiros anos o decreto de separação entre Igreja e Estado promulgado em abril de 1890 foi mantido rigidamente. Por parte dos líderes políticos, houve um desconhecimento quase completo da ação e da presença da Igreja. Dominava o pensamento liberal e positivista. Por parte da hierarquia católica, continuou o esforço por consolidar a reforma católica, movimento iniciado em meados do século XIX. A Igreja preocupava-se principalmente com a sua organização e vida interna. (AZZI, 1977, p.61)

---

consciências. Fecha-se a porta a religião, como um elemento estranho à ordem pública da nação.” Cf. LIMA, Alceu Amoroso. Notas para a História do Centro Dom Vital. Esse artigo se encontra na íntegra nos Apêndices da obra anteriormente citada.

<sup>49</sup> Cf. AZZI, Riolando. O Início da Restauração Católica no Brasil: 1920-1930. In: Síntese, Revista de Filosofia, v.4, n.10, 1977, p.61-89.

Essa reviravolta, ou se preferirmos, essa retomada do poder institucional e social da Igreja brasileira viria, de acordo com a visão de Riolando Azzi, a partir de inícios da década de 1920. Nesse processo de continuidade e evolução da reforma católica (agora orquestrada pelas novas lideranças do episcopado brasileiro) o movimento conhecido como Restauração Católica lançaria as bases desse novo posicionamento institucional da Igreja frente à sociedade e frente ao próprio estado republicano.

A Restauração Católica<sup>50</sup> teria suas mais significativas ações e atividades de caráter social e político no decênio de 1920-30, período que, nas palavras de Azzi, representaria “a nova etapa da história da Igreja no Brasil”. Encontramos-nos diante da presença de inúmeros eventos, comemorações, datas simbólicas, festividades, publicações, líderes religiosos e intelectuais católicos comprometidos com o reconhecimento da necessidade de uma maior presença atuante da Igreja na sociedade brasileira.

Na verdade o que estava em andamento no interior da Igreja brasileira e no pensamento da alta hierarquia católica era a constituição de um projeto ideológico de poder de dimensão nacional. Os ataques à estrutura interna da Igreja (sobretudo durante as primeiras décadas da República) resultaram na movimentação e organização do episcopado brasileiro em defesa da permanência da religião cristã como a mais importante e oficial religião nacional.

Esse novo despertar do poder institucional da Igreja Católica diante da sociedade brasileira se iniciaria no Rio de Janeiro (então capital do Brasil) e na pessoa do arcebispo D.

---

<sup>50</sup> O Padre Riolando Azzi defende que a Restauração Católica deve ser entendida como um movimento organizado pela hierarquia eclesiástica e pelo laicato nacional. Dentro do contexto da Restauração Católica, o Centro Dom Vital seria o principal núcleo aglutinador dos intelectuais católicos brasileiros. Um dos principais objetivos do Centro era justamente a intensificação da presença do laicato no âmbito da Igreja Católica. Símbolo maior dessa presença poderia ser constatado por meio da Ação Católica e do Movimento Litúrgico. Em síntese: o primeiro define a “afirmação do laicato dentro da instituição católica.” (AZZI, 2001, p.15) e, o segundo, “a promoção do leigo no âmbito eclesial.” (AZZI, 2001, p.15). Sobre o Movimento Litúrgico é interessante destacarmos também a oposição que sofreria por parte da ala mais conservadora da Igreja brasileira. De acordo com AZZI (2001, p.15-16) “O Movimento Litúrgico constitui um dos projetos mais importantes, e de consequências mais revolucionárias nesse período. Isso explica não só a forte resistência que encontrou por parte de bispos, padres e até mesmo do próprio laicato, como também a série de acusações de que foi alvo. Os aspectos inovadores introduzidos pelo Movimento Litúrgico podem ser sintetizados em três dimensões, que se completam, estando perfeitamente integrados entre si. O primeiro aspecto era a ênfase na participação dos cristãos no culto divino, abrindo-lhes assim o acesso ao mistério de Cristo e questionando, dessa forma, o poder absoluto dos clérigos na esfera do sagrado. Abalava-se por meio do Movimento Litúrgico, o clericalismo dominante na instituição desde a época tridentina. O segundo ponto era a valorização da dimensão mística da Igreja, relegando para segundo plano o seu caráter institucional. Foi, sem dúvida, o desenvolvimento da vida litúrgica um dos aspectos que mais contribuiu para a elaboração da teologia do Corpo Místico, que a partir de então foi suplantando paulatinamente a concepção tradicional da Igreja como uma sociedade perfeita e hierarquizada. Como consequência, o juridiccionismo romano perdía sua função hegemônica no âmbito eclesiástico. O terceiro aspecto é apenas uma consequência natural dos enfoques anteriores, a saber: a afirmação de uma espiritualidade centralizada no mistério de Cristo, que pouco a pouco deixava para segundo plano a devoção e o culto ao pontífice romano e à Igreja institucional.”

Sebastião Leme (1882-1942) <sup>51</sup>, arcebispo-coadjutor do Rio de Janeiro desde 1921. Após a realização do Congresso Eucarístico de 1922 se transformaria no grande líder da Restauração Católica no Brasil.

Dom Sebastião Leme uniu a nova cúpula da hierarquia eclesiástica nacional e um grande número de intelectuais católicos em prol do fortalecimento do poder político e social da Igreja brasileira. Como primeiras medidas adotadas pela restauração foram criadas a Fundação da Revista Ordem (1921), o Congresso Eucarístico (1922), a Confederação Católica do Rio de Janeiro (1922), o Centro D. Vital (1922), a Celebração da Páscoa dos Militares no Rio de Janeiro (1924), o 1º Congresso Catequístico de Belo Horizonte (1928), dentre inúmeros outros acontecimentos de cunho religioso, espalhados por todo o território nacional, possibilitando, assim, um panorama geral dessa nova reorganização da Igreja Católica brasileira.

Mas, afinal, o que pretendia essa alta hierarquia eclesiástica brasileira com a Restauração Católica? Retomo, novamente, as reflexões do Padre Riolando Azzi para que possamos compreender na visão do episcopado brasileiro do decênio de 1920-30, a essência desse movimento em defesa da Igreja. Para o autor, dando continuidade ao processo de reforma iniciada na segunda metade do XIX, a alta hierarquia eclesiástica brasileira possuía dois objetivos fundamentais. A saber:

Em primeiro lugar, a necessidade de uma maior presença atuante da Igreja na sociedade: o episcopado desejava efetivamente ter um papel de liderança entre o povo brasileiro. Em segundo lugar, e como decorrência desse princípio, a Igreja dispõe-se a colaborar efetivamente com o governo para manter a ordem e a autoridade constituída na sociedade brasileira. Essas ideias encontram acolhida favorável por parte do governo, que percebe na Igreja uma valiosa força auxiliar na contenção dos movimentos revolucionários que começam a eclodir nesse período. Desse modo, esse decênio marcará também o reatamento efetivo das relações entre Igreja e Estado no Brasil, num desejo de mútua colaboração. (AZZI, 1977, p.63)

Na visão de religiosos e do laicato nacional o movimento da restauração católica possibilitou a Igreja a retomada de seu poder e prestígio social além de uma nova reaproximação com o cenário político brasileiro. Em Minas, a realização do 1º Congresso Catequístico de Belo

---

<sup>51</sup> Arcebispo-coadjutor do Rio de Janeiro de 1921-1930. Arcebispo da Sé Metropolitana do Rio de Janeiro entre 1930-1942.

Horizonte no ano de 1928, teria como um de seus principais resultados a retomada do ensino religioso nas escolas do estado, já no ano seguinte.

O arcebispo de Belo Horizonte, Dom Antônio dos Santos Cabral (1884-1967)<sup>52</sup>, foi o principal ponto de ligação com o arcebispo do Rio de Janeiro Dom Sebastião Leme e com as propostas da Restauração Católica no estado de Minas Gerais. Obviamente que não poderíamos esquecer também de outros dois nomes importantes do episcopado mineiro desse período, Dom Joaquim Silvério de Souza (arcebispo de Diamantina) e Dom Silvério Gomes Pimenta (arcebispo de Mariana) fundamentais nesse processo de reorganização institucional da Igreja.

As cartas pastorais produzidas pela alta hierarquia eclesiástica mineira nesse período de profundas modificações no cenário político-social e religioso brasileiro são documentos de riquíssimo valor para o entendimento do novo posicionamento da Igreja. Riolando Azzi destaca as palavras pronunciadas pelo arcebispo Dom Antônio dos Santos Cabral na pastoral de 14 de abril de 1943, sobre a importância da retomada do ensino religioso nas escolas públicas do estado de Minas Gerais logo após a realização do Congresso Catequístico de 1928. Notamos nas palavras desse arcebispo mineiro certo tom de entusiasmo nessa nova fase de articulação entre Estado e Igreja. Do discurso dessa autoridade eclesiástica, destacaria:

Lembramo-vos apenas que em setembro de 1928, com o concurso do nosso venerando clero e dos elementos do laicato católico, em que foi sempre privilegiada a querida diocese, coube-nos efetuar o primeiro Congresso Catequístico do Brasil. Abriam-se então para o nosso ensino religioso e para a formação cristã de nossa infância e juventude, perspectivas de marcante relevo. Abençoou Deus, de maneira impressionante, esta iniciativa, que visava golpear o espírito laicista sobrevivência nefasta daquele espírito que informava a primeira República de inspiração positivista. O governo de Minas Gerais, então nas mãos do benemérito Dr. Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, teve o desassombro de romper as muralhas chinesas que cercavam a cidadela da escola. Premido, contagiado pelo calor do Congresso Catequístico, promulgou Sua Excelência um ato que, por entre indescritíveis aclamações do recinto da Assembleia Católica, em incoercível tempestade de entusiasmo, repercutiu todos os recantos da imensa pátria brasileira (AZZI, 1977, p.72).

Nessa fase de retomada da presença da Igreja Católica junto à sociedade brasileira a partir da década de 1920, notamos uma maior colaboração entre essa instituição e o Estado republicano no Brasil. Essa colaboração mútua entre Estado e Igreja se intensificaria

---

<sup>52</sup> Bispo e arcebispo de Belo Horizonte entre 1921-1967.

sobremaneira com a revolução de 1930 e a chegada de Getúlio Vargas à presidência do país. Com o golpe de Estado de 10 de novembro de 1937 e a intensificação da centralidade do poder político de Vargas, ficaria bem mais aparente essa articulação entre o poder espiritual e o temporal no interior da sociedade.

O regime político autoritário de Vargas durante o Estado Novo (1937-1945) defendia, de forma geral, a centralização do poder, o estabelecimento e manutenção da ordem social brasileira. Dentro dessa proposta de governo a Igreja Católica teria papel fundamental na unificação nacional através da religião católica. Por todo o território nacional e amparado pelo regime autoritário de Vargas, a Igreja Católica intensificaria suas atividades e ações no sentido de recatolicizar a pátria brasileira.

Nesse plano dirigido por Igreja e Estado Novo estava inserido também um combate intenso às religiões consideradas desagregadoras da sociedade e da unidade social. Nas publicações de caráter amplamente apologético e de afirmação do valor social do catolicismo (artigos em revistas católicas, nas próprias cartas pastorais, na produção de livros, etc.) a alta hierarquia eclesiástica brasileira optou por um discurso combativo contra o espiritismo e protestantismo além de uma massiva campanha contra o comunismo, na visão desses religiosos, considerado como o grande causador de guerras e misérias pelo mundo.

O regime político autoritário do Estado Novo defendia a doutrina da ordem<sup>53</sup> para a sociedade brasileira. Portanto, na visão de Vargas e de seus colaboradores políticos esse restabelecimento da ordem social seria fundamental para o progresso e engrandecimento da nação. Nesse projeto político de caráter tipicamente nacionalista conceitos como o de patriotismo, pátria, nação, fé e unidade nacional seriam constantemente utilizados pelo governo, pela alta hierarquia eclesiástica e por intelectuais católicos leigos.

Um dos importantes nomes dessa intelectualidade católica leiga que defendia a mútua colaboração entre Estado e Igreja, visando o restabelecimento da ordem social, do engrandecimento da pátria e a manutenção da unidade nacional foi Alceu Amoroso Lima (1893-

---

<sup>53</sup>Cf. AZZI, Riolando. A Igreja Católica no Brasil durante o Estado Novo (1937-1945). In: Síntese, Revista de Filosofia, v.7, n.19, 1980, p.49-71. Para o autor: “Como fundamento desse espírito autoritário estava a doutrina da ordem. Reafirmando sua posição tradicional na história brasileira, a hierarquia católica se declarava a partir dos anos 20 como sustentáculo da ordem estabelecida.”(p.50). E prossegue: “Desse modo, membros da Igreja proclamavam sua plena adesão ao Estado Novo, pois sentiam que somente um regime autoritário poderia conduzir ao engrandecimento da nação. Para obter esse engrandecimento – apenas possível dentro de um regime de ordem social – era muito importante despertar na população o espírito patriótico.” (p.54).

1983). Convertido recentemente ao catolicismo (no ano de 1928) esse escritor e crítico literário se transformaria num grande líder católico brasileiro.

Na sua escrita, Alceu Amoroso Lima defendia a necessidade de um governo forte e com centralidade do poder político. Acreditava que o autoritarismo<sup>54</sup> político do Estado Novo seria fundamental para o progresso e desenvolvimento da nação. Pautando seu discurso na ideia do restabelecimento da ordem social, da ênfase no patriotismo, na unidade nacional e pela colaboração entre Estado e Igreja (reconhecimento por parte do governo da importância histórica da Igreja Católica no interior da sociedade brasileira) acreditava que o autoritarismo varguista viria a recolocar a nação brasileira no eixo do progresso.

Alceu Amoroso Lima foi um grande crítico da civilização moderna, para ele definida como símbolo da desordem e da anarquia. O questionamento da religião católica, a adoção de religiões como o protestantismo e a doutrina do espiritismo pelas sociedades modernas, as concepções políticas liberais e o assombro do comunismo foram causando desagregações no cerne das sociedades pelo mundo. No caso brasileiro, na visão desse católico convertido, o autoritarismo de Vargas, sua colaboração com a Igreja no restabelecimento da ordem social e manutenção da unidade nacional, foram estratégias importantíssimas na tentativa de defesa da nação contra ideologias políticas e religiões estrangeiras.

Sobre essa mútua colaboração entre Estado Novo e Igreja Católica, em prol da defesa da unidade nacional e da ordem social, Riolando Azzi assim concluiria num de seus artigos:

Colocando-se o Estado Novo numa linha autoritária e direitista, com ênfase no nacionalismo e no anticomunismo, vinha de certo modo

---

<sup>54</sup> No entanto se nos debruçamos sobre a trajetória de evolução do pensamento de Alceu Amoroso Lima podemos constatar que sua visão sobre regimes políticos autoritários e sua intrínseca ligação com a Igreja mudaria radicalmente a partir de fins da década de 1940. Lembrando que pós 1945, entraríamos numa fase de redemocratização no país. Nessa nova etapa do pensamento de Alceu Amoroso Lima, é observada num discurso de 1948 uma profunda crítica a ideia de ligação entre política e religião. Como defende LIMA (1999, p.308), “O autoritarismo representa essa tendência não rara entre católicos de se colocarem ao lado do poder, de exaltarem os benefícios da autoridade, de defenderem os fortes e os ricos e desconfiarem da ortodoxia dos que defendem a oposição, os fracos e os pobres. Esse autoritarismo, que faz do catolicismo, para muitos, o aliado nato do poder público, que julga não poder a Igreja prescindir da união íntima com o Estado, que faz de César um elemento tão essencial ao mundo quanto Cristo, mas um César autoritário, como o sonhava Maquiavel e sonham todos os seus herdeiros intelectuais e políticos, esse autoritarismo que faz com que hoje os Estados ditatoriais neofascistas se arroguem o título de Estados Católicos, esse autoritarismo deriva de uma confusão. É a confusão entre autoridade religiosa e autoridade política. Se a fé católica se funda na autoridade é porque Deus é essa autoridade e só por isso. A fé política na autoridade não tem esse fundamento e se baseia numa autoridade relativa, indireta e efêmera, como é a autoridade do Estado e a autoridade do povo. Confundir, pois, autoridade religiosa com autoridade política é o equívoco, se não a má-fé, que está na base desse autoritarismo, que tem desfigurado a doutrina católica da autoridade e levado tantos católicos a defender quase como matéria de fé, a superioridade da autoridade sobre a liberdade.” Cf. LIMA, Alceu Amoroso. Política. Petrópolis, Vozes-Educam, 1999.

realizar diversas das aspirações integralistas. Aliás, uma das justificativas para o golpe de Estado de novembro de 1937 fora justamente a divulgação no mês anterior do plano Cohen, um plano comunista de tomada ao poder, forjado por militares integralistas. Daí também o apoio bastante explícito de muitos membros da Igreja Católica ao regime de Vargas, e ao mesmo tempo o reforço à campanha anticomunista. O comunismo é combatido não apenas como um movimento anticristão, mas também antinacional. É também em nome de interesses da fé e da pátria que a hierarquia católica mantém uma posição nitidamente apologética contra outras denominações religiosas, especialmente espíritas e protestantes. (AZZI, 1980, p.69-70)

Portanto, notamos claramente como o contexto político brasileiro interferiu na história da Igreja Católica. Depois de quase dois séculos sob o jugo do governo monárquico e sufocada pelo padroado, a Igreja, na Primeira República, gozaria de uma liberdade institucional rapidamente contestada pelo governo republicano.

É interessante compreendermos como a relação entre Estado-Igreja sofre constantes modificações ao longo da história política do Brasil. Para muitos religiosos e intelectuais católicos leigos do início do governo republicano, política e religião deveriam seguir caminhos distintos no contexto social brasileiro. A política republicana, mergulhada em ideais de modernização, progresso, laicismo e sustentada pela de razão Estado, culminava em constantes ataques e oposição à estrutura da Igreja Católica. Essa instituição, apegada à tradição e ao posicionamento essencialmente conservador, repelia toda e qualquer tentativa radical de mudança na sua estrutura interna. Para a ala mais conservadora do clero brasileiro, aderir a ideia de modernização proposta pelo estado resultava novamente na subordinação do poder religioso ao poder temporal.

Nas mãos da alta hierarquia eclesiástica da época e na sua estratégia de aproximação com o laicato nacional estava se constituindo o projeto de reorganização institucional da Igreja brasileira. O que observamos a partir de agora, seja pelas mãos desses religiosos ou pelas mãos do laicato é a tentativa de fortalecimento do poder político da Igreja no contexto social brasileiro. A Restauração Católica na década de 1920 viria a estabelecer pontos de confluência entre as ideias dos bispos reformadores da segunda metade do XIX e as novas gerações do episcopado brasileiro. Essa continuidade de propostas, projetos e planos, de uma ala mais conservadora da Igreja, começaria a demonstrar seus resultados mais aparentes através da difusão de dezenas de novas dioceses pelo país. O próprio Estado de Minas Gerais seria atendido com dez dessas novas dioceses.

Outro ponto vital dessa reforma é a atenção dos bispos com a formação educacional das novas gerações do clero brasileiro. A modernidade exigia da Igreja brasileira um corpo eclesiástico mais vocacionado e atinente a proposta de união da instituição. Para os bispos brasileiros um clero bem formado e seguindo à risca os preceitos / doutrinas da religião cristã impediria o crescimento de uma ala mais liberal no interior da própria Igreja ao mesmo tempo em que combateria na sociedade a proliferação de religiões contrárias ao catolicismo.

Na Era Vargas, Estado e Igreja vão se aproximando cada vez mais e corroborando um mesmo discurso para a sociedade brasileira. O golpe de Estado em 1937 selou essa nova fase de colaboração entre ambos os poderes. A Igreja de agora, com suas ramificações doutrinárias entre uma importante parcela do laicato intelectual brasileiro, atraiu a atenção de políticos conservadores, da imprensa e jornais da época. Notamos que a publicação de artigos em jornais, revistas, periódicos e livros – de conteúdo amplamente apologético –, concorreram substancialmente para o fortalecimento da Igreja.

A Igreja que se articula com o governo Vargas nada tem daquela instituição enfraquecida do início da República. Raimundo Trindade asseverava que havia no Brasil, no início do século XX, a necessidade de um combate à ignorância religiosa, e na sua visão, esse combate só seria possível por meio da intensificação do ensino religioso. A indiferença, a invasão de seitas heterodoxas, a indisciplina dos espíritos e o menosprezo a autoridade religiosa eram fatores ameaçadores da vida religiosa brasileira.

Na década de 1930, Dom Helvécio planejava a “Semana do Ensino Religioso” na arquidiocese de Mariana, levando a vários pontos do território diocesano o debate sobre a vida religiosa mineira. Para esse historiador, até o estado de Minas Gerais, considerado o território no qual o catolicismo se conservou mais fervoroso, corria risco de ter a fé católica tangida pela ignorância religiosa: “É nosso dever [do clero mineiro e brasileiro] e nossa missão acudir-lhe, opondo-nos corajosamente e com inflamado zelo à crise que nos assoberba, aplicando-lhe a medicação conveniente – o ensino religioso, nas mais amplas proporções.”

Cidades mineiras como Barbacena, Itabira, Muriaé, Ouro Preto, Ponte Nova, São João Del Rei e Ubá foram escolhidas pelo arcebispo de Mariana para dirigem os trabalhos atinentes a “Semana do Ensino Religioso”. Os temas abordados nesse estudo versavam sobre os resultados sociais do ensino religioso, católicos leigos, a ação civilizadora da Igreja, apostolado

social dos catequistas, o benefício dos sacramentos, a comunhão, a divulgação do catolicismo impresso, sagrada eucaristia, dentre outras questões.

Devemos entender essa ação coletiva do clero mineiro como uma clara estratégia de fortalecimento da estrutura interna da Igreja no estado. Diante das autoridades civis, dos políticos locais e da sociedade, a Igreja retomava o discurso apologético e moralizador da religião cristã. Raimundo Trindade, nas suas narrativas, ressaltava a importância desses bispos diocesanos no processo de reorganização da Igreja: o compromisso com a atividade social e espiritual, a preocupação com a educação e o ensino religioso, o trabalho missionário-apostólico e a expansão da Igreja no território nacional, foram apontadas como ações destacáveis entre os bispos diocesanos mineiros da primeira metade do século XX.

Sua narrativa corrobora a visão de uma sucessão de bispos reformistas na diocese de Mariana e no Brasil. Diante da complexa situação imposta pela modernidade republicana, a Igreja Católica, através de seus ilustres prelados, conseguiu retomar uma posição estratégica de poder que desde o início da modernidade brasileira vinha sendo questionada por políticos e pela sociedade. A Igreja que divide o espaço público com o governo de Vargas, que se posiciona politicamente e que se organiza a nível nacional, deve ser entendida como uma instituição em processo de diálogo com a modernidade.

Patriotismo, nação, nacionalismo, civismo e moralidade foram alguns dos conceitos amplamente absorvidos nos discursos e nas narrativas apologéticas produzidos pelo clero brasileiro desse período. A conquista do apoio do governo, dos intelectuais católicos e da imprensa brasileira na época, demonstra o nível de liderança político-social retomado pela Igreja ao longo da década de 30.

### **1.3. Bandeirantes da fé e civilização nos séculos XVIII e XIX**

Notamos na escrita do historiador Raimundo Trindade a recorrência do tema conflitos. Na construção da sua narrativa histórica sobre a trajetória da Igreja no território das Minas esse tema surge à medida que autor busca descrever a relação entre Estado e Igreja e a relação entre os membros do clero mineiro desde o período colonial.

Essa conflituosa relação entre Estado (monárquico e republicano) e Igreja se estende do período colonial às primeiras décadas do regime republicano. Situação que seria amenizada a

partir da Era Vargas, momento em que ambos os poderes, na visão de uma parcela da historiografia brasileira, atuam de maneira colaborativa no sentido de estabelecer a ordem social no país. Essa colaboração mútua teria se intensificado com o Estado Novo, momento em que para uma parcela mais conservadora da Igreja Católica brasileira, o regime autoritário de Vargas seria visto como a única opção para o restabelecimento da ordem social.

Essa ala conservadora da Igreja mostrava-se bastante crítica à euforia social desencadeada pela modernidade. Sua proposta era o combate às ideologias políticas liberais, a uma ala do clero liberal brasileiro envolvido com questões políticas nacionais (questões temporais) e uma forte oposição a religiões consideradas estrangeiras e contrárias à religião cristã, portanto, apontadas como desagregadoras da sociedade. Falo aqui, mais especificamente do protestantismo e da doutrina do espiritismo que nessas primeiras décadas do século XX, se difundiriam bastante entre a sociedade brasileira.

Na proposta de barrar essas ideologias político-religiosas modernizantes que insistiam em assombrar a sociedade brasileira, Igreja e Estado reatariam vínculos que vinham sendo estremecidos desde o regime do padroado régio. Com uma política de governo autoritária o Estado Novo buscava na centralidade do poder e na proposta política de ordem social refrear os ânimos de uma parcela da sociedade eufórica pela ideologia política e social difundida pelo comunismo.

Portanto, esse seria o contexto político e religioso brasileiro desse período de transição do regime republicano para a Era Vargas, momento em que Estado e Igreja reatam velhos vínculos rompidos, sobretudo, pós-proclamação da República. Ambos os poderes enxergam nessas ideologias políticas e religiosas estrangeiras uma grande ameaça à integridade da nação brasileira. O Estado centraliza o poder político e a Igreja, como uma força auxiliar, pretende através da religião católica e da fé defender a integração da nação.

No que concerne às dissidências, querelas e divergências entre os membros do clero mineiro, essa situação começaria a ser controlada com a reforma católica iniciado pelo bispo Dom Viçoso. Essa autoridade eclesiástica, ao tomar posse como bispo da diocese de Mariana, teria como uma das suas principais medidas adotadas a reformulação do ensino religioso para as novas gerações do clero mineiro. Esse momento seria visto como um grande marco na história da Igreja Católica em Minas Gerais depois de mais de um século e meio de desatenção das autoridades episcopais mineiras na formação de seu quadro de eclesiásticos. Deve-se

apontar que essa falha na educação e ensino do clero mineiro tinha suas implicações também na política regalista do Estado monárquico brasileiro que através do regime do Padroado régio impedira o desenvolvimento de uma autonomia institucional da Igreja.

Amparado por concessões e privilégios, adquiridos junto à Santa Sé em Roma, os reis portugueses adquiriram um grande poder político sobre a Igreja no Brasil, privilégios que iam da nomeação de bispos para as dioceses brasileiras até o controle sobre os bens patrimoniais dessa instituição.

No tocante à educação do clero mineiro, com uma política que impedira a criação de seminários pelo território, a Igreja teve que se adequar às necessidades e vicissitudes impostas pela população local. Sem um número suficiente de seminários destinados à educação e ao ensino religioso, sem um número expressivo de religiosos no território que viessem a sanar as demandas impostas pelo rápido crescimento demográfico na região mineradora, a Igreja foi preenchendo essas lacunas institucionais como pôde.

No geral, acabou absorvendo em seu quadro institucional indivíduos sem vocação para a carreira sacerdotal e pouco habituada à doutrina cristã. Como resultado proliferou-se, ao longo do XVIII e XIX, um clima tenso entre os próprios membros do clero mineiro e também entre esses últimos e os bispos – que eram sempre vistos na historiografia eclesiástica mineira como os agentes responsáveis pela contenção dos ânimos exaltados de seus subordinados e por refrear indisciplinas e vícios cometidos nas sedes diocesanas.

Na escrita de Raimundo Trindade, a descrição e interpretação desses momentos conflituosos da história eclesiástica mineira têm por objetivos o entendimento da reorganização institucional da Igreja Católica à luz das reformas realizadas pelos bispos diocesanos e a utilização desses relatos históricos de maneira instrutiva e educacional às novas gerações do clero. As origens desses conflitos datam de um momento em que a Igreja Católica se apresentava como a principal instituição responsável pelo processo de civilização e normatização da população mineira. A história dessa instituição nas Minas se inicia com a própria história de fundação do território, portanto, em fins do século XVII e com os bandeirantes paulistas.

Tendo uma preocupação com as origens do território os historiadores da época buscariam na tradição e nas raízes culturais da região os elementos legitimadores do surgimento do território e constituintes do povo mineiro. Acreditamos que seja a partir dessa movimentação

dos historiadores mineiros, sobretudo, da inserção da corrente historiográfica regional no contexto do movimento modernista brasileiro, que Raimundo Trindade passaria a ser reconhecido como um dos mais importantes nomes da historiografia eclesiástica mineira.

Lançamos a hipótese de que esse reconhecimento viria a partir do momento em que esse historiador passa a estabelecer uma intensa ligação com outros intelectuais mineiros, mas, principalmente com o intelectual Rodrigo Melo Franco de Andrade, ambos demonstrando um grande interesse pela pesquisa histórica em Minas Gerais.

Portanto, com uma escrita historiográfica de traços marcadamente regionalistas, Raimundo Trindade lançaria as bases da trajetória histórica da Igreja Católica em Minas, atribuindo aos bandeirantes paulistas duas ações de grande relevo histórico: a descoberta do ouro e a introdução dos primeiros religiosos na região mineradora.<sup>55</sup>

Para o autor, a descoberta das riquezas minerais da região seria consequência do espírito aventureiro e desbravador dos bandeirantes paulistas – passado de gerações a gerações por grandes famílias do planalto paulista. No que se refere à introdução dos primeiros religiosos na região das Minas, isso seria fruto de uma forte presença do catolicismo no cerne dessas grandes famílias. Na sua maioria composta por descendentes diretos de portugueses com intenso vínculo com a religião cristã.

Na visão dessa historiografia mineira, a presença do bandeirante paulista nos primeiros tempos das Minas está diretamente ligada à ideia inicial de civilização da população. Raimundo Trindade acrescentaria a esse fato a ideia do bandeirante da fé, primeiros religiosos a chegarem

---

<sup>55</sup> De acordo com a narrativa historiográfica de Raimundo Trindade, o marco inicial do processo de ocupação do território e instalação da Igreja Católica em solo mineiro seria o ano de 1696. Marco histórico da descoberta do ouro às margens do Ribeirão do Carmo, o que posteriormente viria a se transformar na Leal Vila do Ribeirão do Carmo. Como afirma TRINDADE (1928, p.39-40), “Foi a 16 de julho de 1696 que, à frente de numerosa bandeira, o Coronel Salvador Furtado de Mendonça, rompendo o silêncio milenário das solidões bravias do Ituverava e vingando destemidas as agrestias rudes do Itacolomy, veio erguer às margens do ribeirão que, para perpetua memória desse dia, se chamou do Carmo, a primeira cabana da que foi, ainda em vida de seu fundador, a primeira vila das Minas – a Leal Vila do Ribeirão do Carmo. É aqui, sem dúvida, que se abre o período histórico da Igreja, em Minas; à tarde desse dia memorável, no momento em que, ali, no Mata-Cavalo, o capelão da comitiva, o benemérito apóstolo da Zona do Carmo e ingratamente esquecido, Padre Francisco Gonçalves Lopes (de alcunha Canjica), erguia o primeiro e definitivo altar da terra mineira, é que se há de fixar, na realidade, a era cristã de Minas Gerais. Foi, com efeito, nessa noite histórica de julho, ao rutilar nas alturas o Cruzeiro do Sul, ao redor do fogo, como imagina o venerando mestre, que aqueles homens, o padre Gonçalves Lopes, Salvador Furtado, Bento Leite, Belchior da Cunha, outros ainda, fundadores de nossa terra, “irmanados pelo destino, conferindo entre si seus projetos” e as suas esperanças, deitaram os fundamentos da pátria de seus filhos, sob as bênçãos maternas de Maria Imaculada, desde logo constituída Mãe e protetora da terra mineira. E a glória desses filhos têm sido, particularmente, a de haverem respeitado e mantido inteiro o compromisso de seus descendentes: o mineiro, em verdade, tem profundamente arraigado no coração o culto enternecido da Mãe de Deus.”

ao território das Minas, como membros das expedições que desbravariam esse sertão. Na visão de Trindade seria imputado a eles também a tarefa de criação das primeiras capelas e ermidas, além da organização inicial dos primeiros núcleos populacionais (arraiais) sempre ao entorno dessas capelas.

Adriana Romeiro<sup>56</sup>, num texto sobre a maneira como o historiador mineiro Diogo de Vasconcelos, construía sua narrativa historiográfica – de caráter tipicamente regionalista – nas primeiras décadas do século XX, observou na escrita desse historiador o destaque dado aos bandeirantes paulistas:

No estudo do drama humano, a empresa dos descobrimentos ocupa o lugar central, de vez que é ela que confere à história mineira os traços de uma epopeia heroica. Se o drama que se desenrolou nas Minas teve como sentido primordial a luta contra a barbárie em direção à civilização, opondo de um lado, a anarquia, e de outro, a ordem estabelecida, foram os descobridores paulistas os seus principais protagonistas. E, rompendo com os marcos cronológicos da tradição memorialística, Vasconcelos situa as origens da história de Minas nas primeiras expedições em busca de metais preciosos, encetadas ainda no século XVI, quando o sonho do Eldorado levou muitos a trilhar os sertões da região que se tornaria depois a capitania de Minas Gerais. Toda a primeira parte daquilo que chamou, muito apropriadamente, de *Origem da História das Minas Gerais*, é dedicada ao movimento lento, porém constante e irrevogável, que culminaria, em fins do século XVII, na descoberta das Minas Gerais. Para ele, nessas primeiras expedições que tatearam pelas terras dos Cataguases, já pulsava o projeto de fundação da pátria mineira. Não foi por outra razão, que no estudo das origens – tema por excelência da historiografia romântica -, Vasconcelos privilegiou a saga dos descobridores paulistas, intitulando-os “os nossos argonautas”. Em sua narrativa, a epopeia paulista agiganta-se, ganhando tonalidades verdadeiramente heroicas, à medida que se projeta sobre um cenário hostil e inquietante, refratário à presença humana. (ROMEIRO, 2014, p.24)

Notamos que essa visão do bandeirante paulista como mito fundador do território das Minas, presente na narrativa historiográfica de Diogo de Vasconcelos, também se encontra presente na escrita de Raimundo Trindade. De formação religiosa, mineiro como Diogo de Vasconcelos e comprometido com uma produção historiográfica de cunho regional, Raimundo Trindade acrescentou (como já apontado) na sua narrativa sobre a história da Igreja mineira o papel fundamental desempenhado pelos religiosos que acompanhavam essas primeiras

---

<sup>56</sup> ROMEIRO, Adriana. Diogo de Vasconcelos: um historiador para as Minas Gerais. In: Diogo de Vasconcelos: o ofício do historiador / organizadores Adriana Romeiro, Marco Antônio Silveira. 1ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014. (Coleção Historiografia de Minas Gerais, Série Universidade, 3)

expedições bandeirantes na região. Definidos como bandeirantes da fé, esses agentes históricos seriam apresentados como os principais protagonistas do processo de civilização no território.

A Igreja católica no despertar do povoamento do solo mineiro seria considerada como uma instituição fundamental no processo de controle e organização social. No decorrer do século XVIII, milhares de indivíduos acorriam às Minas em busca do ouro e riqueza. O constante fluxo migratório de portugueses e de colonos nascidos no próprio território da América portuguesa para a região despertou a atenção das autoridades civis e religiosas. No que diz respeito às autoridades religiosas:

A Igreja, pioneira da civilização, desbarbarizadora das nações, que tem essa brilhante história que é a história mesma da civilização, porque é das mais nobres conquistas da espécie humana, não podia quedar-se indiferente ante o surto admirável de progresso que se levantava nesta parte do mundo acrescida à cristandade. Sobretudo, não podia deixar de preocupar-se com a assistência religiosa das nascentes povoações, que salpintavam de lares e altares o solo mineiro. (TRINDADE, 1928, p.53)

Notamos, portanto, entre essa chamada historiografia mineira, a recorrência de um discurso que insiste na obra de civilização do povo mineiro pela Igreja Católica. Discurso legitimado por historiadores de formação religiosa (caso de Raimundo Trindade) e outros de fato leigos, porém, com um forte vínculo identitário com a religião cristã. Retornando às raízes culturais e a tradição local essa historiografia regionalista, encontrariam, na religião cristã e no catolicismo, os elementos agregadores do povo mineiro.

Contudo, para se alcançar esse estágio de civilização que alçaria o povo mineiro ao patamar de uma sociedade moderna nas primeiras décadas do século XX, a Igreja Católica enfrentou inúmeros reveses ao longo de sua trajetória histórica no território. Lembramos que, a essa instituição, foi imputada a tarefa de retirar a população local de um incipiente estágio de civilidade definido pelas autoridades eclesiásticas como primitivo e bárbaro.

Multiplica-se nos estudos sobre a história eclesiástica, sobretudo, naqueles trabalhos historiográficos que visam analisar a atuação da Igreja durante o XVIII e XIX, as causas que levaram essa instituição secular a sofrer com tantos infortúnios e reveses no território mineiro.<sup>57</sup>

---

<sup>57</sup> Para o historiador Diogo de Vasconcelos uma das características mais marcante do clero mineiro seria a indisciplina. Na sua visão nem todos os membros do clero mineiro estavam dispostos e mesmo qualificados para a essencial tarefa de civilização da população das Minas. O contato direto e cotidiano com uma população em que o nível moral era considerado baixo fez com que muitos desses religiosos mineiros se desvirtuassem e fosse se afastando dos preceitos defendidos pela Igreja Católica. Portanto, de acordo com VASCONCELOS (1935, p.21), “Em primeiro lugar, temos que observar que, embora licencioso e turbulento, o clero estava ao natural com a

Pós 1745, portanto, ano em que a Igreja Católica se instalaria oficialmente nas Minas, os conflitos promovidos pelo clero mineiro teria seu epicentro na histórica Catedral da Sé em Mariana, cidade escolhida como sede do primeiro bispado do interior da América portuguesa.

A partir desse momento histórico se iniciaria o processo de consolidação da Igreja Católica como instituição no meio da população mineira. Se antes os conflitos envolvendo o clero local eram detectados entre os religiosos que andam livres pelo território, cometendo inúmeros crimes e sem se subordinarem a nenhuma autoridade religiosa (regular ou secular), agora no interior da diocese de Mariana, esses grupos de clérigos revoltosos seriam muito bem definidos pela historiografia eclesiástica.

Na escrita de Raimundo Trindade seriam detectados como os principais agentes promovedores de discórdias no interior da Igreja Católica, o grupo dos cônegos<sup>58</sup>, que constituíam o cabido diocesano mineiro. Foram desses agentes a grande maioria das divergências que marcaram um período conturbado da história eclesiástica mineira. Não

---

sociedade de seu tempo. O nível moral era esse; e os costumes corriam de parilha. O Bispo do Rio informou com toda simplicidade ao Rei que em Minas os clérigos seculares, ou regulares, nenhum caso faziam dele, nem também de excomunhão, e que Sua Majestade por isso lá fizesse o que entendesse.” Cf. VASCONCELOS, Diogo de. *História da Civilização Mineira: História do Bispado de Mariana*. Biblioteca Mineira de Cultura, Edições Apollo – Belo Horizonte, 1935. No caso do historiador Caio C. Boschi, o destaque ao espírito revoltoso do cabido mineiro seria justificado pelos longos períodos em que a sede do bispado de Mariana permaneceu sem a efetiva presença de seus bispos diocesanos. Na visão de BOSCHI (1986, p.94-95), “O primeiro como os demais bispos marianenses, jamais, no período colonial deixaram de ser meros instrumentos das determinações políticas metropolitanas. E esse sentido de impotência não lhes foi estranho. É sabido que apenas três bispos nomeados assumiram efetivamente o trono em Mariana. De 1745 a Independência política, quase a metade do tempo a administração do bispado ficou sob a responsabilidade do anárquico Cabido Diocesano, a ponto de a Coroa precisar interferir rigidamente para que os prelados não confiassem o governo de seu rebanho a procuradores, fazendo-o pessoalmente.” Cf. BOSCHI, Caio César. *Os Leigos e o Poder (Irmandades Leigas e Política Colonizadora em Minas Gerais)*; São Paulo, Editora Ática, 1986. Essa discussão em torno dos longos períodos de vacância na sede do bispado de Mariana seria também suscitada pelo historiador Raimundo Trindade. Para TRINDADE (1928, p.316), “Dezesseis anos eram decorridos desde o falecimento de Dom Frei Manuel da Cruz e ainda se conservava a diocese destituída de pastor de fato, entregue como vinha sendo a governadores provisórios, incapazes de realizações proveitosas e de se oporem a invasão da indisciplina que se operava velozmente. Fazia-se sentir a necessidade do bispo residente, que proporcionasse ao bispado socorros espirituais, para o que eram absolutamente inábeis esses procuradores episcopais.” Cf. TRINDADE, Cônego Raimundo. *Arquidiocese de Mariana: subsídios para a sua história*. Vol. I São Paulo. Escolas Profissionais do Liceu Coração de Jesus, Alameda Barão de Piracicaba, 36-A, 1928.

<sup>58</sup> Cf. TRINDADE (1929, p.591), “Outrora todos os clérigos se chamavam cônegos, porque pela ordenação eram inscritos nos cânones (matrículas) das suas Igrejas. Na Idade Média cônegos se diziam propriamente os clérigos que de algum modo levavam vida comum sob certa regra. Neste sentido Crodegando, Bispo de Metz, no século VIII, foi o primeiro que institui cônegos, que, sem votos, viviam em comunidade debaixo de certas regras, que lhe prescreveu, à imitação dos institutos monásticos. A partir do século décimo essa vida em comum passou a sofrer alterações: uns conservavam as regras e se chamaram cônegos regantes; outros não, e se denominaram cônegos seculares, conservando seus bens, que vem a ser a prebenda de nossos tempos. Cônegos se chamam hoje os clérigos que nas Catedrais formam uma corporação de que é cabeça o bispo, e estes são propriamente os cabidos das Catedrais; ou clérigos que, nas Igrejas menores, formam também uma corporação, e são os Cabidos Colegiais ou Colegiadas”.

obstante as cisões no interior do próprio grupo, os cônegos ainda encontrariam formas de se rebelarem contra os bispos, maior autoridade da Igreja Católica presente na diocese.

Para Trindade, a análise, a investigação e a exposição desses conflitos em suas obras definem uma relação muito próxima e direta com suas fontes documentais. Trazer a tona discussões em torno dos conflitos promovidos pelo clero mineiro nem sempre é uma tarefa fácil, sobretudo quando se trata de um historiador de formação religiosa. No geral, por se tratarem de documentos que expõem a face mais mundana e transgressora da Igreja Católica e de seus membros, esses documentos permanecem protegidos, resguardados e distantes dos olhares e das análises dos pesquisadores da história eclesiástica.

Defendo aqui, que a escolha do tema conflitos e a recorrente exposição do mesmo em suas obras estão diretamente associadas a dois pontos de vista desse historiador e que seriam também compartilhados por alguns de seus pares eclesiásticos. Defino mais especificamente, os bispos Dom Silvério Gomes Pimenta e Dom Helvécio Gomes de Oliveira, autoridades eclesiásticas da diocese de Mariana com as quais Raimundo Trindade conviveu ao longo de sua formação religiosa e de sua trajetória como historiador – Dom Helvécio, sendo o principal incentivador dos trabalhos históricos sobre a Igreja católica em Minas Gerais.

O primeiro ponto de vista seria o de se lidar com a verdade histórica. Nesse momento marcado pela reorganização institucional da Igreja Católica e pela continuidade da proposta reformista o posicionamento favorável dos bispos, a exposição desses conflitos na obra de Trindade deixa entrever uma nova forma de se pensar a Igreja nessas primeiras décadas do século XX, portanto, uma visão que reconhece a importância das experiências do passado para a construção do presente e futuro da Igreja Católica mineira.

O segundo ponto de vista e, diretamente ligado ao primeiro, consiste na utilização desses relatos conturbados da história eclesiástica mineira como impulsionadores para a reforma na educação e no ensino religioso em Minas Gerais. Aos bispos reformistas do clero brasileiro, muitos deles com a reputação de serem homens de grande ilustração, a reforma no ensino religioso seria a melhor alternativa adotada ao impedimento de novas cisões no interior da Igreja Católica brasileira.

No contexto da sociedade moderna brasileira marcada por grandes transformações políticas, sociais e culturais, a Igreja Católica aos olhos do episcopado nacional necessitava de uma reorganização interna que viesse a gerar um forte sentido de união institucional. Uma

Igreja estruturada e reorganizada, portanto, composta por um clero vocacionado, bem instruído e seguindo à risca as doutrinas da religião cristã, ajudaria sobremaneira no combate às investidas do poder temporal e de outras religiões consideradas contrárias ao catolicismo.

Na visão dos bispos reformistas da diocese de Mariana, um clero ilustrado e rigidamente formado nos preceitos da religião cristã, dificilmente tornaria a praticar os mesmos erros disciplinares detectados nos religiosos do período colonial e imperial da história do Brasil. Nesse sentido, o conturbado passado histórico da Igreja Católica em Minas, tão presente na narrativa de Raimundo Trindade é empregado como exemplo de inversão às novas gerações do clero local. Como frisado pelo historiador:

Não fora o preceito lembrado por Leão XIII, de que a história não ouse recuar a verdade, seja ela qual for. À luz do qual vamos reunindo estes apontamentos, e deixaríamos em branco as páginas destinadas ao cabido. Sobre a advertência do Grande Pontífice pesou-nos ainda a consideração de que a narrativa desse passado sem glórias, impressionando por ventura os novos capitulares lograria, quem sabe, consolidar o espírito de harmonia, de santa fraternidade que deve presidir às suas reuniões, depurando em fim a velha corporação da falha virulenta da discórdia que a penetrou tão profundamente e que tão rebelde se mostrou sempre à medicação de tantos e tão virtuosos bispos, repontando aqui e ali, nos transcorrer dos anos mais experta e contagiosa. (TRINDADE, 1929, p.600-601)

A conturbada trajetória histórica da Igreja em Minas é empregue na narrativa de Raimundo Trindade com o intuito de defrontar-se com a verdade histórica. Na sua escrita, as experiências do passado são consideradas fundamentais ao entendimento do processo de reorganização institucional da Igreja Católica.

Nas primeiras décadas do século XX, a continuidade da Reforma Católica pelos bispos brasileiros e a nova movimentação da Igreja com a Restauração Católica (1920-1930) visava à correção de erros e desvios cometidos pelo clero brasileiro de outrora. O entendimento da necessidade de reorganização institucional da Igreja é fruto de um processo histórico que tem suas origens no período colonial e imperial.

Na visão dos bispos reformistas nacionais, a reorganização da Igreja Católica iria ao encontro dos novos desafios impostos pela modernização da sociedade. A Igreja de outrora, enfraquecida como instituição, desprovida de poder social e historicamente reconhecida pela presença de um clero insubordinado, dificilmente conseguiria reunir forças para enfrentar os desafios e inimigos suscitados pela modernidade.

Em Minas, nessas primeiras décadas do regime republicano e ao longo da Era Vargas, o que vemos é a alta hierarquia católica lutando pela reorganização interna da Igreja e pela retomada de seu poder social. Para os bispos reformistas, o fortalecimento institucional da Igreja passava necessariamente pela reforma do ensino religioso. Essas autoridades diocesanas defendiam que a atenção com a educação e o ensino religioso das futuras gerações do clero mineiro era fundamental no processo de reconstrução da Igreja Católica e de sua união interna. Acreditavam que um clero bem formado e vocacionado auxiliariam a Igreja Católica na retomada do seu poder social e no enfrentamento dos desafios impostos pela modernidade.

## CAPÍTULO 2 – IGREJA CATÓLICA EM MINAS: UMA TRAJETÓRIA HISTÓRICA

Quando nos propomos a realizar um estudo verticalizado sobre a construção da narrativa historiográfica de Raimundo Trindade, adotamos como uma das premissas de nossa análise investigativa, a utilização da metodologia conhecida como análise de conteúdo. Por se tratar de um historiador com uma extensa produção historiográfica, marcado também pela avultada produção documental, como religioso, diretor de arquivo e funcionário do SPHAN, o corpus documental ligado a essa ilustre figura do clero mineiro da primeira metade do século XX se tornou demasiadamente rico e amplo.

A análise de conteúdo da sua escrita histórica, do seu discurso e das mensagens contidas nas fontes documentais viabilizou, ao longo da pesquisa, a compreensão do posicionamento *reformista* dos bispos diocesanos em Minas Gerais e no Brasil, no início do processo de modernização do país. Temas como nação, nacionalidade, pátria, moralidade, civismo e religião, tão salientes no discurso político brasileiro, foram absorvidos tanto pelos religiosos como pela classe dos intelectuais católicos leigos, com o objetivo claro de reforçar o plano político-ideológico de poder contido na ideia de reforma. Raimundo Trindade, amparado pela principal autoridade eclesiástica mineira (o arcebispo Dom Helvécio) representou-se como um ator intelectual e defensor da Igreja Católica no exato momento em que essa instituição se encontrava em franco processo de reação a política laica do governo republicano brasileiro.

Como homem de seu tempo, inserido nos debates políticos, culturais e religiosos do republicanismo brasileiro, sua escrita pode ser considerada como atualizada e pertinentemente combativa para a época. Estamos diante de uma construção narrativa que defende de forma veemente a importância histórica da Igreja no processo de civilização da nação brasileira; seu discurso na época deve ser entendido como um posicionamento reativo do clero mineiro e nacional à proposta governamental de afastamento e diminuição do poder social e institucional da Igreja no cerne da sociedade civil.

A análise e a interpretação dos registros deixados pela sua narrativa e pelo conteúdo documental (ou seja, documentação religiosa, arquivística, institucional, como funcionário do SPHAN) visaram, sobretudo, a compreensão do conjunto de condições exteriores que condicionaram sua produção textual. Aqui, sua escrita histórica e o conteúdo inerente à sua produção documental são valiosíssimos para que possamos compreender o real sentido do seu texto e o que pretendia esse historiador ao narrar à história da Igreja Católica no início do século

XX. Ao analisarmos de forma mais ampla o contexto político e religioso no qual sua narrativa encontra-se inserida, percebemos como as mensagens contidas nos seus textos reforçam a ideia de construção de um projeto político-ideológico de poder arquitetado pelo episcopado nacional.

A preocupação com a reforma e reorganização institucional da Igreja, a atenção com a educação das novas gerações do clero nacional, a oposição à política laica do governo republicano, a defesa da tradição histórica e civilizacional da Igreja em Minas e no Brasil, a importância da religião cristã no processo de integração da nação, a questão referente à preservação do patrimônio católico-religioso e a valorização da cultura local (mineira) são ponto-chave para que possamos compreender a construção narrativa desse eclesiástico.

Aqui, a análise de conteúdo, como sugeriu Laurence Bardin<sup>59</sup>, deve ser entendida como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (BARDIN, 1977, p.40)

A decifração das mensagens contidas nas obras de Raimundo Trindade, a maneira como determinado tema ou assunto adquire maior ou menor relevância na sua escrita, a forma como esse historiador se posicionou diante do contexto político-social brasileiro, o grau de relação estabelecida com políticos e intelectuais da época e o jogo de poder tecido com as autoridades religiosas no interior da Igreja Católica são fundamentais para que pudéssemos traçar um panorama da sua construção narrativa.

Notamos que as condições que favoreceram sua escrita histórica no período são originárias de um momento em que a Igreja Católica no Brasil se blindava dos ataques estatais através de uma forte aliança do episcopado nacional e pelo uso da imprensa e dos jornais como instrumentos de defesa da religião cristã e do catolicismo, sobretudo, pela intelectualidade católica.

Como religioso e intelectual esse historiador construiu sua narrativa perseguindo as verdades históricas da Igreja, legitimando, assim, suas hipóteses e suas afirmações por meio do trato direto com a documentação dos arquivos eclesiásticos do Estado. Esse historiador buscou

---

<sup>59</sup> BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Presses Universitaires de France, 1977. Tradução de Luis Antero Reto e Augusto Pinheiro, Edições 70, LDA.

resgatar o fio condutor da Igreja no passado e no presente, defendendo um discurso apologético que atribui a essa instituição o processo civilizador da nação brasileira.

Na sua escrita, o passado é considerado um ponto fundamental para o entendimento do presente. Raimundo Trindade descreve a trajetória histórica da Igreja Católica por meio de um discurso pautado na ideia de evolução – ou seja, para ele a história (da Igreja) é compreendida por um longo e contínuo processo de mudanças. Esse historiador reconhece que a Igreja Católica do início do século XX não é a mesma instituição dos dois séculos anteriores, mas reitera também que um dos seus principais objetivos (trabalho espiritual e civilizador) permanece irrefutável.

A todo o momento, em seu discurso, Raimundo Trindade buscou dialogar com as fontes documentais pretendendo resgatar a imagem civilizadora da Igreja Católica no Brasil. Sabemos que tal estratégia discursiva foi utilizada naquele momento como um dos pilares dos historiadores religiosos e dos intelectuais católicos na construção de narrativas de cunho apologético e militante. Para a legitimação do discurso pautado na ideia de contínua atividade espiritual e civilizadora da Igreja, esse historiador recorreu aos documentos produzidos pelas autoridades régias e eclesiásticas do século XVIII, sobretudo, na documentação referente à criação do bispado de Mariana.

Considerando a grande necessidade que tinham os moradores da cidade de Mariana e suas anexas de pasto espiritual, a que não podia acudir o bispado do Rio de Janeiro pelas grandes distâncias que há de uma a outras povoações, fui servido requerer a Sua Santidade para que dividisse o dito bispado, estando um novo bispo na mesma cidade de Mariana.<sup>60</sup>

O ano de 1745, momento de criação do bispado de Mariana, foi considerado um hiato na narrativa de Raimundo Trindade, pois estabelece um marco na história da Igreja no território mineiro. Na obra “Arquidiocese de Mariana”, o autor divide o primeiro volume em dois períodos: antes e depois da criação do bispado de Mariana, atribuindo ao primeiro período a atividade espiritual aos bandeirantes da fé e a criação das primeiras capelas e ermidas pelo território; o segundo período é representado pela instalação oficial da Igreja na região das Minas e a expansão da atividade espiritual e civilizadora.

---

<sup>60</sup> Carta Régia endereçada a Gomes Freire de Andrade em 21 de abril de 1745. In: TRINDADE, Cônego Raimundo. Instituições de Igrejas no Bispado de Mariana. SPHAN, Publicação nº 13, Ministério da Educação e Saúde, 1945, Rio de Janeiro.

Nesse momento, o autor defende a função primordial do bispado de Mariana para o processo evolutivo tanto da Igreja Católica (a partir da presença efetiva dos bispos diocesanos) quanto da população local. A evolução institucional na história da Igreja pode ser observada na contínua atividade espiritual e também no representativo significado de sua presença material por meio das matrizes e capelas. No que tange a população mineira, sua evolução civilizacional está diretamente relacionada à influência que a religiosidade católica passa a exercer nos costumes e no cotidiano da população.

Sem dúvida, a obra principal realizada pelo bispado de marianense nos dois séculos tormentosos decorridos desde a sua criação terá sido ministrar às populações de Minas Gerais o pasto espiritual. Entretanto, a par da extensa e profunda ação espiritual exercida pela diocese marianense, cumpre-se em vista o aspecto material da sua influência, através das igrejas e capelas erigidas no território mineiro. (TRINDADE, 1945, p.3)

Compreende-se, portanto, da narrativa desse sacerdote-historiador, que no entendimento do processo evolutivo na história da Igreja Católica em Minas Gerais está implícita a articulação entre a atividade espiritual-civilizadora com o esforço empregue na demonstração do poder material dessa instituição. Mais do que atuar sobre o pensamento e a mente da população mineira, os bispos diocesanos e demais autoridades eclesiásticas pretenderam impor seu poder e representatividade institucional através da imaginária sacra e também da materialidade de suas igrejas.

## **2.1 Um saber apologético e militante**

A prática discursiva de Raimundo Trindade, marcada por uma escrita apologética e militante seguia, sem sombra de dúvidas, as diretrizes estabelecidas pelas novas gerações do episcopado nacional. Mediante as imposições do processo de modernização do país e mediante os ataques vindos da esfera governamental republicana, os bispos nacionais adotaram um posicionamento conservador e ao mesmo tempo reativo.

A Igreja Católica, diante da possibilidade de perda irreversível de seu poder institucional e social, decidiu confrontar aberta e publicamente o estado republicano, adotando estratégias que iam de uma forte aliança de poder entre o episcopado nacional até absorção de um grande número de intelectuais católicos leigos como porta-vozes da Igreja nos jornais, nas revistas e na imprensa. O campo intelectual e literário do período expande o raio de ação das autoridades

religiosas brasileiras, permitindo, assim, que a voz militante da Igreja Católica fosse ouvida em grande parte do território nacional.

Identificamos no subtítulo da obra “Arquidiocese de Mariana”, um termo que define bem o objetivo da proposta discursiva presente na escrita de Raimundo Trindade. Recorremos ao dicionário da Língua portuguesa com o intuito de compreender o significado do termo “subsídios”, utilizado por esse sacerdote-historiador para a construção do título de sua obra: o termo “subsídios” refere-se a um substantivo que designa elementos de estudos, dados e, mesmo, informações. Em outras palavras, trata-se, portanto, de munir-se de elementos substanciais capazes de permitir um estudo, pesquisa ou análise mais aprofundada sobre determinada tema ou assunto. O termo “subsídios” na obra de Raimundo Trindade e, de acordo com a nossa pesquisa, está intrinsecamente ligado à ideia de produção de conhecimento, neste caso específico, na produção de um saber científico sobre a Igreja Católica brasileira.<sup>61</sup>

O sentido e o objetivo da narrativa historiográfica desse historiador mineiro, presente na obra “Arquidiocese de Mariana”, deve ser compreendido para além dos seus três avultados volumes, o que por si só demonstra um enorme fôlego desse intelectual para a escrita e a para investigação documental dos arquivos eclesiásticos. O conteúdo dessa obra não se encerra si; muito antes pelo contrário, propõe e incentiva a continuidade dos estudos sobre a história da Igreja Católica em Minas e no Brasil. O emprego do termo “subsídios” no título além da ideia de base (de início, de ponto de partida) para as pesquisas históricas, adquire também o sentido de transitoriedade.

O que Raimundo Trindade objetivou ao resgatar a trajetória histórica da Igreja era, certamente, despertar o interesse de novos historiadores para a pesquisa sobre a Igreja no Brasil. O contexto religioso e político do período podem ser compreendidos com um fator preponderante no impulsionamento de sua narrativa. Deparando-se com uma instituição em franco processo reativo contra as mudanças impostas pela modernidade, esse sacerdote-

---

<sup>61</sup> Devemos deixar claro aqui que esse olhar analítico sobre a composição do título da obra de Raimundo Trindade foi aguçado após a leitura do artigo de Eduardo Gusmão de Quadros. Nessa obra o autor ao tratar da análise da escrita historiográfica do Cônego Trindade (da diocese de Goiás) apresenta uma visão bastante interessante sobre a utilização do termo “subsídios” na composição do título. Para o autor, esse religioso da diocese goiana se utiliza do termo no sentido de demonstrar a ideia de que a Igreja Católica é defendida como ponto de apoio, ou seja, o fundamento ordenador das mudanças nas sociedades humanas. Portanto, para QUADROS (2006, p.157) “É nela [Igreja] que pode ser encontrada a verdadeira história dos homens, consequentemente de Goiás. Os grandes homens a realizaram somente na posição de instrumento da majestática vontade divina.” Cf. QUADROS, Eduardo Gusmão de. Fundamentos do lugar: uma análise da obra de Cônego Trindade. Sociedade e Cultura, v.9, n.1, jan/jun 2006, p.151-159.

historiador desencadeou através de sua escrita apologética e militante uma intensa e verdadeira luta contra os inimigos da Igreja brasileira.

Devemos asseverar que não há imparcialidade no conteúdo de suas mensagens e nos seus escritos – Raimundo Trindade é detentor de um saber apologético e antimoderno, sobretudo, nos assuntos ligados a religião católica. A flexibilidade e o aceno a modernidade só será detectado nos seus escritos a partir do momento em que passa a debater com os intelectuais modernistas mineiros sobre a questão da preservação do patrimônio histórico e artístico católico local. Nesse momento, o diálogo entre o antigo e o moderno é alcançado devido ao enorme interesse pela defesa e salvaguarda do patrimônio religioso, um diálogo que estabelece a nível estadual e nacional um mesmo patamar para o debate entre as autoridades eclesiásticas e governamentais.

Esse historiador reconhecia a importância que o patrimônio religioso tinha tanto para a sociedade mineira quanto para a nação brasileira; suas pesquisas relacionadas aos bens patrimoniais e artes sacras herdadas do período colonial foram fundamentais para o SPHAN no conhecimento e mapeamento dos bens religiosos do estado. Através da investigação de fontes documentais fidedignas, do olhar mais apurado sobre a organização e preservação dos arquivos eclesiásticos e civis locais, esse historiador se tornou o principal ponto de referência aos pesquisadores do SPHAN.

Suas obras sempre bem fundamentadas pelas fontes documentais se transformaram em referência aos estudos posteriores sobre a Igreja no Brasil. Dificilmente há novas pesquisas sobre a história eclesiástica brasileira que não tenham sido norteadas pela produção historiográfica de Raimundo Trindade. A atenção e o interesse despertado nos leitores pela sua escrita historiográfica são justificados pela minuciosa riqueza de detalhes, pelo olhar crítico e investigativo sobre suas fontes documentais e pela construção de uma narrativa que busca a todo o momento a verdade histórica dos fatos.

O dom inato para a escrita histórica, o destacado nível de ilustração e erudição, a familiaridade habitual com os livros, com o ambiente eclesiástico e o profundo conhecimento sobre as estruturas internas da Igreja, transformaram suas obras em referências para as novas gerações de historiadores brasileiros. Surpreende o leitor a minúcia com que cada fato histórico é contado e detalhado, e tal capacidade discursiva transporta o leitor para o passado e para dentro da sua obra. Quando narrou a criação do arcebispado de Mariana no ano de 1906 e, ao mesmo tempo, estabeleceu uma análise comparativa com a Igreja do período colonial, torna-se

perceptível para o leitor o quanto a Igreja em Minas prosperou ao longo de um século e meio, reafirmando assim sua concepção histórica sobre uma instituição em processo evolutivo.

Na sua narrativa, à medida que a Igreja prospera no território das minas, essa evolução também é detectada na própria sociedade mineira, reforçando assim na escrita a função civilizadora dessa instituição secular.

A diocese de Mariana contava, em 1906, cento e sessenta anos completo. O bispado, que Dom Frei Manuel da Cruz inaugurava com quarenta e cinco paróquias e trezentos mil habitantes, era agora uma Igreja florescente com três milhões de católicos distribuídos por trezentas paróquias e assistidos por quinhentos sacerdotes. Minas Gerais já não era as minas turbulentas dos paulistas e dos emboabas; era um grande povo, amigo da ordem, da liberdade e da paz, porque por excelência amigo da Igreja (TRINDADE, 1929, p.1167)

Se não a Igreja, quem mais poderia apascentar os ânimos da população local desde o período colonial? A população que outrora desatinava em conflitos e cometia as mais diversas barbaridades, agora, pela Igreja, pela fé e pelo catolicismo, se encontrava no mais elevado nível de civilidade. Percebe, portanto, na sua escrita que a evolução institucional da Igreja é diretamente proporcional a evolução social da população. É, justamente, essa concepção que esse historiador buscou resgatar na sua narrativa no início do século XX, ou seja, a ideia de que cabe a Igreja o papel fundamental na continuidade do processo evolutivo da nação brasileira. Obviamente que esse discurso corroborado pela alta hierarquia eclesiástica nacional tinha o objetivo direto de confrontar a proposta política laica da república.

A maneira como constrói sua narrativa histórica, sempre bem fundamentada pela documentação, permite a esse historiador a possibilidade de ser afirmativo em suas proposições. Raimundo Trindade confrontava a documentação que possuía em mãos, refutava trabalhos historiográficos e historiadores que não se valiam das fontes documentais na elaboração de seus estudos e, por conseguinte, atribuía o devido valor àqueles pesquisadores que persistiram firmemente na proximidade com a verdade histórica dos fatos.

Para ele, o processo por excelência de construção da narrativa exigia do historiador sério e compromissado com a verdade dos fatos, um olhar mais aguçado e investigativo sobre as mensagens e os conteúdos presentes nas fontes documentais. O conteúdo dessas fontes históricas deveria ser interpretado à luz de um olhar investigativo mais crítico do historiador. As fontes documentais se apresentam das mais variadas maneiras, seja por meio dos arquivos

(civis e eclesiásticos), por meio dos arquivos pessoais, etc., porém, cabe somente ao pesquisador adotar a forma mais correta de análise e interpretação desses documentos históricos.

Renomados historiadores como Rodrigo José Ferreira Bretas, Xavier da Veiga (ambos definidos por ele como “mestres em assuntos da história regional de Minas”) e Diogo de Vasconcelos (o “bandeirante da história de Minas”), foram fundamentais na sua construção intelectual como historiador. É bastante comum encontrarmos na narrativa de Raimundo Trindade referências aos trabalhos desses ilustres pesquisadores da história de Minas Gerais.

Ao que tudo indica, quando Raimundo Trindade se dedicava à pesquisa e escrita sobre determinado assunto ligado à história do passado mineiro, a construção de seu pensamento teórico e crítico era consolidado através da leitura das obras produzidas por esses historiadores. A biografia sobre Aleijadinho de Rodrigo José Ferreira Bretas, a “Efemérides Mineiras” de Xavier da Veiga e a “História Antiga das Minas Gerais” de Diogo de Vasconcelos, figuram entre as principais obras historiográficas que podem ser identificadas como referenciais na sua narrativa.

Outro aspecto interessante na construção da sua narrativa histórica é a utilização desses clássicos da historiografia mineira com o objetivo de reforçar suas próprias afirmações e hipóteses sobre determinado tema ou assunto. Explicando melhor, havia na época uma grande discussão no interior da corrente historiográfica mineira em relação à figura do mito do Aleijadinho e o alcance de suas realizações artísticas como escultor. Raimundo Trindade se viu inserido nesse debate histórico quando recebeu de Rodrigo Melo Franco de Andrade o pedido de escrita de um artigo sobre a Igreja de São Francisco de Assis de Ouro Preto. Inevitavelmente esse historiador foi confrontado com a questão envolvendo a autoria ou não de Aleijadinho no risco ou projeto da Igreja de São Francisco de Assis.

Pelos registros deixados nas correspondências, Raimundo Trindade e Rodrigo Melo Franco de Andrade iniciaram uma verdadeira saga em busca dos documentos históricos que comprovassem tal afirmativa. Rodrigo recorreu ao professor Furtado de Menezes, intelectual da época que, além de ter pesquisado os arquivos da Igreja de São Francisco, teria sido um dos últimos pesquisadores a ter contato direto com o esboço do risco ou projeto realizado por Aleijadinho. Furtado de Menezes asseverava que seu primeiro e rápido contato com o risco ou projeto da Igreja de São Francisco foi no ano de 1910, quando realizava suas pesquisas no arquivo com o objetivo de escrever uma memória para o livro do Bicentenário de Ouro Preto.

Em 1913, pediu emprestado ao arquivo o referido documento para compor a Exposição de Arte Sacra que ocorreria no Rio de Janeiro. Remeteu tal documento, dentre outros objetos, para Frei Pedro Sinzig no Convento de Santo Antônio. Com o desenrolar da Primeira Guerra Mundial e a ida do Frei Pedro Sinzig para a Europa, a referida exposição não ocorreu e simplesmente tal documento nunca mais foi encontrado pelos pesquisadores. Raimundo Trindade, portanto, para legitimar a escrita de seu artigo sobre a igreja de São Francisco de Assis, alegou que “iria reclamar para Aleijadinho a glória de haver “riscado” a Igreja.” É, nesse momento, que as obras clássicas de historiadores como Xavier da Veiga, Diogo de Vasconcelos e Rodrigo José Ferreira Bretas, se tornariam o ponto de partida para sua narrativa histórica.

Para ele, por se tratarem de obras historiográficas que até aquele momento não haviam sido confrontadas ou mesmo questionadas, foram consideradas, portanto, como verdades históricas irrefutáveis. Afirmativo em suas proposições, Trindade reitera que tais informações contidas nessas célebres obras da historiografia mineira são verdadeiras, portanto, enquanto não se documentar o contrário, e conclui de maneira taxativa “o risco ou projeto de São Francisco, enquanto não se demonstrar o contrário, continua sendo da autoria de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho.”<sup>62</sup>

Os detalhes dos debates entre os historiadores mineiros do período são importantes, pois acabam permitindo que tenhamos uma maior clareza sobre a forma como as narrativas e os discursos históricos do período foram sendo construídos. Fica evidente, nesses pormenores, a influência que a escrita desses célebres historiadores mineiros teve sobre o ato de fazer história de Raimundo Trindade.

Com o trabalho histórico sobre a Igreja de São Francisco de Ouro Preto finalizado, Raimundo Trindade não deixou de pedir a Rodrigo que o analisasse e tecesse as mais sinceras críticas e correções. Ação muito comum encontrada na documentação trocada entre ambos os intelectuais, ao que parece, prezando sempre pela elaboração de estudos e pesquisas bem consolidadas, ricas nos detalhes históricos e, sempre que possível livre de falhas e contestações que possibilitassem críticas posteriores dos leitores.

A riqueza dessa documentação é importante, pois nos permite também compreender todo o esforço empregado por Raimundo Trindade desde o início de suas pesquisas. No caso específico do artigo sobre a Igreja de São Francisco de Assis de Ouro Preto, esse historiador

---

<sup>62</sup> Correspondência do Cônego Raimundo Trindade para Rodrigo Melo Franco de Andrade. Ministério da Educação e Saúde; Museu da Inconfidência - Ouro Preto, 3de abril de 1948.

destaca a intensidade de suas investigações nos arquivos, o esforço na transcrição dos documentos e a finalização da pesquisa em pouco mais de um ano. Característica muito destacável e valorizada nesse sacerdote-historiador da primeira metade do século XX era a habilidade inata para narrar histórias e o intenso fôlego demonstrado na construção dessas mesmas histórias.

Há de ter defeitos, tem-nos certamente o livro; mas serão nascidos da inabilidade, não da minha vontade. Ao menos pelo amigo serei julgado com benevolência. Duvido que outrem levasse a melhor termo, em treze meses, um serviço de tal vulto. Cinco desses meses foram consumados em novas pesquisas, na verificação das já anteriormente realizadas e na cópia de um grande numero de documentos.<sup>63</sup>

Tal esforço investigativo empregado junto aos arquivos eclesiásticos do estado e tal a rapidez com que a narrativa histórica foi construída por Raimundo Trindade, fez com que a ideia inicial de um artigo fosse transformada numa extensa obra histórica sobre a Igreja de São Francisco de Assis de Ouro Preto. Nessas páginas históricas da Igreja Católica em Minas Gerais, figura personagens míticos, como o artista Aleijadinho, que seria caracterizado pela elite intelectual do período, como um dos símbolos maiores da identidade cultural brasileira. Raimundo Trindade tinha de forma inata o dom para a narrativa histórica e, como tal, utilizou-o em prol da Igreja, ou seja, no sentido de resgatar a tradição dessa instituição no cerne da nação no contexto político e cultural da modernidade.

O campo de perspectivas aberto à produção textual de Raimundo Trindade nessas primeiras décadas do século XX converge para um enunciador objetivamente preocupado com os rumos da Igreja Católica no contexto do Brasil moderno. As mensagens contidas em suas narrativas e na documentação, sobretudo, nas correspondências trocadas com intelectuais e políticos da época, são permeadas por questões relativas à dicotomia entre o passado e presente, o antigo e o moderno.

No que tange às questões institucionais (internas) à Igreja, Raimundo Trindade apresentou no seu discurso um posicionamento categoricamente conservador. É identificado nas suas narrativas um discurso que corrobora a ideia de uma linha sucessória de bispos reformadores na diocese de Mariana. Essa visão histórica coaduna o pensamento de uma grande

---

<sup>63</sup> Correspondência do Cônego Raimundo Trindade para Rodrigo Melo Franco de Andrade. Ministério da Educação e Saúde; Museu da Inconfidência-Ouro Preto, 8 de junho de 1948.

parte da corrente historiográfica mineira do período que insiste na importância histórica e na tradição da Igreja Católica no estado de Minas Gerais.

Raimundo Trindade defendia que nessas primeiras décadas do governo republicano predominava uma total ignorância religiosa entre políticos e grande parte da sociedade civil brasileira. As ações dos bispos reformistas nas dioceses do território nacional objetivavam resgatar a nação do obscurantismo religioso no qual se encontrava inserida desde o início da modernidade. A ideia de bispos ilustrados, de altos dignitários do clero nacional comprometidos com a reorganização institucional da Igreja e com o ensino religioso era uma das principais propostas defendidas na reforma católica. Esse historiador baseou sua escrita historiográfica na concepção determinada pelo Vaticano I (1869-1870) que pregava a infalibilidade do papa e seu poder supremo sobre a Igreja Católica no mundo. O posicionamento da Igreja no Brasil pós Vaticano I, deve ser compreendido como um posicionamento estritamente antimoderno.

O historiador Eduardo Gusmão, ao analisar a obra “Lugares e Pessoas”, de José Trindade da Fonseca e Silva (Cônego Trindade), publicada na década de 1940, sobre a história da Igreja em Goiás, traz uma visão sobre a construção do fazer histórico - por um religioso da diocese goiana - que muito se aproxima da concepção histórica de Raimundo Trindade. Aqui, a coincidência não está apenas no fato de ambos os sacerdotes-historiadores possuírem o mesmo título de cônego e o sobrenome Trindade, mas sim, na forma como ambos enxergam a Igreja no Brasil, partindo de uma visão mais particular, mais local, ou seja, um olhar cotidiano e investigativo sobre a diocese de Goiás e a diocese de Mariana. Notamos, então que, Raimundo Trindade não estava sozinho nessa tarefa intelectual-institucional ao discursar de maneira apologética e militante sobre a Igreja brasileira.

A estratégia discursiva desse religioso goiano segue a mesma linha de raciocínio demonstrada na escrita de Raimundo Trindade. A crítica ao padroado, a crítica a política laica do governo, a escrita militante e apologética, a defesa da ideia de bispos reformadores atuando nas dioceses brasileiras, o amor a pátria e a Igreja, são elementos discursivos que aproximam claramente suas narrativas históricas. Eduardo Gusmão reitera que esse religioso goiano, assim como já comprovado na escrita de Raimundo Trindade, professa esse saber militante por meio de uma análise histórica legitimada pelo profundo exame investigativo das fontes documentais.

A análise dos problemas históricos da Igreja no Brasil, portanto, os conflitos envolvendo o clero diocesano (goiano e mineiro), a crítica ao regime do padroado régio e a crítica a política laica republicana, foram resgatados e analisados historicamente, a partir do conteúdo e das

mensagens contidas nos documentos oficiais produzidos pelo próprio corpo eclesiástico nacional. O saber apologético, também presente em ambos os discursos, tem a finalidade de expressar o compromisso desses historiadores com a verdade histórica e, por conseguinte, a luta contínua em busca das verdades históricas da Igreja. Consideramos que ambos os historiadores adotam um posicionamento discursivo na defesa da causa católica no Brasil.

Para Eduardo Gusmão, o Vaticano I deu o tom dessa nova política reacionária da Igreja Católica no mundo. A Igreja pós Vaticano I é definida como uma instituição em franca oposição a modernidade. No início do Brasil republicano, o reconhecimento da perda de influência da Igreja sobre a sociedade civil fez com que as autoridades eclesiásticas investissem maciços esforços na área da educação, sobretudo, no ensino e educação dos filhos das elites nacionais. Nessa perspectiva, também encontrada na escrita de Raimundo Trindade, os bispos reformistas nacionais passam a restabelecer novas relações de poder com as autoridades políticas.

O decréscimo do poder de influência eclesiástica, destarte, era vivenciado com pesar pelo clero. Sem o apoio estatal, a estratégia da Igreja Católica no Brasil seria reconquistar o espaço perdido por outros meios. A educação das elites passou a ser promovida pelas ordens europeias, que multiplicaram sua presença rapidamente. Esses colégios católicos tentavam passar para os jovens os valores e crenças da neocristandade. Se o Estado não era mais oficialmente cristão, a sociedade deveria ser. Além de trabalhar com a educação da juventude, os leigos passaram a ter espaços de formação em movimentos como a Ação Católica. A figura do intelectual católico ganhou destaque social na época, tendo por tarefa articular, através da imprensa ou dos livros, a sua fé com as esferas cultural e política. (QUADROS, 2006, p.153)

Importante notarmos como a ação da Igreja Católica no Brasil republicano passa bem longe da ideia de uma ditadura do catolicismo. Alguns historiadores defendem, de forma veemente (quase visceral) a ideia de que o Vaticano I, ao pregar a infalibilidade do papa e a centralidade do seu poder no interior da estrutura eclesiástica, tenha assim se configurado na figura de um ditador. A centralização do poder religioso na pessoa do papa em Roma e os pressupostos advindos dessa propalada ação “ditatorial” não tiveram uma totalizante adoção sobre os países onde a religião cristã foi definida como religião oficial.

No caso brasileiro, as sedes diocesanas e os bispos reformadores tiveram de se adequar as realidades sociais e políticas locais. Reconhecemos, e isto está explícito na escrita de Raimundo Trindade, que nas sedes episcopais os bispos (seguindo os preceitos emanados de Roma) buscaram centralizar o seu poder local e estabelecer uma reorganização institucional, sobretudo, no estabelecimento de uma hierarquia de poder dentro das dioceses. Porém, essas

ações antes de se enquadrarem ou serem definidas como ditatoriais e inflexíveis, ou mesmo, seguidas à risca pelas autoridades eclesiásticas nacionais, devem ser entendidas de acordo com o contexto e a própria realidade brasileira.

Uma das primeiras ações dos bispos diocesanos foi o incentivo da vinda de inúmeras ordens religiosas para o país, com o intuito de auxiliar a Igreja Católica no processo de educação e recatolicização (utilizo aqui o termo usado por Dom Silvério Gomes Pimenta na diocese de Mariana) do Brasil. Lazaristas, redentoristas, dentre outras ordens religiosas promoveram uma ampla reorganização do ensino religioso. Em Minas Gerais, foram fundadas instituições educacionais religiosas voltadas para o ensino de meninas e a ampliação do número de seminários.

Outro ponto importante que demonstra a flexibilidade na estrutura hierárquica da Igreja Católica no Brasil foi a ativa participação de católicos leigos junto às autoridades eclesiásticas. Rompe-se com aquela visão conservadora de que os assuntos da religião só poderiam ser tratados estritamente pelos religiosos. Essa ligação das autoridades eclesiásticas com importantes nomes da intelectualidade católica leiga do período amplia o campo de ação da Igreja no cenário político e social brasileiro.<sup>64</sup>

Quando nos apoderamos do conceito de reforma católica, de restauração católica e bispos reformadores, como o objetivo de entendermos o contexto religioso e, por que não, o contexto político, no qual Raimundo Trindade escreve sua história institucional da Igreja em Minas Gerais, surgem algumas críticas. Há alguns historiadores que criticam e, mesmo, relegam a um segundo plano, a ideia de bispos reformadores e reforma católica no Brasil. Acreditam com veemência no posicionamento de uma Igreja Católica estritamente conservadora e defensora de seus privilégios estatais.

Para eles, a Igreja, sobretudo no início do republicanismo brasileiro, é uma instituição vantajosamente privilegiada pela política de Estado. Chegam mesmo a afirmar que, com a proclamação da República e a efetiva separação entre ambas as instituições, a Igreja Católica buscou a todo custo reatar os laços que a prendiam ao domínio estatal. Afirmando, categoricamente, que essa concepção histórica passa bem longe da visão de Raimundo Trindade sobre a Igreja

---

<sup>64</sup> Cf. QUADROS (2006, p.153). Para o autor, o espaço público perdido pela Igreja Católica no início da República foi sendo recuperado através das grandes manifestações e concentrações populares. Proliferam em todo o país os congressos eucarísticos em torno da doutrina da eucaristia. Como nessas manifestações religiosas a presença do clero era fundamental para a execução do rito litúrgico, a Igreja dessa forma reforçou seu controle acerca do mundo popular.

em Minas e no Brasil. A análise de conteúdo de suas obras e de sua produção documental nos leva a afirmar que: sua concepção histórica enxerga na Igreja do início do período republicano uma instituição livre, liberta das amarras governamentais e lutando vivamente pela retomada de seu poder social.

Devemos ressaltar que, antes de qualquer coisa, sua narrativa é direcionada para a construção de uma história institucional da Igreja Católica, portanto, asseverando a importância da hierarquia eclesiástica e dos dogmas da religião cristã no processo de consolidação da Igreja como uma instituição com poderes universais. Como membro do corpo eclesiástico mineiro, formado no seminário de Mariana e apadrinhado por Dom Silvério Gomes Pimenta, esse sacerdote-historiador demonstrou um profundo conhecimento sobre o funcionamento da estrutura interna da Igreja, sempre legitimando seu conhecimento histórico por meio das fontes documentais.

O apego a verdade histórica mantinha sua narrativa muito próxima do conteúdo, das mensagens produzida pelo corpo eclesiástico da diocese de Mariana. O interesse investigativo pelo passado da Igreja Católica fez de Raimundo Trindade um dos principais conhecedores dos arquivos eclesiásticos de Minas, sendo sua habilidade como historiador e pesquisador sempre requisitado por inúmeros intelectuais do Brasil e do exterior. O auxílio aos pesquisadores de outros estados brasileiros e de outras nações (como Portugal, Espanha, Estados Unidos) é uma das características mais marcantes encontradas na documentação produzida por Raimundo Trindade ao longo de toda sua vida. Além de ser reconhecido como um incansável historiador, Raimundo Trindade objetivou transformar os arquivos do estado e a biblioteca do Museu da Inconfidência, em espaços destinados à pesquisa e produção de conhecimento, porém, não qualquer tipo de conhecimento, mas, sim, o saber histórico-científico.

O catolicismo popular, que sempre esteve muito presente no interior da cultura religiosa mineira, sobretudo após a entrada de elementos da religiosidade africana e indígena (desde o século XVIII), teve pouca ou nenhuma influência direta sobre sua concepção histórica. Seu interesse pelos vestígios do catolicismo popular em Minas se deve, mais prontamente, a arte sacra dos séculos XVII e XVIII, dispersas pelo território e que seriam o alvo principal da política preservacionista do SPHAN, no final da década de 1930.

Nesse momento em que a modernidade impunha aos intelectuais e políticos a necessidade de construção de uma identidade propriamente nacional, a política oficial de preservação do patrimônio histórico e artístico nacional possibilitaria ao historiador Raimundo

Trindade o diálogo com elementos característicos da modernidade brasileira. A face religiosa desse historiador mineiro e seu posicionamento conservador (no que tange aos assuntos da religião católica) entram em contato com elementos da recente modernidade brasileira, desembocando na construção da figura de um intelectual essencialmente preocupado com a preservação do patrimônio religioso-católico em Minas Gerais.

Raimundo Trindade reconhecia que grande parte do patrimônio religioso mineiro se encontrava sobre a guarda da Igreja Católica no estado de Minas Gerais. Dom Helvécio, como arcebispo de Mariana, mantinha um grande número de peças de arte sacra sob sua posse no museu arquidiocesano. A política oficial de preservação do patrimônio histórico e artístico no estado viria a estabelecer novos rumos para a proteção e salvaguarda desses elementos característicos da identidade religiosa local. A escolha de Raimundo Trindade como primeiro diretor do Museu da Inconfidência em 1944, por intermédio da relação de Dom Helvécio com os políticos do governo de Vargas, foi outro passo importante no sentido de valorização do patrimônio religioso-católico.

Aqui inferimos, do conteúdo documental produzido por Raimundo Trindade, que a alta hierarquia eclesiástica mineira alcançava uma posição de relevo junto às autoridades políticas do estado e do Brasil. Passo decisivo na consolidação do projeto ideológico de poder da Igreja Católica brasileira durante o governo Vargas. A retomada do poder social e político transformaram a Igreja numa instituição que passou a disputar o cenário público nacional ao lado das autoridades governamentais. Dividir a arena pública com o governo em eventos cívico-políticos, festividades religiosas e comemorações de datas simbólicas para a história do Brasil representou, para as autoridades eclesiásticas nacionais, a retomada do poder social da Igreja.

As perguntas que construímos em relação ao passado desse sacerdote-historiador e, que, se tornaram a base para o avanço de nossa pesquisa histórica, tem por objetivo transformar sua produção textual em fonte histórica. No campo da história pretendemos alcançar respostas que nos permitam a busca de verdades no passado e, nesse momento, adotamos a visão do historiador francês Henri-Irénée Marrou<sup>65</sup>, quando admite que nem todo texto produzido pode ser considerado como documento.

Na sua visão, para que um texto possa ser considerado como documento, cabe ao historiador encarregado de explorá-lo e compreendê-lo, algumas características fundamentais

---

<sup>65</sup> MARROU, Henri-Irénée. Sobre o conhecimento histórico. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

que interveem diretamente no processo investigativo: personalidade, talento e cultura do historiador, aliado à pesquisa, compreensão e exploração dos documentos, são elementos fundamentais na construção das respostas que pretendemos obter do passado. Ou, em outras palavras, como defende a historiadora Núncia Santoro de Constantino<sup>66</sup>, ao se debruçar analiticamente sobre o processo metodológico de análise de conteúdo: “Trata-se agora de saber o que disse o autor, qual o sentido literal de sua comunicação, o que deseja efetivamente dizer, em que contexto escreveu e para quem o fez” (2002, p.184).

Construir respostas para as perguntas acima foram fundamentais para que pudéssemos traçar um panorama da trajetória desse religioso e historiador mineiro ao longo da primeira metade do século XX. Destacamos que sua escrita historiográfica estava diretamente subordinada à alta hierarquia eclesiástica da diocese de Mariana; a escrita apologética e militante de Raimundo Trindade se tornou uma arma importante para a reconstrução da imagem da Igreja Católica no Brasil e para sua revalorização como instituição no interior da sociedade.

No momento em que se difundiam entre a sociedade brasileira os ideais presentes na religião protestante e na doutrina do espiritismo, portanto, uma ameaça clara aos dogmas e preceitos da religião cristã, esse historiador objetivou, nas suas mensagens, resgatar a tradição histórica e civilizacional do catolicismo, inclusive acentuando em seus escritos a importância do estado de Minas Gerais como o território mais católico do Brasil. De acordo com sua escrita, os preceitos e dogmas da religião cristã e a conduta moralizante do catolicismo tiveram como seu núcleo irradiador, para o restante do território nacional, o estado de Minas Gerais.

Sua escrita foi utilizada também como arma política, sobretudo, no período do governo Vargas. Nessa nova aproximação entre Estado e Igreja, detectamos uma intensa oposição à ideologia política do comunismo; o medo latente de que os ideais do regime político comunista fossem absorvidos pela sociedade brasileira, levou as autoridades governamentais e eclesiásticas a estabelecerem uma intensa campanha oposicionista pela imprensa, pelos jornais e nos eventos públicos de caráter cívico-político.

O comunismo era identificado como o responsável direto pelas mazelas sociais do mundo, propagador da pobreza e da fome às nações subdesenvolvidas e àquelas nações em processo de desenvolvimento. Esse medo que mantinha as autoridades políticas e eclesiásticas brasileiras em alerta era justificado pelo fato da nação brasileira se encontrar, nesse momento,

---

<sup>66</sup> CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Pesquisa histórica e análise de conteúdo: pertinência e possibilidades. Estudos Ibero-Americanos. PUCRS, V. XXVIII n.1, p.183-194, junho de 2002.

no processo de construção de sua identidade nacional, por conseguinte, num claro processo de instabilidade política, social e econômica.

Portanto, para as autoridades eclesiais nacionais, os altares das Igrejas, os púlpitos, as missas e a escrita apologética dos religiosos e católicos leigos se transformaram numa ferramenta de defesa da nação brasileira contra o comunismo. Obviamente que o que mais amedrontava a Igreja Católica era a possibilidade de ter de lidar com a perda e a dispersão de um grande número de fiéis e ainda se ver ameaçada com a perda do status da religião cristã como a religião oficial da emergente nação brasileira.

A “Arquidiocese de Mariana: subsídios para a sua história”, escrita entre os anos de 1928-1929, foi considerado em nossa pesquisa como a principal e mais importante obra historiográfica de Raimundo Trindade. Após sua publicação, praticamente todas as autoridades episcopais das dioceses brasileiras receberam uma cópia. Essa extensa obra sobre a trajetória histórica da Igreja Católica em Minas Gerais ultrapassou os limites do território e foi recebida com efusivo entusiasmo pelos demais bispos brasileiros.

No momento em que havia a clara ausência de obras historiográficas bem fundamentadas (pesquisas sérias e baseadas em fontes documentais oficiais, ou seja, a ausência mesmo de um saber científico) sobre a Igreja no Brasil, sua narrativa veio estabelecer e reforçar os laços entre as autoridades episcopais e os respectivos territórios diocesanos nacionais.

Com essa obra, Raimundo Trindade alcançou entre os bispos nacionais a notoriedade de um incansável pesquisador e homem das letras. Dom Helvécio, assim como outros bispos nacionais do período, destacavam a importância de sua narrativa no engrandecimento da história da Igreja. Sua erudição e beleza de estilo narrativo fizeram de “Arquidiocese de Mariana” uma obra historiográfica definida como um clássico da literatura religiosa nacional, ou seja, diante da ausência de pesquisas históricas mais verticalizadas e fundamentadas em fontes documentais oficiais, esse sacerdote-historiador resgatou de maneira fidedigna os traços mais longínquos do passado que uniam a história da Igreja com a própria história do Brasil.

A concepção histórica de Raimundo Trindade deve ser compreendida como uma análise investigativa que parte do particular (local, regional) em busca de um entendimento mais generalista (nacional) da Igreja brasileira. Para o autor, o fim do século XVII (marcado pela chegada dos bandeirantes paulistas à região das minas) é o ponto fundante da história da Igreja no território, história institucional marcada por um longo processo evolutivo que culminou (ao

longo da primeira metade do século XX) no refortalecimento da Igreja como uma das instituições mais veneradas pela sociedade.

O destaque ao fervor católico dos mineiros é comprovado historicamente pelas inúmeras Igrejas construídas no território, pela infinidade de imagens sacras (que hoje constituem o principal conjunto de bens e objetos de valor histórico e artístico preservado pelo IPHAN) e pela permanente demonstração da devoção católica por meio dos ritos litúrgicos. Nessa perspectiva histórica, permeada por um forte posicionamento religioso e político, Raimundo Trindade inseria seu discurso no cerne do debate nacional sobre a construção da identidade brasileira.

Como uma escrita apologética e militante, amparado pela principal autoridade eclesiástica da diocese de Mariana, esse sacerdote-historiador contribuía na tentativa de alçar o estado de Minas Gerais ao patamar do debate político envolvendo a dicotomia regional-nacional. As autoridades políticas e religiosas mineiras se apegavam à tradição, às raízes culturais locais e, sobretudo, ao catolicismo como elementos consolidadores de seu discurso hegemônico. Raimundo Trindade, como membro efetivo do corpo eclesiástico mineiro, se apresenta como o principal enunciador do discurso histórico-religioso local, portanto, devemos entender sua narrativa como um discurso produzido para e na defesa da Igreja nacional.

À medida que sua narrativa histórica se projeta para além dos limites do território mineiro, ou seja, alcançando a atenção de outras autoridades diocesanas nacionais, a visão de Minas Gerais como o estado mais católico e irradiador de uma conduta moral ao restante do Brasil adquire um significado bem mais amplo. Acentuar a tradição histórica e civilizacional da Igreja Católica partindo de Minas Gerais deve ser entendido como uma estratégia discursiva hegemônica de poder.

Nesse debate político sobre a dicotomia regional-nacional, o estado de Minas Gerais (por meio de suas autoridades políticas e religiosas) insere na arena pública de poder a imagem histórica e tradicionalista da Igreja Católica, defendendo sua importância fundamental para construção da identidade da nação. A arena política do período impunha as autoridades governamentais, religiosas e aos intelectuais mineiros, estratégias que legitimassem um discurso baseado na tradição e nas raízes culturais do estado.

A função primordial do historiador nesse período é despertar, por meio do conhecimento histórico, o sentimento patriótico e cívico dos brasileiros. Em se tratando de um sacerdote-

historiador, caso de Raimundo Trindade, soma-se a esse desafio de proporções nacionais, a necessidade de resgatar o amor e a devoção do brasileiro à Igreja Católica. Não é por acaso que sua escrita insiste no papel civilizador da Igreja no Brasil. Diante dos constantes ataques sofridos pela Igreja, motivados pela ideia de modernidade e progresso tão defendidos pelo governo republicano, o clero brasileiro se apegava a um discurso amparado na tradição e no posicionamento conservador.

O discurso civilizador da Igreja que permeia toda a sua escrita é usado como estratégia combativa tanto na arena política quanto na arena social brasileira. Resgatar a imagem da Igreja Católica e do catolicismo como elementos fundamentais no processo de civilização da sociedade brasileira, deve ser entendido como uma prática discursiva que se contruiu a partir da ideia de tradição histórica e exemplaridade (aqui, se utilizando do passado histórico da Igreja como exemplo para o presente e o futuro).

Não é por acaso que Raimundo Trindade retorna aos primórdios da história eclesiástica mineira, definindo os bandeirantes paulistas e as primeiras famílias de colonos portugueses (marcadas pela forte relação com o catolicismo) como pontos-chave no entendimento da trajetória histórica da Igreja em Minas Gerais. Sua escrita perseguiu uma linearidade histórica e evolutiva da Igreja, descortinando avanços e desafios enfrentados por essa instituição desde séculos anteriores.

O século XVIII foi definido como o período histórico de origem e fundação da Igreja no território das Minas. Nesse momento, anterior a criação do bispado de Mariana, a ação civilizacional se encontrava na responsabilidade dos bandeirantes da fé (primeiros religiosos a aportarem na região) e membros das expedições bandeiristas. Esse ponto é crucial no entendimento da construção de sua narrativa, pois, para Raimundo Trindade e para a corrente historiográfica do período (da qual era membro e, no geral, composta por historiadores religiosos ou católicos leigos), as origens do território e da sociedade mineira estão intrinsecamente ligados à história da Igreja.

Um ponto predominante nas narrativas dessa corrente historiográfica é definir o momento de origem da sociedade mineira, portanto, a ideia de um mito fundador do território. Para Raimundo Trindade, esse mito fundador do território e da sociedade mineira é a imagem histórica do bandeirante paulista e do bandeirante da fé: o bandeirante, pelo espírito aventureiro desbrava o sertão das minas em busca de metais preciosos e riqueza, enquanto o bandeirante da fé, defendido como um elemento de alma superior e espírito abnegado, foi abrindo caminho

para a inserção da religião cristã no cotidiano da população local. A Igreja Católica do início do século XX em Minas Gerais e no Brasil é, portanto, devedora desses primeiros desbravadores do sertão mineiro.

O processo civilizador encabeçado pelas autoridades religiosas desde as primeiras entradas na região das minas é resgatado na sua narrativa com a função de exemplaridade para a sociedade moderna. Na medida em que a ideia de modernidade projetava uma mentalidade liberal-progressista e uma política de governo laica, os membros do clero nacional, sentindo a significativa perda do poder social da Igreja, contra-atacavam, buscando na tradição histórica o fio condutor (civilizacional) que unia passado e presente. A modernidade mineira, na visão da intelectualidade do período, ante ao radical processo de ruptura com o passado, propunha de maneira mais flexível, um diálogo franco entre o antigo e o moderno.

Raimundo Trindade enxergava a Igreja Católica brasileira numa fase de reorganização institucional, desencadeada, sobretudo, por uma nova geração de bispos ilustrados e diretamente influenciados pela reforma católica. O próprio posicionamento político dessas novas gerações do episcopado nacional é fundamental no entendimento da Igreja Católica nas primeiras décadas do republicanismo.

Enquanto o estado republicano vai a público propor a ideia de uma sociedade civil mais laica, as autoridades episcopais, através da realização de eventos religiosos nacionais, das missas coletivas, do púlpito e do apoio de intelectuais católicos leigos nos jornais e na imprensa, saem em franca defesa da Igreja como instituição fundamental no processo de civilização da nação. Para as autoridades diocesanas brasileiras a religião cristã e o catolicismo são considerados como elementos condicionantes e unificadores da sociedade. Diante da ameaça de outras manifestações religiosas como o protestantismo e a doutrina do espiritismo, caracterizadas como manifestações desagregadoras da sociedade brasileira, a Igreja intensifica seu discurso militante e apologético. O historiador Raimundo Trindade, como um dos principais representantes desse discurso apologético da Igreja Católica, transformou sua escrita historiográfica num instrumento valiosíssimo para o resgate e conhecimento da tradição católica da nação.

## 2.2 Conceitos históricos e estratégia discursiva

Partindo da análise de conteúdo da narrativa de Raimundo Trindade elencamos algumas palavras que foram fundamentais para a construção de seu discurso historiográfico. Notamos ao longo de nossa leitura que determinadas categorias de palavras: patrimônio, arte, história, catolicismo, Igreja Católica, preservação, conservação, civilização, ciência, saber e religião, constituem o fio condutor de suas narrativas. Essas categorias de palavras ao se inter-relacionarem ao longo dos seus textos permitem a solidificação de uma estratégia discursiva que atraiu para o centro da narrativa histórica o protagonismo da Igreja Católica.

A palavra patrimônio para ele adquire um duplo sentido, podendo ser entendida no seu sentido literal e mesmo político. Devemos recordar que o conceito de patrimônio foi elaborado a partir de uma visão cultural estritamente elitista. Coube a um seletivo grupo de intelectuais modernistas e num determinado contexto político brasileiro a construção e imposição desse conceito. Aqui, o conceito de patrimônio legitima uma visão cultural elitista que abarca apenas a chamada “alta cultura”, ou, em outras palavras, o que essa intelectualidade brasileira buscou definir como cultura para o restante da nação.

Na visão da intelectualidade modernista mineira, o patrimônio histórico e artístico da nação é representado pelo barroco e sua estreita relação com a religião católica. Com a política preservacionista do SPHAN, a partir de 1937, o conceito de patrimônio se configura, sobretudo, pela arte sacra e os conjuntos arquitetônicos herdados do período colonial. Raimundo Trindade, que posteriormente viria a ser funcionário do SPHAN, claramente aproxima seu discurso histórico do contexto político da época. Nessa estratégia discursiva a Igreja Católica assume o papel de protagonismo na constituição do conceito de patrimônio para a nação, pois, a legitimação desse mesmo conceito só foi possível a partir de uma supervalorização dos objetos e dos bens patrimoniais oriundos do catolicismo.

O conceito de arte, tão valorizado na escrita de Raimundo Trindade, está diretamente relacionado à produção artística voltada para a religiosidade católica, e exprime categoricamente a ideia de arte sacra. Seu posicionamento discursivo restringe e desloca esse conceito para as produções artísticas do século XVIII mineiro, identificado como o período de apogeu da produção histórica e artística nacional. No seu entender, prolifera nesse período, sobretudo, na região das minas, um espírito e anseio cultural muito intenso.

As trocas culturais, a genialidade dos artífices mineiros e a expansão da presença das ordens religiosas fomentam a atividade artístico-cultural local. Não por acaso, a genialidade de Aleijadinho, o artista mulato, é tão referenciada em suas obras. Ao que parece, resgatar os registros históricos que relacionam a figura de Aleijadinho à determinada obra ou objeto do passado religioso mineiro, intensifica ainda mais a valorização histórico-artística desse bem patrimonial. Notamos que há nos discursos da intelectualidade da época, uma estratégia de supervalorização dos objetos de arte sacra e bens patrimoniais diretamente ligados ao século XVIII e ao catolicismo mineiro. Quando tal bem patrimonial apresenta uma relação direta com a produção artística de Aleijadinho ocorre uma maior intensificação desse processo valorativo, ou seja, para além de seu valor histórico e artístico, atribui-se, também, a valorização da imagem desse artífice mineiro como símbolo da nacionalidade.

Obviamente que política e religião mais uma vez estavam intrinsecamente articuladas na sua narrativa e discurso histórico. No período de construção da identidade da nação brasileira, a constituição de um discurso mítico em torno da figura de Aleijadinho adquire uma importante notoriedade. Buscou-se a todo custo resgatar a imagem e o simbolismo de importantes personagens do passado com a finalidade de que a identidade cultural fosse construída a partir de elementos próprios à nossa nacionalidade. Devemos notar que, assim como Aleijadinho, - que apresenta uma forte inclinação para a produção artística de cunho religioso -, a imagem de outro personagem histórico, Tiradentes, adquiriu também uma intrínseca relação com a religiosidade católica. Construiu-se a imagem de um mártir, de um herói e símbolo da nacionalidade cercada de um espírito religioso-católico.

Novamente, não por acaso, o personagem histórico de Tiradentes também será valorizado na escrita de Raimundo Trindade. Na sua reflexão, o limite entre o político e o religioso adquire uma intensa flexibilidade. Esse historiador reconhecia o valor que esses personagens históricos tinham para a construção política da nacionalidade brasileira e, ao mesmo tempo, sabia da expressiva referência desses mesmos personagens na valorização da própria imagem da Igreja Católica no Brasil.

Quando se tratam de personagens históricos ligados a política e religiosidade em Minas, seu discurso adquiriu sempre certo equilíbrio e dinamismo, articulando a questão do catolicismo com a ideal do nacionalismo. Não podemos deixar de ressaltar que Raimundo Trindade no ano de 1950, portanto, já como funcionário do SPHAN, dedicou-se a produção de uma pesquisa histórica sobre a genealogia de Tiradentes, reforçando, assim, os laços familiares e de

parentescos que uniam esse personagem histórico do passado às raízes político-cultural de Minas Gerais.

Para além de um esforço historiográfico como genealogista, devemos levar em consideração que há também um esforço no sentido de reforçar o ideal político-nacionalista vigente. A escolha de personagens como Aleijadinho e Tiradentes para compor o eixo central de algumas de suas narrativas objetivou resgatar o que há de mais singular e genuíno na identidade cultural brasileira. Diferentemente de uma narrativa em que pese apenas os aspectos políticos e sociais desses personagens históricos, Raimundo Trindade pretendeu estabelecer conexões com a religiosidade católica no território das Minas. Enquanto Aleijadinho se apresentou como um dos mais notáveis artífices do barroco (estritamente católico), Tiradentes consagrado na historiografia como mártir e herói do espírito de liberdade da nação adquiriu uma áurea de sacralidade, sendo muitas das vezes, comparado na história com a figura de Jesus Cristo.

Nessas narrativas históricas as palavras são carregadas de intenso sentido apologético e nacionalista onde religião e política se misturam dando o tom de uma narrativa que agrada tanto as autoridades governamentais quanto as autoridades religiosas da época. Há que se entender também que nesse jogo de estratégias discursivas o apego popular que figuras como Aleijadinho e Tiradentes adquirem é muito grande. A narrativa é construída através de um seleto grupo de intelectuais, porém, é necessário que esse discurso possa abarcar as mais distintas classes sociais brasileiras, mesmo que esteja configurado como um discurso impositivo e, por vezes, autoritário.

Essa concepção de um apego popular em relação a personagens históricos que foram transformados em símbolo da nação brasileira, como heróis, ao longo da República Velha, foi muito bem explicado na obra do historiador José Murilo de Carvalho<sup>67</sup>. Debatendo sobre a ausência de participação do povo brasileiro no processo de Proclamação da República, José Murilo de Carvalho defendeu que a política governamental buscou inicialmente a inserção das camadas populares no movimento através de uma estratégia propagandística. Falava-se muito em povo brasileiro no discurso republicano, mas sua participação efetiva no movimento político era praticamente nula.

---

<sup>67</sup> Cf. CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas: o imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

Para o autor, ficava evidente que o povo brasileiro esteve à margem desse processo político e que esse movimento teve uma participação clara da elite política, de intelectuais da época (estudantes de Direito, Medicina e Engenharia) e, óbvio, de oficiais militares. O povo mesmo permanecia atônito ou mesmo bestializado<sup>68</sup> em relação ao desenrolar dos acontecimentos republicanos. A vez do povo chegaria, portanto, no exato momento em que as autoridades políticas forjavam a identidade da nação, construindo seus personagens históricos e heróis nacionais.

Detalhe interessante para esse historiador na análise do período pós-proclamação da república é que a imagem de Tiradentes, que foi absorvida por grande parte do povo brasileiro na época, não era a imagem do líder político, do protagonista da Inconfidência Mineira ou mesmo do personagem histórico símbolo da liberdade e, sim, a imagem de um homem santo, de um quase beato. A áurea de sacralidade que absorveu a imagem de Tiradentes nos momentos finais da execução da sentença pelo crime de traição é, justamente, a que povoa o imaginário nacional republicano.

A estratégia adotada tanto pelas autoridades políticas quanto pelas autoridades religiosas, de atribuir um ar de sacralidade a imagem de Tiradentes, foi o golpe de mestre na tentativa de inserir grande parte do povo brasileiro ao novo projeto político republicano, pois, até então, como sugeriu José de Murilo de Carvalho, as camadas populares permaneciam atônitas, bestializadas, diante de tais acontecimentos políticos. Tal estratégia foi tão assertiva que nos livros de história, na narrativa dos historiadores, nos discursos políticos e religiosos, houve uma enorme profusão da imagem de Tiradentes com símbolo da nação e mártir da pátria. Se nos debruçamos analiticamente sobre a história da genealogia de Tiradentes escrita por Raimundo Trindade nos encontramos diante de traços característicos de uma construção narrativa que remete diretamente à visão dos primeiros historiadores republicanos, ou seja, aquela visão nacionalista predominante de um herói, mas, sobretudo, de um personagem histórico devotado à religião cristã.

O conceito de história para esse sacerdote-historiador exprime a ideia de verdade e saber científico. Discutir o passado histórico para ele exige, necessariamente, um contato direto com as fontes documentais. As hipóteses, as proposições e afirmativas levantadas sobre determinado tema ou personagem histórico devem ser respondidas através do trabalho de pesquisa nos

---

<sup>68</sup> Cf. CARVALHO, José Murilo de. Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: companhia das Letras, 1987.

arquivos e na arguição das fontes documentais disponíveis ao historiador. O papel do historiador é ler a “contra-pelo” a documentação histórica, ou seja, ir além da interpretação das mensagens contidas no documento.

O trabalho investigativo, para ele, requer um conhecimento do contexto político-social e religioso no qual a documentação foi produzida. Ao tratar mais especificamente com a documentação dos arquivos eclesiásticos, Raimundo Trindade, buscou, nas suas narrativas, esmiuçar todo o contexto no qual as fontes foram produzidas pelos membros do corpo eclesiástico da diocese de Mariana. Os conflitos internos, as mudanças no interior da diocese da Mariana, as questões políticas envolvendo o padroado, a chegada dos novos bispos diocesanos, as comemorações das datas festivas seguindo o calendário litúrgico, só são passíveis de compreensão a partir de um entendimento mais amplo da história da Igreja. Ai reside sua concepção do conceito de história como um saber científico.

O ato de fazer história requer uma aproximação direta com o seu objeto de pesquisa e com as fontes documentais por ele produzidas. O historiador sério, comprometido com a verdade histórica dos fatos, deve ter a nobre missão de dialogar com as fontes, por vezes, retirando a densa camada de poeira do passado que encobre seu tema e objetivo de pesquisa. O saber científico, portanto, para esse historiador, é legitimado e comprovado pelas fontes documentais. Não há um caminho, ou mesmo, um atalho, que possa levar o historiador a verdade histórica dos fatos que não seja pelo caminho das fontes documentais.

O conceito de religião, categoricamente, a religião cristã, é por nós considerados como sendo o eixo central da sua narrativa. Para ele, esse conceito define o que é expresso e pregado pela Santa Sé em Roma. Seu conhecimento como membro do corpo eclesiástico da diocese de Mariana é amparado pela doutrina católica baseada nos três sólidos pilares: da sagrada escritura, a tradição e do magistério. Raimundo Trindade é o porta-voz de uma história institucional da Igreja Católica em Minas Gerais e no Brasil. O catolicismo popular, que sem sombra de dúvidas, teve sua importância na formação religiosa e no cotidiano dos mineiros, não é o alvo central de suas pesquisas históricas. O que interessa a esse sacerdote-historiador é compreender o processo evolutivo da Igreja na região das minas desde fins do século XVII e sua importância institucional no ordenamento social da população.

O que desperta seu interesse histórico pela trajetória da Igreja no território é compreender o ponto de união que estabelece um diálogo entre passado e presente dessa instituição com a sociedade mineira. Na sua concepção histórica o que une a Igreja do passado

a Igreja do presente é o compromisso permanente com o processo civilizacional da nação brasileira. Nesse ponto, Raimundo Trindade é inflexível na sua defesa da atividade espiritual e civilizacional realizada pela Igreja Católica junto à sociedade mineira.

A Igreja, pioneira da civilização, desbarbarizadora das nações, que tem essa brilhante história que é a história mesma da civilização, porque é das mais nobres conquistas da espécie humana, não podia quedar-se indiferente ante ao surto admirável de progresso que se levantava nesta parte do mundo acrescida à cristandade. Sobretudo, não podia deixar de preocupar-se com a assistência religiosa das nascentes povoações, que salpitavam de lares e altares o solo mineiro (TRINDADE, 1928, p.53)

Para o autor a história da Igreja é entendida como a própria história da civilização, ou seja, ambas as histórias se entrelaçam dando a entender que Igreja e civilização são partes integrantes de um mesmo processo evolutivo. Portanto, na sua visão, não há Igreja sem civilização e nem civilização e progresso sem o papel fundamental da Igreja Católica. Essa visão é projetada para o território das minas com o objetivo de estabelecer um forte ponto de interseção entre Igreja e sociedade desde o passado colonial. Ressaltar a importância da religião cristã na própria história da sociedade mineira, ao longo dos séculos, possibilitou que seu discurso apologético e militante fosse muito bem absorvido pelas autoridades religiosas e políticas da primeira metade do século XX.

A própria ligação entre Igreja, política e civilização na região das minas pode ser evidentemente ressaltada quando analisamos a importância das instituições de ensino religioso na formação de ilustres nomes da intelectualidade, da política e da religiosidade local. Lembrando que na visão das autoridades eclesiásticas mineiras, a criação de seminários era visto como primordial no processo civilizatório. Raimundo Trindade, por meio de um exacerbado ufanismo, chega a atribuir a essas instituições de ensino religioso o motivo do engrandecimento do próprio estado de Minas Gerais no período republicano.

Raro terá sido em Minas o homem de destaque social que nele [seminário de Mariana] não se tenha habilitado para a conquista da honrosa posição que desfrutou ou esteja porventura desfrutando ainda. Quantos dos que mais honraram o Estado e o Brasil, nas profissões liberais e na política, não os levantou ele do anonimato em que teriam jazido, senão estereis, desconhecidos, quiçás prejudiciais, privando-se assim a sociedade do poderoso, não raro brilhante concurso, com que, mercê do Seminário, ajudaram a construir a civilização de que já nos podemos ensoberbecer com nobre ufanía. O clero mineiro, na sua quase totalidade, aí se formou, o clero, fator mais fecundo e influente da civilização mineira, clero ao qual ninguém em boa fé, ainda adversário

da Igreja, ousará negar os mais abnegados serviços em prol do engrandecimento do Estado (TRINDADE, 1928, p.7)

Obviamente que no contexto político e religioso brasileiro dessas primeiras décadas do século XX, a ação de narrar a história da Igreja em Minas Gerais exigiu desse historiador a tomada de um posicionamento mais ufanista e preponderantemente conservador. Raimundo Trindade encontrava-se – como religioso e intelectual – inserido na complexa relação de poder que envolvia Igreja e Estado nas primeiras décadas do republicanismo brasileiro. Não por acaso, conceitos como o de civilização, religião, história, ciência, etc., são constantemente utilizados nos seus textos. Amparado em sua escrita histórica pelo arcebispo de Mariana e imerso no projeto político-ideológico de poder arquitetado pelo episcopado nacional, Raimundo Trindade tratou de construir e consolidar uma narrativa onde a presença da Igreja Católica fosse enxergada como fundamental para o rumo futuro da nação no contexto da modernidade.

### **CAPÍTULO 3 – O SPHAN E A SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO RELIGIOSO CATÓLICO EM MINAS**

No primeiro volume da Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (RPHAN), publicado no ano de 1937, Rodrigo Melo Franco de Andrade, na época autoridade máxima no tema da preservação do patrimônio histórico e artístico, destacava no texto de abertura que o objetivo principal desse periódico seria a divulgação dos estudos sobre o conhecimento da arte e da história no Brasil.

O diretor do SPHAN reconhecia também o incipiente estado em que encontravam-se as pesquisas sobre o tema da arte e da história brasileira na primeira metade do século XX. Apesar de detectar a existência de alguns estudos e pesquisas esporádicas dispersas em jornais e folhetins da época, alegava que a reunião desses estudos demandava um grande esforço e paciência da parte dos pesquisadores.

A criação da Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional diretamente subordinada ao Ministério da Educação e Saúde, de Gustavo Capanema, visava, portanto reunir um seleto grupo de intelectuais em torno do desenvolvimento de pesquisas e difusão de conhecimento sobre temas considerados, naquele momento, de suma importância para a história e a arte brasileira.

A Revista do SPHAN seria reconhecida nacionalmente como o principal centro de convergência das pesquisas e estudos históricos desenvolvidos pela intelectualidade modernista brasileira da primeira metade do século XX. Esse periódico seria adotado também como um poderoso veículo de divulgação (sistemática) da propaganda política oficial do Estado Novo. No campo do conhecimento e educação da sociedade brasileira essa publicação seria entendida como uma poderosa ferramenta na difusão da política de preservação do patrimônio histórico e artístico nacional.<sup>69</sup>

---

<sup>69</sup> Há também outras possíveis interpretações sobre a importância desse periódico destinado à publicação de artigos sobre o patrimônio histórico e artístico brasileiro. A historiadora Camila Kézia Ferreira no seu interessante estudo de análise das obras do polêmico advogado e historiador mineiro Augusto de Lima Júnior, destaca que essa revista seria definida como um local privilegiado de sociabilidade da conhecida “academia do patrimônio”. Na visão da autora, o grande domínio da Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (RPHAN) em relação à publicação de artigos sobre a história e artes no Brasil passaria a ser contestado após a criação da Revista de História e Arte (RHA) no ano de 1963, e, da qual, Augusto de Lima Júnior era um de seus principais editores. Como afirma FERREIRA (2018, p.126), “Por essa senda, a RHA, que reúne 33 autores e apresenta mais de 200 artigos em 7 números publicados, pode ser analisada como um lugar estratégico nos debates sobre a eleição da memória e da cultura histórica dos anos 1960. Entre os anos de sua publicação – 1963 a 1968 – um dos mais respeitados periódicos de então, Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – RPHAN -, passa por um hiato de sete anos (de 1961 a 1968) em suas edições. Como revista do órgão oficial, descrita como “a menina dos olhos” de Rodrigo Melo Franco de Andrade, diretor do PHAN, a RPHAN constitui-se como um dos lugares de

Nesse contexto político-cultural marcado por uma profunda crise de identidade da nação, Rodrigo Melo Franco de Andrade defendia que o dever patriótico e cívico da intelectualidade modernista (sobretudo, daquele grupo de intelectuais diretamente ligados ao SPHAN e a Revista do Patrimônio) deveria ser reafirmado por meio de pesquisas e estudos históricos que promovessem um contínuo resgate de nossas tradições, memórias e raízes culturais.

Para o diretor do SPHAN, esse esforço conjunto da intelectualidade modernista brasileira era um dos caminhos necessários na execução prática do projeto político nacionalista idealizado pelo governo Vargas. Diante dos grandes debates e inquietações políticas que colocaram em cheque a estrutura oligárquica da “República Velha”, as novas gerações de intelectuais e políticos que se identificavam com a proposta cultural do Movimento Modernista e também com o conceito de moderno (tão em voga no período) entendiam que a construção de uma identidade da nação, de fato, só se efetivaria, a partir do momento em que nós brasileiros passássemos a (re)conhecer os elementos culturais, artísticos, as tradições e diversidades regionais que faziam do país uma nação singularizada em relação às demais nações do mundo.

Para essa autoridade do patrimônio nacional, a maior contribuição proveniente das pesquisas e estudos desenvolvidos pela intelectualidade modernista estava representada na possibilidade de surgimento de um espírito de brasilidade<sup>70</sup> entre nós. Espírito esse, capaz de unir num mesmo mosaico cultural, traços e características regionais tão distintas. A principal especificidade notada no movimento modernista brasileiro decorre de um posicionamento político e intelectual que defendia a necessidade do diálogo entre o antigo e o moderno, o regional e o nacional na construção da identidade da nação.

---

sociabilidade da conhecida “academia do patrimônio”, que, como veremos, seria um dos principais alvos de crítica da RHA, sendo, portanto, importante documento de análise, pois nela é possível captar vínculos de amizade/cumplicidade e de competição/hostilidade, próprios aos grupos de intelectuais em torno de uma redação. Cf. FERREIRA, Camila Kézia. *Polêmica, patrimônio e arte: a obra de Augusto de Lima Júnior / Camila Kézia Ferreira*. – 1.ed. – Belo Horizonte [MG]: Fino Traço, 2018.

<sup>70</sup> Essa ideia de surgimento de um espírito de brasilidade no interior do movimento modernista brasileiro é apontada pelo pesquisador Eduardo Jardim de Moraes, como a principal estratégia para assegurar a introdução do país no contexto cultural internacional. Segundo MORAES (1988, p.229), “A questão da brasilidade surge dentro do movimento no interior de um quadro de preocupações relativo à caracterização do papel que o Brasil deve ocupar no cenário internacional. Ela só pode então ser compreendida no espaço de uma relação que tem como elementos a ordem mundial por um lado, em uma posição legisladora, e por outro lado o Brasil postulando o seu lugar.” Cf. MORAES, Eduardo Jardim de. *Modernismo Revisitado*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, Vol.1, N.2, 1988, p.220-238.

Na perspectiva dessa intelectualidade<sup>71</sup> brasileira o processo de modernização do país vinha sustentado por uma proposta político-ideológica que defendia a superação da nossa crise identitária nacional e, ao mesmo tempo, lutava pelo rompimento com o nosso visível estado de atraso histórico e cultural.

A discussão sobre a crise de identidade da nação brasileira se tornou uma constante nos debates públicos ao longo da “República Velha”. Originária da herança histórica e política do período Colônia e Império, a crise de identidade pela qual passou a nação brasileira nos primeiros tempos da modernidade, exigiu das novas gerações de políticos e intelectuais de 1920, o questionamento das velhas instituições e do regime político vigente.

O teórico político Milton Lahuerta<sup>72</sup> aponta a existência de uma crise no interior da República oligárquica como fator primordial para o início das discussões sobre o Brasil moderno. A década de 1920 é o período em que surgem as grandes polêmicas e questionamentos sobre o tão almejado processo de modernização do país. Os intelectuais conscientes das grandes transformações que vinham ocorrendo na Europa moderna e, portanto reflexivos quanto ao visível estado geral de atraso da nação, irrompem a arena política criticando as velhas oligarquias, seu conservadorismo político e suas instituições.

As primeiras décadas do governo republicano foram pensadas pelas elites intelectuais brasileiras como o período de emergência da ideia de moderno. Com o advento da República, portanto, para essa elite intelectual, proclamava-se o fim das velhas concepções tradicionalistas e conservadoras de sociedade, a ruptura com instituições arcaicas e o início do processo de modernização do país.

---

<sup>71</sup> Deixamos claro que a utilização do conceito de intelectual, ao longo de nossa narrativa, está amparada na definição proposta pelo filósofo italiano Antônio Gramsci, portanto na ideia do “intelectual orgânico”. Aquele intelectual que, de acordo com Gramsci, possui um papel ativo no campo político, econômico e social e está diretamente associado às classes dominantes da sociedade. Entendemos que os distintos grupos de intelectuais que compuseram o movimento modernista brasileiro tiveram uma participação ativa no campo político-social e cultural a partir da década de 1920. Foram, assim, intelectuais fundamentais na detecção da crise identitária da nação ao longo da República Velha, e, contribuiriam sobremaneira, para a consolidação do projeto político-ideológico nacionalistas de Vargas, no ano de 1930. Sobre a discussão do conceito de “intelectual orgânico” em Gramsci, conferir: GRAMSCI, Antônio. *Literatura e Vida Nacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. Ademais, há um interessante artigo da historiadora Bárbara Araújo Machado, onde está presente a discussão sobre o conceito de “intelectual” nas obras de Antônio Gramsci, Pierre Bourdieu e Edward Said. Cf. MACHADO, Bárbara Araújo. *A Função de Intelectual: Um Diálogo Entre Antônio Gramsci, Pierre Bourdieu e Edward Said*. *Revista de Teoria da História*, Ano 7, n.13, abril/2015, Universidade Federal de Goiás.

<sup>72</sup> LAHUERTA, Milton. Os intelectuais e os Anos 1920: moderno, modernista, modernização. In: LORENZO, Helena Carvalho de & COSTA, Wilma Peres da (orgs.). *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: Unesp, 1997, p.93-114.

O início de 1920, contudo, revela a desilusão da elite intelectual brasileira com a República. A análise do regime republicano até então tem como diagnóstico a visualização de um estado de estagnação do campo socioeconômico, a detecção de uma profunda crise identitária da nação, assim como o visível abismo cultural que afastava o país do contexto moderno europeu.

O reconhecimento internacional do Brasil como um país moderno e civilizado, portanto aos moldes das demais sociedades ocidentais, passava, necessariamente, pelo seu processo de reorganização interna. As propostas de desenvolvimento econômico, industrialização, modernização tecnológica e os novos projetos urbanísticos idealizados até aquele momento, não haviam deslanchado e o país continuava apegado a uma forma de fazer política ancorada numa visão tradicionalista e conservadora.

As discussões relacionadas ao atraso cultural brasileiro frente às demais nações modernas passam a adquirir uma grande importância pública e política com a Semana de Arte Moderna de 22. Para a intelectualidade modernista brasileira esse seria o momento de rompimento com as velhas estruturas e instituições que dominavam o cenário cultural nacional<sup>73</sup>, momento também de questionamento sobre o papel do intelectual na sociedade. Se até o presente momento, o papel do intelectual na sociedade era identificado como restrito ao campo da subjetividade, ou seja, como indivíduo incumbido da tarefa do pensar, agora ascende à arena pública o intelectual definido pela junção de categorias como pensamento e ação.

A autorreflexão, o momento identificado pela crise de “identidade social” (como sugerido por Milton Lahuerta), transforma o intelectual da década de 1920 num indivíduo de pensamento e ação política. Na perspectiva do autor:

Em face de tais circunstâncias instaura-se uma crise de “identidade social” entre a intelectualidade, levando o conjunto dos homens cultos a problematizar sua condição com enorme radicalidade. É como se ao longo da década de 1920, sob o impulso de ideais modernistas difusos, ganhasse corpo uma espécie de “transição” na própria conceituação do que era um homem de letras. (LAHUERTA, 1997, p.94)

---

<sup>73</sup> Cf. LAHUERTA (1997, p.94). Na perspectiva desse teórico político: “O marco simbólico é o ano de 1922, identificado com a ruptura com o padrão cultural bacharelesco vigente. No entanto, vários eram os indícios de crescimento “de um modo de pensar que se sabe contrastado, mas que sente a possibilidade de um desafio público. O desafio público realiza-se através da Semana de Arte Moderna e, a partir dela, o modernismo torna-se um ponto de vista na história cultural nacional”.

Adquire intensidade e corpo na arena pública brasileira o intelectual interessado pelos rumos políticos do país diante do processo de modernização. O campo cultural é a pedra de toque na tentativa de construção de um projeto nacional. Integrar as diferentes partes que compõem o mosaico cultural brasileiro, em prol do projeto de construção da identidade nacional, é o grande desafio imputado aos intelectuais modernistas.

À medida que a nova geração da intelectualidade brasileira vai se afastando daquela visão bacharelesca nacional sobre cultura (predominante até o início da década de 1920, marcadamente tradicionalista, apegada aos valores culturais estrangeiros e distantes do moderno projeto cultural ocidental), invariavelmente os rumos convergem para uma renovação cultural e reforma da sociedade.

Para Mônica Pimenta Veloso<sup>74</sup>, a década de 1920 no Brasil é assinalada pelo início da mudança na relação entre os intelectuais e o poder, momento em que a intelectualidade brasileira passaria a exercer um papel importantíssimo como agentes da consciência e do discurso no processo de construção da nacionalidade. Como sugere a autora:

Na década de 1920, quando se fazem sentir os efeitos críticos do pós-guerra, com a derrocada do mito cientificista, o ideal cosmopolita de desenvolvimento cede lugar ao credo nacionalista. A busca de nossas raízes, o ideal de brasilidade, passa, então, a construir o foco das preocupações intelectuais. Agrupados no movimento modernista, os intelectuais se julgam os indivíduos mais capacitados para conhecer o Brasil. E é através da arte que eles pretendem atingir a realidade brasileira, apresentando alternativas para o desenvolvimento da nação. (VELOSO, 1987, p.2)

O período do entre guerras na Europa é caracterizado pela expansão de inúmeros projetos político-ideológicos autoritários de poder. O fascismo na Itália, o nazismo na Alemanha, dentre outros governos de extrema-direita na América Latina (Brasil, Chile, Argentina, Uruguai, etc.) definiram uma nova era na história política do mundo, representada por uma orientação ideológica exageradamente conservadora, elitista e antidemocrática. Ponto comum desses regimes autoritários de governo na Europa e América do Sul (pós Primeira Guerra Mundial) seria a defesa de projetos políticos de poder de orientação marcadamente nacionalista.

---

<sup>74</sup> Cf. VELOSO, Mônica Pimenta. Os Intelectuais e a Política Cultural do Estado Novo. Fundação Getúlio Vargas; Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil; Rio de Janeiro, 1987.

Os efeitos da Primeira Guerra observados na retração econômica mundial, nos longos períodos de fome e doenças, na reconstrução dos países diretamente afetados pelo conflito, a devastação humana, o elevado gasto militar e as penalidades sofridas pelos países derrotados (sobretudo, no caso da Alemanha) intensificariam os debates políticos em torno do sentimento nacionalista. O amargo processo de reconstrução interna no campo econômico e político dos países derrotados no conflito foi o fio condutor para o surgimento de uma ânsia patriótica e de um profundo sentimento nacionalista entre as nações europeias.

No cerne dos projetos político-ideológicos autoritários e de cunho nacionalista, intensificados na Europa do período entre guerras, destacavam-se o desejo de união interna da nação, a mobilização social em prol do bem comum e a defesa das questões e interesses rigorosamente nacionais. No Brasil e demais países da América Latina, ainda que distantes geograficamente do centro dos conflitos, as propostas político-ideológicas presentes nos regimes autoritários europeus teriam uma expressiva aceitação.

A ênfase no projeto de desenvolvimento e modernização da nação brasileira refletia os anseios de uma nova geração de políticos e intelectuais que, por meio do processo de resgate da memória histórica e da construção de uma identidade cultural, pretendiam alçar o país ao patamar das nações modernas europeias. A defesa de uma nação moderna, aos moldes das nações europeias, era pautada por um projeto político-intelectual que afirmava a necessidade de um profundo conhecimento de nossas raízes e tradições.

Na visão de políticos e da intelectualidade modernista brasileira, o exercício de resgate de nossa memória histórica e de nossas tradições eram fundamentais ao projeto de constituição da identidade cultural da nação. Para essas autoridades, o retorno ao passado, bem como a valorização e rememoração de personagens e fatos históricos eram indispensáveis ao entendimento da construção do Brasil como uma nação moderna. Modernizar, no caso brasileiro, não necessariamente implicava no rompimento com o passado.

Para o estudioso Eduardo Jardim de Moraes<sup>75</sup>, o grande desafio encontrado pelos modernistas nacionais estava na necessidade de atualização de nossa produção cultural a um novo tempo, ou seja, ao tempo moderno. O entendimento do conceito de moderno para

---

<sup>75</sup> Cf. MORAES, Eduardo Jardim de. *Modernismo Revisitado*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, Vol.1, N.2, 1988, p.220-238.

autoridades políticas e intelectuais brasileiras perpassava pelo compromisso do projeto modernista com a tradição nacional.

O motivo que fundamentava a construção de um discurso político sobre a nossa identidade cultural estava ligado a uma proposta de valorização do passado, dos agentes e fatos históricos – considerados exemplos da nacionalidade – e pelo apego a uma visão tradicionalista em relação às diferentes identidades culturais regionais, elementos singulares, entendidos pelas autoridades políticas e intelectuais brasileiras como estruturantes no processo de composição de uma narrativa autenticamente nacional.

A questão sobre o nacional e o moderno, no caso brasileiro, implicava no esforço de articulação de um diálogo equilibrado entre presente e passado, atualidade e tradição. No interior do projeto político nacional, a visão de uma nação moderna requeria das autoridades políticas e da intelectualidade modernista o compromisso com a atualização do nosso campo cultural. De acordo com essas autoridades, se comparado aos demais contextos culturais modernos, o caso brasileiro se apresentava nitidamente em estado de desatualização.

Esse atraso perante as demais nações modernas era reflexo da ausência de um projeto cultural que fosse expressivo da nossa nacionalidade. Entendia-se que o ingresso da nação na modernidade só seria possível por meio de uma contribuição cultural propriamente nacional. O trajeto a ser percorrido rumo ao processo de modernização exigia, portanto um olhar mais atento sobre as singularidades da cultura brasileira.

Na visão de Eduardo Moraes, esse espírito de brasilidade que imperava entre as autoridades políticas e a intelectualidade, presente no movimento modernista, buscava assegurar a participação do país no cenário internacional, ou seja, no contexto das nações modernas. Como destacado pelo autor:

A partir de 1924, a proposta modernista passa nitidamente a enfatizar mais e mais a necessidade de se considerar os compromissos que se devem estabelecer entre a cultura atual e a tradição na caracterização de um projeto em que esteja expressa a nacionalidade. É como se o ingresso na ordem mundial, portanto, na vida moderna, ao exigir da produção cultural feita no Brasil uma contribuição própria, nacional, exigisse ao mesmo tempo que esta explicitasse na sua visão do passado relações de cumplicidade que viessem definir para o caso brasileiro uma forma específica de modernidade. A conceituação de modernidade no Brasil no tempo do modernismo que se inicia em 1924 e que constitui a marca mais importante de todo o movimento é resultado de um esforço de compatibilização do antigo e do novo. Só desta forma,

através da adoção desta solução que buscava fundar a cultura nacional nova em um registro da temporalidade própria, nacional, onde também se abriga o passado, é que se poderá pensar o ingresso da produção cultural do país no concerto das nações cultas (MORAES, 1988, p.231)

Depreende-se, na escrita do autor, que a questão da modernidade no contexto brasileiro adquire uma forma específica e uma temporalidade própria. Para ele, “ao se colocar a exigência de modernização, esta passa pela discussão de sua caracterização para o ambiente brasileiro e daí pela referência ao elemento tradicional.”<sup>76</sup> Numa visão comparativa do modernismo brasileiro com os outros modernismos (falamos aqui em relação às nações ocidentais) há, nitidamente, no cerne da discussão modernista europeia uma intensa ideia de revolução e ruptura com o passado.

Diferentemente do que ocorre em outros modernismos, onde a ideia de revolução ou de descrédito do passado se situa no centro das indagações, no caso brasileiro a modernização vem caracterizada como atualização, onde não está afastado o compromisso com a tradição. (MORAES, 1988, p.224)

A estratégia adotada pela intelectualidade modernista brasileira na constituição de uma narrativa sobre a nacionalidade pretendia estabelecer um elo entre as diferentes representações culturais regionais. O entendimento em relação ao processo de modernização do país demandava um papel ativo da intelectualidade no campo político nacional.

Nessas primeiras décadas da modernidade brasileira, a principal missão dos intelectuais seria atenuar as constantes discussões em torno da oposição entre o regional e o nacional, questão considerada como fundamental na consecução do projeto político nacionalista. A concepção de uma nação moderna e nos moldes de um projeto político nacionalista, afirmava a necessidade de uma união harmônica entre as distintas representações culturais constituintes da brasilidade. No meio intelectual, entendia-se que a projeção do país no cenário cultural internacional demandava o ajustamento entre as forças políticas regionais e o esforço na constituição de um mosaico cultural que abarcasse, de maneira equilibrada, as mais distintas identidades culturais.

A historiadora Ivana Parrela<sup>77</sup> destaca que nesse período da história brasileira o que estava em jogo era a disputa pela hegemonia política nacional. Cada poder político federativo

---

<sup>76</sup> Cf. MORAES (1988, p.222)

<sup>77</sup> Cf. PARRELA, Ivana D. Entre arquivos, bibliotecas e museus: a construção do patrimônio documental para uma escrita da história da pátria mineira (1895-1937). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em História, Belo Horizonte, 2009.

defendia a primazia de sua identidade histórica e cultural na composição da identidade da nação. Essa estratégia adotada pelos poderes federativos visava introduzir determinada e específica identidade regional como norteadora das demais representações político-culturais no cenário nacional.

Por meio de disputas pela hegemonia política, no panorama nacional, cada unidade federativa difundia seus projetos identitários. A história potencializava-se como um dos vetores que contribuíram para estabelecer as particularidades regionais. A nova situação republicana emergente em 1889 ofereceu a oportunidade para que as antigas províncias se fortificassem e ampliasse sua autonomia frente ao poder central, característica do federalismo. Arquivos Públicos e Institutos Históricos surgiram, portanto, com a missão de institucionalizar a memória histórica local e escrever, a partir daquele viés, a história nacional. (PARRELA, 2009, p.73)

A autora trata especificamente do cenário político e cultural de Minas Gerais no contexto pós-proclamação da República. Como a movimentação de autoridades políticas e intelectuais em defesa da ampliação da autonomia do estado no cenário nacional repercutiu na criação de importantes instituições históricas voltadas para o resgate da memória e construção da identidade mineira. Partindo do exercício de fortalecimento interno com vistas a alcançar o reconhecimento como um estado moderno (portanto, com força política, econômica e cultural) diante dos demais estados federativos, Minas Gerais reitera o compromisso com a história local, a memória e a tradição regionalista.

O campo intelectual mineiro se impõe no cenário nacional por meio de uma historiografia regionalista. Nessas décadas iniciais da República surgem inúmeros estudos e pesquisas históricas voltadas para o entendimento do que é ser mineiro, no contexto mais amplo de construção da identidade da nação. Personagens e fatos históricos do passado local são resgatados e valorizados com vista a compor uma narrativa sobre a importância de Minas na formação nacional.

O ciclo do ouro, a Inconfidência Mineira com seus mais notórios protagonistas, o surgimento do ideal de liberdade e emancipação política, o barroco defendido como o estilo artístico originário da identidade cultural da nação e tradição religiosa católica são elementos onipresentes no discurso e na narrativa historiográfica local.

Camila Kézia Ferreira define a historiografia mineira como uma corrente historiográfica constituída por meio de um seleto grupo de intelectuais (políticos, historiadores, advogados, religiosos, etc.), devidamente comprometida com a produção de uma identidade local e

regional. As narrativas históricas e o discurso político dessa vertente historiográfica local seriam fundamentais ao objetivo de alçar Minas Gerais no contexto político nacional.

A partir de finais da década de 1930, com a implantação do Estado Novo, o governo Vargas enxergaria nessas disputas políticas regionais pela hegemonia no processo de construção da identidade da nação, uma importante “arma” no fortalecimento do projeto nacionalista de governo.

A discussão entre o regional e o nacional produziu umas das principais estratégias do período do Estado Novo (1937-1945) na construção de uma identidade nacional, desejo tão ávido de um país que se pretendia reconstruir após as tentativas de uma “República Velha”. A tática estatal se fundamentava no incentivo das diferentes versões sobre as origens da nacionalidade, estimulando, assim, os estados a criarem narrativas que oficializassem a brasilidade. A incompatibilidade e a polêmica sobre a origem da nacionalidade era uma forma da história nacional, “longe de ter um significado unívoco e delimitado”, abarcar “o imaginário da nacionalidade brasileira, compondo distintas articulações.” Diante da crescente pressão para se conhecer o Brasil, e dessa maneira, formar e integrar a nação, os diversos discursos regionais chocam-se na tentativa de se fazer com que os costumes, as crenças, as relações e práticas sociais da cada região pudessem representar o modelo a ser generalizado para o restante do país. (FERREIRA, 2018, p.77)

Portanto, por intermédio das disputas políticas regionais, o governo de Vargas passa a ter “diante dos olhos” um amplo panorama sobre o distinto contexto cultural, as identidades, costumes e tradições que constituem o mosaico brasileiro. Os intelectuais mineiros expõem nas suas narrativas e discursos, as potencialidades da antiga região mineradora através de sua produção artística, do patrimônio histórico edificado e da tradição religiosa católica, elementos singulares da gênese mineira, herdados do período colonial.

O debate dos modernistas mineiros em torno do patrimônio histórico e artístico edificado é fomentado pela ideia da “boa arquitetura”<sup>78</sup> que, na visão de Márcia Chuva, representaria uma arquitetura ao mesmo tempo moderna, nacional e universal. O arquiteto Lúcio Costa seria o principal protagonista desse debate entre a intelectualidade modernista,

---

<sup>78</sup> A “boa arquitetura”, na perspectiva da historiadora Márcia Chuva, seria entendida pelos modernistas do SPHAN como herdeira da “boa tradição”. Suas características mais destacáveis eram: a funcionalidade, as estruturas aparentes, sem disfarces, a utilização de técnicas contemporâneas ao seu próprio momento e a harmonia de estilo própria a “razão arquitetônica” do prédio. A produção modernista brasileira, pelos arquitetos do SPHAN, é apresentada como um segundo momento da “boa arquitetura”, onde ocorrerá uma intensa valorização da autenticidade nacional e a ideia de fundação de uma nova temporalidade, como marca registrada dessas construções modernas. Cf. CHUVA, Márcia. O modernismo nas restaurações do SPHAN: modernidade, universalidade, brasilidade. Revista IEB, São Paulo, n.55, p.89-107, 2012.

procurando sempre articular o passado e a tradição arquitetônica brasileira nas novas construções modernas.

A autora analisa a adoção do conceito de modernismo enraizado no interior do SPHAN. Definido como o sentimento de pertencimento a um novo tempo, ao mesmo tempo em que se estabelece uma intrínseca relação com o passado, ou seja, um exercício intelectual marcado pela ideia de distanciamento e reaproximação demarcando assim dois momentos precisos – o originário, que constitui a ancestralidade da nação – sua origem e o momento presente, de refundação, que é capaz de reconquistar o elo perdido constituinte do ser nacional, qual seja, o “espírito de invenção”, a “seiva criadora”, o “sentido plástico real” e a “espontaneidade”<sup>79</sup>.

O resgate da “boa da tradição” arquitetônica nacional, representada no texto pela arquitetura colonial, seria realizado pelo SPHAN através dos processos de restauração e tombamento. As construções modernas, como a Igreja de São Francisco de Assis (1947), em Belo Horizonte e o Palácio Gustavo Capanema (1948), no Rio de Janeiro, ao passarem, mais tarde, pelo processo de tombamento pelo SPHAN, entrariam também para o rol do patrimônio histórico e artístico nacional.

O enquadramento da tradição arquitetônica colonial e das construções modernas, a partir da década de 1940 (preservadas, restauradas e tombadas pelo SPHAN) no contexto universal, é mediado por um importante discurso político produzido por autoridades reconhecidas nacional e internacionalmente, como verdadeiros especialistas no tema do patrimônio histórico e artístico brasileiro.

Para esse grupo de intelectuais do SPHAN, as origens de uma produção autenticamente nacional estavam no seio de um movimento artístico considerado profundamente renovador, que desde a “pureza” e “verdade” das construções gregas jamais havia se repetido e, que, a partir do barroco, só teve novo momento renovador com a arquitetura moderna, advinda da revolução industrial. Foi esta que possibilitou a invenção de novos materiais, novas formas e técnicas. Construía-se, assim, a genealogia da “boa arquitetura”, universal, em que a produção brasileira se enquadrava. (CHUVA, 2012, p.105)

No discurso modernista do SPHAN há, portanto, a valorização da produção autenticamente nacional. Posicionamento que atesta no estilo barroco colonial as origens de nossa produção artística e cultural. Nessas narrativas, os especialistas do SPHAN (autoridades máximas no tema do patrimônio histórico e artístico nacional) estabelecem um fio condutor

---

<sup>79</sup> Cf. CHUVA (2012, p.104)

entre as construções clássicas ocidentais (reconhecidas e valorizadas por meio de conceitos como o de “pureza” e “verdade”) e as antigas e modernas construções nacionais, provenientes, respectivamente, do estilo barroco colonial e do movimento modernista, da primeira metade do século XX.

Em ambos os momentos, prevalece, na visão dessas autoridades patrimoniais, o apego e o sentimento às representações artístico-culturais genuinamente nacionais. É exatamente, esse posicionamento em defesa da originalidade artística nacional, portanto nossa contribuição *sui generis* no contexto cultural e artístico internacional, que permitiu aos intelectuais modernistas enxergar um lugar de destaque do país entre as modernas nações ocidentais.

A fundação de uma nação brasileira, moderna e civilizada, requeria das autoridades políticas e dos intelectuais modernistas, a construção de um discurso que vincule o nosso processo civilizatório ao conceito de civilização para os povos ocidentais. O barroco colonial seria considerado a representação artística capaz de imprimir um sentido de universalidade na arte e na cultura brasileira.

Rodrigo Melo Franco de Andrade se autodefinia como pertencente da “quarta corrente” do modernismo, ou seja, de uma vertente intelectual que defendia a ideia da universalidade e do cosmopolita no entendimento da cultura brasileira. Essa “quarta corrente” do modernismo era composta majoritariamente por intelectuais mineiros com forte atuação no SPHAN e pela intensa atividade teórica nas páginas da RPHAN.

Esses intelectuais tornaram-se, a um só tempo, funcionários dedicados do SPHAN, onde consolidaram todo um pensamento acerca do patrimônio histórico e artístico brasileiro, e os gênios fundadores de uma nação moderna, que se identificavam na crença comum que possuíam acerca da universalidade da cultura e da arte. Com base nessa crença, formularam as teses acerca do patrimônio cultural brasileiro que inseriram o Brasil no mundo civilizado.<sup>80</sup>

Não bastava, portanto a intelectualidade modernista mineira assegurar a constituição de um patrimônio histórico e artístico autenticamente nacional, o fundamental também era a inserção dessas representações culturais no contexto internacional. O rumo do discurso sobre a invenção do patrimônio da nação transcendia os limites de Minas Gerais e do Brasil, alçando o país no cerne da discussão internacional sobre civilização e modernidade.

---

<sup>80</sup> Cf. CHUVA, Márcia. Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado. Topoi, v.4, n.7, jul.-dez. 2003, p.313-333.

Quando realizarmos uma análise mais aprofundada do primeiro volume da Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (RPHAN), um dos *locus* privilegiados para compreendermos a relação de sociabilidade/cumplicidade entre a intelectualidade modernista e o rumo do diálogo/confronto em torno da construção da ideia de patrimônio para a nação brasileira, constatamos nesse periódico a existência de um total de 20 artigos. Há uma variedade de temas abordados nos artigos, porém, concentrados em três tópicos bem específicos. O primeiro tópico destinado ao estudo do mobiliário nacional, o segundo (e o mais expressivo) se refere aos monumentos de arquitetura religiosa no Brasil e o último versando sobre os museus regionais.

Nesse levantamento o que chama a atenção é o número de pesquisas voltadas para a historicização do patrimônio arquitetônico colonial. Nada menos do que a metade desse total, portanto, 10 artigos, tratam exclusivamente do patrimônio arquitetônico colonial, o que inclui o tema da arquitetura militar (1 artigo) e o predomínio do tema da arquitetura religiosa com 9 artigos, resultado de uma estratégia da intelectualidade do SPHAN, que enxergava na arquitetura colonial e na arte sacra, a principal herança material do nosso processo de civilização.

O próprio diretor do SPHAN, no programa de abertura da Revista, reconhece o predomínio das pesquisas históricas sobre os monumentos arquitetônicos, mas reitera, também, que a definição do conceito de patrimônio histórico e artístico no Brasil não deve permanecer subentendida somente a esse tema. Como observou “O presente número desde logo se ressentir de grandes falhas, versando quase todo sobre monumentos arquitetônicos, como se o patrimônio histórico e artístico nacional consistisse principalmente nestes.”<sup>81</sup>

Recorrendo ao conceito de patrimônio, definido pelo decreto-lei de 30 de novembro, Rodrigo, ao que parece, pretende difundir de maneira mais ampla, o significado desse conceito junto aos intelectuais do SPHAN e a sociedade brasileira. Portanto, o patrimônio se constituiria pelo,

Conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, que por se acharem vinculados a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. Equiparam-se ainda a esses valores “os monumentos naturais, bem como sítios e paisagens que importem conservar e proteger pela feição notável com

---

<sup>81</sup> Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Ministério da Educação e Saúde, Rio de Janeiro, 1937.

que tenham sido dotadas pela natureza ou agenciados pela indústria humana.”<sup>82</sup>

O interesse público pela história nacional, a salvaguarda e preservação dos bens móveis e imóveis (representativos do processo de desenvolvimento civilizacional da nação brasileira), a valorização artística e histórica desses bens (por meio de pesquisas baseadas em fontes de arquivos religiosos e civis e em documentos cartoriais) foram posicionamentos que acabaram legitimando, político e socialmente, as ações dessas autoridades do patrimônio nacional.

Rodrigo tinha em mente, com a publicação dessas pesquisas históricas (na forma de artigos), assegurar a constituição de um valioso acervo teórico sobre a identidade cultural da nação. O mapeamento desses bens espalhados pelo território nacional e a sua efetiva inclusão no rol do patrimônio histórico e artístico demandava um grande esforço dos membros do SPHAN. Pesquisas *in loco*, viagens, relatórios, registros fotográficos, estudos etnográficos e antropológicos, investigação em arquivos, eram algumas das estratégias adotadas antes do registro de determinados bens móveis e imóveis no livro do Tombo do SPHAN.

Era senso comum entre os membros do SPHAN o incipiente estado em que se encontravam as pesquisas sobre a história e arte no Brasil. A criação da RPHAN, ao mesmo tempo em que visava estabelecer um diálogo entre a atividade prática e teórica de seus membros, deveria responder a necessidade de informar e educar a nação sobre o tema do patrimônio brasileiro.

Rodrigo entendia que a atividade prática dos membros SPHAN (pesquisas, viagens, estudos de campo, restauração, visita a arquivos, processo de tombamento, etc.) e a produção teórica contida no periódico deveriam ser constantemente atualizadas, tratando-se, portanto, “de um vasto domínio, cujo estudo reclamava longos anos de trabalho, assim como a preparação cuidadosa de numerosos especialistas para empreendê-lo.”<sup>83</sup>

O Estado de Minas Gerais, logo após a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, se tornou um importante centro para a condução das pesquisas históricas sobre a identidade da nação. O grupo de intelectuais modernistas mineiros que se destacou na carreira política regional ou mesmo na carreira profissional, a partir de instituições públicas como o SPHAN, tiveram um papel capital na construção da identidade cultural do Brasil.

---

<sup>82</sup> Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Ministério da Educação e Saúde, Rio de Janeiro, 1937.

<sup>83</sup> Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Ministério da Educação e Saúde, Rio de Janeiro, 1937.

Ao investigarmos a relação entre Rodrigo Melo Franco de Andrade e o historiador Raimundo Trindade, por meio das fontes documentais (correspondências oficiais, artigos publicados na RPHAN e algumas de suas obras), nos propomos a entender como o diálogo entre esses dois intelectuais foi extremamente importante para a constituição de um discurso político e religioso sobre a salvaguarda e preservação do patrimônio católico mineiro.

A escrita da história religiosa mineira pelas hábeis mãos do historiador Raimundo Trindade ou como bem observou o arcebispo de Mariana, Dom Helvécio, o religioso com “dom divino” para a narrativa histórica, extrapolou os limites da historiografia regional e alcançou interlocutores em outros estados brasileiros. No Rio de Janeiro, então capital da República e a cidade na qual Rodrigo (seu conterrâneo) fixou residência após assumir a direção do SPHAN, sua narrativa da Igreja como instituição fundamental no processo de civilização da nação e seu posicionamento na defesa dos bens patrimoniais católicos herdados do período colonial, teriam generosa acolhida entre as autoridades do SPHAN.

### **3.1. Raimundo Trindade na RPHAN: saber histórico e preservação do patrimônio**

O historiador Raimundo Trindade assim como os demais membros do SPHAN, enxergava a Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional como um instrumento fundamental na divulgação das pesquisas sobre o passado brasileiro. Para essas autoridades, todo o esforço intelectual investido na produção dos artigos científicos e todo o comprometimento com a verdade histórica (fundamentada na séria investigação documental, na citação das fontes e arquivos) tinham como um dos seus objetivos primordiais a educação patrimonial da sociedade brasileira. Na perspectiva da intelectualidade brasileira da primeira metade do século XX, de nada adiantava ser detentor de um profundo saber histórico sobre o passado da nação brasileira se esse mesmo saber não pudesse ser difundido no interior da sociedade brasileira. Afinal, como bem salientou o intelectual Aloísio<sup>84</sup> Magalhães: “a comunidade é a principal guardiã do bem cultural”.

Entretanto, salientamos que Rodrigo Melo Franco de Andrade e Aloísio Magalhães possuíam concepções bastante distintas em relação à noção de patrimônio e cultura brasileira.

---

<sup>84</sup> Aloísio Magalhães (1927-1982) foi um intelectual brasileiro reconhecido pelos trabalhos como designer e artista plástico. Secretário de Cultura do MEC e diretor do IPHAN na década de 1980. Ao assumir a direção do IPHAN, defendeu o “compromisso” com a ampliação do entendimento de conceitos como cultura e patrimônio, tão restritos e delimitados, durante o período em que Rodrigo Melo Franco de Andrade esteve na direção dessa mesma instituição.

O primeiro, identificado como o principal protagonista da “fase heroica” dessa instituição defendia a noção de patrimônio por meio de um discurso que valorizava o artístico, o histórico e a estética na composição dos bens patrimoniais da nação. Defendia também uma visão erudita sobre a cultura nacional, constituída no cerne de uma discussão que abarcava somente a elite intelectual brasileira da primeira metade do século XX.

Aloísio Magalhães, para muitos estudiosos, é quem mais se aproxima daquela visão multifacetada sobre a identidade cultural do Brasil, presente desde 1936 no anteprojeto de Mário de Andrade para o SPHAN. São valorizadas, portanto, as manifestações culturais dos distintos grupos sociais brasileiros, o “saber-fazer”, as práticas das diferentes artes, a relação direta do homem com a sua obra, as diversidades regionais, etc.

Dos seus distintos modos, ambos reiteram a necessidade de que o conhecimento sobre o tema do patrimônio histórico e artístico nacional pudesse ser difundido entre a sociedade brasileira. Rodrigo defendia que a discussão sobre o patrimônio da nação seria importante na medida em que pudesse educar às novas gerações de brasileiros, ressignificando o nosso olhar sobre o passado e nossa própria identidade. Aloísio estava convicto de que o conhecimento sobre os bens patrimoniais e a identidade cultural da nação intensificava nas comunidades e grupos o sentimento de pertencimento e enraizamento local. Dessa forma, ao se reconhecerem como parte integrante e depositária desse patrimônio, conseqüentemente sua preservação e salvaguarda estavam asseguradas pelas comunidades locais.

Minas Gerais desempenhou um papel-chave na política patrimonial brasileira, sobretudo, nas três décadas em que Rodrigo Melo Franco de Andrade esteve à frente do SPHAN. A fase inicial (ou “fase heroica”) dessa instituição pública, voltada para o resgate da memória e preservação dos bens históricos e artísticos ligados ao processo de civilização do Brasil, foi caracterizada pela supervalorização do século XVIII.

O século XVIII é entendido pelos membros do SPHAN como o ápice da atividade artística e cultural do país, período em que o estágio de civilização da população colonial teria atingido o seu mais elevado grau. A comprovação desse alto nível de civilidade se dá pelo exame da intensa atividade intelectual humana da época e pela herança histórica e artística que nos foi legada.

Notamos que a atividade do SPHAN nessas primeiras décadas é guiada de acordo com os importantes ciclos econômicos da história do Brasil. O ciclo da cana-de-açúcar, no Nordeste

do país, nos deixaria os vestígios de uma intensa atividade econômica comprovada pela construção de imponentes engenhos produtores de açúcar, pela casa grande e senzalas. A arquitetura militar dos antigos fortes, responsável pela proteção do território contra invasões estrangeiras e pela estabilidade da atividade comercial na zona litorânea.

O legado histórico e artístico do ciclo do ouro – fundamental na constituição dos primeiros núcleos urbanos no interior da América portuguesa e na propagação de importantes instituições políticas, administrativas e religiosas pelo território – ficou registrado nas antigas casas de câmara e cadeia (sede do governo local e da justiça), nas obras de artes atribuídas aos ilustres artífices mineiros e na materialidade do catolicismo através das igrejas barrocas coloniais e da arte sacra.

O ciclo da economia do café, característico da Primeira República, nos legaria a histórica imagem política dos barões e suas extensas fazendas, tombadas e preservadas pelo SPHAN como registro da identidade da nação. Nessa perspectiva, a marca da genialidade intelectual e artística humana desponta e se destaca exatamente no momento em que a atividade econômica se encontra em pleno processo de desenvolvimento.

O levantamento e a análise dos dados, presentes no trabalho da historiadora Silvana Rubino<sup>85</sup> é esclarecedor para o entendimento da preferência atribuída pelas autoridades do SPHAN aos bens patrimoniais do século XVIII e a escolha de Minas Gerais como estado-excelência para a atuação preservacionista dessa instituição. A autora parte da análise do período em que Rodrigo dirigiu o SPHAN, portanto, de 1937 até 1967. Nesses trinta anos foram tombados (registrados no livro do Tombo) um total de 689 bens patrimoniais. Destaque para os bens patrimoniais provenientes do século XVII, XVIII e XIX. Nessa sequência, temos, respectivamente, o número de 101 bens patrimoniais (14,7%), 377 (54,7%) e 124 (18,0%).

Seguindo de perto os dados coligidos pela autora, notamos que o estado de Minas Gerais seria o maior beneficiado pela política preservacionista do SPHAN. O mapa dos bens tombados pelo país demonstra que até o ano de 1967, Minas Gerais somaria o total de 165 (23,9%) conjuntos, sendo seguido pelo Rio de Janeiro com 140 (20,3%) e Bahia com 131 (19,9%).

Minas Gerais, estado cuidado pessoalmente por Rodrigo, com a assistência de Silvio e Salomão de Vasconcelos tem, aos olhos do SPHAN, não apenas o acervo mais rico do país, como também uma

---

<sup>85</sup> RUBINO, Silvana. O Mapa do Passado. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n.24, 1996, p.97-105.

proto-história da preservação. Foi ali que a rainha Maria I expediu ordem régia, em 1790, solicitando que se registrassem monumentos arquitetônicos do ciclo do ouro. Segundo Rodrigo – que conduziu em seu Estado um primoroso trabalho de pesquisa – existe mais do que o gênio do Aleijadinho na forma de uma escola mineira, testemunhada por sua literatura, música, arquitetura e pintura. Suas Igrejas, com estrutura e ornamentação interna muitas vezes anterior ao século XVIII, representavam para Rodrigo a melhor contribuição que poderíamos dar ao patrimônio mundial. Dos 165 bens tombados nesse período em Minas Gerais, cento e três são religiosos e, dentre estes, noventa e seis se situam no século XVIII. (RUBINO, 1996, p.101-102)

A citação acima nos traz indícios sobre o porquê da escolha de Minas Gerais como estado-excelência para a atuação preservacionista do SPHAN. É o estado que, na visão das autoridades do patrimônio, possuiria o acervo mais rico do país. No segundo momento a autora consegue tecer por meio da apresentação de um fato histórico (a ordem régia de Maria I, no ano de 1790, solicitando o registro dos monumentos arquitetônicos do ciclo do ouro) o enredo de uma narrativa que resgata a ideia de uma possível “política” de preservação do patrimônio mineiro desde fins do século XVIII. Portanto, as autoridades do SPHAN seriam vistas como continuadores dessa política preservacionista. Personagens históricos como o artista Aleijadinho, o barroco (defendido como um estilo artístico originário de Minas e precursor da nossa identidade cultural) e as imponentes igrejas herdadas do período colonial são elementos singulares que alçariam o país ao nível cultural e civilizacional das grandes nações modernas ocidentais. Ademais, o conjunto de bens tombados no Estado demonstra o predomínio do conjunto arquitetônico religioso, sobretudo, do século XVIII, fato que favoreceria a construção de um discurso em que Minas era defendida como o estado mais católico do Brasil, estado irradiador dos preceitos morais e cristãos ao restante do país.

A narrativa historiográfica de Raimundo Trindade corrobora os interesses de políticos e intelectuais mineiros na defesa de Minas como o Estado mais católico do Brasil. Como funcionário do SPHAN, escrevendo num período de profundas agitações políticas e de construção da identidade da nação, o catolicismo seria entendido como elemento fundamental no processo de unificação do país.

Por meio de uma escrita militante e apologética, Raimundo Trindade visava contribuir no incremento de um espírito católico e patriótico entre a sociedade brasileira. O saber militante e apologético contido na sua narrativa enalteceria a trajetória histórica da Igreja Católica como instituição norteadora do processo de civilização do Brasil.

A grande quantidade de bens patrimoniais religiosos espalhados pela região mineradora atestaria, desde o século XVIII, o apego da população local à tradição católica; o próprio lugar social de fala desse historiador e a instituição pela qual a fala tem papel primordial na consolidação de seu discurso. Aqui, o fazer história ou a operação historiográfica, como definida por Michel de Certeau<sup>86</sup> nos ajuda a compreender a construção narrativa de Raimundo Trindade. Portanto,

Encarar a história como uma operação será tentar, de maneira necessariamente limitada, compreendê-la como a relação entre um lugar (um recrutamento, um meio, uma profissão, etc.), procedimentos de análise (uma disciplina) e a construção de um texto (uma literatura). É admitir que ela faz parte da “realidade” da qual trata, e que essa realidade pode ser apropriada “enquanto atividade humana”, “enquanto prática.” Nesta perspectiva, gostaria de mostrar que a operação histórica se refere à combinação de um lugar social, de “práticas científicas” e de uma escrita. A escrita histórica se constrói em função de uma instituição cuja organização parece inverter: com efeito, obedece a regras próprias que exigem ser examinadas por elas mesmas. (CERTEAU, 1982, p.56)

Compreendemos que a escrita historiográfica de Raimundo Trindade resulta de um valioso esforço pessoal e institucional na busca pelo reavivamento do poder social da Igreja Católica brasileira. Inserido nos intensos debates políticos, culturais e religiosos da primeira metade do século XX, esse religioso se apresentou como um dos principais nomes da historiografia eclesiástica mineira. Encorajado pela maior autoridade católica local, o arcebispo Dom Helvécio Gomes de Oliveira, Trindade contribui sobremaneira no engrandecimento da história da Igreja Católica em Minas Gerais e no Brasil. Suas pesquisas históricas, religiosas e genealógicas resultaram na composição de valiosíssimas obras historiográficas e artigos que até hoje são consideradas referências para os estudiosos da história da Igreja Católica no Brasil. A própria Igreja Católica, instituição na qual se manteve ligado durante cinco décadas seria responsável pela publicação de algumas de suas obras, tendo como destaque os três volumes da Arquidiocese de Mariana.

A RPHAN, *locus* privilegiado para o debate e difusão do conhecimento sobre o patrimônio histórico e artístico brasileiro, representou, para Trindade, um espaço para a divulgação dos estudos históricos sobre o patrimônio católico mineiro. Do total de seis artigos que foram publicados nesse periódico, cinco deles se referem à arquitetura religiosa do período

---

<sup>86</sup> CERTEAU, Michel de. A Escrita da História / Michel de Certeau; tradução de Maria de Lourdes Menezes; revisão técnica [de] Arno Vogel. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

colonial. Na sua perspectiva, a produção de artigos como A Igreja de São Francisco de Mariana (1943), A Casa de São Francisco de Mariana (1944), A Casa Capitular de Mariana, A Igreja de São José de Ouro Preto (1956) e A Igreja das Mercês em Ouro Preto (1959) contribuíram para o conhecimento histórico do patrimônio artístico local e sua preservação.

Seu profundo saber histórico sobre a religião católica e as constantes pesquisas realizadas a pedido do SPHAN permitiram que o patrimônio religioso mineiro fosse redescoberto, mapeado ao longo do território e preservado. A escrita historiográfica de Raimundo Trindade retirava a grossa camada de poeira do passado que mantinha encoberta importantes monumentos ligados à tradição católica e a própria identidade dos mineiros. Em dados momentos, e como observado pelo próprio autor, seus artigos serviriam também para “limpar imperfeições históricas” cometidas por outros historiadores, prezando sempre pela verdade histórica dos fatos.

O artigo referente à Casa de São Francisco, de Mariana, publicado no ano de 1944, rendeu efusivas críticas do historiador Salomão de Vasconcelos. Ao apontar o erro presente na obra História Antiga das Minas Gerais, Trindade teria atacado a memória histórica de Diogo de Vasconcelos. Para Salomão de Vasconcelos (sobrinho de Diogo) todo esforço historiográfico resultava na tentativa de diminuir os créditos de seu tio como um dos mais renomados historiadores de Minas Gerais. O fato se deu por Diogo de Vasconcelos ter identificado com a Casa de São Francisco (Ordem Terceira da Penitência), o Palácio da Vila do Carmo, onde residiram figuras ilustres do passado, como o governador Conde de Assumar.

Ao se valer de documentos que teriam sido negligenciados pelo historiador da História Antiga de Minas Gerais, Raimundo Trindade reitera que o que conduzia sua escrita e investigação historiográfica era o compromisso com a verdade histórica,

Analisemos, uma por uma, as afirmações do acatado autor da História Antiga; confrontemo-las com documentos que escaparam às pesquisas do venerando mestre e chegaremos por certo à conclusão de que, a bem da verdade histórica, não pode subsistir a identificação que ele estabelece, num só e mesmo edifício, de dois prédios absolutamente distintos, o Palácio da Vila do Carmo e a Casa da Ordem Terceira da Penitência.<sup>87</sup>

---

<sup>87</sup> Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Ministério da Educação e Saúde, n.8, Rio de Janeiro, 1944.

Salomão de Vasconcelos em correspondência a Raimundo Trindade reconheceria seu alto talento como escritor, sua vasta cultura e o seu apurado senso investigativo no esclarecimento dos fatos históricos, porém dizia não concordar com o ataque direto a memória histórica de seu tio, intelectual que tanto havia contribuído para o engrandecimento da historiografia mineira.

Confesso lealmente ao prezado amigo o sentimento que se apoderou de mim, não só pelo artigo em si, como ainda mais pela nota que houve por bem ao “Germinal” [gazeta] estampar, agravando ainda mais perante os próprios conterrâneos do Dr. Diogo, cidade que ele amou sobretudo e a que dedicou toda a sua vida, a diminuição de seus créditos de historiador.<sup>88</sup>

Ao mesmo tempo em que sua escrita historiográfica causava polêmica com outros historiadores mineiros do período, caso, por exemplo, de Lima Júnior e Salomão de Vasconcelos, o conhecimento sobre a história religiosa de Minas Gerais e de seu patrimônio histórico e artístico alcançava grande interesse entre os círculos intelectuais brasileiros e estrangeiros. Intelectuais como Carlos Drummond de Andrade e o historiador Sérgio Buarque de Holanda mantinham constante diálogos com Trindade. Carlos Drummond de Andrade, como chefe da seção de História do SPHAN, tinha presença assídua nas páginas da revista do patrimônio. Ao que tudo indica, o desenvolvimento e o resultado das pesquisas empreendidas por esse grupo de intelectuais dependiam sobremaneira das redes de sociabilidade que eram construídas ao longo do tempo e nos vários estados brasileiros.

Essa rede de sociabilidades ampliava o campo de pesquisa e a área de investigação dos intelectuais. Carlos Drummond de Andrade, por exemplo, que assim como Rodrigo residia no Rio de Janeiro, diversas vezes encontrava em Minas Gerais e na pessoa de Trindade a possibilidade de acesso aos arquivos civis e eclesiásticos. O profundo saber histórico desse historiador mineiro chegaria a receber o devido reconhecimento da parte de intelectuais estrangeiros. Robert C. Smith (1912-1975), historiador americano especialista no tema da arte portuguesa e da arte colonial brasileira, desenvolveria um artigo na *The Hispanic American Historical Review* tratando sobre a sua obra São Francisco de Assis de Ouro Preto. Nesse artigo o historiador americano destaca o importante trabalho de pesquisa e investigação realizado por Trindade com o objetivo de resgatar a história da Ordem Terceira de São Francisco Assis e o

---

<sup>88</sup> Arquivo Central do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Ata Representante [Raimundo Trindade] – CX 0054-0377. Correspondência de Salomão de Vasconcelos para o Cônego Raimundo Trindade. Belo Horizonte, 27 de novembro de 1947.

empenho dessa irmandade na construção de seu templo religioso, considerado como um dos principais exemplares da arquitetura barroca colonial mineira.

A própria maneira como esses artigos eram apresentados nas páginas da RPHAN tinha uma relevância muito importante. Havia, quase sempre, a atenção e o cuidado na articulação de textos com imagens, fotos e desenhos ilustrativos. A inclusão de imagens no corpo do texto auxiliava na absorção de seu conteúdo ao mesmo tempo em que aguçava a curiosidade dos leitores. O texto histórico dividia espaço com cópias de imagens sacras, de esboços e projetos de igrejas coloniais e fortes militares, de mobiliários, de documentos administrativos e de justiça do período colônia-império, muita das vezes, com a assinatura de importantes personagens da história do Brasil.

Talvez o principal exemplo dessa estratégia editorial que articulava textos e imagens nas páginas da RPHAN, tornando a sua leitura mais dinâmica e fluida, pudesse ser observado nas pesquisas relacionadas aos inconfidentes mineiros. Muito comum nesses artigos que trataram do movimento da inconfidência e de seus principais protagonistas a reprodução da imagem de documentos históricos referentes à justiça e, mesmo, ao ato condenatório dos réus. Autos de devassa, documentos de confisco de bens dos inconfidentes e a própria sentença de condenação de Tiradentes, foram sendo reproduzido em meio às pesquisas históricas de maneira a legitimar narrativa e ao mesmo tempo comprovar ao leitor a verdade histórica dos fatos.

No caso dos artigos produzidos por Trindade e publicados na RPHAN, ao que tudo indica nossa pesquisa, cabia a Rodrigo a análise crítica do texto, a sugestão sobre a inclusão de determinado documento histórico, o tema abordado no artigo (no geral, havia um grande interesse pela arquitetura religiosa colonial de Mariana e Ouro Preto) e mesmo o pedido de inserção de imagens no corpo do texto. Interessante apontarmos também que, à medida que o corpus documental referente a determinado tema ou personagem histórico escasseava, Raimundo Trindade sempre recorria ao auxílio de Rodrigo e aos arquivos do SPHAN no Rio de Janeiro. Portanto, observamos um trânsito muito intenso de troca de informações e envio de documentos por meio de correspondências oficiais e pessoais.

A sugestão dada por Rodrigo, da maneira como o artigo deveria ser estruturado antes de ser publicado nas páginas da RPHAN, ficava evidente ao analisarmos a troca de informações sobre o texto dos “ourives mineiros do século XVIII e XIX”, publicado no ano de 1955,

Deverão sair no nº12 da “Revista do SPHAN” as notas coligidas por Vossa Reverendíssima sobre João de Lana e outros ourives de Minas Gerais do século XVIII e XIX. Creio que seria interessante ilustrar o texto com algumas gravuras. Para isso, lembrei de pedir-lhe que, se possível, obtenha uma boa fotografia dos tinteiros da “escrivantina de prata”, de Rodrigo de Brum, existente no Museu e, bem assim, fac-símiles das assinaturas de alguns dos ourives a que se refere o seu trabalho.<sup>89</sup>

A estratégia adotada é simples e ao mesmo tempo bastante eficaz. Como é sabido, na maioria das vezes os textos provenientes de pesquisas históricas mais aprofundadas (uma das principais características exigidas pelos editores da RPHAN) apresentam-se ao leitor de maneira densa. Rodrigo solicitava à Trindade que inserisse no artigo imagens fotográficas que pudessem “quebrar” a cadeia sequencial de uma leitura muito densa. Essa estratégia, além de possibilitar uma leitura mais flexível do artigo, imprimia certa legitimidade à escrita e a pesquisa desenvolvida pelo autor. Afinal, como defendido pelos membros do SPHAN, suas pesquisas deveriam ser sempre conduzidas pela crítica das fontes documentais legítimas, o que (nas suas concepções sobre o ato de “fazer-história”), aproximava o pesquisador e historiador da veracidade dos fatos do passado.

Impressiona a minúcia com que os artigos e algumas obras de Trindade (mais especificamente aquelas que foram publicadas pelo SPHAN) eram analisados por Rodrigo. O levantamento e a exatidão dos dados históricos, os diálogos suscitados pelas dúvidas surgidas e mesmo às sugestões sobre os temas a serem abordados nas pesquisas, marcam a intensa relação entre ambos os intelectuais. Em fevereiro de 1958, Rodrigo sugere à Trindade que elaborasse um artigo sobre a Igreja das Mercês e Misericórdia (de Cima) de Ouro Preto. Seu objetivo final era que o referido artigo fosse publicado na revista do patrimônio. Como demonstrado em seu pedido, o interesse pela pesquisa estava fundamentado no projeto arquitetônico da Igreja que havia sido projetado por Manoel Francisco de Araújo.

Mas tenho sempre empenho de contar com sua contribuição para todos os tomos da Revista do SPHAN. Por isso mesmo, pergunto se não haveria elementos a seu alcance que possam habilitá-lo a escrever a respeito da Igreja das Mercês e Misericórdia (de Cima) memória semelhante às que compôs sobre as capelas de São José e do Rosário. A obra de arquitetura tem o grande interesse de ter sido projetada por nosso amigo Manoel Francisco de Araújo. Temo ser imprudente com esta iniciativa de inculcar-lhe mais uma tarefa. Entretanto, sua

---

<sup>89</sup> Arquivo Central do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Ata Representante [Raimundo Trindade] – CX 0054-0377. Correspondência de Rodrigo Melo Franco de Andrade para o Cônego Raimundo Trindade. Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 1955.

capacidade espantosa de produção e a agilidade de seu espírito, de fazer inveja a nossos escritores moços, animaram-me a submeter-lhe a consulta.<sup>90</sup>

Seu discurso reafirma a capacidade intelectual e o intenso ritmo de produção historiográfica de Trindade. A confiança depositada nesse historiador mineiro na composição de memórias históricas sobre as Igrejas coloniais mineiras (São Francisco, São José, Mercês e Misericórdia) e suas respectivas irmandades, resulta no interesse mútuo pelo mapeamento e conhecimento do patrimônio artístico e cultural local.

Para essas autoridades patrimoniais o primeiro passo no sentido de conservação e preservação desses bens é decorrente de um profundo estudo histórico. O momento de criação dessas irmandades religiosas em Minas, o início do processo de construção de seus templos, o livro de registro dos membros dessas irmandades, a classe social da qual faziam parte, os livros de receitas e despesas, o termo de compromisso dessas ordens religiosas, os contratos estabelecidos com os artífices locais, são inúmeros registros históricos que permitem aos historiadores irem tecendo o enredo de suas narrativas.

Em alguns casos, o próprio processo de resgate dessa memória artística e cultural dos séculos XVII e XVIII, traz à cena personagens ilustres da memória coletiva local e nacional. Caso, por exemplo, de Aleijadinho, reconhecido pela sua genialidade artística e que tem seu nome atribuído a inúmeras obras espalhadas pelo território mineiro. Quando o ilustre artista e suas obras são identificados, por meio da documentação, como pertencentes ao mesmo processo histórico de construção desses templos religiosos, a narrativa para o historiador adquire certo grau de dramaticidade e os bens patrimoniais do passado adquirem certo ar de sacralidade. Como se verbos como “conservar”, “preservar” e “restaurar” tão em voga para as autoridades do SPHAN ao tratarem de bens patrimoniais ligados a personagens históricos ilustres do passado mineiro fossem conjugados de maneira mais intensa.

É inegável que no cerne da política preservacionista do SPHAN, norteadas pelo processo de valorização artística e histórica da arquitetura religiosa mineira, a atribuição de determinada obra de arte à pessoa do artífice Aleijadinho adquira uma importância capital. Esse artífice mineiro do século XVIII é apresentado nos discursos e narrativas das autoridades do patrimônio como o símbolo por excelência da identidade cultural da nação. No momento em que se

---

<sup>90</sup>Arquivo Central do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Ata Representante [Raimundo Trindade] – CX 0054-0377. Correspondência de Rodrigo Melo Franco de Andrade para o Cônego Raimundo Trindade. Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 1958.

pretende definir a identidade da nação brasileira, a expressividade de suas obras no estilo barroco e sua própria narrativa pessoal (construída por um viés nacionalista) é utilizada como elementos fundamentais no discurso da intelectualidade do SPHAN.

Sobre o pedido de elaboração do trabalho histórico referente à Igreja das Mercês e Misericórdia de Ouro Preto, Rodrigo procurou auxiliar Trindade na busca dos documentos necessários à composição da narrativa. Seu primeiro passo foi no sentido de indicar os livros pertencentes à Irmandade de Nossa Senhora das Mercês e Misericórdia. Em seguida, ao recorrer aos arquivos da repartição do SPHAN encontraria outras fontes documentais alusivas a Irmandade, que acreditava ser importante para o desenvolvimento da pesquisa. Dessa forma, reiterava:

Com o objetivo de lhe facilitar a tarefa, envio-lhe as cópias existentes no arquivo desta repartição de termos e lançamentos dos livros da irmandade. Foram todas feitas por nossos amigos Manoel de Paiva e Brígida, a partir de 1942, com exceção de uma feita pelo sacristão da igreja. São 23 folhas manuscritas.<sup>91</sup>

Sobressai também deste diálogo entre ambos os intelectuais a preocupação com o estado de preservação dos documentos que se encontram sobre a guarda das próprias irmandades religiosas. Como intelectuais diretamente interessados pela preservação dos bens patrimoniais e das fontes documentais dos arquivos civis e eclesiásticos mineiros, a perda e o extravio desses documentos muita das vezes acabava dificultando o trabalho investigativo e a escrita do historiador. Sobre a publicação do artigo das Mercês e Misericórdia na RPHAN, Trindade alertava que a citação de um longo documento em latim no corpo do texto era justificada pela necessidade de preservá-lo, lutando assim contra o seu total desaparecimento.

Ai vão os originais do artigo sobre Mercês de Cima. A incúria da Irmandade deixou que se perdessem documentos que, por força, teriam existido. Os que restam ainda prestam bons serviços aos estudiosos. O amigo há de estranhar a presença de um documento em latim; mas trata-se de documento importante, muito curioso, que não devemos deixar perder-se, como fatalmente se sucederá se não for impresso. Ele ai está para ser salvo.<sup>92</sup>

---

<sup>91</sup> Arquivo Central do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Ata Representante [Raimundo Trindade] – CX 0054-0377. Correspondência de Rodrigo Melo Franco de Andrade para o Cônego Raimundo Trindade. Rio de Janeiro, 19 de março de 1958.

<sup>92</sup> Arquivo Central do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Ata Representante [Raimundo Trindade] – CX 0054-0377. Correspondência do Cônego Raimundo Trindade para Rodrigo Melo Franco de Andrade, 20 de janeiro de 1959.

Portanto, ao mesmo tempo em que seus artigos ajudavam a compor um quadro sobre a memória histórica dos principais conjuntos arquitetônicos religiosos de Minas e auxiliava as autoridades do SPHAN no mapeamento e conservação desses bens patrimoniais, contribuía também para a preservação de documentos históricos. A pesquisa histórica verticalizada exigia de historiadores como Raimundo Trindade o intenso trabalho investigativo das fontes presentes nos arquivos mineiros.

As constantes idas e vindas aos arquivos possibilitaram a esse historiador um profundo conhecimento sobre a memória religiosa local, fato que pode ser comprovado pelo incontestável número de obras e artigos que foram produzidos ao longo de toda sua vida. Contribuir para o resgate da tradição religiosa das gentes mineiras e difundir seu conhecimento histórico com o objetivo de educar a sociedade sobre a importância da preservação do patrimônio nacional são fatores que nos ajudam a compreender a escrita historiográfica de Raimundo Trindade nas primeiras décadas do século XX.

Como religioso, sua história institucional da Igreja Católica visava reforçar o laço da sociedade brasileira com o catolicismo, estremecido com a proclamação da República. Como funcionário do SPHAN, contribuiu na consolidação da política oficial de preservação do patrimônio histórico e artístico a nível nacional. Seu interesse pela preservação do patrimônio local resultou na elaboração de inúmeros estudos históricos sobre a tradição religioso-católica dos mineiros, estudos considerados à época de suma importância para as autoridades do SPHAN, no exato momento em que se buscava conhecer e mapear os bens patrimoniais da nação originários do período colonial.

Nessa concepção, o século XVIII foi identificado como o momento-chave da profusão desses bens patrimoniais e o Estado de Minas Gerais como a região do território brasileiro em que haveria uma maior concentração desses bens. O ciclo do ouro, o fluxo populacional para região, a profunda veia artística dos artífices locais, o barroco, a religião católica e a genialidade de Aleijadinho, foram elementos determinantes no entendimento de Minas como estado irradiador da identidade cultural do Brasil.

### 3.2. Catolicismo e ideologia da mineiridade

A socióloga francesa Danièle Hervieu-Léger<sup>93</sup> no seu artigo “Catolicismo: A Configuração da memória”, de 2005, defendeu que toda religião implica necessariamente na mobilização específica da memória coletiva. A autora investiga o papel da religião em dois tipos distintos de sociedades: as chamadas sociedades tradicionais e as sociedades diferenciadas. O primeiro tipo de sociedade é marcado pela observação do surgimento do universo simbólico religioso por meio de um mito de origem que, na sua perspectiva “contemplaria ao mesmo tempo a origem do mundo e a origem do grupo”. Nessas sociedades, portanto a mobilização da memória coletiva no que concerne a religião seria fortemente determinada pela tradição. “Ela [memória coletiva] se encontra embutida realmente nas estruturas, na organização, na linguagem, nas práticas cotidianas das sociedades totalmente governadas pela tradição” (HERVIEU-LÉGER, 2005, p.87).

No caso das sociedades diferenciadas, as religiões fundadas provocariam conseqüentemente o surgimento das comunidades de fé. Assim, a mobilização da memória coletiva pela religião só seria possível tomando como referência um ponto-chave do passado onde a sociedade reconheceria a origem da sua fundação religiosa. Partindo desse ponto fundador, numa espécie de movimento contínuo de mobilização da memória coletiva, as sociedades diferenciadas se reconheceriam como pertencentes a determinado grupo religioso através da ideia de “descendência de fé”. Portanto, há no passado um momento histórico de fundação da religião que permite a sociedade do presente entender suas experiências religiosas. A crença em determinada religião no momento presente desse grupo social é originária do esforço da memória coletiva empregado no exercício de continuidade da “descendência da fé”.

Na medida em que se aceita a suposição de que todo o significado da experiência do presente possa estar contida, de maneira pelo menos potencial, no acontecimento fundado, o passado fica sendo aceito simbolicamente como um todo imutável e situado “fora do tempo”, isto é, fora da história. Ligado constantemente a esse passado, o grupo religioso define-se objetiva e subjetivamente como uma “descendência de fé.” Isto quer dizer que o grupo se organiza e se reproduz totalmente a partir do trabalho da memória que alimenta essa autodefinição. Na base de toda crença religiosa existe efetivamente a crença na continuidade da descendência de fé. Essa continuidade transcende a história. Ela é atestada e manifestada no ato essencialmente religioso

---

<sup>93</sup> Cf. HERVIEU-LÉGER, Danièle. Catolicismo: A configuração da memória. In: REVER, Revista de Estudos da Religião, nº2, 2005, pp.87-107. [Tradução de Maria Rth de Souza Alves].

que consiste em fazer memória desse passado (anamnese) que dá sentido ao presente e contém o futuro (HERVIEU-LÉGER, 2005, p.87).

Na história da formação de Minas Gerais, a mobilização da memória coletiva pela religião católica representou um importante instrumento normativo da população. Com a chegada da Igreja Católica na região mineradora (definindo assim, a fundação oficial da religião cristã local) estabeleceu-se de forma impositiva a aplicação das normas e preceitos do cristianismo, com o objetivo claro de manter a ordem e a civilidade entre os distintos grupos de agentes sociais.

Sabemos que o catolicismo popular teve importância capital na difusão da religião católica entre as gentes mineiras. Catolicismo esse desenvolvido entre grupos de pessoas que compartilhavam da mesma devoção a determinado santo católico, praticado de forma privada (no interior das residências, diante de oratórios e imagens devocionais particulares) ou mesmo aqueles atos devocionais praticados nos rincões do território e, portanto distante muitas das vezes da sede diocesana e dos olhares das autoridades religiosas. Porém, para os limites deste trabalho que se atém a uma história institucional da Igreja Católica, tal qual aquela praticada pelo historiador Raimundo Trindade, a discussão referente à prática do catolicismo popular pelas gentes mineiras nesse momento não será abordada.

O interesse aqui é entendermos como as autoridades religiosas locais (bispos, padres, etc.), portanto, agentes ligados diretamente aos quadros da estrutura organizacional da Igreja Católica em Minas, desempenharam a tarefa de organização coletiva da memória social por meio da religião cristã. Para a socióloga Hervieu-Léger, esses agentes oficiais da Igreja são definidos como produtores organizados da memória coletiva. A relação estabelecida entre esses agentes religiosos e os “simples fiéis” (entendidos por ela como usuários ordinários e dependentes dessa memória) é marcada pela hierarquia e pela desigualdade. A esses agentes religiosos caberia, portanto, o domínio de um discurso sobre a “memória verdadeira” do grupo.

Essa memória autorizada é estabelecida e transmitida de diferentes maneiras. Ela se autolegitima conforme o tipo de sociabilidade religiosa própria do grupo considerado e conforme o tipo de dominação prevalecente. A mobilização controlada da memória por um corpo de padres ordenados por uma instituição religiosa difere da mobilização carismática da memória anunciada por um profeta. Porém, nos dois casos, o que constitui o núcleo do poder religioso, é a capacidade de oferecer a “memória verdadeira” do grupo (HERVIEU-LÉGER, 2005, p.88).

O domínio da memória coletiva e a imposição de uma “memória verdadeira” pelas autoridades da Igreja Católica em Minas são legitimados por um processo histórico. Raimundo Trindade foi buscar em fins do século XVII as raízes desse processo contínuo e duradouro de atuação da Igreja na mobilização da memória coletiva local. O pioneirismo dos bandeirantes paulistas na atividade de exploração do território trouxe os primeiros registros da entrada dos religiosos católicos no sertão mineiro. Esse historiador descreve os religiosos que acompanhavam essas expedições como “bandeirantes da fé”, agentes responsáveis pela realização de missas no dia a dia do grupo de exploradores e encarregados da extrema-união aqueles que tinham risco iminente de perder a vida. Alguns estudos históricos sobre o bandeirantismo paulista atestam que muitos líderes de expedições ao longo do século XVII e XVIII se negavam a iniciar suas longas viagens aos sertões do território sem a presença de pelo menos um religioso no grupo.

Com a incipiente ocupação da região por importantes famílias paulistas católicas e descendentes diretas de portugueses da metrópole, a religião cristã foi sendo aos poucos introduzida no conturbado contexto social mineiro. Os trabalhos sobre genealogias<sup>94</sup> desenvolvidos por Trindade abordam a importância dessas famílias paulistas católicas no surgimento dos primeiros núcleos populacionais locais.

As relações de sociabilidades, compadrios e casamentos, entre essas importantes famílias foram estabelecendo as bases de uma cultura civilizacional católica, conservadora e tradicionalista, da qual a Igreja iria prontamente se utilizar. Muitas dessas importantes famílias locais auxiliariam também na difusão da religião católica. Como observamos nos trabalhos voltados para o estudo do catolicismo popular em Minas, essas famílias foram primordiais na construção de pequenas capelas e igrejas em locais ermos e distantes da sede diocesana. Outras vezes utilizando suas próprias terras como locais de construção dessas capelas e igrejas.

---

<sup>94</sup> Esse historiador mineiro se dedicou a elaboração de vários trabalhos referentes à genealogia de destacáveis famílias paulistas que aportaram na região mineradora logo após as primeiras descobertas auríferas. São trabalhos que apontam a descendência direta dessas famílias com os portugueses do reino e a forte herança do catolicismo no núcleo familiar. Para o autor esses núcleos familiares eram regidos pelo posicionamento conservador e tradicionalista. A figura central do patriarca (provedor da família) e a religião católica como elemento condicionante das relações interpessoais e de sociabilidade são algumas das características desses primeiros núcleos familiares mineiros. Cf. TRINDADE, Cônego Raimundo. *Velhos Troncos Mineiros*, Revista dos Tribunais, São Paulo, 1955, 3.Vol; *Velhos Troncos Oupretanos*, Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, São Paulo, 1951; *Genealogias da Zona do Carmo*, Est. Gráfico Gutemberg Irmãos Penna, Ponte Nova, 1943; *Troncos Paulistanos e Martins da Costa*, Mariana, 1943; *Garcias Velhos*, Campos, etc. Mariana, 1942; *A Família dos Andradas*, Separata da Revista Brasileira de Genealogia, 1941; *A Família Pontes*, Est. Gráfico Gutemberg Irmãos Penna, Ponte Nova, 1934 e *Genealogias Mineiras*, Est. Gráfico Gutemberg Irmãos Penna, Ponte Nova, 1923.

Formando assim, pequenos grupos sociais que se aproximaram e mantiveram constantes relações em decorrência da religião cristã e da fé.

Diogo de Vasconcelos<sup>95</sup>, como já identificado, outro importante nome da historiografia mineira do período, foi defensor contumaz da importância das famílias paulistas católicas na formação social de Minas. O sangue paulista, a descendência direta dos portugueses do reino, a tradição, o conservadorismo e o catolicismo, foram às marcas indelévels dos primeiros habitantes da região mineradora.

O povo mineiro, à luz destes princípios, tem de considerar antes de tudo a sua origem privilegiada. Descendente de generoso sangue paulista, congado com o da mais heroica e laboriosa de todas as Mães-Pátrias, conservou e conserva na língua da mais bela epopeia moderna, nos hábitos inalteráveis da economia, do trabalho e da honra, tão bem como na fé católica, a cujos surtos se devem o descortino dos continentes e dos mares, as condições seguras, os elementos conservadores e as energias políticas de sua perfectibilidade no caminho indefinido aberto a vida das gerações, que vão nos suceder. (VASCONCELOS, 1909, p.214)

A Igreja Católica, como instituição detentora de um poder social localmente constituído, como força fundamental no processo de civilização das gentes mineiras e mobilizadora da memória coletiva, viria a se consolidar ao longo da primeira metade do século XVIII, a partir da intensificação da atividade aurífera e do considerável aumento demográfico da região. Nesse momento, encarregada pelas autoridades governamentais metropolitanas da normatização da população, a Igreja passou a utilizar a religião cristã como instrumento ideológico de poder com o objetivo claro de barrar os crimes e atos de barbárie constantemente cometidos pelos diversos grupos sociais aqui concentrados.

O catolicismo representou na visão de bispos e padres locais, a única e legítima expressão religiosa possível. Outras matrizes religiosas como a africana e indígena, apesar da ocorrência de suas manifestações pelo território das minas, foram combatidas pelas autoridades católicas como expressões do paganismo e da feitiçaria. Por meio de um discurso militante e apologético, a Igreja buscou incutir na memória coletiva local a ideia de que o único caminho de acesso a Deus era pelo catolicismo e, que, somente a religião católica era capaz de retirar os indivíduos do seu estado atual de selvageria e barbárie. Portanto, a religião cristã seria o instrumento utilizado pelos clérigos na promoção da marcha do gênero humano rumo à

---

<sup>95</sup> Cf. VASCONCELOS, DIOGO de. Discurso de Inauguração do IHGMG. Revista do Arquivo Público Mineiro, v.14, n.1, p.213-220, 1909.

civilização. O resultado da equação “religião mais civilização” estaria ligado à ideia de progresso tanto do indivíduo quanto da sociedade a qual se encontrava inserido.

Esse discurso religioso – persuasivo e de elevada carga emocional – garantiu aos clérigos do século XVIII a mobilização da memória coletiva e, ao mesmo tempo, um tipo de dominação religiosa e institucional. Somente a Igreja Católica e o catolicismo poderiam oferecer a “verdadeira memória” aos grupos de fiéis mineiros. Há, então, um esforço no sentido de normatizar a memória coletiva local de acordo com as normas e preceitos que regem a religião cristã. O controle sobre as práticas religiosas, a observância da fidelidade de crença, a reafirmação do magistério romano e o domínio da vida dos fiéis são alguns dos métodos estratégicos adotados pela Igreja.

Na primeira metade do século XX, o discurso sobre o poder universal da Igreja Católica foi retomado pelas autoridades governamentais, religiosas e pelos intelectuais modernistas. Nesse dado momento em que se discutia sobre a construção da identidade da nação brasileira, o catolicismo seria utilizado como um importante elemento na construção do discurso regionalista dos modernistas mineiros. Uma das bases da ideologia da mineiridade, construção ideológica que ocorreu no cerne do modernismo mineiro, foi o forte apego ao catolicismo. Posicionamentos políticos, visões culturais semelhantes e o reconhecimento da ideia de uma identidade regional em comum, são alguns dos fatores que também contribuíram para o desenvolvimento da ideologia da mineiridade.

Liana Maria Reis<sup>96</sup> entende o conceito de mineiridade como sendo expressamente formado pelos elementos da identidade regional, mas, principalmente, por meio de uma construção ideológica. De acordo com a autora:

A mineiridade é uma construção imaginária, com base na história, elaborada por uma elite política que se apropriou de fatos históricos regionais e, portanto, das particularidades de uma região de Minas, tornando-a universal, reconhecida pelos brasileiros e mineiros, para preservar-se no exercício do poder, mantendo seus privilégios. Essa elite elaborou uma autoimagem com atributos originados do passado e reconstituídos para legitimar sua diferença em relação aos outros políticos brasileiros. (REIS, 2007, p.90)

---

<sup>96</sup> REIS, Liana Maria. Mineiridade: identidade regional e ideologia. Cadernos de História, Belo Horizonte, v.9, n.11, p.89-97, 1º semestre de 2007.

A construção de uma ideologia da mineiridade ocorre por meio de um processo histórico. Há necessariamente o retorno ao passado, aos personagens e fatos históricos particulares de Minas Gerais que ajudam a compor a narrativa e o discurso das autoridades políticas e dos intelectuais do início do século XX. Com o objetivo político de alçar o estado ao patamar dos debates nacionais sobre a identidade do país, a memória sobre os fatos históricos e personagens regionais de Minas são retirados das sombras do passado e incluídos nas controvérsias do presente.

O século XVIII mineiro foi considerado como um celeiro para a apropriação de fatos e personagens históricos. Liana Reis aponta que, para políticos e os intelectuais modernistas, a origem da construção de uma mineiridade estaria na imagem de Tiradentes. No discurso político e intelectual local, Tiradentes e o Movimento da Inconfidência seriam considerados como os precursores da ideia de liberdade da nação. Tiradentes personificou o símbolo da liberdade e do heroísmo nacional. Resistiu bravamente às pressões exercidas pelo governo metropolitano, lutou pela liberdade política e econômica da região das minas e do Brasil e foi executado por conta dos seus pensamentos iluministas e revolucionários.

O ponto-chave dessa engrenagem política mineira foi a ligação da imagem de Tiradentes com o catolicismo. Ao se estabelecer uma relação entre sua imagem e a de Jesus Cristo, esse esforço de aproximação resultou na inserção do catolicismo como um dos elementos-base da ideologia da mineiridade. A partir desse momento a imagem de Tiradentes como mártir, como símbolo da liberdade e do heroísmo, não mais caberia nos limites da história regional mineira. O catolicismo em Minas Gerais e os ideais de liberdade política e econômica, expressos no movimento da Inconfidência e na construção histórico-mitológica de Tiradentes, ressoam em todos os cantos do território nacional.

Tiradentes era mineiro e seus companheiros, mesmo portugueses e administradores, tentavam romper com o pacto colonial e libertar-se do jugo metropolitano. A imagem física do Alferes, pintada no século XIX, para retirar-lhe o caráter de revolucionário e dar-lhe a conotação messiânica, serviu como uma luva para uma população de tradição católica. Tiradentes e Jesus Cristo: fisicamente semelhantes, ambos mártires, deram a vida por um ideal. Minas geograficamente é o coração do Brasil, o que lhe confere a imagem de equilíbrio. Pela Constituição de 1891, o Estado teria a maior bancada da federação por possuir a maior população do país. Tiradentes consolida-se como herói e transforma-se em mito. Os inconfidentes, ideológica e simbolicamente, passam a ser identificados com a determinação de romper com a

opressão, transformando-se em exemplos cívicos. (REIS, 2007, p.93-94)

No debate sobre a ideologia da mineiridade estava presente no discurso dos políticos e intelectuais modernistas a noção de que o “ser mineiro” é constituído necessariamente pelo forte vínculo com o passado e a tradição. Como explicitou o historiador Walderez Ramalho<sup>97</sup>, para as autoridades políticas e intelectualidade do período, “a mineiridade era compreendida como uma “essência”, objetiva, fixa, definitiva, comum a todos os mineiros, numa concepção identitária que não abria espaço para as mudanças e diferenças”.

Esse historiador atribui à elite intelectual e política da época a construção de um discurso onde a ideologia da mineiridade era compreendida pela noção de essencialismo identitário. Esse essencialismo designaria: “a identidade de um grupo cultural formado pelo conjunto de características físicas, psicológicas e sociais, o qual se manteria inalterável ao longo da história e formaria o “caráter coletivo” de um povo”.<sup>98</sup> Essas características eram consideradas particularizadoras do “ser mineiro” e serviriam como fator primordial de distinção em relação aos demais grupos regionais brasileiros.

Esse evidente discurso de demonstração do poder político-social de Minas Gerais em relação aos demais estados federativos brasileiros era sustentado pela visão de uma unidade federativa coesa e homogênea. Enquanto os demais estados federativos eram marcados pelos constantes conflitos políticos e sociais, o Estado de Minas destacava-se no contexto nacional pela tentativa de estabelecimento de uma relação mais harmônica entre os seus distintos grupos políticos. Na perspectiva dos grupos políticos locais, a união interna era fundamental para o alcance de objetivos políticos mais amplos na esfera nacional e para angariar maiores recursos econômicos junto ao governo.

Minas procurou reforçar entre os outros estados federativos a imagem de uma região construída pela concatenação de fatores históricos, pela tradição, conservadorismo e religiosidade católica. A propagação da imagem de um estado forte e unificado ao longo do governo republicano era calcada na intensa relação do presente com o passado. Determinados pontos desse passado histórico eram selecionados como exemplares para a compreensão das experiências presentes e na projeção do futuro.

---

<sup>97</sup> RAMALHO, Walderez Simões Costa. Uma Crítica ao essencialismo identitário: a historiografia da mineiridade na primeira metade do século XX. In: História da Historiografia, Ouro Preto, n.18, agosto de 2015, p.248-265.

<sup>98</sup> Cf. RAMALHO (2015, p.250)

Em Minas Gerais e na perspectiva de políticos e intelectuais locais, o passado histórico era considerado como um elemento de instrução para a vida. Diante dos grandes desafios impostos pela modernidade republicana, as experiências do passado serviram como uma espécie de “escudo protetor” na tentativa de dificultar a implantação de mudanças muito radicais no cenário político-social e cultural local.

A história de Minas Gerais, nos seus mais variados aspectos, é repleta de acontecimentos, fatos e personagens históricos que poderiam ser utilizados como exemplo de instrução das novas gerações tanto no presente quanto no futuro. Assim como sugeriu Reinhart Koselleck<sup>99</sup>, ao tratar da discussão de conceitos como “espaço de experiência/horizonte de expectativa”, para compreender o papel da história no contexto da modernidade e no cerne da discussão sobre a ideia de progresso.

A história é testemunha dos tempos, a luz da verdade, a vida da memória, a mensageira da velhice, por cuja voz nada é recomendada senão a imortalidade do orador. A tarefa principal que Cícero atribui à historiografia é especialmente dirigida à prática, sobre a qual o orador exerce sua influência. Ele se serve da história como coleção de exemplos - *plena exemplorum est historia* [a história é cheia de exemplos] a fim de que seja possível instruir por meio dela (KOSELLECK, 2006, p.43).

Como um dos principais oradores da Igreja Católica em Minas nas primeiras décadas da República, Raimundo Trindade fez da sua escrita historiográfica um importante instrumento discursivo e apologético. Diante das grandes transformações desencadeadas pela modernidade, dos conflitos que envolviam Igreja e Estado, da crise financeira e da reorganização institucional eclesiástica brasileira, esse historiador se utilizou do seu profundo conhecimento histórico na construção de uma narrativa edificante sobre a Igreja Católica.

A trajetória da Igreja em Minas é pensada por meio do viés histórico de longa duração. O recorte temporal de suas pesquisas abrangia a história dessa instituição desde fins do século XVII até o momento de sua escrita. Trindade procurou compreender a Igreja de seu tempo (na República, no Estado laico, livre do regime do padroado régio) por meio das experiências políticas e das transformações sociais e culturais que foram sendo realizadas ao longo de dois séculos de presença dessa instituição no território mineiro.

---

<sup>99</sup> KOSELLECK, Reinhart. Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução: Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto/ Ed. PUC-Rio, 2006.

Na sua concepção de historiador eclesiástico, as transformações pelas quais a Igreja vinha passando tanto em Minas quanto no Brasil, nas primeiras décadas do século XX, eram originárias de um longo e contínuo processo histórico. No campo político, a Igreja compreendida como uma instituição livre e autônoma é decorrente do fim do padroado régio. No contexto social e cultural brasileiro, a modernidade exigia das autoridades episcopais um diálogo mais flexível com a sociedade. Na contramão do posicionamento laicista do governo brasileiro, a Igreja buscava, através de recursos próprios, a retomada de seu poder social e uma presença mais efetiva diante da sociedade. Nesse momento foi notória a realização de inúmeros eventos religiosos por todo o território nacional, onde as autoridades episcopais reforçavam o predomínio da religião cristã no cerne da população brasileira.

Trindade se encontrava mergulhado nessas discussões institucionais da Igreja católica em Minas e, com um discurso histórico denso e agregador, conseguiu alcançar o interesse tanto das autoridades religiosas locais como de inúmeros intelectuais do período. Transitava, portanto, entre dois mundos: o universo religioso e o universo intelectual republicano brasileiro.

Como sacerdote-historiador esteve amparado pelas principais autoridades episcopais mineiras, sendo seus trabalhos sempre guiados pela noção de verdade histórica. Suas narrativas, ao que tudo indica, passavam sempre pela leitura crítica de seus superiores eclesiásticos e a verdade – como reiterada numa frase do bispo Dom Silvério ao historiador Diogo de Vasconcelos – deveria “ser dita mesmo que pudesse vir a provocar escândalos”<sup>100</sup>. Sua escrita fazia parte de um projeto ideológico de poder colocado em prática pela Igreja brasileira ao longo da Reforma e continuado com a Restauração Católica.

Em cada diocese brasileira, os bispos procuravam retomar sua autoridade hierárquica dentro da estrutura eclesiástica local e, ao mesmo tempo, estabelecer relações mais próximas entre suas sedes diocesanas e a figura do papa em Roma. O esforço no sentido de retomada do seu poder eclesiástico local, muitas das vezes vinha a ser legitimado por trabalhos biográficos

---

<sup>100</sup> “Diogo, a verdade deve ser dita, ainda que cause escândalo.” De acordo com Salomão de Vasconcelos, esta foi a resposta de Dom Silvério Gomes Pimenta, prelado de Mariana, à indagação de Diogo de Vasconcelos sobre a conveniência de publicar o seu relato histórico sobre as condutas desviantes do clero no século XVIII – A palavra do mestre, *Revista de História e Arte*, Belo Horizonte, número prospecto, jan.1963, p.12. Esse breve esclarecimento está contido no artigo do historiador Francisco Eduardo de Andrade. Cf. ANDRADE, Francisco Eduardo de. Augusto de Lima Júnior entre o mito e a verdade histórica: Aleijadinho e Tiradentes. In: *Poderes e Lugares de Minas Gerais: um quadro urbano no interior brasileiro, séculos XVIII-XX* / organizadores Maria do Carmo Pires, Francisco Eduardo de Andrade, Alex Fernandes Bohrer. São Paulo, Scortecci; Ouro Preto, MG: Editora UFOP, 2013.

e autobiografias, produzidas por religiosos que ao longo do seu processo de formação nos seminários eram apadrinhados por essas ilustres autoridades diocesanas.

O próprio Raimundo Trindade dedicou seus esforços historiográficos na produção de uma biografia sobre Dom Silvério Gomes Pimenta, primeiro arcebispo de Mariana e autoridade episcopal com a qual manteve relações amistosas desde sua chegada ao seminário de Mariana. Seu trabalho era visto como uma retribuição ao grande antístite mineiro que dedicou todo o seu episcopado a continuidade da tarefa de educar e formar as novas gerações do clero mineiro.

No ano de 1984, duas décadas após o falecimento de Trindade, foi publicada outra obra de sua autoria versando sobre os traços biográficos de bispos brasileiros nascidos em Minas Gerais.<sup>101</sup> O prefácio da obra escrita em 1962 ficou a cargo de Dom Oscar de Oliveira (1912-1997), terceiro arcebispo metropolitano de Mariana. Dom Oscar ressalta a convivência com Raimundo Trindade desde o seu tempo de seminarista em Mariana e o constante diálogo por correspondências ao longo dos anos. Nas palavras desse antístite mineiro, tal obra vinha de encontro “ao desejo do Cônego Trindade de ressaltar Minas Gerais como o estado de nossa federação que mais mitras têm oferecido à Santa Igreja, testemunhando, destarte, a piedade da família mineira e a eficiência de nossos seminários”.

Interessante notarmos que a estratégia de poder adotada pelos membros da Igreja com o objetivo de reforçar a identidade católica dos mineiros e a defesa de Minas como o Estado mais católico do Brasil, continuou ao longo do século XX e pôde ser encontrada na própria narrativa histórica de Raimundo Trindade, após duas décadas de seu falecimento. Se no início do século suas narrativas visavam enaltecer o papel fundamental da Igreja Católica no processo de civilização da sociedade mineira e da nação brasileira, agora, em fins desse mesmo século, seu último trabalho como historiador eclesiástico ressaltou a expressiva quantidade de bispos brasileiros nascidos em Minas Gerais – nada menos do que 52 bispos, nascidos e sagrados no estado até o ano de 1961, ocuparam cargos de lideranças nas mais diversas dioceses do país.

A estratégia das autoridades políticas, religiosas e dos intelectuais modernistas em defender Minas Gerais como a região mais católica do Brasil e como o centro irradiador de uma

---

<sup>101</sup> A curiosidade histórica sobre este último trabalho publicado do autor consta na nota explicativa redigida por sua sobrinha Maria Madalena Trindade Barreto Corrêa. Os originais da citada obra foram encontrados em meio às correspondências de Raimundo Trindade e acabaram escapando de serem queimados. Com o apoio do governo do Estado de Minas Gerais acabou sendo publicada em comemoração ao centenário de nascimento desse ilustre sacerdote e historiador mineiro. Cf. TRINDADE, Raimundo. *Apontamentos Biográficos sobre bispos brasileiros nascidos em Minas Gerais (1770-1961)*, Belo Horizonte, 1984.

conduta moral e cristã ao restante do país, contribuiu para a tentativa de fortalecimento interno do Estado. Assim como as dissidências políticas locais foram amainadas em prol de um objetivo maior (reajustamento dos partidos no sentido de alçar o Estado no lugar destaque do cenário político nacional) o catolicismo seria considerado como outro elemento agregador das gentes mineiras.

No contexto de construção de uma ideologia da mineiridade, os posicionamentos políticos semelhantes, a tradição, o conservadorismo, o sentimento de pertencimento a região, a riqueza cultural e artística, os fatos e personagens históricos e a religiosidade católica foram componentes que estruturam os discursos políticos e as narrativas dos intelectuais modernistas. Raimundo Trindade, como homem das letras, circulou entre os núcleos intelectuais mineiros da época e manteve uma relação muito próxima e enriquecedora com os membros do SPHAN.

Sua preocupação com rumos da Igreja Católica no Brasil e seu posicionamento em defesa do patrimônio histórico e artístico ligado ao catolicismo de Minas intensificaram sua relação com Rodrigo Melo Franco de Andrade. Formado em advocacia e jornalismo, Rodrigo abriria mão de sua carreira pessoal para se dedicar exclusivamente a causa da preservação do patrimônio histórico e artístico nacional. Nascido na recente capital do Estado de Minas Gerais – Belo Horizonte – no ano de 1898, esse intelectual se inseriu nos acalorados debates político-cultural e social do movimento modernista mineiro, a partir da década de 1920. Manteve um poderoso círculo de sociabilidade com os mais destacáveis intelectuais brasileiros da época. Nomes como Graça Aranha, Tobias Monteiro, Alceu Amoroso Lima, João Alphonsus, Carlos Drummond de Andrade, Oswald de Andrade, dentre outros intelectuais modernistas, ajudaram a consolidar sua formação intelectual.

Ao chegar à direção do SPHAN em 1937, nomeado por Gustavo Capanema, direcionou seus esforços para a preservação do patrimônio histórico e artístico de Minas. Como bom mineiro, ligado às raízes culturais e a tradição local, foi buscar na junção do estilo barroco e no catolicismo, a interpretação para as origens da identidade cultural brasileira. O catolicismo era entendido no seu discurso como o elemento fundamental ao processo de unificação do país. No momento em que os estados federativos disputavam a hegemonia do poder político da nação, Rodrigo compreendia que a forte presença do catolicismo no interior da sociedade brasileira era um fator de agregação entre as mais distantes regiões do país. Portanto, o catolicismo seria considerado como um elemento simbólico comum que possibilitava a identificação das diversas regiões do país como partes integrantes de um mesmo território e de uma mesma nação. Aqui,

torna-se necessário pensarmos esse fenômeno por meio do conceito de nação imaginada desenvolvida por Benedict Anderson:

Uma comunidade política imaginada – e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana. Ela é imaginada porque os membros da mais minúscula das nações jamais conhecerão, encontrarão, ou sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles<sup>102</sup>.

O autor trabalha o conceito de nação imaginada com o intuito de compreender a ascensão do sentimento nacional desde finais do século XVIII, no bojo do movimento iluminista e da revolução francesa. Para os limites de nossa pesquisa, o que mais prontamente nos interessa na reflexão de Benedict Anderson, é seu exercício de retorno às raízes culturais dos conjuntos sociais estudados com o objetivo de diagnosticar as origens do sentimento de comunhão.

A comunidade religiosa é identificada por Anderson como um dos pontos principais para se compreender os primeiros ajuntamentos comunitários e sociais. Por meio da língua e da escrita sagrada, por ele definidas como “cultura sagrada”, era possível entender a incorporação inicial da ideia de comunidades pelos grupos humanos. No discurso de Rodrigo, a religião católica seria entendida como um componente comum de integração da sociedade brasileira, assim como outros estudiosos entendem a língua, o território, etc., como elementos característicos da ideia de nação. Na concepção de Rodrigo, a religião católica seria capaz até mesmo de impedir a fragmentação do território nos momentos de profunda crise política e identitária.

Para além do interesse comum pela pesquisa histórica sobre Minas Gerais e pela preservação do patrimônio histórico artístico nacional, seu discurso se aproxima da escrita de Raimundo Trindade pela forte identificação que ambos tinham com o catolicismo. No momento em que a Igreja Católica, através de um projeto ideológico de poder, buscava reforçar seus vínculos com a sociedade (estremecido ao longo da primeira república), Raimundo Trindade e Rodrigo desempenharam papel de destaque no contexto intelectual brasileiro. Através de um discurso bem articulado ambos se posicionaram em defesa da Igreja Católica. Como historiador, Trindade resgatou a trajetória histórica dessa instituição no território mineiro e sua importância

---

<sup>102</sup> Cf. ANDERSON, Benedict. Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução Denise Bottman, Companhia das Letras, 2008. p.32.

no processo de civilização da sociedade brasileira. Para ele, a história da Igreja está diretamente relacionada à história do Brasil, pois desde o início do processo de colonização da América portuguesa essa instituição se apresentou como uma força auxiliar do Estado, antes mesmo da implantação de outras estruturas normativas de poder. Rodrigo, como bom mineiro, enxergava no catolicismo o elemento condicionante na integração da nação brasileira.

## CAPÍTULO 4 – DIREÇÃO DO MUSEU DA INCONFIDÊNCIA

No dia 27 de maio de 1937, pela lei nº 437, o poder legislativo brasileiro e o Presidente da República, na pessoa de Getúlio Vargas, autorizaram a aquisição do edifício da Penitenciária de Ouro Preto com o objetivo de transformá-lo em Panteão e Museu Histórico. O artigo 1º da lei nº437 está assim definido:

Artº 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a adquirir do Estado de Minas Gerais pela importância que não ultrapasse de quinhentos contos de réis (500:000\$000), o edifício da atual Penitenciária de Ouro Preto – cidade monumento nacional – a fim de adaptá-lo a servir de Panteon e Museu Histórico de tudo que se relacionar com os acontecimentos da Inconfidência Mineira.<sup>103</sup>

A aquisição do edifício da Penitenciária de Ouro Preto (antiga Casa de Câmara e Cadeia) pelo governo federal e sua transformação em Panteão e Museu Histórico destinado à salvaguarda da memória dos Inconfidentes e do movimento da Inconfidência Mineira pode ser interpretado como mais um passo importante no projeto político nacionalista do Estado Novo. A cidade de Ouro Preto que outrora – durante os séculos XVIII e XIX – teve uma importância vital no processo de desenvolvimento econômico e político da região das Minas, na primeira metade do século XX seria definida nos discursos dos modernistas como o núcleo irradiador das origens culturais da nação brasileira.

Com os primeiros achados de ouro na região pelos bandeirantes paulistas em fins do século XVII e ao longo da primeira metade do XVIII, Vila Rica (hoje Ouro Preto) foi cenário de inúmeras disputas pelo poder econômico e político. De região definida pela historiografia como o sertão a um dos principais núcleos populacionais do século XVIII, Minas teve uma importância capital no desenvolvimento econômico do território colonial.

As riquezas naturais, o significativo aumento populacional num curto espaço de tempo, a dinamização e diversificação do comércio local, a intensificação do poder e controle pelas autoridades régias e eclesiásticas, fizeram da região o principal núcleo impulsionador da atividade econômica da época. Vila Rica, por meio de suas riquezas naturais e pela intensa atividade humana se transformou num dos mais importantes centros urbanos do interior da América portuguesa.

---

<sup>103</sup> Lei nº437 de 27 de maio de 1937. Documento publicado no Diário Oficial de 7 de junho de 1937. Fonte: Arquivo Central do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

No século XIX, já bem distante da grande atividade econômica proporcionada pela mineração, Ouro Preto se destacaria como a principal sede política da Província de Minas Gerais. No ano de 1823 receberia o título de Imperial Cidade de Ouro e se transformaria na capital da Província, situação que perduraria até a Proclamação da República, quando seria elevada a capital do Estado de Minas Gerais. Sua posição como principal sede política do Estado teria fim no ano de 1897, com a mudança da capital para a recém-construída, moderna e planejada cidade de Belo Horizonte.

Nas últimas décadas do Império e no início da República houve no estado de Minas Gerais, uma grande disputa política entre liberais e conservadores.<sup>104</sup> Os primeiros, em franca oposição ao regime monárquico, defendiam que a mudança da capital para Belo Horizonte vinha de encontro a um projeto político liberal, progressista e moderno. Vinculavam a cidade de Ouro Preto, até então capital do estado, a ideia de atraso econômico e passado. Ao segundo grupo, atrelado a proposta política do governo monárquico, defendiam a permanência da capital em Ouro Preto por meio de um discurso amparado na tradição e no conservadorismo.

As narrativas sobre a história da cidade de Ouro Preto – região descoberta pelos bandeirantes paulistas em fins do século XVII e elevada ao status de cidade em 1711 pela junção de vários arraiais locais – são riquíssimas em fatos e personagens históricos. A Revolta de Vila Rica, ou Revolta de Felipe dos Santos, no ano de 1720, é definida pela historiografia (sobretudo

---

<sup>104</sup> Há uma grande polêmica envolvendo monarquistas e republicanos, mudancistas e antimudancistas, em torno do projeto político e ideológico de mudança da capital do estado de Minas Gerais. Alguns estudiosos afirmam que o movimento político em prol da mudança poderia ser observado desde a década de 1870. De acordo com esses estudos, nessa época já existe entre intelectuais e políticos mineiros um grande debate sobre a transferência da sede do governo mineiro para outra localidade. Nos anos seguintes à Proclamação da República os debates ganharam ainda mais vigor. No discurso dos mudancistas notamos o intenso apelo pela escolha de uma nova capital que estivesse de acordo com os anseios políticos e econômicos modernos e progressistas. Na contramão desse discurso, os antimudancistas temiam que a não permanência da sede do governo na antiga cidade de Ouro Preto viesse a solapar de vez os traços tradicionais e conservadores que, até então, sustentavam a sociedade mineira. De acordo com JULIÃO (2011, p.125-126), “Não seria equivocado afirmar que o projeto de transferência da Capital constituiu-se no foco em torno do qual se manifestaram conflitos políticos e ideológicos que se seguiram à proclamação da República em Minas. A questão colocou em curso debates entre diferentes visões de urbanidade, traduções de concepções distintas de organização da comunidade de cidadãos, expressas na recusa, no receio ou no desejo de uma cidade capital moderna. Em particular, as imagens de adesão ao projeto – centro intelectual e econômico, polo de irradiação do poder, urbe moderna e progressista; espaço racionalmente concebido, centro promotor do desenvolvimento republicano – formaram um conjunto coerente, espécie de gramática urbana imaginada, na qual se projetava um ideal de civilização. Ao cabo de todo o debate, constituiu-se um imaginário urbano que se nutria de um jogo de contrastes aparentemente irreconciliáveis entre novo e antigo, progresso e atraso, belo e feio, higiênico e insalubre, encarnados, de um lado, pela nova Capital – Belo Horizonte e, de outro, por Ouro Preto e o Arraial do Curral Del Rei. A convicção de que se vivia uma ruptura com a época precedente alimentava a força dicotômica dessas imagens. Inaugurava-se um novo tempo, para o qual era indispensável uma nova espacialidade, capaz de dar um sentido material e simbólico à ideia de ruptura.” Cf. JULIÃO, Leticia. Sensibilidades e representações urbanas na transferência da Capital de Minas Gerais. *História* (São Paulo) v.30, n.1, p.114-147, jan / jun 2011. ISSN 1980-4369. Conferir também: VISCARDI, Claudia. A Capital Controversa. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.43, p.28-41, 2007.

por uma historiografia regionalista) como o marco inicial dessa narrativa histórica. Lutando contra a criação das casas de fundição e contra o abusivo aumento de impostos sobre a arrecadação do ouro, Felipe dos Santos é um personagem histórico que figura entre os grandes vultos da história local.

A Inconfidência Mineira de 1789 e o trágico fim de Tiradentes, personagem mais ilustre desse episódio histórico, possibilitaram aos historiadores locais reivindicar o papel dos mineiros como os pioneiros na luta republicana pela emancipação política do país. Até hoje, é notório em inúmeros trabalhos historiográficos que estabelecem uma cronologia dos fatos históricos até a emancipação política em 1822, a ligação entre o episódio da Inconfidência Mineira e a Independência.

Apesar desse passado histórico de lutas e glórias somado ao conjunto arquitetônico urbano e às artes (sobretudo a arte sacra) definir hoje, Ouro Preto, como Cidade Monumento Nacional (1933) e Patrimônio da Humanidade (1980) pela UNESCO, seu reconhecimento e valorização histórica e artística são fatos recentes.

Um dos marcos principais desse abandono e esquecimento de Ouro Preto pode ser atribuído à mudança da capital do estado para Belo Horizonte. Seguido à mudança da capital, há uma notória migração populacional da região. Muitos daqueles que habitavam a cidade de Ouro Preto e que creditavam à República um projeto político progressista e moderno abandonaram suas casas e se deslocaram para a recém-construída capital, em busca de melhores condições econômicas e socioculturais. O resultado mais aparente desse deslocamento populacional seria observado na retração da atividade econômica local. Atrelado à diminuição da atividade econômica estaria, também, a visão de Ouro Preto como uma cidade que parou no tempo, atrasada e, mesmo, antimoderna.

O resgate da memória e a preocupação com a salvaguarda e preservação do patrimônio histórico e artístico local tiveram início a partir da década de 1920. O primeiro registro nesse sentido foi a visita dos modernistas às antigas cidades coloniais mineiras. Desse momento em diante é que se inicia uma movimentação em prol da defesa e preservação do patrimônio histórico e artístico, assim como, um projeto de transformação de Ouro Preto numa cidade turística, estimulando novamente a atividade econômica.

O resultado inicial mais aparente do mergulho dos intelectuais modernistas no sentido de redescobrir e valorizar a memória histórica e artística das antigas cidades coloniais mineiras

pôde ser observado no ano de 1933, mais precisamente no decreto de nº 22.928 de 12 de julho, que alçava a cidade de Ouro Preto ao status de Cidade-Monumento Nacional. Fica constatada também, já nesses primeiros anos do governo de Vargas, a forte ligação entre os intelectuais modernistas e o projeto político nacionalista colocado em andamento.

Se dermos um pequeno passo para trás e retornarmos ao ano de 1930 e ao Art. 1º do Decreto nº 19.398 de 11 de novembro, notamos a preocupação do Poder Público com a salvaguarda e preservação do patrimônio histórico e artístico da nação brasileira, assim como a ênfase dada especificamente à cidade de Ouro Preto. Pode-se considerar, sem sombra de dúvidas, que a própria elaboração desse decreto já estava fundamentada nas pesquisas e estudos históricos que vinham sendo realizados pelos modernistas.

Art. 1º - Considerando que é dever do Poder Público defender o patrimônio artístico da Nação e que fazem parte das tradições de um povo e lugares em que se realizaram os grandes feitos de sua história; Considerando que a cidade de Ouro Preto, antiga capital do Estado de Minas Gerais, foi teatro de acontecimentos de alto relevo histórico na formação de nossa nacionalidade e que possui velhos monumentos, edifícios e templos de arquitetura colonial, verdadeiras obras de arte, que merece defesa e conservação.<sup>105</sup>

A utilização no decreto de expressões como “defesa do patrimônio artístico da nação”, “tradição”, “grandes feitos de sua história”, “formação da nacionalidade” e “velhos monumentos, edifícios e templos de arquitetura colonial, verdadeiras obras de arte, que merece defesa e conservação”, são comumente encontradas nos discursos construídos pelos modernistas, desde o início da década de 1920. Para a intelectualidade da época, muitos deles preocupados e engajados na construção de uma identidade cultural propriamente nacional, a implantação do governo Vargas possibilitou que suas vozes e seus discursos alcançassem grande notoriedade pública.

Ao nos determos mais especificamente ao decreto de elevação de Ouro Preto à Cidade-Monumento Nacional observamos que as responsabilidades sobre a guarda e a preservação dos bens de valor histórico e artístico local ficariam entregues ao Estado de Minas Gerais e ao próprio município. Outro ponto importante do decreto é a tentativa de aproximação entre o governo federal e as autoridades eclesiásticas mineiras, no sentido de unirem forças em prol da salvaguarda e preservação desses bens patrimoniais.

---

<sup>105</sup> Decreto nº 19.398, de 11 de novembro de 1930. Fonte: Arquivo Central do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Art. 2º - Os monumentos ligados à História Pátria, bem como as obras de arte, que constituem o patrimônio histórico e artístico da cidade de Ouro Preto ficam entregues à vigilância e guarda do Governo do Estado de Minas Gerais e da municipalidade de Ouro Preto, dentro da órbita governamental de cada um; Art. 3º - Os monumentos de arte religiosa, mediante acordos que forem firmados entre as autoridades eclesiásticas e o Governo do Estado de Minas e a municipalidade de Ouro Preto, poderão ser por estes mantidos em estado de conservação e assim incorporados ao patrimônio artístico e histórico do Monumento Nacional erigido pelo presente decreto.<sup>106</sup>

É de extrema importância quando fixamos essa iniciativa inicial de aproximação entre o Poder Público e as autoridades eclesiásticas mineiras em torno da questão da conservação do patrimônio histórico e artístico de Ouro Preto, pois isso nos possibilita rastrear os rumos e caminhos que foram sendo seguidos pela política oficial de preservação do patrimônio a nível regional e, posteriormente, a nível nacional.

Com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1937 e, pelo menos, ao longo das três primeiras décadas em que a direção desse instituto esteve a cargo do intelectual Rodrigo Melo Franco de Andrade, o que constatamos é uma maciça atividade de pesquisa e investigação histórica, sobretudo em relação ao patrimônio religioso católico mineiro.

O SPHAN, a partir de 1937, seria o principal núcleo aglutinador da intelectualidade modernista mineira. Sobre a vigilância e olhar atento de Rodrigo Melo Franco de Andrade, essa intelectualidade mineira se responsabilizaria pela redescoberta das antigas cidades coloniais mineiras e pelo complexo exercício político-ideológico de tecitura de um discurso de articulação entre passado e presente, antigo e moderno.

A alta hierarquia eclesiástica brasileira, desde a década de 1920, se empenhava, por meio de um projeto ideológico de poder, do processo de recatolicizar a nação. Como apontado anteriormente, as três primeiras décadas pós Proclamação da República foram marcadas por uma política de governo laica e secularizadora. O resultado dessa proposta política no início do governo republicano brasileiro culminou no afastamento da Igreja Católica do interior da sociedade e num período de grande ostracismo para essa instituição.

---

<sup>106</sup> Decreto nº 22.928, de 12 de julho de 1933. Fonte: Arquivo Central do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

A união dos bispos nacionais no sentido de reorganizar a Igreja Católica, reforçar sua imagem institucional no interior da sociedade e recatolicizar a nação é um pouco anterior à chegada de Getúlio Vargas à presidência da República. Nos anos que se seguiram ao golpe de Estado de 1930, seria bastante comum, no cenário nacional, Igreja e Estado dividirem o mesmo espaço público, sobretudo em datas comemorativas e celebrações de caráter cívico e religioso.

No estado de Minas Gerais, mais especificamente na histórica cidade de Ouro Preto, o momento-chave dessa demonstração pública de poder do Estado e da Igreja pode ser mais bem observado após a criação do Museu da Inconfidência, no ano de 1938. A criação dessa instituição, com o objetivo de servir de Panteão e Museu Histórico, foi sucedida por inúmeras celebrações de cunho cívico e religioso.

O documento de criação do Museu da Inconfidência, assinado pelo Presidente Getúlio Vargas e pelo então Ministro da Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema, define quais seriam as finalidades dessa instituição, as futuras providências em relação ao traslado dos restos mortais dos Inconfidentes, a definitiva permanência das ossadas no interior do Museu e sobre as obras de modificação e adaptação da antiga Casa da Câmara e Cadeia, entregue aos especialistas do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Art. 1º - Fica criado em Ouro Preto, o Museu da Inconfidência com a finalidade de colecionar as coisas de vária natureza relacionadas com os fatos históricos da Inconfidência Mineira e com seus protagonistas e bem assim as obras de arte ou de valor histórico que constituem documentos expressivos da formação de Minas Gerais; Art. 3º - Os despojos dos Inconfidentes trasladados para Ouro Preto por iniciativa do Governo Federal serão transferidos definitivamente para o Museu da Inconfidência; Art. 4º - O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional elaborará o projeto das obras de adaptação do edifício mencionado e bem assim da organização técnica e administrativa do Museu da Inconfidência.<sup>107</sup>

Dentro dessa cadeia de acontecimentos de caráter cívico e religioso que sucederiam a criação do Museu da Inconfidência no ano de 1938, o próximo passo (anterior à inauguração do próprio Museu), foi a inauguração do Mausoléu dos Inconfidentes, no dia 21 de abril de 1942, data simbólica para os mineiros e para a nação brasileira, pois representaria os cento e

---

<sup>107</sup> Decreto – Lei n. 965, de 20 de dezembro de 1938. Cria o Museu da Inconfidência, na cidade de Ouro Preto e dá outras providências. D. O. de 22 de dezembro de 1938, págs. 26. 117. Fonte: Arquivo Central do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

cinquenta anos da morte de Tiradentes, preso e executado como o principal líder da Inconfidência Mineira de 1789.

O discurso de inauguração do Mausoléu dos Inconfidentes ficou a cargo de Rodrigo Melo Franco de Andrade. No ofício n° 455, enviado do Rio de Janeiro por Rodrigo a Gustavo Capanema, no dia 27 de abril de 1942, é possível vislumbrar, mesmo em pequenos fragmentos, a cerimônia de inauguração do Mausoléu e de recebimento pelo povo mineiro dos despojos dos Inconfidentes.

Obviamente que um momento de grande valor histórico e simbólico tanto para os mineiros quanto para a nação brasileira, não poderia deixar de contar com a presença das autoridades governamentais e eclesiásticas, ambas dividindo o mesmo espaço de poder público. O cenário público para a demonstração e reforço do poder estatal e da Igreja Católica seria a Praça Tiradentes, inaugurada no ano de 1894, após a instalação de uma estátua de bronze em memória do mártir da Inconfidência Mineira.

A descrição redigida por Rodrigo e contida no ofício n°. 455, sobre a cerimônia de inauguração do Mausoléu dos Inconfidentes, realizada na Praça Tiradentes em Ouro Preto no dia 21 de abril de 1942, nos permite assinalar alguns detalhes importantes da celebração. Para além de um ato público de valor histórico, político e cívico para os mineiros e para a nação brasileira, a inauguração do Mausoléu estava envolta numa atmosfera de cunho religioso. Como constatou Rodrigo, a própria cerimônia foi presidida por Dom Helvécio Gomes de Oliveira (então 2º Arcebispo de Mariana) e iniciada na Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias, templo no qual os despojos dos Inconfidentes ficaram alojados até o término das obras de construção do Mausoléu.

Senhor Ministro, tenho o prazer de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, conforme a autorização concedida pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, foi inaugurado, no dia 21 de abril corrente, com enorme concorrência popular e com a presença de todas as autoridades locais, o Mausoléu dos Inconfidentes, no Museu da Inconfidência. A cerimônia se realizou sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Arcebispo de Mariana e foi precedida de missa solene celebrada pelo mesmo ilustre prelado na Matriz de N. S. da Conceição de Antônio Dias.<sup>108</sup>

---

<sup>108</sup> Inauguração do Mausoléu dos Inconfidentes. Ouro Preto, 21 de abril de 1942. Discurso do Dr. Rodrigo Melo Franco de Andrade, publicado no Diário Oficial de 29 de abril de 1942. Fonte: Arquivo Central do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

As autoridades governamentais e os membros do SPHAN, presentes à cerimônia de 21 de abril, desejavam, por meio do ato cívico de repatriamento das ossadas e do resgate da memória histórica do movimento da Inconfidência Mineira, a construção da imagem dos Inconfidentes como heróis nacionais.

O contexto político brasileiro da década de 1930 era marcado por um projeto de governo de cunho nacionalista. A construção de uma identidade nacional era uma das principais pautas do governo de Vargas. Para que esse objetivo fosse atingido o governo uniria esforços com a intelectualidade da época, representada pelo grupo dos modernistas brasileiros. Aos modernistas mineiros coube o exercício de retorno às origens, tradições, fatos e personagens históricos locais, como elementos fundamentais na construção de um discurso sobre a identidade nacional. A Inconfidência Mineira e seus personagens (sobretudo, Tiradentes, em torno do qual foi construída a imagem do grande herói nacional), foram os elementos propulsores do discurso da intelectualidade modernista mineira.

No discurso de Rodrigo Melo Franco de Andrade, a figura de Tiradentes extrapola os limites da antiga capitania de Minas Gerais e o movimento da Inconfidência Mineira é considerado como determinante para o processo de emancipação política do Brasil em 1822. Mesmo que seus despojos não pudessem ser encerrados em definitivo no Mausoléu construído em memória dos Inconfidentes, sua ausência é suprida por documentos e objetos fidedignos, produzidos às vésperas de seu suplício e que apresentam um valor histórico incalculável.

Entre as comemorações realizadas em nosso país no dia 21 de abril, - desde que a gratidão nacional principiou a manifestar-se à memória de Tiradentes, nenhuma talvez terá sido tão tocantemente expressiva quanto a cerimônia singela que há pouco se iniciou neste recinto. Não se poderia, em verdade, homenagear mais emocionantemente o grande precursor da emancipação política do povo brasileiro, do que recolhendo a jazigos definitivos, lado a lado, os despojos dos Inconfidentes, repatriados, depois de tantos anos, das terras de seu áspero degredo e, ao mesmo tempo, trazer para as proximidades dos túmulos que lhes encerram os restos mortais, as relíquias do desfecho dramático da Conjuração Mineira. No Mausoléu, que o Governo da República, em 1942, dedicou aos mártires da Inconfidência, não poderia ser recolhido as cinzas do mais puro Herói dentre estes: do Tiradentes, o corpo esquartejado e a nobre cabeça se terão consumido, desde um século e meio, nas fossas obscuras em que os enterraram, depois de haverem servido para inspirar terror e asco aos compatriotas pelos quais se tinha sacrificado. Sua memória, entretanto, de todas é a mais presente e a mais próxima, nesta casa. E, agora, tem-se a avivá-la, aqui, a vista dos originais dos Autos contendo o manuscrito de acordão da Alçada que o condenou definitivamente à morte, o mandado de

execução da justiça da Rainha D. Maria 1ª e a sinistra certidão passado com o próprio sangue do mártir, depois da pena ter se cumprido.<sup>109</sup>

É interessante pensarmos como a ausência das cinzas de Tiradentes a serem depositadas no Mausoléu justifica todo um exercício político e ideológico de valorização histórica de documentos e objetos oficiais diretamente ligados à sua imagem. E mais: como esses documentos e objetos contribuem para o resgate da memória desse Inconfidente como mártir e principal herói nacional. Como atesta a própria escrita de Rodrigo, “sua memória [Tiradentes], entretanto, de todas é a mais presente e a mais próxima, nesta casa”.

Esse exercício de resgate da memória e de justificação da ausência de Tiradentes por meio da valorização histórica de documentos e objetos diretamente ligados à sua imagem também serviria como recurso às autoridades eclesiásticas mineiras no sentido de dar à cerimônia cívica e ao espaço na qual foi realizada um ar de sacralidade.

A Igreja Católica, nesse momento, estava às voltas com um projeto ideológico de poder que consistia na tentativa de recatolicização da nação brasileira. O ápice da demonstração do poder social da Igreja era justamente nos momentos de festividades e celebrações públicas. Dividir o mesmo espaço público de poder com as autoridades governamentais era uma das principais estratégias adotadas pela alta hierarquia eclesiástica brasileira.

Como já apontado anteriormente, a cerimônia inicial de inauguração do Mausoléu foi realizada na Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias (espaço sagrado que alocou por um breve período de tempo às cinzas dos Inconfidentes) e presidida pela mais alta autoridade religiosa local, o Arcebispo Dom Helvécio Gomes de Oliveira, a quem coube a celebração da missa de abertura dos atos solenes.

Atentos mais uma vez à documentação produzida durante a inauguração do Mausoléu dos Inconfidentes em Ouro Preto, percebemos como a própria imagem de Tiradentes no discurso das autoridades governamentais, eclesiásticas e dos modernistas mineiros, ganha um intenso ar de sacralidade. O relato de Rodrigo sobre a transferência das peças de madeira utilizada na forca que supliciou Tiradentes, do Museu Histórico Nacional no Rio de Janeiro para o Museu da Inconfidência, a pedido do Presidente da República, condiciona às referidas

---

<sup>109</sup> Inauguração do Mausoléu dos Inconfidentes. Ouro Preto, 21 de abril de 1942. Discurso do Dr. Rodrigo Melo Franco de Andrade, publicado no Diário Oficial de 29 de abril de 1942. Fonte: Arquivo Central do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

peças um profundo desejo de santificação. Suas palavras dão a entender que o povo mineiro e a nação brasileira estavam sendo contemplados com a visão de um objeto sagrado.

E a evocação do martírio do Herói será ainda mais intensa diante das peças autênticas da forca utilizada para o suplício, transferidas também, desde poucos dias, do Rio de Janeiro, onde se achavam no Museu Histórico Nacional, para o Museu da Inconfidência. Foi o chefe da nação, pessoalmente, que autorizou transferência dessas preciosas relíquias para Ouro Preto. O Senhor Presidente da República quis, assim, contribuir para que esta solenidade cívica, no terceiro cinquentenário do suplício de Tiradentes, se tornasse o mais memorável possível, na sua simplicidade. O ato de Sua Excelência beneficiou, porém, esta cidade e o Museu Federal aqui instituído com uma doação de tal valor, que nenhuma outra lhe será comparável, por mais importantes e opulentas que sejam ou venham a ser as que, ambos, já têm recebido e possam receber ainda. De fato, as folhas manuscritas contidas naquele velho códice, juntamente com aqueles toscos madeiros, representam e perpetuam, para nós e para as gerações futuras dos brasileiros, o passo mais edificante de nossa história. Materializam, na proximidade imediata de cada um de nós aqui reunidos, a clarividência e a justiça da aspiração dos Inconfidentes, a brutalidade inútil da repressão e o suplício do Herói, glorificado pela posteridade.<sup>110</sup>

Se o discurso construído já impõe ao objeto mencionado um intenso valor sagrado, o que não dizer, então, sobre a imagem de Tiradentes nos últimos momentos que antecederam sua execução pelas autoridades régias? A historiografia brasileira, mas, sobretudo, uma corrente historiográfica regionalista mineira das primeiras décadas do século XX, pretendeu aproximar a imagem de mártir de Tiradentes à própria imagem de Jesus Cristo. É muito comum, nesse período (marcado pela ausência de heróis nacionais), a imagem de Tiradentes (presente nas pinturas de quadros, nos livros didáticos, nas narrativas e discursos de teor nacionalista) vinculada à imagem de Cristo.

No esforço de tentar reproduzir os últimos passos de Tiradentes antes da execução, Rodrigo constrói a imagem do mártir que diante de seus algozes se apresenta pleno, sereno e inflexível. A narrativa descreve Tiradentes como um homem de superioridade moral em relação aos demais, um ser de alma e espírito elevados, portanto, a imagem mesma de um santo e herói nacional.

O heroísmo de Tiradentes foi o mais puro que se possa conceber. Dir-se-ia que ele se empenhou por dissimular a incomparável nobreza de

---

<sup>110</sup> Inauguração do Mausoléu dos Inconfidentes. Ouro Preto, 21 de abril de 1942. Discurso do Dr. Rodrigo Melo Franco de Andrade, publicado no Diário Oficial de 29 de abril de 1942. Fonte: Arquivo Central do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

seu sacrifício. Como a querer diminuir-se, para não humilhar o próximo com a revelação da sua esmagadora superioridade moral, procurou atribuir a motivos menos desinteressados o impulso heroico que o levava a morrer pela liberdade de seus compatriotas. E a pureza desse propósito foi tal, no fundo do seu grande coração, que ao próprio algoz ele chamou de amigo e quis beijar as mãos e os pés, levando o amor à comunhão dos brasileiros ao extremo de manifestar afeto e veneração no mais infame de todos. Naquele dia, - há exatos 150 anos -, “entrou o algoz, que tinha a alcunha de Capitania, no cárcere de Tiradentes, para vestir-lhe a alva; e como, segundo o costume, pedisse perdão à sua vítima: - Oh, meu amigo, disse-lhe Tiradentes, com extrema placidez e humildade, deixe-me beijar-lhe as mãos e os pés.” Tal foi a lição de infinita modéstia e de amor infinito à coletividade nacional que o Herói nos deixou, à hora do suplício.<sup>111</sup>

Em seu discurso, Rodrigo se esforça no sentido de construir a imagem de Tiradentes como herói nacional. Esse é o grande papel exercido pelos intelectuais ligados ao governo de Vargas a partir da década de 1930. A constituição de uma nação moderna e fundamentada num projeto político nacionalista de progresso buscou alinhar as experiências do passado às ações do presente e do futuro.

Depois de quase dois séculos de subordinação política a Portugal, portanto, período em que a história brasileira era diretamente vinculada à noção de colonização, as primeiras décadas do XX foram marcadas por um movimento de resgate da memória, dos fatos e personagens históricos, que ajudariam a contar e a construir a identidade da nação brasileira.

A riqueza histórica e cultural de Minas Gerais possibilitou aos modernistas mineiros o retorno às origens e tradições locais, com o objetivo de constituição de um discurso que alçasse o Estado ao patamar do grande debate político nacional da época. A tarefa de construção da identidade da nação brasileira é, antes de tudo, e na visão da intelectualidade do período, uma intensa disputa entre os vários grupos políticos regionais.

A inauguração do Mausoléu dos Inconfidentes em 1942 e a criação do Museu da Inconfidência em 1944 devem ser entendidos – para além de atos cívicos – como atos de grande representatividade política. O que o estado de Minas Gerais, suas autoridades políticas e religiosas pretendiam com esses atos públicos é demonstrar a importância cultural, histórica e religiosa de Minas aos demais estados da nação. Sua riqueza histórica, a forte presença que o

---

<sup>111</sup> Inauguração do Mausoléu dos Inconfidentes. Ouro Preto, 21 de abril de 1942. Discurso do Dr. Rodrigo Melo Franco de Andrade, publicado no Diário Oficial de 29 de abril de 1942. Fonte: Arquivo Central do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

catolicismo tem no interior da sociedade mineira (lembrando que nesse período há todo um discurso regional que busca defender e legitimar o estado de Minas como o mais católico do Brasil), são alguns dos elementos que estruturam o discurso modernista local.

No dia 11 de agosto de 1944, foi inaugurado o Museu da Inconfidência, data importante que expressava o bicentenário do nascimento do poeta e inconfidente Tomás Antônio Gonzaga (1744-1810) e que representava, também, uma nova orientação do governo brasileiro em relação à política de criação de novos museus pelo país.

A historiadora Janice Pereira da Costa<sup>112</sup> rastreou, de maneira sucinta, o início do processo de constituição da concepção sobre museus históricos e suas finalidades na Europa, no início do século XIX. Para a autora:

Foi apenas no século XIX que os museus passaram a possuir as características que hoje conhecemos. Em um contexto de afirmação do Estado Moderno, diferentes países europeus fundavam museus que possuíam a intenção de reunir coleções de objetos, intencionalmente escolhidos, nos quais eram depositados todo um conteúdo simbólico. Essa concepção de museu espalhou-se por toda a Europa. Os tradicionais museus históricos eram criados para que fossem capazes de apresentar à população um patrimônio que possibilitasse a evocação, preservação e celebração de um passado nacional. O que se pretendia com esses museus era que eles fossem capazes de representar um “passado nacional” que pertencesse a todos e proporcionasse uma identidade cultural unificadora. O Museu Britânico é identificado como um dos primeiros representantes desses tradicionais museus de história. Esses espaços ficaram conhecidos, por muito tempo, como verdadeiros “templos da memória.” Durante o século XIX, as grandes exposições já possuíam um considerável caráter pedagógico. Essas tinham o objetivo de disseminar entre a população conceitos fundamentais, como civilização, paz, progresso e trabalho. Os museus possuíam a função de “educar” e “disciplinar” uma multidão que precisava encontrar, naqueles “verdadeiros templos do conhecimento”, uma identidade nacional unificadora (COSTA, 2005, p.56-57).

Essa política orientadora dos museus históricos europeus, a partir do século XIX, fincaria suas raízes em solo brasileiro nas primeiras décadas do governo republicano, momento de expressiva busca pela identidade e unificação nacional. Na visão da intelectualidade da época, responsável por colocar em prática a nova política de constituição dos museus históricos nacionais, os objetos e obras de arte, diretamente ligados ao passado nacional, deveriam ser

---

<sup>112</sup> COSTA, Janice Pereira da. Ensinando a ser cidadão: Memória Nacional, História e Poder no Museu da Inconfidência (1938-1990). Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Belo Horizonte, outubro de 2005.

concentrados num espaço público destinado à educação e produção de conhecimento para a população brasileira.

A exposição desses objetos de valor histórico e artístico vinha de encontro ao desejo político de civilizar e, ao mesmo tempo, forjar, no mosaico social brasileiro, um sentido de enraizamento patriótico e integração nacional. Sobre a fundação do primeiro museu histórico brasileiro, a autora assim se expressa:

No Brasil, essa concepção de museu foi efetivamente colocada em prática por Gustavo Barroso com a fundação do Museu Histórico Nacional (MHN), em 1922, no Rio de Janeiro. A intenção de criar esse museu visava à consolidação da cidade do Rio de Janeiro como capital do país. O MHN tinha como grande objetivo forjar uma identidade nacional e introduzir a população em uma cultura civilizada. A república necessitava consolidar suas tradições, e essas foram “resgatadas” no passado Imperial (COSTA, 2005, p.57).

A partir de 1922, com o Museu Histórico Nacional, houve, por parte de intelectuais e autoridades governamentais, uma grande ênfase na constituição de museus na capital do país, portanto, na cidade do Rio de Janeiro. Sede do poder político nacional, local de grande circulação de pessoas, centro cultural e econômico do país, a cidade do Rio de Janeiro seria o *locus* privilegiado para a concentração, resgate da memória e exposição de objetos e artes colecionáveis, que ajudassem a compor a narrativa histórica sobre o Brasil.

A fundação de museus regionais ao longo da década de 1940 visava romper com essa hegemonia da capital federal na concentração de instituições ligadas ao resgate e construção da memória nacional. Outro ponto importante nessa nova perspectiva de criação de museus distantes da capital federal era a preocupação com a construção de uma memória regional e de uma política de conservação e preservação de objetos de valor histórico e artístico, com os quais as comunidades locais se identificassem prontamente.

O fato de muitos objetos de valor histórico e artístico nacional ser comercializado por antiquários e colecionadores privados também inquietava as autoridades governamentais ligadas ao SPHAN. O medo em relação à perda, extravio, comércio ilegal e dispersão desses objetos para fora do país, era comumente realçado nos discursos e pela política preservacionista oficial.

A museóloga Lygia Martins Costa<sup>113</sup> aponta Rodrigo Melo Franco de Andrade como a principal autoridade governamental responsável pela proposta de criação dos museus regionais a partir de 1940. De acordo com a autora, sua efetiva preocupação com a conservação e preservação de acervos e bens patrimoniais ligados à memória regional viria após o diálogo com o arquiteto e urbanista Lúcio Costa, este último encarregado da produção de um relatório sobre as ruínas das Missões Jesuíticas localizadas no sul do país.

Após a impressão negativa sobre o estado em que se encontravam essas ruínas, Lúcio Costa sugeriu a Rodrigo que fosse criado um museu (Museu das Missões) com o objetivo de resguardar a memória local e preservar o patrimônio material herdado dos jesuítas. Para Lygia Costa, o Museu das Missões, criado no ano de 1940, é ponto de partida para a difusão de outros museus regionais pelo país, inclusive no Estado de Minas Gerais, terra natal de Rodrigo.

Em pleno processo de instalação do Museu das Missões, que obedecia à trilha definida, Rodrigo, conhecedor da história de Minas colonial e apaixonado por seus capítulos mais expressivos, idealizou os museus que caracterizariam sua admiração. Tal como se fazia no sul: conjugação de diferentes tipos de acervo, em solução abrangente, harmoniosa e elucidativa de uma sociedade. E assim quase simultaneamente concebeu o Museu da Inconfidência e o Museu do Ouro, ambos de acervo em grande parte inédito para os colecionadores, que só se interessavam pela arte erudita, excelente em Minas. (COSTA, 2002, p.81-82)

Criados quase ao mesmo tempo, o Museu da Inconfidência e o Museu do Ouro (Sabará, 1945), tinham o objetivo expresso de reunir e colecionar objetos que ajudassem a compor a narrativa sobre a trajetória civilizacional do povo mineiro. Enquanto o Museu do Ouro, por meio de um acervo composto na sua maioria por instrumentos utilizados na atividade de mineração, ajudava a reconstituir um pouco do passado cultural e econômico de Minas desde o período colonial, o Museu da Inconfidência era destinado a panteão dos Inconfidentes e museu histórico. Seu acervo inicial era composto por objetos ligados à memória dos personagens da Inconfidência e por um expressivo número de arte sacra, doada pelo Arcebispo Dom Helvécio Gomes de Oliveira.

Se desde a cerimônia de inauguração do panteão em 1942, as autoridades eclesiásticas mineiras intentavam infundir ao espaço do museu uma atmosfera de sacralidade, após sua

---

<sup>113</sup> Cf. COSTA, Lygia Martins. De Museologia, arte e política de patrimônio. Pesquisa: BARROS, Clara Emília Monteiro de. Rio de Janeiro: IPHAN, 2002.

inauguração em 1944, essa ação se intensificaria ainda mais.<sup>114</sup> O acervo composto pela arte sacra, até então sob o domínio da Igreja Católica no Museu Arquidiocesano de Mariana, foi doado no ano de 1940. Obviamente, já na primeira exposição que foi organizada pelo técnico do SPHAN, George Simoni<sup>115</sup>, a Igreja Católica, de maneira expressiva, dividiria o espaço museológico com os Inconfidentes.

Rodrigo Melo Franco de Andrade, no discurso de inauguração do Museu da Inconfidência, destacaria a importante iniciativa de descentralização da política de criação de museus somente na capital da República e, também, que a criação de museus regionais vinha de encontro ao reconhecimento da importância do patrimônio histórico e artístico presente nas várias regiões do país, assim como o auxílio que essas comunidades locais poderiam dar à conservação e preservação de bens constituintes de uma narrativa histórica local.

A criação do Museu da Inconfidência, em Ouro Preto, assinala o início de uma orientação nova e de relevante significação, adotada pelo governo da União a respeito dos museus nacionais. Deixando de limitar-se a organizar e desenvolver essas instituições federais apenas na capital da República, ele deliberou fundá-las e mantê-las também no interior do país, afim de não ficar circunscrita às divisas do Distrito Federal a obra de inestimável alcance cultural que a tais estabelecimentos incumbe realizar. Os benefícios da orientação adotada poderão ser avaliados, quer pela extensão incomparavelmente maior das nossas populações que se acharão habilitadas a familiarizar-se com o patrimônio histórico e artístico do país, e apreciá-lo quer pelo aperfeiçoamento que se deverá operar na conservação e no próprio conhecimento daquele patrimônio, evitando-se-lhe a dispersão para locais muito distantes da sua ocorrência e reunindo-o em condições de permitir a apuração das suas peculiaridades regionais e dos elementos que tiver em comum com as obras tradicionais das outras regiões do Brasil. Efetivamente só pelo conhecimento seguro do particular se

---

<sup>114</sup> Cf. COSTA (2002, p.83) “Nota-se, na cerimônia de inauguração do panteão, a combinação entre o esforço de criação de uma “cultura cívica” e elementos próprios da devoção cristã. Não foi de forma despropositada que tal cerimônia foi presidida pelo Arcebispo de Mariana e assistida por vários outros sacerdotes. Era preciso sacralizar aquele instante, aquele lugar. Além de edificar o monumento, era criada uma espécie de “lastro físico” para aquela memória, dita nacional, e agora também sagrada. Reuniam-se ali representantes ligados tanto ao poder político quanto ao poder divino, e tal encontro servia para tornar aquela memória ainda mais digna de culto.”

<sup>115</sup> Cf. Discurso do Dr. Rodrigo Melo Franco de Andrade na Inauguração do Museu da Inconfidência, 11 de agosto de 1944. “Antes de terminar, peço permissão para um pequeno registro, que parece justo e oportuno: em cumprimento do Decreto-Lei federal que instituiu o Museu da Inconfidência, este edifício foi restaurado pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, sob o projeto do arquiteto Renato Soeiro, executado sob a direção cuidadosa e proficiente do engenheiro Francisco Antônio Lopes. O projeto do Mausoléu dos Inconfidentes foi traçado pelo arquiteto José de Sousa Reis. O plano da disposição das salas de exposição do Museu elaborou-o com apurado gosto e sensibilidade o técnico Georges Simoni, que dirigiu também pessoalmente a sua execução, auxiliado por outros dedicados companheiros do Serviço do Patrimônio, entre os quais destaco o concurso valioso dos peritos Eduardo Tecles e Benjamin Portela, assim como o labor incansável e excelente dos caros colaboradores Benedito Magalhães, Manoel Casemiro Pereira, Luiz Reis de França, Francisco Rodrigues, João de Magalhães Pereira, Raul da Costa Barros e José Alves Costa.

alcançará o conhecimento geral satisfatório do acervo histórico e artístico da Nação. Assim também, não se poderá cultivar a tradição nacional sem favorecer o zelo pelas tradições regionais.<sup>116</sup>

Na visão de Rodrigo, o conhecimento geral sobre o patrimônio histórico e artístico brasileiro só é possível quando parte do local (regional) em direção ao geral (nacional). As singularidades presente nas artes, na cultura e nas tradições das mais diversificadas regiões do país, resultam na criação de um grande mosaico representativo do patrimônio histórico e artístico nacional.

Minas Gerais, berço de grandes personagens e fatos históricos, local privilegiado de concentração da arte barroca, terra natal do artífice Aleijadinho e de Tiradentes e considerado o estado mais católico do Brasil, contribuiria, sobremaneira, no enriquecimento e na constituição do patrimônio histórico e artístico nacional.

O Museu da Inconfidência, como panteão e museu histórico, teria a finalidade<sup>117</sup> de concentrar e preservar em seu interior objetos de valor histórico e artístico que ajudassem na constituição da narrativa sobre Minas Gerais. A expressiva concentração de objetos ligados à Inconfidência Mineira e a grande coleção composta pela arte sacra constituiriam o enredo museológico inicial. Enquanto a Inconfidência Mineira objetivava atestar o protagonismo dos Inconfidentes no processo de emancipação política do Brasil e transformar a imagem de Tiradentes como um mártir e herói nacional, a arte sacra reforçaria o papel fundamental da Igreja Católica no processo de civilização da população mineira.

A coleção inicial de arte sacra, doada pelo Arcebispo de Mariana, visa atestar o quanto a Igreja Católica foi benéfica na sua função de promotora da civilização das gentes mineiras desde fins do século XVII. Na visão das autoridades eclesiásticas mineiras da primeira metade do XX, somente uma população bem ilustrada e fielmente guiada pelos preceitos da religião cristã poderia deixar para a posteridade uma herança patrimonial e artística de valor histórico e religioso tão expressivo.

---

<sup>116</sup> Discurso do Dr. Rodrigo Melo Franco de Andrade na Inauguração do Museu da Inconfidência, 11 de agosto de 1944. Fonte: Arquivo Central do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

<sup>117</sup> Cf. Discurso do Dr. Rodrigo Melo Franco de Andrade na Inauguração do Museu da Inconfidência, 11 de agosto de 1944. Nas palavras desse intelectual mineiro, a finalidade principal da criação do Museu da Inconfidência, era: “de colecionar as coisas de vária natureza relacionadas com os fatos históricos da Inconfidência Mineira e com seus protagonistas e, bem assim, as obras de arte ou de valor histórico que constituem documentos expressivos da formação de Minas Gerais.”

Portanto, para as autoridades governamentais e eclesiásticas que se empenharam na criação desse museu regional, a estrutura central da narrativa museográfica seria destinada ao resgate da memória da Inconfidência e a reforçar a importância da trajetória histórica da Igreja Católica na formação da sociedade mineira.

Dentro desse projeto ideológico de poder que unia a alta hierarquia católica nacional em prol da tentativa de recatolicização do país, os arcebispos Dom Silvério Gomes Pimenta e Dom Helvécio Gomes de Oliveira, ambos os prelados da diocese de Mariana, empregariam os mais virtuosos esforços. Portanto, não é sem importância que nesse momento há, em Minas Gerais, uma expressiva atividade envolvendo políticos, intelectuais e religiosos mineiros, na busca pelo reconhecimento desse estado como o mais católico da nação.

A própria doação da coleção de arte sacra por Dom Helvécio, que comporia o núcleo inicial do acervo museológico, deve ser entendida como um ato de poder político. Nesse espaço público destinado ao resgate e preservação da memória dos Inconfidentes e da formação de Minas Gerais, a trajetória histórica da Igreja Católica no território deveria ter sua parcela de protagonismo. Seja por meio de um discurso que enfatiza o papel fundamental no processo de civilização da população local, seja pela herança patrimonial de valor histórico e artístico, facilmente identificado na arquitetura religiosa colonial e nas artes sacras, a Igreja Católica se fez e se faz presente na vida cotidiano do povo mineiro desde finais do século XVII.

A nomeação do Cônego Raimundo Trindade, no início da década de 1940, como o primeiro diretor do Museu da Inconfidência, vem a atestar o reconhecimento do poder político e social da Igreja em Minas, pelas autoridades governamentais. Raimundo Trindade, pelo menos uma década antes de sua nomeação à direção do Museu, já vinha estabelecendo uma forte ligação com o intelectual Rodrigo Melo Franco de Andrade. Ambos nutriam um grande interesse pela pesquisa histórica sobre a formação de Minas Gerais.

No início da década de 1920, Raimundo Trindade dava seus primeiros passos como historiador, alternando entre a prática de pesquisas sobre a história da Igreja Católica em Minas e a função de genealogista (se dedicando a estudos sobre importantes famílias paulistas que ajudaram a compor o incipiente núcleo populacional mineiro a partir de fins do século XVII).

Rodrigo não poderia deixar de tecer inúmeros elogios à escolha desse religioso e historiador mineiro como primeiro diretor do Museu da Inconfidência.

Por fim, seja-me concedido manifestar minha grande satisfação por ver o Museu da Inconfidência entregue, pela acertada escolha do Senhor Presidente da República, à direção do Ilustre Cônego Raimundo Trindade, mestre historiador dos fastos da Arquidiocese de Mariana, douto genealogista da lendária zona do Ribeirão do Carmo e patricio capaz, por todos os títulos e atributos, de orientar, com clara inteligência e saber comprovado, a obra de tão largo alcance que aqui se vai iniciar.<sup>118</sup>

Para Rodrigo, Raimundo Trindade era a pessoa mais qualificada no momento para assumir a direção do Museu da Inconfidência. Reconhecido como um dos principais expoentes da historiografia mineira das primeiras décadas do século XX e o mais experiente pesquisador da história eclesiástica de Minas Gerais (experiência adquirida ao longo de cinco décadas de dedicação à atividade espiritual, como sacerdote da Igreja Católica, diretor-organizador do arquivo eclesiástico da Arquidiocese de Mariana e historiador).

Para Dom Helvécio, sua nomeação evidenciava o grande poder e representatividade que a Igreja Católica vinha retomando junto às autoridades governamentais e a sociedade mineira. Raimundo Trindade era visto como peça fundamental nessa engrenagem que articulava a alta hierarquia da Igreja em Minas ao poder político nacional.

Nesse jogo de poder político que envolvia o espiritual e o temporal em Minas, Raimundo Trindade seria o principal interlocutor entre Dom Helvécio, Rodrigo Melo Franco de Andrade e o SPHAN. É bastante evidente, nas fontes documentais analisadas para essa pesquisa, a função de interlocutor representada por Raimundo Trindade.

Todos os pedidos que partiam de Dom Helvécio, com a finalidade de restauração ou intervenção (obras) em bens patrimoniais tombados pelo SPHAN e pertencentes à Igreja em Minas, eram, primeiramente, direcionados a Raimundo Trindade, que os transmitia a Rodrigo e ao SPHAN. Da parte de Rodrigo, todas as notícias sobre tombamentos, restaurações de igrejas e de artes sacras eram devidamente relatadas e enviadas a Raimundo Trindade, que as direcionava ao Arcebispo de Mariana. Como na correspondência enviada do Rio de Janeiro, no dia 16 de fevereiro de 1945, em que Rodrigo responde ao pedido de Dom Helvécio de redução a um único pavimento de um sobrado, localizada na Rua Direita em Mariana, propriedade da Igreja, porém, tombada pelo SPHAN. Se valendo da legislação pertinente sobre a preservação de bens patrimoniais de valor histórico e artístico, o pedido de Dom Helvécio foi negado. Mas,

---

<sup>118</sup> Discurso do Dr. Rodrigo Melo Franco de Andrade na Inauguração do Museu da Inconfidência, 11 de agosto de 1944. Fonte: Arquivo Central do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

ao mesmo tempo, Rodrigo se compromete com o envio de uma equipe técnica do SPHAN para analisar o estado de tal edificação e restaurá-la.

Em virtude da disposição categórica do artigo 17, do Decreto-Lei nº25, de 30 de novembro de 1937, não me é lícito conceder autorização para demolir nem mutilar edificações integradas entre os bens tombados como patrimônio histórico e artístico nacional. Por tal fundamento foi que, ao ser consultado sobre o assunto pelo Padre Daniel, secretário do Senhor Arcebispo, ponderei-lhe com toda franqueza que não poderia ser aprovado por esta repartição o projeto de reduzir a um só pavimento o antigo sobrado da Rua Direita, de propriedade da Arquidiocese. Na mesma oportunidade, examinei pessoalmente o prédio em questão, que percorri por inteiro, com o mais vivo empenho de procurar uma solução que correspondesse ao desejo do Senhor Arcebispo. Só me ocorreu, porém, o alvitre de consolidar-se a estrutura do sobrado e nele realizar as obras de reparação e adaptação necessárias, sob a assistência técnica desta repartição.<sup>119</sup>

Da parte de Rodrigo, as correspondências versavam, quase sempre, sobre notícias referentes ao tombamento de inúmeras igrejas no Estado de Minas Gerais pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Nos seus escritos, Rodrigo, aparentando enorme confiança em Raimundo Trindade, pedia encarecidamente que tais informações chegassem ao conhecimento de Dom Helvécio. Caso, por exemplo, das notificações sobre o tombamento das Igrejas de Conceição do Mato<sup>120</sup> e das matrizes de Ouro Branco, Cachoeira do Campo, São João Del Rei e Tiradentes.<sup>121</sup>

Mas nem sempre a relação entre Dom Helvécio e Rodrigo, intermediada por Raimundo Trindade, apresentava ares amistosos. Como principal elo entre essas duas autoridades, às vezes

<sup>119</sup> Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. Cúria Metropolitana (Cônego Raimundo Trindade). Sede: Cidade de Mariana – Rua Direita, 102 – Estado de Minas Gerais. Assunto: Cartas Regência Paroquial, Ano 1924. Lugar: Rio Doce, Barra Longa, Mariana. Nº 2359. Correspondência de Rodrigo Melo Franco de Andrade para Cônego Raimundo Trindade, Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 1945. MES, Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

<sup>120</sup> Arquivo Central do IPHAN. Ata Representante [Raimundo Trindade] – Cx. 0054-0377. Ministério da Educação e Saúde. Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 22 de outubro de 1948. Correspondência de Rodrigo Melo Franco de Andrade para Cônego Raimundo Trindade. “Ao Ilustre Amigo Cônego Trindade: Prevalendo-me mais uma vez do seu bondoso intermédio, transmito-lhe inclusa a notificação nº544, de tombamento de igrejas em Conceição do Mato Dentro, endereçada ao Reverendíssimo Arcebispo de Mariana, rogando-lhe o favor de fazê-la chegar às mãos do destinatário e, bem assim, devolver a esta repartição, o recibo que a acompanha, devidamente assinado.”

<sup>121</sup> Arquivo Central do IPHAN. Ata Representante [Raimundo Trindade] – Cx. 0054-0377. Ministério da Educação e Saúde. Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 19 de novembro de 1949. Correspondência de Rodrigo Melo Franco de Andrade para Cônego Raimundo Trindade. “Meu Caro Cônego Trindade: Venho solicitar mais uma vez os seus préstimos benévolos, a fim de fazer chegar às mãos do Senhor Arcebispo D. Helvécio as inclusas notificações de tombamento das Matrizes de Ouro Branco, Cachoeira do Campo, São João Del Rei e Tiradentes. Muito lhe agradecerei, ainda, se puder Vossa Reverendíssima obter do Senhor Arcebispo a assinatura e devolução, por seu intermédio, das respectivas notificações de tombamento.”

seu posicionamento estratégico era utilizado na tentativa de abrandar ânimos mais exaltados. A realização de uma obra na Igreja da Confraria de São Francisco, em Mariana, pelo Arcebispo, e sem o devido pedido e autorização legal do SPHAN, geraria protesto da parte de Rodrigo e, mesmo, a ameaça de suspendê-la.

Escrevi recentemente ao Senhor Arcebispo, pedindo-lhe providenciar para que uma obra empreendida na Igreja da Confraria de São Francisco, de Mariana, sem a indispensável autorização legal, fosse sustada até que o provedor da Irmandade requeresse a devida licença. Escrevi diretamente a D. Helvécio, por ter sabido, pelo Moraes, que ele manifestara preferir que a Igreja se arruinasse a que nos fosse requerido semelhante autorização. Usei dos termos mais delicados e respeitosos, ao pedir sua intervenção. Receio, entretanto, que ele se irrite, como de costume, por mais manifesto que seja o fundamento da ação desta Diretoria. Até hoje não me deu nenhuma resposta.<sup>122</sup>

Sobre o documento acima citado, duas observações são bastante interessantes: a primeira, que comprova essa visão de Raimundo Trindade como intermediário no diálogo entre a autoridade governamental e a religiosa. Como vimos, Rodrigo recorre a Raimundo Trindade por não ter recebido a devida resposta de uma carta enviada anteriormente a Dom Helvécio, pedindo explicações sobre a obra iniciada na Igreja da Confraria de São Francisco. A segunda observação é decorrente da própria escrita de Rodrigo, quando diz: “receio, entretanto, que ele [Dom Helvécio] se irrite, como de costume...”. O que demonstra que essa relação baseada, sobretudo, num manifesto posicionamento em defesa e preservação do patrimônio histórico e artístico mineiro (falamos aqui, mais diretamente do patrimônio religioso católico), nem sempre apresentou um diálogo rigorosamente comum.

Ao que parece, às vezes, os interesses da Igreja Católica em Minas Gerais eram colocados à frente dos interesses do governo federal (representado aqui por Rodrigo e pelo SPHAN), e, às vezes, como num típico jogo de poder, a situação poderia se inverter, desencadeando conflitos entre ambas as autoridades.

---

<sup>122</sup> Arquivo Central do IPHAN. Ata Representante [Raimundo Trindade] – Cx. 0054-0377. Ministério da Educação e Saúde. Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 8 de abril de 1949. Correspondência de Rodrigo Melo Franco de Andrade para Cônego Raimundo Trindade.

#### **4.1 Direção do museu: a oposição religiosa e intelectual da época**

O religioso e historiador Raimundo Trindade assumiu a direção do Museu da Inconfidência no ano de 1944 e permaneceria no cargo até 1959, data em que, por motivos de piora na saúde, pediria afastamento do cargo e das funções que exercia na instituição.

Como aponta alguns estudiosos, a nomeação para o cargo de diretor do Museu da Inconfidência em Ouro Preto é, antes de tudo, um ato de caráter político. Presumimos que nesse momento havia, entre o governo e a Arquidiocese de Mariana, um acordo para a escolha de Raimundo Trindade como diretor da instituição.

Obviamente que não podemos deixar de levar em conta também toda a experiência pessoal de Raimundo Trindade como religioso, historiador e pesquisador dos arquivos eclesiais mineiros. As cinco décadas dedicadas à atividade espiritual, assim como o reconhecido esforço intelectual como historiador eclesial de Minas Gerais, são fortes elementos que o alçariam como um dos mais qualificados nomes a ocupar a direção do Museu da Inconfidência.

Outro ponto fundamental que legitimaria essa escolha seria sua intensa ligação com Rodrigo Melo Franco de Andrade. A documentação coligida e analisada não nos deixa apontar o exato momento em que ambos os intelectuais passaram a estabelecer uma relação mais próxima e constante; o que podemos afirmar é que essa aproximação entre ambos é bem anterior à criação do Museu da Inconfidência, em 1938.

O final da década de 1920 é, talvez, o momento de maior expressividade na atividade de Raimundo Trindade como historiador eclesial mineiro. Entre os anos de 1928-1929, a pedido de Dom Helvécio, esse historiador escreveria uma das obras mais completas sobre a trajetória histórica da Igreja Católica em Minas Gerais. Dom Helvécio, reconhecendo o dom divino que Raimundo Trindade possuía para a escrita historiográfica, insistia na constituição de uma obra que defendesse a importância da Igreja no processo de civilização da sociedade mineira.

A publicação da obra “Arquidiocese de Mariana: subsídios para a sua história” daria a esse religioso e historiador o reconhecimento como um dos grandes expoentes da historiografia mineira – corrente historiográfica regional que vinha se constituindo ao longo das primeiras

décadas do século XX, composta por nomes como Diogo de Vasconcelos (1843-1927), Augusto de Lima Júnior (1889-1970), dentre outros.

Nesse momento, paralelamente à atividade de historiador, Raimundo Trindade exercia a função de tesoureiro-mor da Arquidiocese de Mariana. Já se encarregava também da direção e organização do Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese, função que exerceu de 1923 a 1944. Datariam desse período as primeiras correspondências (por nós, encontradas) entre Raimundo Trindade e Rodrigo Melo Franco de Andrade.

Em sua maioria, essas correspondências demonstravam o grande interesse de ambos pela pesquisa histórica sobre Minas Gerais. Pelo fato de Raimundo Trindade se encarregar da organização e direção do arquivo eclesiástico, portanto, por estar muito próximo da documentação histórica sobre a Igreja em Minas, Rodrigo constantemente recorria ao seu auxílio em pesquisas.

Era muito comum o envio de cópias de documentos, levantamento de datas e dados sobre fatos e personagens históricos de Minas, elementos que auxiliavam outros historiadores, mesmo fora de Minas Gerais, na elaboração de pesquisas. Quando Rodrigo assumiu a direção do SPHAN em 1937, a relação com Raimundo Trindade se intensificou ainda mais, por conta da política de preservação do patrimônio histórico e artístico nacional.

Enquanto isso, Dom Helvécio, junto à alta hierarquia eclesiástica brasileira, tecia relações mais amistosas com o governo federal. Na esteira de um projeto político de viés nacionalista, a Igreja Católica se aproximava do governo de Vargas na intenção de colocar em prática seu projeto ideológico de poder de recatolicização da nação brasileira.

Antes da efetiva nomeação oficial de Raimundo Trindade como diretor do Museu da Inconfidência (fato que ocorreria somente no ano de 1944), encontramos uma correspondência datada de 10 de julho de 1941, em que esse religioso pedia ao arcebispo Dom Helvécio a exoneração de seu cargo de secretário da Arquidiocese, alegando a impossibilidade de exercer, ao mesmo tempo, as atividades na secretaria dessa instituição e os encargos exigidos pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

O Cônego Raimundo Trindade, que por mesma tolerância e excessiva bondade de Vossa Excelência vem, há anos, exercendo o honroso cargo de Secretário desta Arquidiocese, tendo aceitado, com a benigna aprovação de Vossa Excelência, alguns encargos do Serviço do Patrimônio Nacional, não pode exercer simultaneamente a ocupação de

secretario. Vem por isso pedir a Vossa Excelência haja por bem exonerá-lo.<sup>123</sup>

Ao que tudo indica, Raimundo Trindade reconhecia a impossibilidade de dedicação plena a ambas as funções e optou pela atividade de pesquisa histórica desenvolvida junto ao SPHAN. O gosto pela pesquisa, a experiência com a organização de arquivo, produção historiográfica e o posicionamento em defesa da preservação do patrimônio histórico-artístico-religioso mineiro, são alguns fatores que nos levam a entender sua escolha. Talvez, a função de secretario da Arquidiocese, nesse momento, fosse encarada como uma atividade mais burocrática e um pouco distante de suas atividades de pesquisador e historiador.

Pouco tempo depois, no ano de 1944, esse historiador novamente recorreria a Dom Helvécio, agora, com o pedido de licença de suas atividades de assistência capitular pelo período em que permanecesse exercendo as funções de diretor do Museu da Inconfidência. O Arcebispo, amparando-se nas normas do direito canônico, resolve sujeitar seu pedido à votação dos membros do cabido diocesano de Mariana. Seu pedido visava à tentativa de permanência como membro efetivo da Igreja enquanto permanecesse distante de suas funções religiosas. A resposta do cabido viria pelas mãos do seu presidente, Monsenhor Alípio de Oliveira.

No dia 6 de dezembro de 1944, Monsenhor Alípio de Oliveira atestando a má vontade dos membros do cabido diocesano de Mariana, declarou que o pedido de licença das atividades de assistência capitular e de permanência como membro efetivo da arquidiocese requerido por Raimundo Trindade (enquanto ocupasse a direção do Museu da Inconfidência), foi negado. Como último recurso, o presidente do cabido sugeriu que o Arcebispo recorresse à Santa Sé em Roma.

Tenho em mãos o requerimento do Reverendíssimo Cônego Raimundo Trindade, Cônego catedrático do nosso cabido metropolitano em data de 4 de outubro passado em que solicita de Vossa Excelência dispensa da assistência capitular pelo tempo em que exercer o cargo de diretor do Museu da Inconfidência, por nomeação do Excelentíssimo Senhor Presidente da República. Vossa Excelência se dignou, de, nas normas do direito canônico, submetê-lo à consulta do Reverendíssimo cabido, que, em sessão para esse fim especialmente convocada no dia 26 de novembro passado, deliberou em 4 votos contra um, de mau grado, de seus capitulares, não concordar com essa licença de acordo com os

---

<sup>123</sup>Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. Cúria Metropolitana (Cônego Raimundo Trindade). Sede: Cidade de Mariana – Rua Direita, 102 – Estado de Minas Gerais. Assunto: Cartas Regência Paroquial, Ano 1924. Lugar: Rio Doce, Barra Longa, Mariana. Nº 2359. Correspondência do Cônego Raimundo Trindade para Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Dom Helvécio Gomes de Oliveira, Arcebispo Metropolitano de Mariana. Mariana, 10 de julho de 1941.

cânones 418 e 419, que estatuem incompatibilidade entre os dois cargos que atualmente ocupa o Reverendo suplicante. O Reverendo cabido, a uma voz, lamentando não lhe haver sido possível aceder ao pedido do Reverendo Cônego Raimundo Trindade, que tanto o vem dignificando por sua cultura, relevantes serviços e honroso concurso, pede permissão para sugerir a Vossa Excelência recurso à Santa Sé para que conserve seu membro efetivo, mesmo por ser Sua Reverendíssima uma de suas dignidades.<sup>124</sup>

Na visão de grande parte do cabido diocesano de Mariana, exercer as atividades de assistência capitular e direção do Museu da Inconfidência eram funções consideradas incompatíveis para um religioso. Uma das hipóteses aqui levantadas para a negação do pedido de licença e permanência de Raimundo Trindade, como membro efetivo da Igreja Católica, seria a necessária e exclusiva dedicação à atividade espiritual. Como diretor do Museu da Inconfidência, Raimundo Trindade obrigatoriamente teria que alternar entre as atividades no campo espiritual e no temporal. Outra hipótese não descartada seria a permanência ou continuidade de uma mentalidade insurreta entre os membros do cabido diocesano da Sé de Mariana, alimentada por uma visão contrária a escrita historiográfica de Raimundo Trindade.

Como sabido, nas suas narrativas esse historiador foi um grande crítico das ações do cabido da Sé de Mariana desde o tempo de Dom Frei Manuel da Cruz, primeiro bispo da diocese mineira. Possivelmente, declarações como esta de TRINDADE (1929, p.594) “o cabido foi em Mariana uma instituição que nasceu falida; como corporação nunca construiu, desedificou sempre”, justamente no período de reorganização institucional da Igreja, não teriam boa acolhida por parte dos membros do corpo eclesiástico mineiro.

Talvez possa residir aí a atitude, reconhecida pelo presidente do cabido como de mal grado de seus capitulares, de negarem em votação seu pedido de licença das atividades religiosas pelo tempo que ocupasse a direção do Museu da Inconfidência. Mesmo que sua escrita crítica fosse encorajada pela principal autoridade eclesiástica local, o arcebispo Dom Helvécio, que insistentemente defendia em seus diálogos com Trindade a necessidade do apego à verdade histórica, isso não garantia a aprovação unânime da sua narrativa pelos demais membros do cabido diocesano.

---

<sup>124</sup> Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. Cúria Metropolitana (Cônego Raimundo Trindade). Sede: Cidade de Mariana – Rua Direita, 102 – Estado de Minas Gerais. Assunto: Cartas Regência Paroquial, Ano 1924. Lugar: Rio Doce, Barra Longa, Mariana. Nº 2359. Correspondência do Monsenhor Alípio Oliveira (Presidente do Cabido) ao Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Arcebispo, Mariana 6 de dezembro de 1944.

Outra polêmica envolvendo sua escolha para a direção do Museu da Inconfidência teria com protagonista o jornalista e historiador mineiro Augusto de Lima Júnior (1889-1970). Contemporâneo de Raimundo Trindade e outro grande expoente da historiografia mineira, Augusto de Lima Júnior seria o principal intelectual responsável pelo início do processo de investigação e repatriamento<sup>125</sup> das ossadas dos Inconfidentes da África (continente para o qual foram enviados com o objetivo de cumprirem a pena de degredo imposta em 1792, pela participação na Inconfidência Mineira) para o Brasil.

Assim como outros intelectuais mineiros do período, Augusto de Lima Júnior buscava tecer relações muito próximas com o governo de Getúlio Vargas, relação que, na maioria das vezes, culminava na nomeação desses intelectuais para cargos políticos ou de direção em importantes instituições públicas, tanto a nível estadual quanto a nível federal. Esse era o resultado de uma prática adotada pelo governo de Vargas, que enxergava nesses intelectuais o ponto de intercessão entre as camadas populares da sociedade brasileira e seu projeto político-ideológico de poder.

Para a historiadora Mônica Pimenta Veloso<sup>126</sup>, o presidente Getúlio Vargas seria considerado como o grande “pai” dos intelectuais brasileiros, autoridade responsável por incumbi-los da missão de representantes da consciência nacional e idealizadores do projeto político-cultural direcionado às camadas populares. De acordo com essa historiadora,

O intelectual é eleito o intérprete da vida social, porque é capaz de transmitir as múltiplas manifestações sociais, trazendo-as para o seio do Estado, que irá discipliná-las, e coordená-las. Eles são vistos como os intermediários que unem governo e povo, porque “eles é que pensam, eles é que criam”, enfim, porque “estão encarregados de indicar os rumos estabelecidos pela nova política do Brasil” (VELOSO, 1987, p. 15).

Essa nova política dos tempos de Vargas caracterizada por um forte teor nacionalista e pelo engajamento na construção de uma identidade originalmente brasileira teria um grande impacto sobre os intelectuais mineiros. Augusto de Lima Júnior, assim como outros intelectuais

---

<sup>125</sup> Cf. LEMOS, Carmem Silva. Reflexões acerca do processo de repatriamento das ossadas dos inconfidentes degredados para a África. Oficina da Inconfidência: revista do trabalho, Ouro Preto, v.2, n.1, dez.2001. Neste trabalho essa historiadora busca reconstituir o processo de repatriamento das ossadas dos Inconfidentes mineiros pelo governo de Getúlio Vargas. A partir do ano de 1936, haverá uma intensa cooperação entre os governos brasileiro, português e africano, na busca pela localização e repatriamento das ossadas dos Inconfidentes. Há por parte da autora uma ênfase nos esforços empreendidos pelo intelectual Augusto de Lima Júnior, como um dos principais representantes do governo brasileiro junto às nações de Portugal e África.

<sup>126</sup> Cf. VELOSO, Mônica Pimenta. Os Intelectuais e a Política Cultural do Estado Novo. Fundação Getúlio Vargas; Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil; Rio de Janeiro, 1987.

mineiros e brasileiros, buscava, através de seus esforços pessoais e intelectuais, um lugar destaque no cenário político e cultural da época.

Seus esforços junto às nações de Portugal e África na investigação, localização e repatriamento das ossadas dos Inconfidentes, ao que tudo indicava, poderia ser entendido como um grande passo para a consolidação de uma carreira de destaque no cenário político brasileiro, ou mesmo para a nomeação como o primeiro diretor do Museu da Inconfidência.

Na visão do historiador Francisco Eduardo de Andrade<sup>127</sup>, o jornalista e historiador Augusto de Lima Júnior mantinha boas relações com Getúlio Vargas e seu regime político de governo, fato que poderia ser constatado pelo pedido dirigido à pessoa do presidente da República, com o objetivo de apoio e patrocínio para o início do processo de repatriamento das ossadas dos Inconfidentes no ano de 1936. Getúlio Vargas não só aceitaria o pedido, como, dias depois, convocaria este intelectual e seu Ministro da Educação, Gustavo Capanema, para uma reunião sobre o assunto.

O processo de repatriamento das ossadas dos Inconfidentes era visto pelas autoridades políticas e pelos intelectuais mineiros como um ato de grande valor cívico e histórico para a nação brasileira. À vinda e permanência efetiva dessas ossadas em solo brasileiro atestava o reconhecimento da nação ao sacrifício empreendido pelos Inconfidentes na luta histórica pela nossa emancipação política. Augusto de Lima Júnior, pioneiro dessa epopeia de valor cívico e histórico nacional, pretendia reivindicar para si o papel de protagonista<sup>128</sup> da política patrimonial mineira e nacional.

Nas comemorações da chegada das ossadas ao Rio de Janeiro em fins de 1936, sua chegada em Ouro Preto em 1938 e da inauguração do Mausoléu dos Inconfidentes no ano de 1942, Augusto de Lima Júnior foi uma presença constante entre as autoridades políticas e os

---

<sup>127</sup> Cf. ANDRADE, Francisco Eduardo de. Augusto de Lima Júnior entre o mito e a verdade histórica: Aleijadinho e Tiradentes. In: Poderes e Lugares de Minas Gerais: um quadro urbano no interior brasileiro, Séculos XVIII-XX /organizadores Maria do Carmo Pires, Francisco Eduardo de Andrade, Alex Fernandes Bohrer. São Paulo: Scortecci; Ouro Preto, MG: Editora UFOP, 2013.

<sup>128</sup> Este papel de protagonismo desempenhado pelo intelectual Augusto de Lima Júnior junto ao governo de Vargas, e, em relação à política patrimonial mineira e nacional permeia todo o trabalho do historiador Francisco Eduardo de Andrade. De acordo com ANDRADE (2013, p.185), “O escritor, encarregado da “missão” de transferência dos restos mortais dos inconfidentes, viajou para Portugal. O tempo decorrido entre as primeiras providências de localização e exumação das sepulturas e a preparação do traslado das “cinzas” para o Rio de Janeiro foi de cerca de seis meses. Essa agilidade da execução, além de conferir um papel decidido ao escritor protagonista, pretendia salientar o interesse político conjunto, no final dos anos 1930, dos governos brasileiro e português nesse plano de “repatriamento””.

intelectuais, ora obtendo papel de pouco destaque nessas celebrações cívicas ora desempenhando papel mais ativo.<sup>129</sup>

O lado mais polemista e crítico de Augusto de Lima Júnior viriam à tona após a criação do SPHAN em 1937. À frente dessa instituição, Rodrigo Melo Franco de Andrade pretendeu reunir ao seu redor um expressivo número de intelectuais da época, reconhecidos como verdadeiras autoridades capazes de discutir e propor ações direcionadas à preservação do patrimônio histórico e artístico nacional. São intelectuais que possuem um alto nível de erudição além de um expressivo reconhecimento social e político no contexto brasileiro das primeiras décadas do século XX.

Mariza Veloso Motta Santos define o SPHAN como uma academia<sup>130</sup>, ou seja, como uma instituição composta por um seleto grupo de intelectuais e como um espaço destinado à pesquisa, à discussão, ao diálogo e à construção de um discurso sobre a identidade cultural da nação brasileira. Para a autora, um dos principais pontos de destaque dessa instituição é a intensa movimentação dos intelectuais que a compõem. Seus procedimentos de atuação têm como traços característicos as viagens, pesquisas, cursos, publicações, tombamento, restauração, valorização do barroco (Minas Gerais) como símbolo da nossa identidade cultural e a obsessão pela invenção da tradição brasileira.

Neste espaço institucional criado em fins da década de 1930 e destinado ao debate sobre a construção da identidade cultural brasileira, o escritor e historiador Augusto de Lima Júnior

---

<sup>129</sup> Essa inconstância no papel de destaque do intelectual Augusto de Lima Júnior nas celebrações públicas de caráter cívico e histórico ocorridas desde o início do processo de repatriamento das ossadas dos Inconfidentes pode ser observada, de acordo com Francisco Eduardo de Andrade, em dois momentos importantes, ou seja, na chegada desses despojos em 1936, no Rio de Janeiro e na sua posterior transferência para a cidade de Ouro Preto, no ano de 1938. De acordo com ANDRADE (2013, p.187) “O “escritor e poeta mineiro” Lima Júnior não parece ter assumido nenhuma posição de destaque nesse ritual político. Na Igreja, o último discurso, “evocando as figuras gloriosas da Inconfidência”, foi proferido por outro poeta, amigo de Capanema, Augusto Frederico Schmidt. Cf. também, ANDRADE (2013, p.188) “Em 1938, as ossadas dos inconfidentes foram, finalmente, enviadas a Ouro Preto, onde houve novas solenidades com a presença de Getúlio Vargas e ativa participação do autor do plano de repatriamento. Lima Júnior ainda buscou verificar a sepultura de Maria Dorotéia Joaquina de Seixas, a Marília, na Matriz de Nossa Senhora da Conceição, e identificar seus restos mortais, guardando-os em uma urna, em 1938”.

<sup>130</sup> Cf. SANTOS, Mariza Veloso Motta. Nasce a Academia SPHAN. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n.24, 1996. p.77-95. Sobre a utilização do termo “academia” para definir o SPHAN, a autora assim se expressaria: “A ideia de interpretar o funcionamento da instituição SPHAN enquanto “academia” surgiu a partir da própria pesquisa de campo que realizamos. Os relatos emocionados de alguns frequentadores dessa academia, os textos pesquisados, as entrevistas, prefácios, artigos, memórias, relatórios, atas, cartas e demais narrativas que trabalhamos evidenciaram a existência de um permanente clima de discussão, de trocas de informações, de leitura crítica dos textos então escritos, o que é típico de uma academia.” (p.77)

seria excluído do grupo dos modernistas mineiros. Sua exclusão resultaria numa enxurrada de críticas aos trabalhos do SPHAN.

Nas suas narrativas, esse historiador passaria a criticar veementemente os exageros, a falta de pesquisa, a polêmica em torno da construção mítica da imagem do Aleijadinho, a ausência de rigor crítico e investigação das fontes pelos intelectuais membros do SPHAN.<sup>131</sup>

Amparado pelo Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (IHGMG) e pela Academia Mineira de Letras, Augusto de Lima Júnior seria um dos principais intelectuais conservadores mineiros a enfrentar, aberta e publicamente, os trabalhos e as pesquisas desenvolvidas pelos modernistas ligados ao SPHAN.

Apropriando-nos novamente do trabalho da historiadora Mariza Veloso Motta Santos, verifica-se que essas polêmicas envolvendo Augusto de Lima Júnior e o SPHAN adotaram um sentido mais local e regional, tendo como plano principal o patrimônio histórico e artístico de Minas Gerais. A polêmica discussão sobre o patrimônio deixa entrever, também, rugas em torno de cisões de cunho político e intelectual entre grupos de destaque no cenário estadual mineiro. De acordo com a autora:

Embora o conflito lance ecos no Rio de Janeiro – cenário por excelência da intelectualidade brasileira -, ele nasce no próprio campo de Rodrigo e em um dos redutos mais caros ao Patrimônio – Minas Gerais. Augusto de Lima Júnior é filho do senador Augusto de Lima. Trata-se de uma “tradicional família mineira”, cujos membros obtiveram desempenho notável na política, na ciência jurídica e na literatura. Augusto de Lima Júnior escreve um artigo e o publica em Minas Gerais e no Rio de Janeiro (Jornal do Brasil), atacando o grupo da academia SPHAN. A controvérsia é construída em torno das mesmas questões: autoria do projeto de criação do SPHAN, critérios técnicos de classificação e restauração dos monumentos, além da briga propriamente política, que de modo geral implica um ritual acusatório. (SANTOS, 1996, p.81)

O tom crítico e acusatório de Lima Júnior se direcionavam a pessoa de Rodrigo Melo Franco de Andrade e aos demais membros do SPHAN. Os jornais eram os principais instrumentos de veiculação dos desentendimentos entre os intelectuais da época. Por meio desse

---

<sup>131</sup> Todos os pontos aqui levantados sobre a escrita polêmica de Augusto de Lima Júnior em relação ao SPHAN estão muito bem discutidos no texto do historiador Francisco Eduardo de Andrade. Cf. ANDRADE, Francisco Eduardo de. Augusto de Lima Júnior entre o mito e a verdade histórica: Aleijadinho e Tiradentes. In: Poderes e Lugares de Minas Gerais: um quadro urbano no interior brasileiro, Séculos XVIII-XX /organizadores Maria do Carmo Pires, Francisco Eduardo de Andrade, Alex Fernandes Bohrer. São Paulo: Scortecci; Ouro Preto, MG: Editora UFOP, 2013.

instrumento midiático, a divergência entre a intelectualidade brasileira ascendia à arena do espaço público. Ao que parece, havia entre as vozes destoantes da intelectualidade brasileira uma intensa vigília em relação aos estudos e trabalhos de pesquisa desenvolvidos sobre o patrimônio histórico e artístico nacional. Cada artigo, discurso ou texto produzido era minuciosamente lido e relido pelos seus adversários e, quase sempre, passível de questionamentos e críticas. A desconfiança em torno das fontes documentais investigadas, a falsificação e alteração de documentos, a ausência de rigor crítico, dentre outras estratégias eram utilizadas pelos intelectuais como forma de descrédito dos trabalhos desenvolvidos pelos seus adversários.

Rodrigo Melo Franco de Andrade aponta que as críticas e acusações feitas por Lima Júnior eram resultantes de uma antiga ambição desse intelectual pela direção do SPHAN e do Museu da Inconfidência. Na carta enviada a Raimundo Trindade, em 2 de maio de 1957, Rodrigo menciona uma carta que foi publicada por Lima Júnior, acusando-o e aos demais membros do SPHAN de desonestidade. Ao fim de sua narrativa, Rodrigo, num tom também acusatório, não deixaria de atribuir-lhe a participação no desaparecimento dos pedaços do antigo monumento aos inconfidentes que se encontravam na Casa de Gonzaga, em Ouro Preto.

Fiquei muito sensibilizado com a manifestação de sua solidariedade, por motivo da publicação da carta em que o Augusto de Lima Júnior me acusa de desonestidade, estendendo a imputação caluniosa a outros funcionários desta repartição. Todo o veneno que aquele indivíduo vomita se origina da ambição de se apoderar da DPHAN ou, pelo menos, do Museu da Inconfidência. E o curioso é que nunca houve oportunidade alguma para oposição ou sequer impugnação verbal de minha parte às veleidades dele. Nem, muito menos, qualquer palavra minha ou de meus auxiliares atribuindo-lhe participação na retirada dos pedaços do primitivo monumento aos inconfidentes que estavam depositados na Casa de Gonzaga. Nada mais gratuito, portanto, de que a iniciativa daquela publicação nauseabunda. Tive a maior repugnância de responder à carta, mas a função que exerço me impunha tomar conhecimento da torpeza publicada e dizer qualquer coisa a respeito. Espero, entretanto, ardentemente não me ver mais compelido a tratar de personagem tão repulsivo.<sup>132</sup>

Como figura pública e maior autoridade brasileira no tema do patrimônio histórico e artístico nacional, Rodrigo se viu impelido a responder publicamente as acusações feitas por Lima Júnior. Essas acusações quando chegavam às páginas dos principais jornais correntes da

---

<sup>132</sup>Arquivo Central do IPHAN. Ata Representante [Raimundo Trindade] – Cx. 0054-0377. Ministério da Educação e Saúde. Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2 de maio de 1957. Correspondência de Rodrigo Melo Franco de Andrade ao Cônego Raimundo Trindade.

época acabavam alcançando uma grande visibilidade entre a intelectualidade brasileira. A contrarresposta deveria vir no mesmo tom, portanto, fundamentada na estratégia acusatória de descrédito do discurso de Lima Júnior e na desconfiança em relação a tudo aquilo que era escrito por esse historiador mineiro. Afinal, como sugere SANTOS (1996, p.79), “o que legitima a instituição SPHAN e seus membros, sobretudo, Rodrigo, é o papel de autoridade reconhecido pelo meio social e político brasileiro.”

Raimundo Trindade como diretor do Museu da Inconfidência e funcionário do SPHAN se posicionaria em defesa de Rodrigo. Nas correspondências entre essas duas autoridades, Lima Júnior era definido como um escritor sem credibilidade, um personagem repulsivo e, ainda, como um inimigo indesejável. Trindade adotou um posicionamento investigativo e bastante crítico em relação à produção historiográfica de Lima Júnior, nada distante daquela estratégia, anteriormente mencionada, de vigília em torno das publicações dos seus adversários no campo da produção historiográfica.

A crítica vinha por meio da descoberta de erros na interpretação e investigação das fontes, no falseamento dos documentos, na falta de rigor crítico e na utilização das obras de outros historiadores sem a devida citação do autor. A descoberta desses equívocos implicava numa enxurrada de críticas ao autor e à sua obra. O caso que melhor confirma e exemplifica nossa afirmação pôde ser constatada na obra *História da Inconfidência*, escrita por Lima Júnior e publicada no ano de 1955.

Raimundo Trindade se encarregou da leitura dessa obra (ao que tudo indica a pedido do próprio Lima Júnior), e nos diálogos com Rodrigo Melo Franco de Andrade não deixaria de tecer críticas e apontar alguns equívocos cometidos pelo autor. Destacamos também certo tom de ironia perceptível nas palavras escritas por Trindade,

Quero o seu parecer sobre uma maldadezinha que penso em fazer ao Lima Júnior, que está esses dias em Ouro Preto. O caso é o seguinte. Li a pedido do referido Lima, uma *História da Inconfidência* que, por solicitação do Governador, escreveu e será publicada em breve. As novidades que ali aparecem não estão documentadas e há coisas de positiva inconsistência, quase pueris. Entre afirmações positivamente erradas figura a curta biografia que traça do Padre José Lopes de Oliveira, que o autor copiou da minha Arquidiocese (sem citar a fonte; no caso felizmente para mim). Agora o Lima Júnior reproduz o erro, como coisa dele, sem citar o meu livro, como, aliás, o fez em outros

lanços do seu trabalho. Estou tentado a deixar que ele estampe aquela bobagem. Se mais tarde ele reclamar, saberei como responder-lhe.<sup>133</sup>

Ao final desse mesmo documento há uma observação feita a caneta por Raimundo Trindade, fora do corpo do texto, talvez pelo fato de tê-la esquecido de mencionar ao longo da redação da carta, onde afirma: “se eu o encontrar (Lima Júnior) não é improvável que ele afirme algum dia que encontrei o meu erro por haver lido o seu trabalho”.

Em tom de ironia, Trindade reconhecia, ao fim de sua carta, que o historiador Lima Júnior dificilmente reconheceria seu erro na apropriação indevida do trabalho (portanto, sem citá-lo). Ademais, provavelmente alegraria que a descoberta do equívoco historiográfico contido na 1ª edição de Arquiocese de Mariana só seria notada a partir do momento da leitura de sua obra História da Inconfidência.

À medida que os anos se passavam e por conta da idade, já bastante avançada, os problemas de saúde se tornaram recorrentes na vida de Raimundo Trindade. Por conta disso, foram sendo adotadas estratégias juntamente com Rodrigo para que a direção do Museu da Inconfidência não fosse confiada a pessoas incapacitadas de exercerem função de tão grande responsabilidade. Havia entre ambos os intelectuais uma enorme apreensão pela possível nomeação de Augusto de Lima Júnior.

Em 1954, Raimundo Trindade entraria com uma petição junto ao governo da República pedindo sua aposentadoria do cargo de diretor do Museu da Inconfidência. Ao comunicar Rodrigo de sua ação, Trindade alegava que lhe faltavam forças e saúde para continuar a frente da instituição. Tomava liberdade também para indicar como seu sucessor o Cônego Dr. José Higino, este último sendo recomendado pelo bispo Dom Oscar de Oliveira, pessoa com qual teria convivido durante seus anos de estudo em Roma.

Essa estratégia inicial de nomeação do Cônego Dr. José Higino como seu sucessor visava, provavelmente, à continuidade da direção do Museu nas mãos de um religioso, assim

---

<sup>133</sup> Na correspondência o historiador Raimundo Trindade reconhece o seu erro historiográfico ao traçar a biografia do Padre José Lopes de Oliveira na 1ª edição da Arquiocese de Mariana. Sua correção em relação ao erro viria, portanto, na publicação da 2ª edição dessa obra no ano de 1955. De acordo com o autor, Augusto de Lima Júnior teria se apropriado de sua obra (1ª edição) sem citá-lo e, ao mesmo tempo, tornado a reproduzir o erro. Arquivo Central do IPHAN. Ata Representante [Raimundo Trindade] – Cx. 0054-0377. Ministério da Educação e Saúde. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, 5 de agosto de 1954. Correspondência do Cônego Raimundo Trindade para Rodrigo Melo Franco de Andrade.

como a ocupação do cargo por uma pessoa bem preparada e de confiança. Nas palavras do atual diretor,

Já não posso ter a responsabilidade de uma repartição pública que, no seu gênero, deveria brilhar entre suas congêneres. Assim, espero que, se consultado, o amigo não se oponha à minha justa pretensão e, pelo sim, pelo não, vá pensando no meu substituto, digo sucessor. Peço-lhe licença para lembrar-lhe o Cônego Dr. José Higino. Disse-me, há pouco, o bispo Dom Oscar, que foi colega de Higino em Roma e que este “gostaria de trabalhar sobre suas ordens, suas, do amigo”. Completo hoje 71 anos e estou inválido para serviços de tamanha responsabilidade.<sup>134</sup>

A comunicação do pedido de aposentadoria foi encarada com tanta surpresa, que Rodrigo insistiria sobremaneira para que Trindade reconsiderasse sua decisão. A seu favor, o diretor do SPHAN alegava que naquele momento atual não existia ninguém que estivesse em condições satisfatórias de substituí-lo em sua função de diretor do Museu. Até mesmo a indicação de seu sucessor (no caso o Cônego Dr. José Higino) estaria muito longe de suprir sua ausência. Alertava também que novamente corriam o risco de ver nomeado não pessoa capaz e de confiança, mas, sim, algum protegido político.

As palavras de Rodrigo foram tão bem acolhidas por Trindade, que este resolveu pedir a suspensão da sua petição de aposentadoria junto ao governo e permanecer à frente da instituição até o ano de 1959. Mesmo alegando enormes dificuldades por conta da saúde já debilitada e não poder se mostrar tão ativo na sua função de diretoria, a amizade devotada à pessoa de Rodrigo foi sem dúvida o principal motivo no prolongamento de sua permanência na instituição.

No ano de 1959, agora aos 76 anos de idade, Trindade retomaria os diálogos com Rodrigo no sentido de encaminhar seu efetivo desligamento da direção do Museu. Fatores externos, como o pedido da casa (pelos herdeiros) em que morava de aluguel em Ouro Preto, a dificuldade de encontrar outra residência na cidade, a iminente necessidade de mudança para Mariana ou Belo Horizonte, foram fatores que contribuíram para seu desligamento oficial da instituição.

---

<sup>134</sup>Arquivo Central do IPHAN. Ata Representante [Raimundo Trindade] – Cx. 0054-0377. Ministério da Educação e Saúde. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, 20 de novembro de 1954. Correspondência do Cônego Raimundo Trindade para Rodrigo Melo Franco de Andrade.

Porém, não se descuidando da importância que o cargo de diretor do Museu da Inconfidência exigia, tratou de encaminhar a nomeação de Orlandino Seitas Fernandes<sup>135</sup> – um intelectual reconhecido pelo profundo conhecimento sobre o barroco e a arte colonial mineira – como seu sucessor.

Às voltas com a iminente possibilidade de mudança de Ouro Preto, pelos contínuos problemas de saúde e pela enorme apreensão na possibilidade de que a direção do Museu recaísse sobre as indesejadas mãos de Lima Júnior, o então atual diretor indicou a Rodrigo o nome de Orlandino Seitas Fernandes como a pessoa mais preparada para sucedê-lo.

Devo comunicar-lhe que estou a tratar novamente da minha retirada do serviço. Agravam-se dia a dia os achaques dos 76 anos de idade. É sacrifício superior às minhas forças a continuação na direção do Museu. Como estão suspensas novas nomeações e Orlandino me substituirá não haverá perigo de cair o Museu nas mãos do indesejável.<sup>136</sup>

Como já mencionado anteriormente, termos como “indesejável” ou “inimigo indesejável” eram bastante utilizados por Raimundo Trindade nos diálogos com Rodrigo, ao tratarem exclusivamente da pessoa de Augusto de Lima Júnior. Ao longo do tempo em que ambos os intelectuais permaneceram à frente de importantes instituições culturais brasileiras, como o SPHAN e o Museu da Inconfidência, inúmeros esforços foram despendidos com objetivo de manter Lima Júnior bem distante da direção.

#### **4.2. O 1º projeto museográfico para o Museu da Inconfidência**

Notamos que após a criação do SPHAN, houve, por parte da intelectualidade brasileira diretamente ligada a essa instituição, um grande esforço no sentido de viabilizar a criação de museus regionais pelo país. A intenção de Rodrigo Melo Franco de Andrade e dos demais membros do SPHAN era criação de museus voltados para a produção de conhecimento, ou seja,

---

<sup>135</sup> Cf. MOURÃO. Rui. Um Talento Sobrevoou Ouro Preto. Isto é Inconfidência. Boletim Informativo do Museu da Inconfidência. Ano XIII, n.31, 2011. Para MOURÃO (p.4, 2011) “Pessoa de influência verbal, dominando, além disso, o francês e o inglês, Orlandino Seitas Fernandes ministrou numerosos cursos sobre o barroco, difundindo a arte colonial mineira, com ênfase em Aleijadinho. As conferências que fez, em congressos ou não, sempre alcançaram muito êxito e sustentaram seu prestígio de intelectual de rara originalidade, agudo poder de análise e sólida cultura geral”.

<sup>136</sup> Arquivo Central do IPHAN. Ata Representante [Raimundo Trindade] – Cx. 0054-0377. Ministério da Educação e Saúde. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, 21 de maio de 1959. Correspondência do Cônego Raimundo Trindade para Rodrigo Melo Franco de Andrade.

para a coleção e exposição de acervos que possibilitassem a construção de uma narrativa histórica sobre o passado brasileiro.

O interesse dos membros do SPHAN na criação desses museus regionais fincava suas raízes no desejo de reunir acervos e coleções depositárias de um caráter científico. A união dos acervos no interior de cada uma dessas instituições museológicas objetivava estabelecer um diálogo entre o passado histórico e o presente da nação brasileira.

A historiadora Letícia Julião<sup>137</sup>, especialista nos estudos sobre museus, memória e patrimônio no Brasil a partir da década de 1930, defende que a iniciativa de criação de museus pelo SPHAN foi encarada como uma atividade secundária, pois o grande foco dessa instituição era a preservação do patrimônio arquitetônico (edificado). Portanto, a criação dos museus regionais brasileiros imprimia uma nova estratégia na agenda preservacionista do SPHAN.

A reunião dos acervos e coleções de valor histórico e artístico nos museus regionais brasileiros, para além do caráter de produção científica, implicava, também, na educação e conhecimento das comunidades locais. O grande esforço de Rodrigo e demais membros do SPHAN era construir, através das narrativas museográficas, um diálogo entre o passado histórico e o presente dessas comunidades regionais.

No período em que havia no Brasil o predomínio das atividades de antiquários e colecionadores privados, portanto, um intenso comércio desses objetos de valor histórico e artístico bem distante olhares das autoridades competentes, Rodrigo pretendia transformar essas comunidades regionais em importantes agentes da preservação do patrimônio local. Os museus regionais por intermédio de suas narrativas museográficas buscavam despertar nas comunidades o interesse pelo conhecimento da tradição e do passado local.

Em tempos de construção da identidade cultural brasileira pelo projeto político-ideológico nacionalista de Vargas, os museus regionais teriam papel fundamental no processo de resgate da memória, conservação e exposição de objetos de valor histórico e artístico, ligados a importantes personagens e fatos da história nacional.

Para Letícia Julião, antes da iniciativa museológica do SPHAN, havia no Brasil o predomínio de museus voltados para as ciências naturais (criados, sobretudo, ao longo do século

---

<sup>137</sup> Cf. JULIÃO, Letícia. O SPHAN e a Cultura Museológica no Brasil. The Historical and Artistic National Patrimony Agency and Museum culture in Brazil. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.22, nº43, janeiro-junho de 2009, p. 141-161.

XIX) e majoritariamente localizados na cidade do Rio de Janeiro. A iniciativa museológica do SPHAN traria a tona uma nova orientação quanto a critérios e pressupostos para a formação das coleções, linguagem expositiva, atividades de pesquisa, conhecimentos e profissionais mobilizados.<sup>138</sup>

Há um novo olhar sobre a experiência museológica, um aprofundado estudo em relação às coleções e objetos a serem expostos e uma intenção científica em cada projeto museográfico desenvolvido pelo SPHAN. De acordo com a autora,

Ascendia ao espaço museológico uma nova maneira de a sociedade conceber o seu passado e de gerir sua herança, balizada na percepção aguda de que o país vivia transformações substanciais. Concretamente, novas conexões entre as dimensões temporal e espacial entram em cena, destronando conteúdos históricos e de coleções, até então valorizados, e induzindo a padrões inovadores de exibir e de ver os objetos. (JULIÃO, 2009, p. 143)

Não há nenhuma novidade quando reafirmamos que Minas Gerais fora um dos principais estados brasileiros beneficiado pela política museológica do SPHAN. Na visão da intelectualidade modernista brasileira do período vinculada ao SPHAN (coincidentemente, muitos deles nascidos no próprio Estado), Minas Gerais seria considerada como o berço da identidade cultural brasileira: as minas do artífice Aleijadinho, do movimento político da Inconfidência Mineira, de Tiradentes, do barroco e do catolicismo como símbolos maiores da nacionalidade – elementos substanciais que possibilitaram aos modernistas mineiros reivindicarem, por meio de um discurso tradicionalista, a prerrogativa no processo de civilização da nação brasileira.

É justamente a herança artística, cultural e civilizacional deixada por esses personagens e fatos históricos locais que serviram de matéria-prima para a construção dos projetos e narrativas museográficas do SPHAN em Minas Gerais. Os “padrões inovadores de exibir e ver o objeto”, como sugerido pela historiadora Letícia Julião, vem sobrecarregado de “uma intenção científica, de uma investigação objetiva da história da arte, fundada no rigor metodológico e no uso de fontes primárias”.

As coleções de valor histórico e artístico que ajudariam a compor as narrativas museográficas do SPHAN a partir de então, estabelecem uma intrínseca conexão entre objeto e documento. Anterior ao efetivo processo de exposição de determinados objetos ou coleções

---

<sup>138</sup> Cf. JULIÃO (2009, p.142)

nas salas desses novos museus regionais, há um intenso trabalho de pesquisa histórica, realizada por especialistas selecionados por Rodrigo Melo Franco de Andrade.

Entre as ações que antecederiam a implantação dos museus, a formação dos acervos era tarefa da qual Rodrigo M. F. de Andrade se ocupava diretamente. Para assegurar critérios rigorosos na aquisição de objetos, demandava a peritos e artistas pareceres que consubstanciavam suas decisões. Francisco Marques dos Santos, J. Wash Rodrigues, Gustavo Barroso, Alberto da Veiga Guignard, Djalma Guimarães, Sylvio de Vasconcelos e Antônio Joaquim de Almeida eram alguns nomes a quem Rodrigo M. F. de Andrade recorria para balizar as avaliações de acervo. (JULIÃO, 2009, p.145)

Nessa força-tarefa investigativa que precedia a efetiva aquisição de objetos de valor histórico e artístico para os acervos museográficos mineiros, Rodrigo se utilizaria constantemente do profundo conhecimento de Raimundo Trindade sobre a história de Minas Gerais. Como homem de confiança de Rodrigo, muitas das vezes seus pareceres e alertas sobre determinado objeto encontrado era prontamente analisado pelo diretor do SPHAN.

Na correspondência datada de 19 de maio de 1950, Raimundo Trindade comunicou Rodrigo sobre a proposta de aquisição de um mobiliário antigo para o acervo do Museu da Inconfidência, encontrado na cidade de Barbacena.<sup>139</sup> O objeto em questão tratava-se de uma cômoda antiga, aparentemente um objeto de relevante interesse para Rodrigo e para compor o acervo do Museu. O diretor do Museu da Inconfidência se encarregou do envio da fotografia do objeto, ao mesmo tempo em que faz um alerta sobre a existência de um possível falsificador de móveis antigos nos arredores de Barbacena. Sugere também que o diretor do SPHAN enviasse uma equipe técnica ao local para examinar as características de autenticidade do objeto antes de realizar a sua compra.

A resposta de Rodrigo Melo Franco de Andrade à correspondência enviada por Raimundo Trindade demonstra a intensa movimentação dos especialistas do SPHAN no Rio de Janeiro na análise do objeto antigo. Nomes como o do arquiteto Lúcio Costa e de Francisco Marques dos Santos aparecem como os especialistas responsáveis pela investigação e elaboração do parecer sobre o objeto.

Quanto à fotografia da cômoda de Barbacena, passei-a ao Marques dos Santos, para opinar sobre as características e o valor do móvel. Antes

---

<sup>139</sup> Arquivo Central do IPHAN. Ata Representante [Raimundo Trindade] – Cx. 0054-0377. Ministério da Educação e Saúde. Museu da Inconfidência, Ouro Preto, 19 de maio de 1950. Correspondência do Cônego Raimundo Trindade para Rodrigo Melo Franco de Andrade.

disso, porém, o Lúcio Costa e eu estivemos examinando com atenção àquela fotografia, tendo a impressão de que os ornatos e o acabamento da cômoda não se assemelham aos de nenhuma outra peça mineira equivalente que tenhamos visto até agora. Por isso mesmo, pareceu-nos interessante a obtenção do móvel. Entretanto, a própria originalidade da peça, associada à notícia transmitida pelo Senhor da existência de uma indústria de falsificação de mobiliário antigo nas imediações de Barbacena, inspira muita desconfiança da autenticidade da cômoda, apesar da fotografia mostrar indícios de desgaste genuíno nos respectivos pés e em outros pontos.<sup>140</sup>

Observamos uma intensa rede de articulação que envolvia os intelectuais mineiros ligados ao SPHAN e a sede principal dessa instituição no Rio de Janeiro, onde Rodrigo era considerado como a autoridade máxima no assunto do patrimônio histórico e artístico nacional. As investigações e pesquisas desencadeadas por Raimundo Trindade em Minas Gerais a respeito da aquisição de objetos de valor histórico e artístico para compor o acervo do Museu da Inconfidência eram sempre balizadas por pareceres elaborados pelo corpo técnico de especialistas do Rio de Janeiro.

A criação do Museu da Inconfidência em Ouro Preto (1944), do Museu do Ouro em Sabará (1946), do Museu do Diamante em Diamantina (1954) e do Museu Regional de São João Del Rei (1958) pelo SPHAN, visava à construção de um discurso museográfico pautado na ideia de civilização.<sup>141</sup> As coleções e objetos que compunham a narrativa museográfica desses museus ambicionavam reforçar o discurso regionalista de intelectuais e políticos mineiros – a partir da década de 1930 – sobre a importância histórica de Minas Gerais no processo de civilização da nação brasileira.

---

<sup>140</sup> Arquivo Central do IPHAN. Ata Representante [Raimundo Trindade] – Cx. 0054-0377. Ministério da Educação e Saúde. Museu da Inconfidência, Rio de Janeiro, 29 de maio de 1950. Correspondência de Rodrigo Melo Franco de Andrade para o Cônego Raimundo Trindade.

<sup>141</sup> Essa discussão em torno da criação dos museus regionais mineiros, e, a conseqüente construção de um discurso museográfico e político sobre a particularidade histórica de Minas Gerais no processo de civilização da nação brasileira foi amplamente discutido pela historiadora Letícia Julião. De acordo com JULIÃO (2009, p.149) “Criados entre os anos de 1930 e 1950, os Museus da Inconfidência, do Ouro, do Diamante e Regional de São João Del Rei significativamente distribuíam-se pelas quatro antigas comarcas da capitania de Minas Gerais – Vila Rica, Sabará, Serro do Frio e Rio das Mortes – o que permitia assegurar uma atuação museal a toda extensão geográfico-administrativa da empresa colonial na sociedade mineradora. Organizados nos principais núcleos urbanos coloniais de Minas, antigas cabeças de comarcas, à exceção de Diamantina, os museus lograram musealizar vestígios de uma cultura concebida como civilização. Eram instituições que resultavam e, ao mesmo tempo, concorriam com a produção de um discurso baseado na premissa de que, na conformação do fenômeno urbano e nos seus desdobramentos culturais, encerrava-se o grande legado das Minas para o país. Celebravam, portanto, uma civilização vista como germinal da brasilidade, e cujo documento mais visível de sua existência eram exatamente as estruturas urbanas sobreviventes dos séculos XVIII e XIX.” Conferir também, da mesma autora, a tese de doutorado intitulada: *Enredos Museais e intrigas da nacionalidade: museus e identidade nacional no Brasil*. Belo Horizonte, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, 2008.

Considerado como o mais importante núcleo urbano e centro econômico do interior da América portuguesa ao longo do século XVIII e XIX, o território das Minas pela concatenação de fatores humanos, culturais e político-sociais, provenientes, sobretudo, da atividade econômica setecentista, desencadeou o surgimento de uma intensa atividade artístico-cultural local.

Para além do patrimônio edificado, herdado do período colonial e que foi o fator motivacional da criação da política oficial de preservação do patrimônio histórico e artístico em Minas Gerais e no Brasil, havia da parte de Rodrigo Melo Franco de Andrade e dos demais membros do SPHAN o interesse pela salvaguarda de objetos materiais, resultado de um processo de transformação desses mesmos objetos na categoria de patrimônios culturais.

O antropólogo José Reginaldo Santos Gonçalves<sup>142</sup>, baseando suas pesquisas em estudos de renomados antropólogos como Franz Boas (1858-1942) e Bronislaw Malinowski (1884-1942), destaca que o surgimento da antropologia cultural nas primeiras décadas do XX relegou a um segundo plano o estudo da chamada “cultura material” até então predominante entre os estudiosos das mais diversas culturas e sociedades.

Nos estudos sobre a “cultura material” havia uma grande ênfase na análise e descrição dos objetos materiais através de suas formas, matérias e técnicas de fabricação. Para os antropólogos da cultura material, os estágios de evolução e o processo de desenvolvimento de determinada sociedade antiga ou primitiva poderia ser detectado através da observação e comparação da relação dos indivíduos com os objetos materiais por eles mesmos produzidos. A escolha de um material específico e a técnica utilizada na sua fabricação são alguns dos elementos que permitem aos antropólogos da cultura material definir estágios evolutivos distintos entre as sociedades antigas.

Com a antropologia cultural há um novo olhar sobre o estudo desses objetos materiais com o foco em seus usos, significados e para as relações sociais em que estão envolvidos os seus usuários. Para GONÇALVES (2007, p.19) “o estudo comparativo dessas relações nos

---

<sup>142</sup> Cf. GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios / José Reginaldo Santos Gonçalves. Rio de Janeiro, 2007. 256p (Museu, Memória e Cidadania). Na perspectiva de GONÇALVES (2007, p.20) “os objetos materiais são pensados como um sistema de comunicação, meios simbólicos através dos quais indivíduos, grupos e categorias sociais emitem (e recebem) informações sobre seu status e sua posição na sociedade.”

revelaria as funções e os significados dos objetos materiais e dos traços culturais em diferentes culturas”.

Para o antropólogo José Reginaldo Santos Gonçalves, o processo de transformação – nas sociedades modernas ocidentais – dos objetos materiais para a categoria de patrimônio cultural passa necessariamente pela retirada de sua circulação cotidiana. Diferentemente daqueles objetos materiais que compõem coleções privadas ou se encontram nas mãos de antiquários, podendo ser comprados, vendidos e mesmo trocados, os objetos classificados como patrimônio cultural por determinado grupo social são impedidos de tais procedimentos. De acordo com a perspectiva do autor,

Na medida em que são assim classificados e coletivamente reconhecidos [como patrimônio cultural] esses objetos desempenham uma função social e simbólica de mediação entre o passado, o presente e o futuro do grupo, assegurando sua continuidade no tempo e sua integridade no espaço. (GONÇALVES, 2007, p.28)

São, portanto, objetos materiais que apresentam um forte vínculo identitário com esses grupos sociais. A sustentação, a permanência desses grupos sociais como detentores e reprodutores de um poderoso discurso sobre a identidade cultural e o patrimônio histórico e artístico nacional é legitimado pela ideia de tradição e civilização.

Lembrando que o poder de constituição desse discurso político e mesmo das narrativas museográficas, ao longo da primeira metade do século XX, concentra-se nas mãos de um seletivo grupo de intelectuais que são reconhecidos político e socialmente como representantes maiores de uma cultura letrada brasileira. O espaço simbólico e de produção de conhecimento desses museus regionais é reservado à concentração e exposição de objetos materiais que permitam rememorar e perpetuar o discurso dominante de uma elite intelectual brasileira.

A composição dos acervos e coleções expostas nos museus mineiros tem a finalidade de reproduzir, ao menos de forma fragmentária, os fatos e feitos histórico-artísticos ligados ao processo inicial de civilização brasileira. A narrativa museográfica que abarca o Museu da Inconfidência é sedimentada pela reunião de coleções de objetos materiais sobre a Inconfidência Mineira, seus personagens e sobre a contribuição da Igreja Católica no processo de civilização do território das Minas.

Os objetos materiais (sobretudo a arte sacra) referentes à identidade católica dos mineiros objetivavam demonstrar o alto nível artístico e de civilidade da população local desde

o século XVIII. O legado de valor histórico e artístico representado pelas artes sacras originárias do período colonial é indiscutível entre as autoridades políticas e os intelectuais mineiros ligados ao SPHAN.

Para essas autoridades, as artes sacras herdadas do período colonial em Minas definem o que há de mais genuíno e singular em relação ao assunto da arte religiosa no Brasil. Nesse exato momento, o barroco desponta como o principal estilo artístico da identidade cultural brasileira. Estilo artístico próprio e local das gentes mineiras e que deve ser preservado e reconhecido a nível nacional e internacional.

Nessa perspectiva, o espaço simbólico e de produção de conhecimento do Museu da Inconfidência ganha ares de um espaço santificado, como se fosse uma extensão das antigas igrejas coloniais mineiras. As salas destinadas à exposição da arte sacra colonial narram a existência de uma intrínseca ligação histórica entre a sociedade mineira e a Igreja Católica, uma narrativa museográfica que ajudava na tentativa de reforçar a identificação de Minas Gerais como o Estado mais católico do Brasil durante as primeiras décadas do governo republicano.

Nessa narrativa museográfica, o político e o religioso se misturam, dialogam e se complementam, contribuindo sobremaneira na construção de um discurso que santifica os personagens da inconfidência e transforma o mausoléu numa espécie de capela, no interior do museu. Essa afirmação pode ser comprovada quando nos debruçamos sobre a análise do projeto desenvolvido para a sala, no interior do museu, destinada a panteão dos inconfidentes. A presença permanente das ossadas em solo mineiro, o simbólico processo de sepultamento definitivo dos inconfidentes (dirigido pelas autoridades eclesiásticas mineiras durante a inauguração do mausoléu), a organização e disposição dos elementos no interior da sala atribuem a esse específico espaço do museu um ar de sacralidade.

Observamos a presença no projeto de 14 lápides dispostas ao longo das duas laterais da sala do mausoléu, destinadas ao recebimento definitivo das urnas com as ossadas dos inconfidentes. Essa projetada disposição simétrica das lápides possibilitou a existência de um corredor central que direcionaria os visitantes para um bloco de pedra no centro superior da sala, onde estaria contida uma inscrição com os nomes de todos os inconfidentes ali confinados. Ao fundo completando o cenário havia a presença de uma bandeira da inconfidência nas dimensões de 7,5m X 5,5m. Como descrito no documento o projeto foi “elaborado com preocupação de simplicidade, mas com as proporções monumentais desejáveis, mediante o

aproveitamento da bela cantaria do Itacolomí, já aplicado pelos antigos ao próprio edifício”. (Ver anexo, figs. 1, 2 e 3)

A utilização do quartzo do Itacolomí ou Itacolomito na confecção das lápides e do bloco no centro superior da sala com a inscrição dos nomes dos inconfidentes pode ser entendida como uma proposta de diálogo entre passado/presente e, mesmo, com o objetivo de manter a originalidade no interior do museu. Como é sabido, no período colonial, marcado pela escassez de matéria-prima e rudimentação dos instrumentos de trabalho, havia o predomínio do trabalho manual em Minas, bastante observado nos ofícios de cantaria. A população da região das minas acabou adotando a utilização dos materiais locais e disponíveis na natureza como elemento primordial na construção de suas casas, de seus instrumentos de trabalho, como formas de resistência à natureza, adaptação local e, sobretudo, sobrevivência.

Ao mesmo tempo em que se retoma uma prática difundida ao longo do tempo pela população local, demonstrando assim o apego do mineiro ao território, a tradição, a resistência e superação aos obstáculos impostos pela natureza, objetiva-se também a permanência de uma originalidade própria a construção do edifício que remonta ao século XVIII. A sala destinada ao mausoléu dos inconfidentes exprime a forte ligação dos mineiros com o espírito de liberdade e religiosidade. A organização do espaço, o jogo de luzes interiores, o silêncio, o culto aos vultos da inconfidência mineira ou aos heróis nacionais, transportam o visitante a dimensão do sagrado. A elaboração do projeto do mausoléu dos inconfidentes, como demonstra a documentação, ficou a cargo do arquiteto José de Sousa Reis.

O projeto geral de disposição das salas de exposição do museu da Inconfidência foi elaborado pelo técnico do SPHAN, Georges Simoni. O projeto inicial consta de um total de 14 salas expositivas e distribuídas ao longo de dois pavimentos. No primeiro pavimento foram disponibilizadas 9 salas para exposição, incluindo o mausoléu dos inconfidentes. No pavimento superior consta 6 salas de exposição e duas outras salas destinadas à diretoria e secretaria do museu. (Ver anexo, figs. 4 e 5)

O primeiro projeto museográfico elaborado no ano de 1944 permaneceu vigente até o ano de 2005, período em que o museu da Inconfidência passou por um processo de modernização. Até então, figuravam-se como componentes primordiais desse primeiro projeto museográfico: o universo religioso, o poder da coroa, o mundo doméstico e o espaço da rua. Definido como um espaço ideológico, o museu da Inconfidência desde o início serviu às

vicissitudes dos governos políticos brasileiros. Sua criação durante o governo de Vargas permitiu a construção de um discurso político sobre os heróis nacionais.

O acordo entre o governo e a arquidiocese de Mariana possibilitou que Raimundo Trindade assumisse a direção do museu da Inconfidência. Nessa perspectiva museográfica inicial, Raimundo Trindade teve papel fundamental na consolidação do universo religioso mineiro. Compreendendo a função do museu como espaço de preservação, informação e comunicação, suas ações, como diretor dessa instituição, ressaltavam a presença constante da Igreja Católica no imaginário coletivo mineiro. Nesse espaço museográfico de permanente produção de conhecimento, Raimundo Trindade revelou o intenso poder da Igreja no campo sociocultural, político e intelectual mineiro.

Estamos diante de um processo de sacralização do espaço físico do museu pelas autoridades políticas e religiosas mineiras. Na construção da narrativa museográfica sobre a civilização de Minas a Igreja Católica seria a principal fonte de alimentação dos acervos. A arte sacra, que desde o setecentos é componente importante das igrejas coloniais mineiras pelo seu alto valor de culto e imaginário, agora nos discursos das autoridades do SPHAN, apresenta um indiscutível valor artístico e histórico.

Essas peças sacras são retiradas de seus contextos originais e transmutadas para o interior dos museus mineiros com a finalidade de despertar, por meio de uma narrativa linear e convincente, o interesse visual dos visitantes. A narrativa museográfica que norteia o Museu da Inconfidência não permite a possibilidade de manifestação de qualquer outra religiosidade que não seja o catolicismo, até mesmo os objetos que estão diretamente ligados à memória dos personagens da Inconfidência Mineira adquirem uma atmosfera de sacralidade.

O interesse visual despertado pelo acervo de arte sacra e pelos objetos pertencentes aos inconfidentes (que aqui adquirem também um valor de culto e sacralidade) possibilita aos visitantes entender o espaço do museu como local de exposição, fluência e reflexão. Essa narrativa museográfica conduz o visitante a um retorno ao passado colonial e a refletir sobre a importância histórica, política e religiosa da capitania de Minas para o Brasil, afinal, é nesse território incrustado no interior da América portuguesa e pela ação de importantes personagens locais que se gerou a incipiente ideia de emancipação política. A Igreja Católica como instituição responsável pelo processo inicial de civilização da população mineira adquire uma posição central no discurso museográfico.

A ocupação do cargo de primeiro diretor pelo Cônego Raimundo Trindade e a doação pelo arcebispo Dom Helvécio Gomes de Oliveira do núcleo inicial do acervo (predominantemente composto pela arte sacra) são estratégias adotadas pela Igreja Católica junto ao governo, no sentido de transformar o espaço ideológico do museu em local, por excelência, de exposição do universo religioso católico mineiro.

Quando no ano de 1958 e a pedido de Rodrigo Melo Franco de Andrade, Raimundo Trindade publica a obra sobre o Museu da Inconfidência, não poderia deixar de haver um espaço destinado a enaltecer a generosa contribuição do arcebispo Dom Helvécio no projeto inicial. Nas palavras desse historiador:

É de justiça lembrar e salientar, neste lugar, a doação valiosíssima que fez ao Museu o Excelentíssimo Senhor Dom Helvécio Gomes de Oliveira, eminente Arcebispo Metropolitano de Mariana, de quase todas as preciosas peças artísticas e históricas que constituíam o museu de arte sacra que sua Excelência havia fundado e mantido por alguns anos na sua sede arquiépiscopal. Trata-se de uma vultosa coleção de objetos de inestimável apreço e que vieram a ser núcleo fundamental do acervo com que se instalou o Museu da Inconfidência. O ilustre Arcebispo é, pois, um dos benfeitores do Museu e o seu nome é ai intensamente lembrado, com reconhecimento e louvor. (TRINDADE, 1958, p.65)

A prática de alimentação do acervo do Museu da Inconfidência pelas autoridades religiosas mineiras foi se intensificando ao longo dos anos. Descobrimos em nossas pesquisas documentais inúmeras tratativas entre Rodrigo e Dom Helvécio (sempre mediadas por Raimundo Trindade) no sentido de aquisição de objetos para o acervo do Museu.

Um desses documentos trata da compra junto ao Arcebispo de Mariana de uma pintura de Manoel Ribeiro Rosa, pintor setecentista mineiro. Rodrigo propõe a Trindade à estratégia de regatear o valor da pintura junto a Dom Helvécio e destaca a importância de se adquirir tal obra para o acervo do Museu.

Creio que o Senhor fará bom negócio para o Museu da Inconfidência adquirindo a pintura do Manoel Ribeiro Rosa, seja embora a preço alto, pois os museus nacionais não possuem senão pouquíssimas obras expressivas dos mestres do período colonial. Assim, um painel como o dos esposais de São José, constituindo uma composição característica, de procedência, autoria e data apuradas com exatidão rigorosa, tem valor excepcional. Quanto à oferta a ser feita ao Arcebispo, sugiro-lhe um lance inicial de trinta mil cruzeiros, que o Senhor poderia elevar até cinquenta mil, se o vendedor quiser regatear. Em verdade, a pintura vale

bem mais que esta última quantia, atendendo-se a extrema raridade da espécie e, sobretudo, aos preços estrondosos correntes no comércio de antiguidades no país.<sup>143</sup>

Na interpretação das palavras de Rodrigo, notamos o grande interesse pela aquisição de objetos raros e de valor histórico e artístico excepcionais para o acervo do Museu da Inconfidência. O fato de que os demais museus espalhados pelo país não possuíam também um consistente acervo de obras sobre os pintores coloniais, valorizava ainda mais a necessidade de aquisição do objeto junto ao arcebispo de Mariana. A exemplaridade do objeto definida pela sua “composição característica”, pela “procedência”, “autoria” e “data” despertaria a atenção e o grande interesse do diretor do SPHAN.

Raimundo Trindade reunia, ao mesmo tempo, a função de diretor do museu e de historiador eclesiástico mineiro, qualidades que eram constantemente ressaltadas por Rodrigo Melo Franco de Andrade. O apurado gosto pela investigação histórica, o talento nato para a escrita, o profundo conhecimento sobre a documentação presente nos arquivos religiosos de Minas, fizeram desse historiador o principal interlocutor de Rodrigo no Estado de Minas Gerais.

No trabalho já citado da historiadora Janice Pereira da Costa, ao tratar justamente do período em que Raimundo Trindade esteve à frente da direção do Museu da Inconfidência, a autora enfatiza essa dupla função de diretor e historiador. A função administrativa no museu era longamente descrita a Rodrigo por meio dos relatórios anuais. Esses documentos continham dados sobre o número de visitantes, aquisições e doações feitas ao museu, andamento de pesquisas feitas junto aos arquivos religiosos e cartoriais de Mariana e Ouro Preto, além de inúmeras outras atividades.

A faceta de historiador de Raimundo Trindade ganhava destaque pelo grande interesse na ampliação do acervo do museu, sobretudo, pela aquisição de objetos de arte sacra e mobiliário do século XVIII-XIX, e, pelo desejo de criação de uma biblioteca. Sobre o interesse de Trindade pela criação da biblioteca do museu e o desejo de transformação desse espaço institucional em *locus* privilegiado de pesquisa, a autora assim se exprime:

Além da ampliação da coleção de objetos, o Cônego Trindade sempre demonstrou a preocupação em formar uma biblioteca para o museu. Nos primeiros anos, essa foi sendo formada quase que exclusivamente

---

<sup>143</sup> Arquivo Central do IPHAN. Ata Representante [Raimundo Trindade] – Cx. 0054-0377. Ministério da Educação e Saúde. Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 12 de novembro de 1958. Correspondência de Rodrigo Melo Franco de Andrade ao Cônego Raimundo Trindade.

por doações oriundas do Instituto Nacional do Livro e da Biblioteca Nacional. Outras instituições contribuíram com o envio de seus periódicos, como é o caso do Museu Histórico Nacional, o Museu Imperial, o Arquivo Nacional entre outras. Foi só a partir de 1947 que o museu passou a ter orçamento próprio para adquirir seus livros. O interesse de Trindade com a formação de uma biblioteca sempre esteve relacionado ao seu desejo de tornar o museu um lugar próprio para a produção de conhecimento. (COSTA, 2005, p.88)

À medida que nos dedicamos à análise da documentação produzida pelo próprio Raimundo Trindade durante os quinze anos em que esteve à frente dessa instituição, referindo-nos aqui aos relatórios anuais que eram redigidos por Trindade e encaminhados a Rodrigo Melo Franco de Andrade, descobrimos que esse historiador realizou ao menos três doações de livros ao acervo da biblioteca do museu.

Nos anos de 1953, 1954 e 1955, foram doados, respectivamente, pelo seu diretor, 20, 5 e 90 volumes, totalizando 115 obras.<sup>144</sup> Os conteúdos dessas obras doadas se referem à história, aos costumes e arte mineira em particular e brasileira em geral. A biblioteca teve seu início em agosto de 1944, contando nesse momento com 213 volumes. Desse total, 100 volumes eram constituídos de exemplares de revistas e outras publicações periódicas. É de justiça realçar a valiosa doação do Instituto Nacional do Livro.<sup>145</sup>

Podemos observar o quanto esse acervo da biblioteca do museu se ampliou em pouco tempo. No ano de 1959, quando foi concluído o primeiro inventário da biblioteca nos deparamos com a seguinte descrição do seu diretor: “a biblioteca do Museu da Inconfidência foi em 1959 devidamente inventariada e ficou já concluído seu fichário por títulos de obras. Compõe-se atualmente de 890 obras em 1584 volumes.”<sup>146</sup>

Os relatórios anuais são documentos importantíssimos para compreendermos o primeiro plano/projeto museográfico do Museu da Inconfidência. O tópico presente nessa documentação referente a aquisições para o acervo nos anos em que Raimundo Trindade esteve à frente dessa instituição é bastante elucidativo.

Há um grande predomínio aquisitivo de objetos materiais de cunho religioso se comparado aos demais objetos categorizados como profanos (mobiliário, armas, prataria,

---

<sup>144</sup> Arquivo Institucional do Museu da Inconfidência – Ouro Preto, Minas Gerais. SCAM – Sistema de Controle do Acervo Museológico. Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) – Ministério da Cultura – Brasil. Relatório Anual de 1953, 1954 e 1955.

<sup>145</sup> Arquivo Institucional do Museu da Inconfidência. Relatório Anual de 1945.

<sup>146</sup> Arquivo Institucional do Museu da Inconfidência. Relatório Anual de 1959.

utensílios domésticos, etc.). Na perspectiva dos intelectuais responsáveis pela elaboração do primeiro projeto museográfico, destinado à construção de uma narrativa sobre o processo de civilização das gentes mineiras desde o século XVIII, a Igreja Católica e os objetos materiais de arte sacra (pelo seu valor histórico, artístico, de exemplaridade e raridade) alcançariam lugar de destaque nas salas expositivas do museu. Referimos-nos aqui à aquisição de uma infinidade de artefatos religiosos que demonstram a intensa relação do povo mineiro com a religiosidade católica. Imagens de madeira de São Sebastião, São José, Nossa Senhora do Carmo, Nossa Senhora da Conceição, Menino Jesus e o Crucificado, Santíssima Trindade, São João Batista, Santo Antônio, Nossa Senhora do Monte Carmelo, Santa Bárbara, dentre outras, dividem espaço com oratórios, e pias de água benta em pedra-sabão.

O conhecimento histórico de Raimundo Trindade sobre a tradição católica dos mineiros imprime na tarefa de aquisição desses objetos para o acervo do museu um intenso caráter investigativo. Nos relatórios anuais, seus estudos, críticas e comentários sobre determinado objeto adquirido são carregados de certo ar de autoridade, como se estivéssemos diante das palavras de um inquestionável especialista no tema da arte sacra.

Outro item importante é uma imagem em madeira que testemunha a existência de um gosto francês identificável na imaginária, pelo menos, mineira do século XVIII. Entre as aquisições, figuram ainda 4 gravuras oitocentistas, uma delas portuguesa e com a menção da oficina em que foi feita, e duas das outras com possibilidades de serem trabalho brasileiro.<sup>147</sup>

Como sobressai das palavras do próprio diretor do Museu da Inconfidência, é possível identificar na imaginária setecentista mineira um gosto dos artífices locais pelo estilo artístico dos franceses, assim como detectado nas gravuras oitocentistas a separação entre os trabalhos feitos por mãos estrangeiras e brasileiras.

Entendemos, assim como outros estudiosos, que a nomeação para o cargo de direção do Museu da Inconfidência é, antes de tudo, ato de caráter político. Portanto, nas primeiras décadas do século XX, no Brasil, período marcado pela efervescência das discussões político-ideológicas em torno da construção da identidade cultural da nação, a Igreja Católica buscava ampliar sua esfera de poder no seio da sociedade através de um projeto político de poder com anseio e dimensão nacional.

---

<sup>147</sup> Arquivo Institucional do Museu da Inconfidência. Relatório Anual de 1957.

Após um longo tempo de conflitos com o governo da Primeira República, a Era Vargas possibilitou às novas gerações do episcopado brasileiro a retomada do diálogo político com o governo. Em Minas Gerais, bispos como Dom Silvério Gomes Pimenta e Dom Helvécio Gomes de Oliveira se encarregaram de colocar em prática as novas diretrizes e normas que guiavam a Igreja Católica no contexto das sociedades modernas.

A criação do Museu da Inconfidência e a articulação entre Dom Helvécio e Rodrigo Melo Franco de Andrade, sempre mediada por Raimundo Trindade, culminou na escolha deste último para a direção dessa instituição a partir de 1944. A erudição, o talento nato para a escrita historiográfica, o profundo conhecimento sobre os arquivos eclesiais mineiros, a preocupação com a salvaguarda e preservação do patrimônio religioso católico e as infindáveis pesquisas realizadas junto ao SPHAN são componentes que, sem dúvida, legitimaram a escolha desse historiador mineiro para o cargo de direção do museu.

Ademais, cabe ressaltar que a estratégia contida no projeto ideológico de poder da Igreja Católica ao longo da primeira metade do século XX estava, via de regra, amparada na necessidade de uma presença mais efetiva dessa instituição no meio da sociedade brasileira. A reaproximação com o governo de Vargas, a constante presença dos bispos brasileiros nos atos públicos de caráter cívico e político pelo país e o empenho em ser vista e ouvida, foram algumas das táticas utilizadas pela Igreja. Em Minas Gerais, a criação do Museu da Inconfidência em Ouro Preto, foi entendida, pelas autoridades religiosas, como a ocasião favorável para reforçar os laços do povo mineiro com a tradição católica.

Dom Helvécio, principal articulador entre a Igreja Católica e as autoridades políticas do governo Vargas, foi, sem sombra de dúvidas, o responsável pela nomeação de Raimundo Trindade como diretor do Museu da Inconfidência. Numa visão mais ampla desse contexto político-religioso a nomeação desse religioso/historiador vinha de encontro ao desejo de transformar o museu num espaço privilegiado para exposição e produção de conhecimento sobre a trajetória histórica da Igreja em Minas. A elaboração do primeiro projeto museográfico era conduzida por uma narrativa que exaltava o papel fundamental da Igreja na tarefa de civilização do povo mineiro e, mesmo, da nação brasileira.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da pesquisa, buscamos compreender a importância da escrita historiográfica de Raimundo Trindade no contexto político, cultural e religioso brasileiro da primeira metade do século XX. Exponente de uma corrente historiográfica regionalista (historiografia mineira) surgida em meio aos debates políticos sobre a construção da identidade da nação brasileira, Trindade elegeu como seu principal objeto de estudo a Igreja Católica. Como efetivo membro dessa instituição, para a qual destinou nada menos do que cinco décadas da sua vida no trabalho espiritual e na educação cristã, ele se destacou também como um dos mais notórios nomes da historiografia eclesiástica brasileira, sendo, até hoje, uma das principais referências no estudo da trajetória histórica da Igreja Católica em Minas Gerais e no Brasil.

Sua escrita histórica, mesmo que identificada com uma vertente historiográfica regionalista, transcendeu os limites do estado de Minas Gerais e alcançou reconhecimento e notoriedade a nível nacional. Impossível não se identificar nas pesquisas e estudos históricos que foram sendo realizados a partir da segunda metade do século XX e início do XXI, ligados ao tema da Igreja Católica no Brasil, referências a algumas de suas obras. A “Arquidiocese de Mariana”, escrita em fins da década de 1920, representa o que há de mais completo no estudo da Igreja Católica em Minas. Muitos historiadores ainda hoje recorrem a essa obra de história com o objetivo de entender a Igreja Católica na contemporaneidade.

Se no período colonial e imperial a Igreja era entendida pelo estado monárquico como uma força auxiliar no processo de civilização e regimento da população (sendo os agentes religiosos confundidos como meros funcionários do rei), com a proclamação da República e o fim do regime do padroado régio, passou a lutar constantemente pela sua liberdade como instituição e pela retomada de seu poder social. Nas primeiras décadas da República, período historicamente conhecido por uma proposta política de governo laica e secularizadora, a Igreja Católica se reorganizaria como instituição no sentido de reivindicar uma maior presença junto à sociedade brasileira.

A trajetória de Raimundo Trindade como historiador se iniciou justamente no momento em que estado republicano e Igreja rompem relações no Brasil. Como sacerdote da Igreja Católica, tendo concluído sua formação religiosa no ano de 1908, esse historiador mineiro vivenciou as profundas transformações impostas pela República e pela ideia de modernidade que povoava o imaginário político e cultural das nações europeias e do Brasil. Modernizar o

país implicava em profundas transformações no contexto social, econômico e religioso. A Igreja, vista pelas autoridades políticas republicanas como uma instituição conservadora e de rígida estrutura interna, portanto, pouco propensa às mudanças que a modernidade exigia, passou a sofrer com inúmeros ataques externos.

Com o fim do padroado régio, o estado republicano ao mesmo tempo em que cortou os subsídios financeiros a Igreja, iniciou um ataque sobre seus bens patrimoniais, se apossando de grande parte de suas terras. A Igreja dessas primeiras décadas da República seria identificada por uma profunda crise financeira e institucional. Raimundo Trindade dava seus primeiros passos como historiador eclesiástico e enxergou nessa crise o motor propulsor da reviravolta da Igreja brasileira. A Reforma Católica iniciada no Brasil em meados do século XIX e no território mineiro com Dom Ferreira Viçoso, teria seus resultados mais aparentes na diocese de Mariana e Diamantina somente em finais da República Velha.

Dom Ferreira Viçoso pregava insistentemente na diocese de Mariana que a reorganização da Igreja Católica como instituição seria decorrente do processo de reformulação na educação das novas gerações do clero. A modificação das disciplinas ministradas aos aspirantes à carreira sacerdotal, a necessidade de uma formação mais reclusa nos seminários (distante das atividades mundanas) e o exercício espiritual, eram algumas das exigências desse bispo da diocese de Mariana. Dom Silvério Gomes Pimenta e Dom Helvécio Gomes de Oliveira seriam os principais bispos continuadores dessa proposta reformista na diocese mineira. Raimundo Trindade, que conviveu com ambas as autoridades episcopais, projetou em sua escrita historiográfica a ideia de uma linha sucessória de bispos reformistas mineiros. Com uma escrita apologética, militante e amparada por essas autoridades episcopais, defendeu a importância histórica da Igreja no processo de civilização da população mineira e brasileira.

Nas primeiras décadas do século XX, esse sacerdote-historiador produziu uma história institucional da Igreja Católica em Minas Gerais, na qual buscou reforçar o laço identitário dos mineiros com o catolicismo ao mesmo tempo em que enaltecia o papel civilizacional dessa instituição. O conturbado contexto político republicano brasileiro exigiu das autoridades eclesiásticas uma pronta resposta aos ataques externos contra a instituição. Notando a diminuição de seu poder social, os clérigos passaram a reivindicar uma presença mais efetiva no interior da sociedade brasileira.

A Restauração Católica (1920-1930) possibilitou a união nacional dos bispos brasileiros e a inserção de inúmeros intelectuais católicos leigos nos debates sobre a importância da Igreja no Brasil. Foram realizados inúmeros eventos, festas e comemorações religiosas, por todo o território nacional, momento oportuno para que as autoridades eclesásticas pudessem vir a público e demonstrar a importância social da Igreja. No campo intelectual, os católicos leigos foram fundamentais na produção de discursos, artigos e estudos de caráter militante e apologético. Jackson de Figueiredo, Alceu Amoroso Lima, João Camillo de Oliveira Torres, dentre inúmeros outros católicos leigos, saíram abertamente em defesa da Igreja brasileira nos jornais, revistas, palestras e discursos públicos.

Como sacerdote-historiador, Raimundo Trindade circulou entre dois mundos: o mundo religioso e o mundo das letras. Cinco décadas de atividade espiritual fizeram desse sacerdote um ilustre filho da Igreja Católica e do território mineiro. Percorreu inúmeras cidades do interior de Minas levando fé e esperança aos filhos do catolicismo, mas seu porto seguro sempre foram Mariana e Ouro Preto – a primeira, por tê-lo acolhido desde a juventude, durante sua formação no seminário e a qual pôde retribuir, a pedido de Dom Helvécio, exercendo várias funções religiosas na diocese; a segunda, o acolhera no início da década de 1940, quando foi nomeado pelo governo Vargas como primeiro diretor do Museu da Inconfidência.

Entre pesquisas históricas, arquivos eclesásticos e civis e pelo profundo interesse pela preservação do patrimônio histórico e artístico (sobretudo o patrimônio ligado a religião católica), teceu profundas relações com Rodrigo Melo Franco de Andrade, mineiro como Trindade, católico como todo bom mineiro e um intelectual com enorme interesse pela tradição histórica de Minas Gerais. Ao assumir a direção do SPHAN em 1937, Rodrigo dedicou grande parte de seus esforços como intelectual na consolidação de uma política oficial de preservação do patrimônio histórico e artístico da nação.

A aproximação com o diretor do SPHAN permitiu a Raimundo Trindade circular entre os grupos de intelectuais modernistas mineiros. Sua rede de sociabilidade envolveu intelectuais como Carlos Drummond de Andrade (Chefe da Seção de História do SPHAN), Pedro Nava, Emílio Moura e João Alphonsus. No campo da historiografia, estabeleceu relações com Sérgio Buarque de Holanda, Alceu Amoroso Lima, Salomão de Vasconcelos e Augusto de Lima Júnior (com o qual promoveu intensos debates historiográficos). Como funcionário do SPHAN, foi um arguto defensor da política preservacionista criado por Rodrigo, o que gerou inúmeros

desentendimentos historiográficos com Augusto de Lima Júnior, polêmica que teve início após a escolha de Trindade como diretor do Museu da Inconfidência.

Defensor da política de governo de Vargas, o principal responsável pelo repatriamento das ossadas dos inconfidentes para Ouro Preto, Augusto de Lima Júnior se viu excluído do grupo de intelectuais que compunham as fileiras do SPHAN. Ao que tudo indica questões políticas e, sobretudo, religiosas, influenciaram na escolha de Trindade como o diretor do Museu da Inconfidência, questões que envolviam diretamente a pessoa do arcebispo de Mariana, Dom Helvécio Gomes de Oliveira e Rodrigo Melo Franco de Andrade. Como já discutido, Trindade foi considerado o principal intermediário da relação entre o bispo e o diretor do SPHAN. O núcleo inicial do acervo do Museu da Inconfidência (constituído majoritariamente por arte sacra) foi doado por Dom Helvécio, objetos de valor histórico e artístico que, até então, se encontravam sobre a posse privada da diocese de Mariana, no Museu Arquidiocesano.

Os ataques pessoais ao diretor do SPHAN e a forma como era conduzida a política patrimonial em Minas Gerais, foram os principais conteúdos da Revista de História e Arte, da qual Augusto de Lima Júnior era um dos principais editores. Trindade demonstrava seu apoio a Rodrigo por meio das correspondências, recurso pelo qual ambos estavam sempre em constante diálogo. Entre notícias sobre o andamento de pesquisas, sobre o levantamento de dados, entre envios e recebimentos de documentos históricos, havia quase sempre um espaço destinado a tratar das polêmicas historiográficas do dia a dia. É justamente nesses pequenos espaços, nessas entrelinhas, que conseguimos perscrutar parte da polêmica historiográfica da época.

A análise dessas correspondências, assim como a análise de conteúdo da escrita histórica de Raimundo Trindade, nos possibilitou compreender parte do contexto político, social e religioso brasileiro da primeira metade do século XX. Sua escrita historiográfica no período é fruto de uma estratégia ideológica de poder da Igreja. No momento em que a Igreja se encontrava em crise institucional e social sua narrativa contribuiu para reforçar na sociedade mineira o vínculo com o catolicismo e a religião cristã. O pedido de Dom Helvécio para que escreva uma obra sobre a história da Igreja visava, sobretudo, demonstrar a importância histórica dessa instituição secular no território mineiro. Sua missão histórica no processo de estabelecimento da ordem e da civilização desde o período colonial.

No contexto cultural, é notável sua participação na política de preservação do patrimônio histórico e artístico nacional. Quando essa política patrimonial ainda se iniciava, Trindade ajudou a identificar e mapear o patrimônio católico religioso local. As correspondências nos mostram um historiador extremamente ativo em relação às pesquisas que lhe era atribuída por Rodrigo e o SPHAN. O profundo conhecimento sobre os arquivos eclesiásticos e civis (Mariana e Ouro Preto), a habilidade inata (ou o dom divino, como sugerido por Dom Helvécio) para a composição de narrativas históricas tornaram esse intelectual o principal interlocutor de Rodrigo Melo Franco de Andrade.

Em suas narrativas foram resgatados do passado, datas históricas, importantes nomes de artífices mineiros do século XVII e XVIII, a história de fundação das principais ordens religiosas de Mariana e Ouro Preto, as tensões que envolveram os membros do clero mineiro, a conflituosa relação entre Estado e Igreja no Brasil, a história da arte em Minas, dentre inúmeros outros fatos históricos. Evidente que nosso trabalho não encerra em si as possibilidades de pesquisas sobre esse sacerdote-historiador mineiro. Ainda há muito a ser feito.

O horizonte de pesquisa se amplia à medida que nos deparamos com outras atividades e campos de atuação percorridos por esse ilustre intelectual da primeira metade do século XX. Por exemplo, ao longo de nossa pesquisa descobrimos que Raimundo Trindade dedicou um pequeno tempo de sua vida a carreira política em Rio Doce, há algumas obras e artigos em revistas específicas sobre genealogias (tema que dividiu sua atenção com a história religiosa), foi o primeiro diretor e organizador do Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana entre 1923 e 1944, foi radioamador (primeiro padre no Brasil a dedicar-se a essa atividade) e, além disso, há fontes documentais que atestam uma profunda relação com políticos de Belo Horizonte.

Portanto, aqui, nos dedicamos a compreender a concepção historiográfica desse sacerdote-historiador em relação à Igreja Católica em Minas no início do século XX, sua profunda relação com Rodrigo Melo Franco de Andrade, culminando no grande interesse pela preservação do patrimônio religioso católico, e como primeiro diretor do Museu da Inconfidência, transformando esse espaço num *locus* privilegiado para a produção de conhecimento e pesquisas sobre fatos e personagens históricos locais. Nessa terceira fase de sua vida intelectual, o acervo do Museu da Inconfidência iria concentrar dois temas de enorme relevância em seus estudos históricos: a religião católica, representada pela vasta coleção de arte sacra e o Movimento da Inconfidência Mineira, representado pela presença das ossadas de

alguns dos inconfidentes, pelos objetos particulares e documentos históricos diretamente ligados a esses ilustres personagens da memória coletiva nacional. Religião católica e Inconfidência mineira dois temas históricos dignos de nortearem a narrativa do recém-criado Museu da Inconfidência em Ouro Preto.

**ANEXOS**

Figura 1: Cônego Raimundo Otávio da Trindade

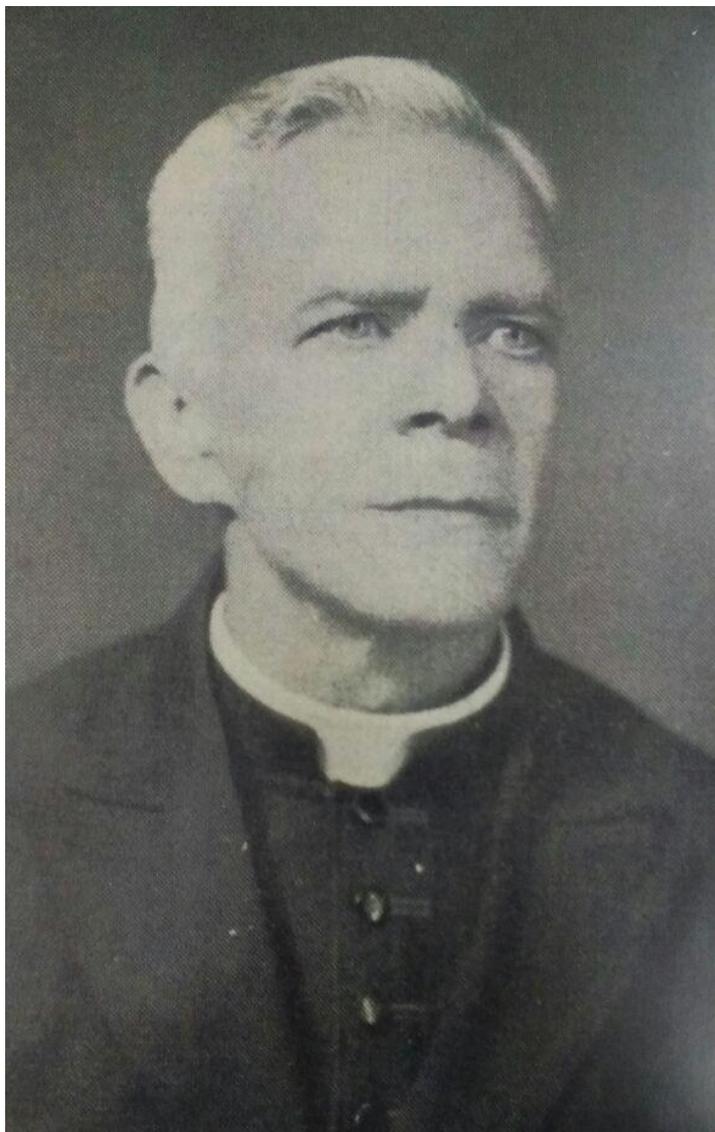


Figura 2: DPHAN, Museu da Inconfidência, Estudo para a Sala dos Inconfidentes, Ouro Preto – MG.

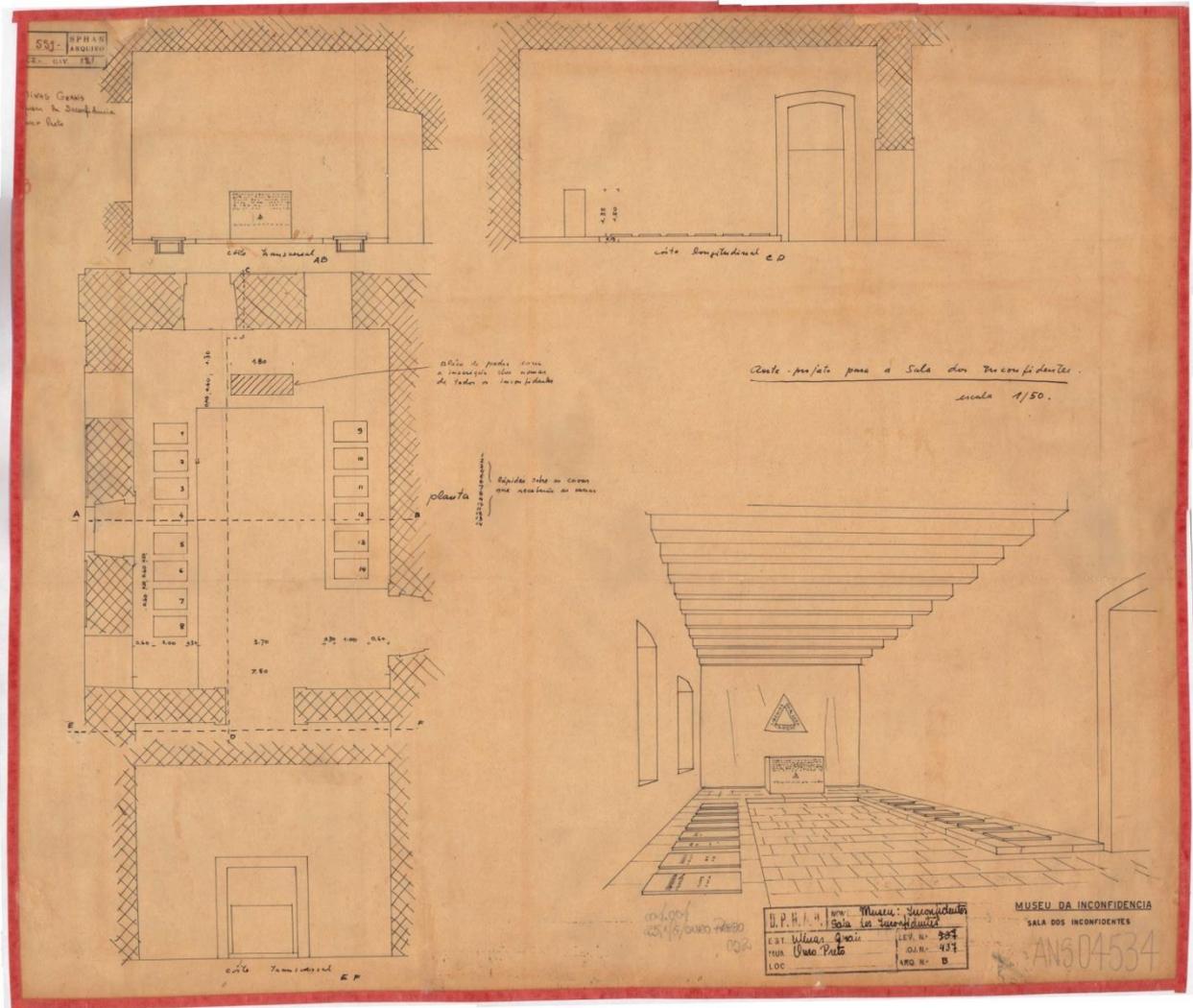


Figura 3: DPHAN, Museu da Inconfidência, Estudo para a Sala dos Inconfidentes, Ouro Preto – MG.

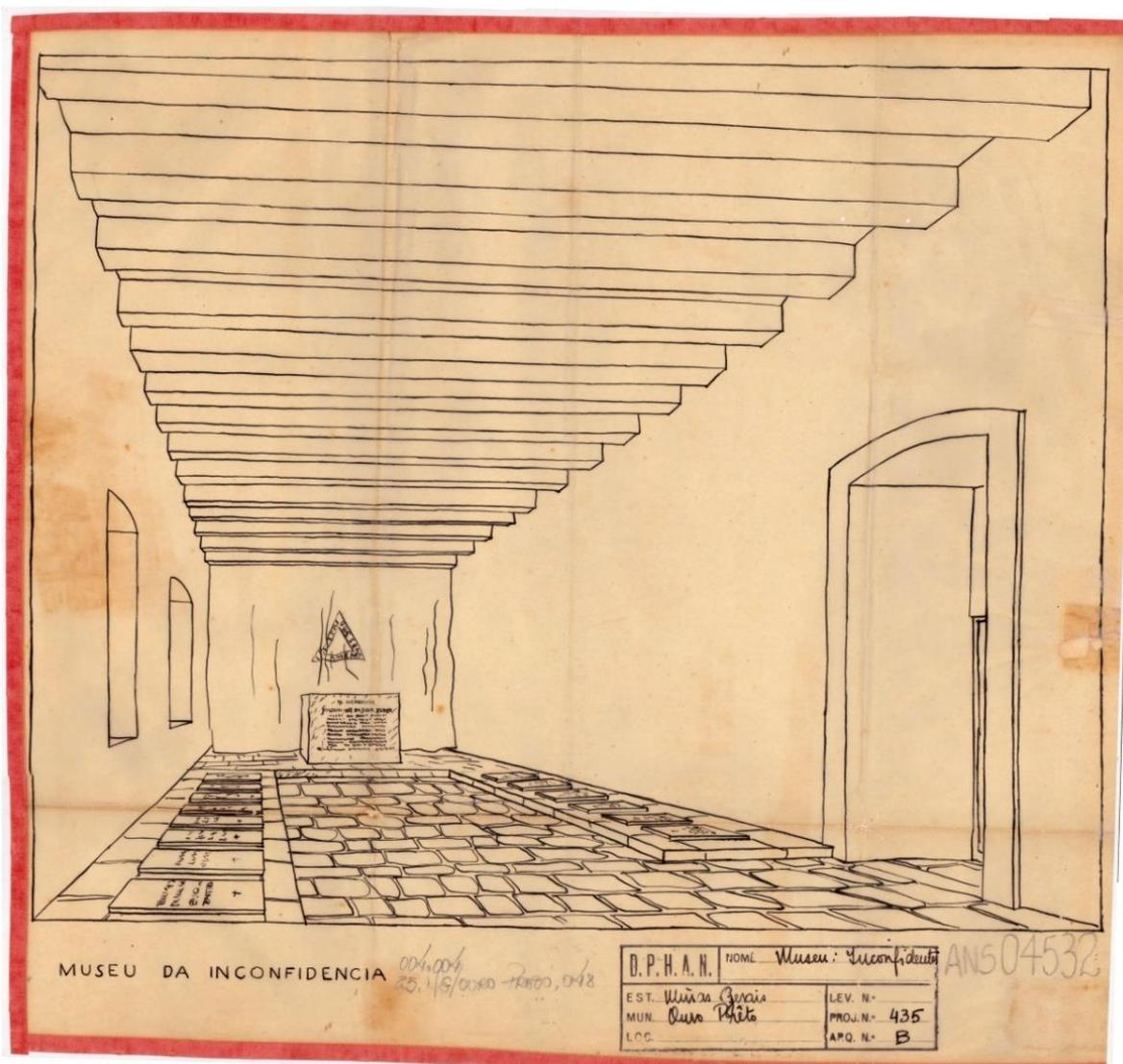




Figura 5: DPHAN, Museu da Inconfidência, Pavimento Inferior, Ouro Preto – MG.

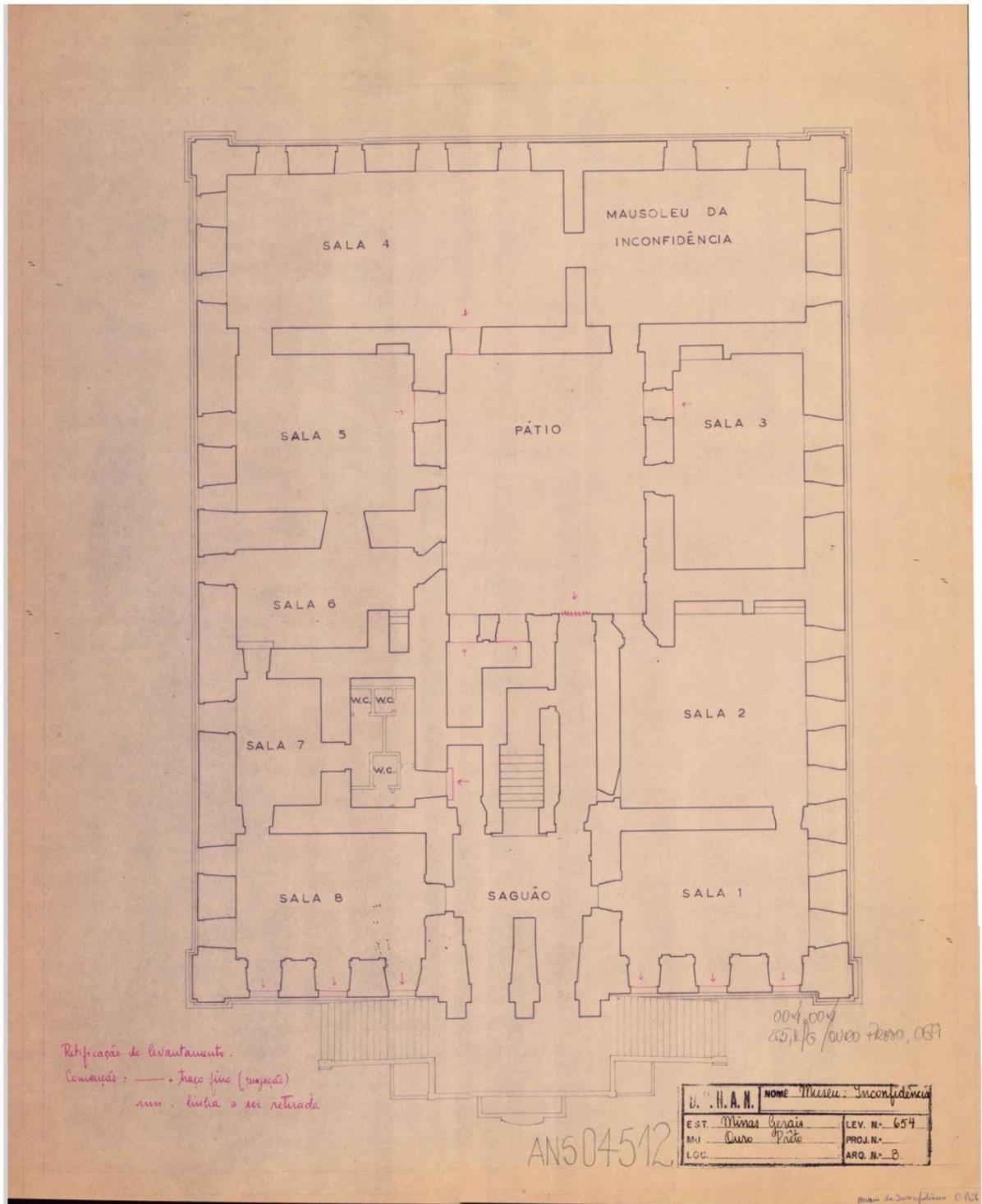


Figura 6: DPHAN, Museu da Inconfidência, Pavimento Superior, Ouro Preto – MG.

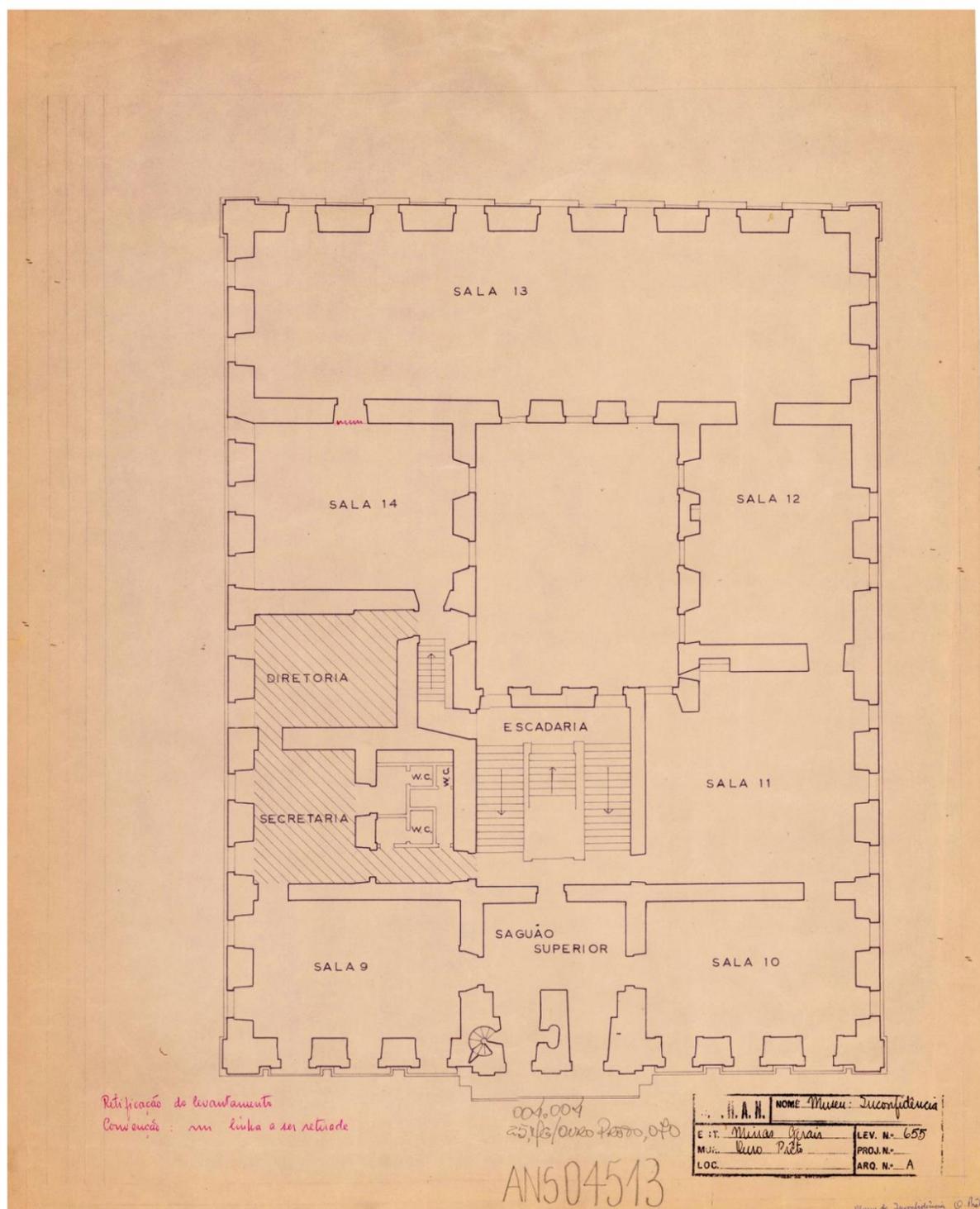


Figura 7: Fotografia, Coupé do Museu da Inconfidência.



Descrição: Francisco Lopes, do Serviço do Patrimônio Histórico, recebendo do Cônego Raiumundo Trindade, representante de Dom Helvécio, o Coupé que pertenceu ao Padre João Manuel, celebrizado por ter dado “Viva a República”, em plena Câmara dos Deputados, inda em dias do Império, 23/11/1962.

## LISTA DE OBRAS DO CÔNEGO RAIMUNDO TRINDADE

Apontamentos Biográficos Sobre Bispos Brasileiros Nascidos Em Minas Gerais (1770-1961). Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1984.

Cômputo Eclesiástico/Raimundo Trindade. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1963.

A Sede Do Museu Da Inconfidência Em Ouro Preto/Raimundo Trindade. Revista dos Tribunais LTDA, São Paulo, 1958.

Um Pleito Tristemente Célebre Nas Minas Do Século XVIII: Contribuição Para A História Eclesiástica De Minas /Raimundo Otávio Da Trindade, Revista dos Tribunais, São Paulo, 1957.

A Igreja De São José Em Ouro Preto: Documentos De Seu Arquivo/Raimundo Trindade, Vol.13, 1956.

Velhos Troncos Mineiros / Cônego Raimundo Trindade; [prefácio de Carlos da Silveira], Revista dos Tribunais, São Paulo, 1955. 3 Vol.

Arquidiocese De Mariana: Subsídios Para A Sua História. 2º Edição, Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1955.

Breves Notícias Dos Seminários De Mariana: Publicação Comemorativa do Bicentenário Do Seminário E Cinquentenário Sacerdotal De Dom Helvécio Gomes / Raimundo Trindade. Revista dos Tribunais, São Paulo, 1953.

São Francisco De Assis De Ouro Preto: Crônica Narrada Pelos Documentos Da Ordem. MEC/SPHAN, Publicação nº17, Rio de Janeiro, 1951.

Velhos Troncos Ouropretanos. Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais LTDA, São Paulo, 1951.

Instituições De Igrejas No Bispado De Mariana. MEC/SPHAN, Publicação nº13, Rio de Janeiro, 1945.

Criação Do Bispado De Mariana, Ouro Preto, 1945.

Ascendentes E Colaterais De Tiradentes, [SN], Ponte Nova, 1944.

Titulares de Igrejas e Patronos de Lugares, Ouro Preto, 1944.

Genealogias Da Zona Do Carmo, Est. Gráfico “Gutenberg” Irmãos Penna, Ponte Nova, 1943.

Troncos Paulistanos e Martins da Costa, Mariana, 1943.

Garcias Velhos, Campos, etc. Mariana, 1942.

A Família dos Andradas, Separata da Revista Brasileira de Genealogia, 1941.

Biografia De Dom Silvério Gomes Pimenta: 1º Arcebispo de Mariana / Cônego R. Trindade. Gutemberg, Ponte Nova, MG, 1940.

A Família Pontes. Est. Gráfico Gutemberg Irmãos Penna, Ponte Nova, 1934.

Arquidiocese De Mariana: Subsídios Para A Sua História. Escolas Profissionais Do Liceu Coração De Jesus, São Paulo, Alameda Barão de Piracicaba, 36-A. 1928-1929. 3 Vol.

Efemérides Da Arquidiocese De Mariana. Estado de Minas Gerais, Brasil, 1923.

Genealogias Mineiras. Est. Gráfico Gutemberg Irmãos Penna, Ponte Nova, 1923.

Monografia Da Paróquia De S. José Da Barra Longa (Arquidiocese De Mariana), Estado de Minas Gerais. A. Campos, São Paulo, 1917.

A Semana Santa, São Paulo, 1916.

#### **Artigos na Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – RPHAN**

Igreja Das Mercês De Ouro Preto: Documentos Do Seu Arquivo. MEC/SPHAN, V.14, p.161-282, Rio De Janeiro, 1959.

A Igreja De São José, Em Ouro Preto. MEC/SPHAN, V.14, p.109-204, Rio De Janeiro, 1956.  
Ourives de Minas Gerais Nos Séculos XVIII E XIX. MEC/SPHAN, V.12, p.109-149, Rio De Janeiro, 1955.

A Casa Capitular De Mariana. MEC/SPHAN, V.9, p.217-250, Rio De Janeiro, 1945.

A Casa De São Francisco Em Mariana. MEC/SPHAN, V.8, p.276-324, Rio De Janeiro, 1944

A Igreja De São Francisco De Assis De Mariana. MEC/SPHAN, V.7, p.57-76, Rio De Janeiro, 1943.

## REFERÊNCIAS

### a) Referências documentais

TRINDADE, Cônego Raimundo. *A Sede do Museu da Inconfidência em Ouro Preto*. Empresa Gráfica da “Revista dos Tribunais” Ltda. Rua Conde de Sarzedas, 38 – S. Paulo, 1958.

TRINDADE, Cônego Raimundo. *São Francisco de Assis de Ouro Preto*. SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), Publicação nº 17, Ministério da Educação e Saúde – Rio de Janeiro, 1951.

TRINDADE, Cônego Raimundo. *Instituições de Igrejas no Bispado de Mariana*. SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), Publicação nº13, Ministério da Educação e Saúde – Rio de Janeiro, 1945.

TRINDADE, Cônego Raimundo. *Biografia de Dom Silvério Gomes Pimenta* (1º Arcebispo de Mariana). Confeccionado no Est. Gráfico Gutenberg, Irmãos Penna & Cia. Ponte Nova – Minas Gerais, 1940.

TRINDADE, Cônego Raimundo. *Arquidiocese de Mariana: subsídios para a sua história*. Vol. III. São Paulo. Escolas Profissionais do Liceu Coração de Jesus. Alameda Barão de Piracicaba, 36-A. 1929.

TRINDADE, Cônego Raimundo. *Arquidiocese de Mariana: Subsídios para a sua história*. Vol.II. São Paulo. Escolas Profissionais do Liceu Coração de Jesus, Alameda Barão de Piracicaba, 36-A. 1929.

TRINDADE, Cônego Raimundo. *Arquidiocese de Mariana: subsídios para a sua história*. Vol. I São Paulo. Escolas Profissionais do Liceu Coração de Jesus, Alameda Barão de Piracicaba, 36-A, 1928.

### b) Fontes documentais

**Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana (AEAM)** - Epistolário – Período de D. Helvécio (1922-1960) e Governos Episcopais – D. Helvécio Gomes de Oliveira (1922-1960), Arquivo 5, Gaveta 1, Pasta 12. Assunto: Correspondência com Monsenhor Trindade.

**Arquivo do Museu da Inconfidência / Arquivo Administrativo da Casa do Pilar** – Caixa 01 – Recorte de Jornais, Tema: Minas Gerais (Cotidiano – História e Monumentos). Caixa 04 – Recortes de Jornais Sobre Ouro Preto. Correspondências Diversas, Folhetos, Pareceres, Postais, Impressos e Recibos. Caixa 12 – Pasta : DPHAN – Diversos.

**Arquivo Central do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)** - Ata Representante [Raimundo Trindade] Cx. 0054- 0377 e Cx. 0055-0378, Arquivo da Seção de História – Personalidade [Cônego Raimundo Trindade] P.402. 20 e Série Inventário – Ouro Preto, MG – Casa de Câmara e Cadeia (Museu da Inconfidência) Caixa MG 077/1/01.

**“Arquivo Institucional / Museu da Inconfidência / Ibram / Minc”**. Setor de Documentação Museológica – AIMI / Relatórios - Anos de 1944/1959.

### c) Referências bibliográficas

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Tradução Denise Bottman, Companhia das Letras, 2008. p.32

ANDRADE, Francisco Eduardo de. Augusto de Lima Júnior entre o mito e a verdade histórica: Aleijadinho e Tiradentes. In: PIRES, Maria do Carmo; ANDRADE, Francisco Eduardo de; BOHRER, Alex Fernandes. (Orgs.). *Poderes e Lugares de Minas Gerais: um quadro urbano no interior brasileiro, séculos XVIII-XX*. 1ª edição. São Paulo: Scortecci: Ouro Preto: Editora UFOP, 2013, v. 01, pp. 183-206.

AZZI, Riolando. *A Igreja Católica no Brasil durante o Estado Novo, 1937-1945*. Síntese: Revista de Filosofia, v.7, n.19, 1980, p. 49-71.

AZZI, Riolando. *O Início da Restauração Católica no Brasil, 1920-1930*. Síntese: Revista de Filosofia, v.4, n.10, 1977, p.61-89.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Presses Universitaires de France, 1977. Tradução de Luis Antero Reto e Augusto Pinheiro, Edições 70, LDA.

BOMENY, Helena. *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. (Org.) Helena Bomeny – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

BOSCHI, Caio César. *Os Leigos e o Poder* (Irmandades Leigas e Política Colonizadora em Minas Gerais); São Paulo, Editora Ática, 1986.

CALDEIRA, Rodrigo Coppe. O Catolicismo Militante em Minas Gerais: Aspectos do Pensamento Histórico-Teológico de João Camillo de Oliveira Torres. In: *Revista Brasileira de História das Religiões*. ANPUH, Ano IV, n.10, Maio 2011.

CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas: o imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: companhia das Letras, 1987.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Michel de Certeau; tradução de Maria de Lourdes Menezes; revisão técnica [de] Arno Vogel. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHUVA, Márcia. O modernismo nas restaurações do SPHAN: modernidade, universalidade, brasilidade. *Revista IEB*, São Paulo, n.55, p.89-107, 2012.

CHUVA, Márcia. *Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado*. Topoi, v.4, n.7, jul.-dez., 2003, p. 313-333.

COELHO, Tatiana Costa. Nas Malhas do Discurso: A Reforma Católica em Mariana e o Discurso Ultramontano de Dom Viçoso (Minas Gerais 1844-1875). In: *Revista Eletrônica de*

*História do Brasil*, v.9, n.2, Jul-Dez, 2007, p.97-107.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Pesquisa histórica e análise de conteúdo: pertinência e possibilidades. *Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS, V. XXVIII n.1, p.183-194, junho de 2002.

COSTA, Janice Pereira da. *Ensinando a ser cidadão: Memória Nacional, História e Poder no Museu da Inconfidência (1938-1990)*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Belo Horizonte, outubro de 2005.

COSTA, Lygia Martins. *De Museologia, arte e política de patrimônio*. Pesquisa: BARROS, Clara Emília Monteiro de. Rio de Janeiro: IPHAN, 2002.

COSTA, Lúcio. *Lúcio Costa e o Aleijadinho*. Entrevista. Gávea, Rio de Janeiro, n.3, 1986.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador: Uma História dos Costumes*. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1990.

FERREIRA, Camila Kézia. *Polêmica, patrimônio e arte: a obra de Augusto de Lima Júnior / Camila Kézia Ferreira*. – 1. ed. – Belo Horizonte [MG]: Fino Traço, 2018.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios / José Reginaldo Santos Gonçalves*. Rio de Janeiro, 2007. 256p (Museu, Memória e Cidadania).

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil / José Reginaldo Santos Gonçalves* – Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Iphan, 2002.

GRAMMONT, Guiomar de. *O Aleijadinho e o aeroplano: o paraíso barroco e a construção do herói colonial / Guiomar de Grammont*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

GRAMSCI, Antônio. *Literatura e Vida Nacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

HERVIEU-LÉGER, Danièle. Catolicismo: A configuração da memória. In: *REVER, Revista de Estudos da Religião*, nº2, 2005, pp.87-107. [Tradução de Maria Rth de Souza Alves].

JULIÃO, Letícia. *Sensibilidades e representações urbanas na transferência da Capital de Minas Gerais*. *História (São Paulo)* v.30, n.1, p.114-147, jan / jun 2011. ISSN 1980-4369.

JULIÃO, Letícia. O Sphan e a cultura museológica no Brasil. *The Historical and Artistic National Patrimony Agency and museum culture in Brazil*. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.22, nº 43, janeiro-junho de 2009, p.141-161.

JULIÃO, Letícia. *Enredos museais e intrigas da nacionalidade: museus e identidade nacional no Brasil*. Belo Horizonte, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, 2008.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução: Wilma Patricia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto/ Ed. PUC-Rio, 2006

LAHUERTA, Milton. Os intelectuais e os Anos 1920: moderno, modernista, modernização. In: LORENZO, Helena Carvalho de & COSTA, Wilma Peres da (orgs.). *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: Unesp, 1997, p.93-114.

LENHARO, Alcir. *A sacralização da política*. 2ª edição. Campinas: Papirus, 1986.

LEMOS, Carmem Silva. *Reflexões acerca do processo de repatriamento das ossadas dos inconfidentes degredados para a África*. Oficina da Inconfidência: revista do trabalho, Ouro Preto, v.2, n.1, dez.2001.

LIMA JÚNIOR, Augusto de. *Arte Religiosa. Edição do Instituto de História, Letras e Arte*. Belo Horizonte – Minas Gerais – Brasil, 1966.

LIMA, Alceu Amoroso. *Notas para a História do Centro Dom Vital*. Alceu Amoroso Lima; introdução e comentários Rioldo Azzi. Rio de Janeiro: Educam: Paulinas, 2001.

LIMA, Alceu Amoroso. *Política*. Petrópolis, Vozes-Educam, 1999.

MACHADO, Bárbara Araújo. A Função de Intelectual: Um Diálogo Entre Antônio Gramsci, Pierre Bourdieu e Edward Said. *Revista de Teoria da História*, Ano 7, n.13, abril/2015, Universidade Federal de Goiás.

MARROU, Henri-Irénéé. *Sobre o conhecimento histórico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MATA, Sérgio da. Entre Syllabus e Kulturkampf: revisitando o “reformismo” católico nas Minas Gerais do Segundo Reinado. p.225-244. In: CHAVES, Claudia Maria das Graças; SILVEIRA, Marco Antônio. (Orgs.) *Território, Conflito e Identidade*. ARGUMENTVM, Belo Horizonte, 2007.

MATA, Sérgio da. *Chão de Deus: catolicismo popular, espaço e proto-urbanização em Minas Gerais, Brasil. Séculos XVII e XIX*. Sérgio da Mata, Berlin: Wiss. Verl. Berlin, 2002.

MICELI, Sergio. *A Elite Eclesiástica Brasileira (1890-1930)*. Tese Apresentada ao Concurso de Livre Docência em Sociologia do Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 1985.

MICELI, Sergio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil*. São Paulo: Difel, 1979.

MORAES, Eduardo Jardim de. *Modernismo Revisitado*. Estudos Históricas, Rio de Janeiro, Vol.1, N.2, 1988, p.220-238.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. *Revista Educação*, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MOURÃO. Rui. *Um Talento Sobrevoou Ouro Preto*. Isto é Inconfidência. Boletim Informativo do Museu da Inconfidência. Ano XIII, n.31, 2011.

OLIVEIRA, Dom Oscar de. *Os dízimos eclesiásticos do Brasil nos períodos da Colônia e do Império*. 1ª Edição, 1940. “Impressão no “Lar Católico” – Juiz de Fora.

PARRELA, Ivana D. *Entre arquivos, bibliotecas e museus: a construção do patrimônio documental para uma escrita da história da pátria mineira (1895-1937)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em História, Belo Horizonte, 2009.

PIERRARD, Pierre. *História da Igreja*. P. Pierrard; [tradução de Alvaro Cunha; revisão de Luiz João Gaio]. – São Paulo: Paulus, 1982.

QUADROS, Eduardo Gusmão de. Fundamentos do lugar: uma análise da obra de Cônego Trindade. *Sociedade e Cultura*, v.9, n.1, jan/jun 2006, p.151-159.

RAMALHO, Walderez Simões Costa. Uma Crítica ao essencialismo identitário: a historiografia da mineiridade na primeira metade do século XX. In: *História da Historiografia*, Ouro Preto, n.18, agosto de 2015, p.248-265.

REIS, Liana Maria. *Mineiridade: identidade regional e ideologia*. Cadernos de História, Belo Horizonte, v.9, n.11, p.89-97, 1º semestre de 2007.

ROMEIRO, Adriana; SILVEIRA, Marco Antônio. *Diogo de Vasconcelos: o ofício do historiador*. (Orgs.) Adriana Romeiro, Marco Antônio Silveira. 1ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014. (Coleção Historiografia de Minas Gerais, Série Universidade, 3)

ROMEIRO, Adriana. Anarquia e caos na origem das Minas Gerais: um olhar sobre a obra de Diogo de Vasconcelos. In: *Poderes e Lugares de Minas Gerais: um quadro urbano no interior brasileiro, Séculos XVIII – XX*. (Orgs.) Maria do Carmo Pires, Francisco Eduardo de Andrade, Alex Fernandes Bohrer. São Paulo: Scortecci; Ouro Preto, MG: Editora UFOP, 2013.

RUBERT, Arlindo. *A Igreja no Brasil: Expansão Territorial e Absolutismo Estatal (1700-1822)*. Vol. 3, Santa Maria, Ed. Pallotti, 1987.

RUBINO, Silvana. O Mapa do Passado. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n.24, 1996, p.97-105.

RUBINO, Silvana. *As fachadas da história: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1968*. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas, IFCH/UNICAMP, Campinas, 1991.

SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. *Uma Questão de Revisão de Conceitos: Romanização – Ultramontanismo – Reforma*. Temporalidades. *Revista Discente do Programa de Pós-graduação em História da UFMG*, v.2, n.2, Agosto/Dezembro 2010, p.24-33.

SANTOS, Mariza Veloso Motta. *Nasce a Academia SPHAN*. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n.24, 1996. p.77-95.

SANTOS, Mariza Veloso Motta. *O Tecido do Tempo: A ideia de Patrimônio Cultural no Brasil (1920-1970)*. Tese de Doutorado, Universidade de Brasília, UNB, Brasília, 1992.

SILVEIRA, Marcus Marciano Gonçalves da. Templos modernos, templos ao chão: a trajetória da arquitetura religiosa modernista e a demolição de antigos templos católicos no Brasil.

Marcus Marciano Gonçalves da Silveira – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. (Coleção Historiografia de Minas Gerais. Série Universidade; 2)

SIRINELLI, Jean François; RIOUX, Jean-Pierre (Orgs.). *Para uma história cultural*. Trad. Ana Moura. Lisboa: Estampa, 1998.

SIRINELLI, Jean François. “Os Intelectuais”. In. RÉMOND, René. (org.). *Por uma História Política*, 2003. p.231- 269.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena; COSTA, Vanda. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, Edusp, 1984.

STAROBINSKI, Jean, 1920. *As Máscaras da Civilização: ensaios*. Jean Starobinski; tradução de Maria Lúcia Machado – São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

VASCONCELOS, Diogo de. *História Antiga das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 4ª ed., 428 p., 1999.

VASCONCELOS, Diogo de. *História da Civilização Mineira: História do Bispado de Mariana*. Biblioteca Mineira de Cultura, Edições Apollo – Belo Horizonte, 1935.

VASCONCELOS, DIOGO de. Discurso de Inauguração do IHGMG. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v.14, n.1, p.213-220, 1909.

VELLOSO, Mônica Pimenta. As distintas retóricas do moderno. In: LINS, Vera; VELLOSO, Mônica Pimenta; OLIVEIRA, Cláudia. *O moderno em revistas*. Rio de Janeiro: Garamont, 2010.

VELLOSO, Mônica Pimenta. *História & Modernismo*. Monica Pimenta Velloso – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. (Coleção História &... Reflexões, 14).

VELLOSO, Mônica Pimenta. Percepções do moderno: as revistas do Rio de Janeiro. In: NEVES, Lucia Maria Bastos; MOREL, Marcos; FERREIRA, Tânia Maria Bezoni (Orgs.). *História e Imprensa; representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DPA/Faperj, 2006.

VELLOSO, Mônica Pimenta. *Brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista*. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.6, n.11, 1993.

VELLOSO, Mônica Pimenta. *Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo*. Mônica Pimenta Velloso. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1987.

VISCARDI, Claudia. *A Capital Controversa*. Revista do Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, v.43, p.28-41, 2007.

VISCARDI, Claudia. *Elites Políticas em Minas Gerais na Primeira República*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.8, n.15, 1995, p. 39-56.

